

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UM DIA APÓS O OUTRO, E O QUE EU QUERO É MUDAR:
UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

ANALICE BRUSIUS

SÃO LEOPOLDO
2021

ANALICE BRUSIUS

UM DIA APÓS O OUTRO, E O QUE EU QUERO É MUDAR:
UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de pesquisa: Identidades e Sociabilidades

Orientador: Dr. Carlos A. Gadea

SÃO LEOPOLDO
2021

B912d Brusius, Analice.

Um dia após o outro, e o que eu quero é mudar : um estudo sobre jovens egressos de medidas socioeducativas / Analice Brusius. – 2021.

214 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

“Orientador: Dr. Carlos A. Gadea.”

1. Jovens. 2. Violência. 3. Medida socioeducativa.
4. Egresso. 5. Fatores protetivos. I. Título.

CDU 364

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Aos adolescentes e às adolescentes que participaram desta pesquisa, assim como a todos que cumpriram, ou ainda cumprem, medida socioeducativa.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese não seria possível sem a contribuição e o apoio de muitas pessoas, às quais dedico meus sinceros agradecimentos:

Aos jovens participantes deste estudo, pelo acolhimento, pela confiança e pela disponibilidade para compartilharem suas trajetórias e as situações importantes de suas vidas.

Aos colegas da FASE, que me auxiliaram indicando e localizando jovens para participar desta pesquisa: Leticia Campos, Débora Perin, Josiane Mônaco, Júlio Mendes, Rosa Iohana, Neusa Figueira Silva, Marjori Fontoura e Cinara Sparemberger. Muito obrigada por compartilharem comigo o que construíram junto aos jovens, emprestando o vínculo que vocês têm com eles para que também pudessem confiar em mim. À Assessoria de Informação e Gestão da FASE, especialmente à Eliane Mombach, Marta Nileni Gomes e Luís Leonel Rodrigues, sempre disponíveis para ajudar com as autorizações, consentir acesso aos dados e trocar ideias sobre o estudo.

Ao colega Artur Prati Neto, pela gentileza prestada ao localizar e disponibilizar os documentos que fizeram parte deste estudo.

Ao meu orientador, Carlos Gadea, pelo respeito à minha trajetória, pelas orientações teóricas, pela paciência, pelo apoio e pela liberdade que sempre me ofereceu para estudar e investigar os temas que faziam sentido no meu percurso profissional.

Aos professores do PPG de Ciências Sociais, pela competência, por me acolherem tanto no mestrado quanto no doutorado e pelos ensinamentos transmitidos nas aulas, que levarei sempre comigo.

Às professoras Beatriz Gershenson e Marília Veríssimo Veronese, pelas contribuições durante a banca de qualificação.

À querida Maristela Simon, secretária do PPG de Ciências Sociais, por ser sempre tão amável e disponível para esclarecer dúvidas e auxiliar no que for preciso.

Aos colegas do doutorado, por estarmos juntos nesta jornada, durante aulas, conversas no bar e

seminários. Agradeço também pelas conversas e dúvidas sanadas no grupo de WhatsApp e pelas discussões teóricas realizadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), por ter me fornecido os meios para realizar este trabalho.

Aos adolescentes com os quais convivi na FASE, por me ensinarem, todos os dias, que a vida é surpreendente e que é possível transformar o desespero, superar as tristezas e modificar-se, quando temos pessoas que acreditam e apoiam a gente.

Aos colegas de trabalho do CASE NH e do curso de Psicologia da Faculdade IENH, pelo coleguismo, pelo apoio e pela tolerância nos momentos de ausência. Agradeço, especialmente, à Liana Lemos Gonçalves e à Virgínia Elisa Pires, por me fazerem acreditar em um trabalho com responsabilidade e amor, ao longo de todos esses anos em que convivemos. À Cristina Klaus e a Claudino Valentim Troian, obrigada pela leveza no trabalho, pelas parcerias de viagens e por inventarem novos rumos nos fazeres junto a mim. À Magale Machado, colega e amiga da SMS de Novo Hamburgo e da IENH, pela escuta acolhedora, pelo afeto, pela paciência e pela criatividade que inspira o trabalho com jovens.

Às minhas filhas, Cecília e Helena, que tanto amo, pela maternidade e maturidade, tão importantes para o meu crescimento pessoal e profissional. A Júlio, meu marido, por ficar ao meu lado, me acompanhar em diferentes lugares durante a coleta de dados, compreender as minhas ausências e cuidar das nossas filhas, enquanto eu realizava este estudo.

À minha mãe, Ivete (in memoriam), que se foi deixando saudades, por sempre me incentivar a estudar e a me dedicar no que eu faço. Ao meu pai, Vanzetti, pelo apoio como pai e como avô, pois esteve sempre presente dando amor, incentivo e acreditando na importância do meu trabalho e do meu estudo. À minha irmã Luíza e ao meu cunhado Fábio pelas conversas e pelo apoio para comigo e para com a minha família.

*Acho que estou aprendendo a viver. O
sofrimento educou a minha mente.
(José, participante da pesquisa)*

RESUMO

Este estudo apresenta como tema a trajetória de jovens egressos de medidas socioeducativas. Pretende-se constatar como fatores de risco e especialmente protetivos influenciaram na trajetória de jovens egressos de medidas socioeducativas privativas de liberdade que deixaram de praticar delitos. Os participantes do estudo foram jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo, que cumpriram medida socioeducativa nas unidades de Porto Alegre e do Vale do Rio dos Sinos. Utiliza-se a modalidade de pesquisa qualitativa realizada, através de entrevistas individuais, observação participante e análise de documentos. Compreende-se que as razões para o envolvimento de jovens com delitos são multifatoriais. Considera-se as trajetórias dos jovens, a partir dos sentidos que atribuem a elas em momentos diversos de suas vidas, abrangendo o tempo passado, o presente e os planejamentos futuros. As reflexões sobre a memória coletiva e suas nuances, como a vivência do tempo, da individualidade e da coletividade auxiliam na compreensão da trajetória dos jovens participantes do estudo. As trajetórias são guiadas a partir dos projetos que dependem dos campos de possibilidades, de seus conhecimentos prévios, constituídos em um espaço de tempo em um contexto social, cultural e histórico. Como resultados, percebe-se que a atuação dos fatores de risco tornou-se mais evidente no momento em que os jovens se envolveram com os delitos. As diferentes vulnerabilidades sociais que estavam enfrentando deixaram frágil a possibilidade de elaborarem projetos para seus futuros, pois apresentavam necessidades que precisavam ser resolvidas de forma imediata. As lembranças em relação à medida socioeducativa revelam, em alguns momentos, sofrimentos devido à rigidez institucional; e em outros, revelam um aprendizado necessário para suas vidas. Este aprendizado ocorreu a partir das vivências proporcionadas nas interações com outros jovens, funcionários, escola, oficinas, cursos profissionalizantes ou estágios. O trabalho em rede articulado entre as políticas públicas, durante a medida socioeducativa, mostrou-se bastante efetivo para garantir direitos e propor ações associadas a realidade dos jovens, possibilitando o trânsito deles por diferentes instituições e serviços. A violência originou situações complexas com as quais os jovens e as famílias tiveram que lidar, desenvolvendo capacidades de transformação, adaptação e compreensão diante das necessidades que surgiram, colocando a família como referência de vínculo afetivo importante. Mostram-se protetoras algumas experiências que são agregadas ao seu estoque de conhecimento anterior e fazem com que tenham recursos para evitar as situações de violência. É fundamental o apoio que recebem de pessoas que vão além de seu papel na institucionalidade e que investem nos jovens de várias formas, estabelecendo vínculos significativos e não os deixando desamparados em momentos de conflitos. A religiosidade, educação e, especialmente, o trabalho constituíram-se como redes de apoio fundamentais para as mudanças dos jovens.

Palavras-chave: jovens, violência, medida socioeducativa, egresso, fatores protetivos

ABSTRACT

The theme of this study is the trajectory of young people that were confinement in Brazilian juvenile system. It is intended to see how risk factors and especially protective ones influenced the trajectory of young people who had been confinement in Brazilian juvenile system and who stopped practicing crimes. The study participants were young that were egress of Fundação de Atendimento Socioeducativo who were confinement in juvenile system in institution located in Porto Alegre and Vale do Rio dos Sinos. The modality of qualitative research was carried out through individual interviews, participant observation and analysis of documents. It is understood that the reasons for the involvement of young people with crimes are multifactorial. The trajectories of young people are considered based on the meanings they attribute to them at different times in their lives, including past, present and future planning. Reflections on collective memory and its nuances, such as the experience of time, individuality and collectivity help to understand the trajectory of the young people participating in the study. The trajectories are guided by projects that depend on the fields of possibilities, on their previous knowledge, constituted in a space of time in a social, cultural and historical context. As a result of the study, it is clear that the performance of risk factors became more evident the moment they became involved with the crimes. The different social vulnerabilities they were facing left the possibility of developing projects for their futures fragile because they presented needs that needed to be solved immediately. Memories about the confinement in juvenile system reveal suffering due to institutional rigidity and on the other hand a necessary learning for their lives. This learning occurred from the experiences provided in the interactions with other young people, employees, at school, workshops, professional courses or internships. The articulated network between public policies during the confinement proved to be very effective in guaranteeing rights and proposing actions associated with the reality of young people, enabling their transit through different institutions and services. Violence gave rise to complex situations with which they and their families had to deal with developing capacities for transformation, adaptation and understanding in the face of the needs that arose, placing the family as a reference for an important emotional bond. Some experiences are shown to be protective, which are added to their previous knowledge stock and provide them with resources to avoid situations of violence. The support they receive from people who go beyond their role in institutionality and who invest in young people in various ways is essential, establishing meaningful bonds and not leaving them helpless in times of conflict. Religiosity, education and, especially, work were constituted as fundamental support networks for their changes.

Keywords: youth, violence, egress, juvenile system, protective factors

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registro das cidades nas quais as entrevistas foram realizadas e na qual os jovens residem atualmente	45
Quadro 2 – Especificação do delito pelo qual cumpriu medida socioeducativa, a cidade em que ocorreu e a residência do jovem no momento do fato.	69
Quadro 3 – Familiares dos participantes da pesquisa: registro de cumprimento de pena ou de MSE privativa de liberdade	80
Quadro 4 – Unidade socioeducativa, modalidade da medida e tempo de cumprimento da medida socioeducativa	97
Quadro 5 – Registro de situação escolar no período da medida socioeducativa	115
Quadro 6 – Registro de formação dos participantes da pesquisa	122
Quadro 7 – Atividades realizadas durante o cumprimento de MSE	129
Quadro 8 – Situação domiciliar antes e depois do cumprimento de MSE	137
Quadro 9 – Situação escolar atual dos participantes da pesquisa	171
Quadro 10 – Situação de trabalho dos participantes da pesquisa.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CASE NH	Centro de Atendimento Socioeducativo Novo Hamburgo
CASE PC	Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique
CASE POA I	Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre I
CASE	Centros de Atendimento Socioeducativo
CASEF	Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino
CECONP	Centro de Convivência e Profissionalização
CIEE	Centro de Integração Empresa –Escola
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FASERS	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
ICPAE	Internação com Possibilidade de Atividade Externa
IP	Internação Provisória
ISPAE	Internação sem Possibilidade de Atividade Externa
JJJ	Juizado da Infância e Juventude
MSE	Medida Socioeducativa
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
PEMSEIS	Programa de Execução de Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul
PIA	Plano Individual de Atendimento
POD	Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAPS	Redes de Atenção Psicossocial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRAJETÓRIAS DOS JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	17
2.1 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DAS VIVÊNCIAS DOS JOVENS AO MARCO LEGAL.....	20
2.2 SOBRE JOVENS.....	28
2.3 SOBRE OS JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	31
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	39
4 REFERENCIAL TEÓRICO	47
4.1 FATORES PROTETIVOS E DE RISCO À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA, NA REALIDADE DOS JOVENS.....	47
4.2 MEMÓRIA COLETIVA E TRAUMA.....	53
4.3 PROPONDO REFLEXÕES SOBRE INTERAÇÃO SOCIAL E SOBRE PROJETO	61
5. OS ATOS INFRACIONAIS COMPREENDIDOS A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS JOVENS	68
5.1 NÃO É O QUE FOI PLANEJADO, MAS JÁ ERA PREVISTO	72
5.2 SOBRE ESTAR PERDIDO NA RUA	85
5.3 A GUERRA CONTINUA	94
6. A VIVÊNCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	96
6.1 CONVIVÊNCIA COM AS REGRAS E COM AS ROTINAS.....	100
6.2 INTERAÇÕES COM OS CPX, COM OS SEUS, COM AS DONAS	108
6.3 A INCOMPLETUDE INSTITUCIOANAL E A REDE IMPULSIONANDO O ENGAJAMENTO DOS JOVENS EM NOVOS PROJETOS.....	114
7 FAMÍLIA É QUEM ME ACOLHEU	135
7.1 A FAMÍLIA COMO RISCO E PROTEÇÃO ÀS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA..	141
7.2 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES, DURANTE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.....	151
7.3 O ATO DE CUIDAR.....	157
8 TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVÊNCIA: REFLETINDO SOBRE AS MUDANÇAS	166
8.1 PERSPECTIVAS SOBRE A RELIGIOSIDADE	168
8.2 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO.....	170
8.3 PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO	178

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS.....	200
APÊNDICE A – TÓPICOS- GUIA DA ENTREVISTA INDIVIDUAL	212
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	214

1 INTRODUÇÃO

*Não há vida sem correção, sem retificação.
Mudar é difícil, mas é possível.
(Paulo Freire)*

“Um dia após o outro e o que eu quero é mudar” é parte de uma letra de música de Rap criada por jovens que cumpriram medida socioeducativa (MSE), no Centro de Atendimento Socioeducativo Novo Hamburgo (CASE NH). Ela expressa o que muitos jovens que cumprem MSE almejam como projeto para o futuro, que é afastar-se de situações de violência. Por esse motivo, ela é o título desta tese. Os jovens, quando falam em “um dia após o outro”, referem-se aos obstáculos e aos erros que pretendem superar para que o amanhã possa ser diferente. A expressão traz em si a noção de que a mudança acontece de forma processual, juntamente com o transcorrer do tempo. Com ela, os jovens afirmam a dimensão temporal da vida, que adquire mais sentido a partir da fase da adolescência, quando se percebe que sempre existe um antes e um depois.

O envolvimento com atos infracionais no período da adolescência remete a um comportamento transgressor que pode ser recorrente nessa fase da vida, marcada por maior impulsividade, crises, conflitos, construções e reconstruções. É na adolescência que se busca pelo próprio lugar no mundo; e a tendência é a de que os comportamentos impulsivos sejam atenuados, na medida em que se consegue, com o apoio das relações sociais, alcançar uma posição referenciada no adulto, na sociedade e na cultura. Contudo, os adolescentes que ingressam nas unidades de internação para cumprimento de MSE explicitam uma realidade particular, composta por histórias de trajetórias de vida marcadas por violências, vulnerabilidades e violações de direitos.

O jovem que convoca o auxílio de relações sociais que o apoiem em seu percurso e não encontra, ou as encontra fragilizadas, acaba indo parar no sistema de justiça juvenil, dentro dos muros das unidades socioeducativas. Ocorre que, se ele não encontrar transformações na forma de relação, bem como resposta das pessoas, das instituições e da sociedade para com ele, dificilmente conseguirá romper com o ciclo de violências em sua vida. Portanto, retornando ao título da tese, percebe-se que, apesar de o jovem querer a mudança em sua condição de envolvimento com a violência, não consegue transpô-la devido aos obstáculos que enfrenta e à ausência de rede de apoio que o guie para novos caminhos. Com a intenção de melhor explorar como, na prática cotidiana, se desenvolve a problemática exposta neste parágrafo, a presente pesquisa objetiva compreender como fatores de risco e protetivos influenciaram para que jovens

egressos de MSE socioeducativas privativas de liberdade deixassem de se envolver com delitos. Para tanto, realizam-se entrevistas com jovens egressos que não voltaram a se envolver em delitos, sendo todos ex-internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASERS).

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) foi criada em maio de 2002, com a extinção da antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), a partir da proposta de reordenamento institucional prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com relação às instituições responsáveis pela execução das MSE. A instituição atende em regime de internação, de internação provisória (IP) e de semiliberdade, aos adolescentes que praticam atos infracionais. A FASE tem suas ações norteadas pelo Programa de Execução de Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS) (BRASIL, 2014), no qual está descrita sua proposta de atendimento, alinhada ao que preconiza o ECA (BRASIL, 1990) e o SINASE (BRASIL, 2012).

Recente estudo tendo a FASE como contexto de pesquisa (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018) investigou todos os egressos da regional de Porto Alegre, dos anos de 2012 e 2013, totalizando um universo de 728 jovens. Como resultado, verificou-se que, no período de 5 anos após o desligamento institucional, 71,7% dos jovens reincidiram na prática de delitos, reingressando na FASE, ou no sistema prisional, demonstrando o quanto é elevado o número de adolescentes que voltam a ser institucionalizados, após a experiência da privação da liberdade. Por outro lado, há também o registro de que 28,3% dos jovens não reingressaram, no período de 5 anos, na FASE ou no sistema prisional. Tal pesquisa apontou que a mortalidade entre os egressos é elevada, demonstrando que 14,7% dos pesquisados vieram a óbito (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018), um número muito superior ao encontrado na população jovem, em geral.

Apesar de não representar a maioria, percebe-se que existe um universo significativo de jovens que não reingressam à FASE, ou no sistema prisional, demonstrando a existência de um campo empírico vasto para ser explorado. Assim, devido a delimitação temática desta pesquisa, os participantes deste estudo são jovens que deixaram de se envolver em delitos, após o cumprimento da medida socioeducativa. O desejo por pesquisar a temática apresentada surge baseado na atuação desta pesquisadora como psicóloga na FASE, nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE). Por meio da vivência cotidiana de trabalho, experiencia-se uma relação próxima aos jovens, enquanto cumprem MSE de internação, conhecendo suas realidades e histórias de vida marcadas por situações traumáticas, relatadas por eles e por suas

famílias, durante os acompanhamentos. Chama a atenção a vontade de mudanças neles e em seus familiares, assim como também é notável a dificuldade para efetivá-la.

Além dessa motivação, está o trabalho realizado por esta pesquisadora, por cerca de dois anos, no Núcleo de Acompanhamento de Egressos e Procedimentos Restaurativos (NAEPR) da Diretoria Socioeducativa da FASE, que estimulou o interesse por reconhecer o que vem depois da internação, ou seja, conhecer o jovem para além dos muros das unidades. Às justificativas referentes à escolha temática desta tese, acrescenta-se o fato de que ela satisfaz ao interesse pessoal desta que a redige, por conhecer um pouco dos efeitos do trabalho da instituição em que atua e do próprio trabalho na vida dos jovens. Encontrar egressos que conseguiram passar por mudanças positivas pode ser um alento e fornecer sentido diante de tantas incertezas e dificuldades enfrentadas no dia a dia. Isso porque, apesar de existirem ações institucionais e governamentais que promovem o acompanhamento de jovens egressos, não se pode deixar de frisar que elas sofrem com a descontinuidade. Há rompimento na relação estabelecida com o jovem durante o cumprimento da medida socioeducativa. A cisão é demarcada pelo próprio funcionamento da política de atendimento, que historicamente tem concentrado suas ações apenas no período de institucionalização de jovens.

O Art. 94 do ECA (BRASIL, 1990) versa sobre as responsabilidades das entidades de atendimento. Em seu inciso XVIII, afirma ser obrigação a manutenção de programas destinados ao apoio e ao acompanhamento de egressos; demonstrando que a preocupação com o destino dos jovens encontra-se demarcada na legislação vigente. Sendo assim, este estudo justifica sua importância porque pretende conhecer a trajetória dos jovens também no período pós-institucionalização, preenchendo a lacuna aberta pela ausência de conhecimento sobre os seus destinos. Obter informações sobre o que ocorreu com os adolescentes que cumpriram MSE privativa de liberdade pode fornecer sentido e qualificar as ações das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente. Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa também encontra justificativa na escassez de estudos realizados com egressos de medidas socioeducativa de internação, especialmente se levarmos em consideração a delimitação temática e os objetivos aqui propostos.

Por fim, antes que sejam apresentados os itens que compõem esta tese, faz-se importante destacar que, diferentemente do planejado no projeto de pesquisa, parte da coleta de dados que a compõe ocorreu em meio ao contexto da pandemia do Coronavírus. Consequentemente, complexificaram-se as idas a campo e a relação entre a pesquisadora e os pesquisados, pois os problemas sociais gerados pela crise sanitária tornaram mais vulneráveis pessoas que já se encontravam em situação de precariedade, como os egressos de medida socioeducativa.

Sendo assim, avançando a partir do texto introdutório, o segundo capítulo contextualiza o objeto de pesquisa, ou seja, a trajetória de jovens egressos de MSE. Neste item, o objeto sociológico é melhor definido, bem como o problema de pesquisa, que é subdividido em três temas importantes: MSE, mostrando que elas são uma política pública que é vivenciada por jovens; a realidade das MSE no Brasil; e os marcos legais que as regulamentam. Em seguida, discute-se sobre o que é ser jovem na atualidade e, mais especificamente, aborda-se a realidade dos egressos de MSE, argumentando com estudos que envolvem os contextos brasileiro e sul-rio-grandense.

No terceiro capítulo, são apresentadas as considerações metodológicas desta pesquisa e o processo de coleta de dados para realização das análises. O quarto capítulo expõe o referencial teórico sob três marcos analíticos principais, a saber: fatores protetivos e de risco à prática da violência na realidade dos jovens (OMS, 2015; ASSIS, 1999), memória coletiva (HALBWACHS, 2003) e trauma (CERASO, 2006); interação social (SIMMEL, 2014) e projeto na trajetória de jovens egressos de MSE (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009; VELHO, 1981).

No quinto capítulo, inicia-se a análise dos resultados. Os atos infracionais cometidos pelos jovens são compreendidos com base em suas memórias e em relação ao contexto no qual ocorreram. Para tanto, o bloco analítico divide as memórias em três momentos: elementos do contexto de vida dos jovens que desencadearam o envolvimento com delitos; aspectos de vulnerabilidade subjetiva e relação do jovem com a rua; e posição frente ao cotidiano, no que tange aos desafios e o modo de solucioná-los. Essas constatações fundamentam o surgimento do capítulo sexto, que discute e analisa como os jovens entrevistados vivenciaram as MSE, subdividindo os dados coletados em três eixos exploratórios: descrição da convivência dos jovens com as regras; discussão das relações interpessoais na unidade de internação; e análise das possibilidades oferecidas e dos direitos garantidos aos jovens, a partir da incompletude institucional.

Sendo assim, o capítulo sete discute as relações familiares dos jovens. Tal temática, por sua vez, também é dividida em três eixos, sendo o primeiro aquele que aborda as situações em que a família se coloca como risco e como proteção ao envolvimento dos jovens com a violência; o segundo aquele que discorre sobre as transformações ocorridas nas relações familiares, durante o cumprimento da medida socioeducativa; e o terceiro aquele que versa sobre as transformações dos próprios adolescentes nas relações familiares, especialmente quando eles têm a possibilidade de cuidar de outro membro do grupo familiar.

Ao final, o capítulo oito analisa os dados coletados de forma detalhada, apresentando a trajetória dos jovens, após saída da instituição. Para melhor identificar os obstáculos e as rede

de apoio encontrados pelos jovens ao longo do caminho, este capítulo apresenta-se subdividido em eixos específicos, sendo o primeiro relacionado à religiosidade, o segundo à educação e o terceiro ao trabalho. Feito isso, no item de Considerações Finais, são resgatados os principais achados desta pesquisa e registram-se suas contribuições para a compreensão dos fatores de risco, e especialmente dos protetivos, para o não envolvimento do jovem com a violência. Assim, em vista do proposto, espera-se fomentar reflexões que qualifiquem as ações das políticas públicas voltadas para o público jovem egresso de MSE.

2 TRAJETÓRIAS DOS JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

*Eu queria alimentar um negócio dentro de mim
que eu não sei o que que era naquele momento pra explicar.
E até hoje eu não consigo explicar.
(Alex, participante desta pesquisa)*

A temática central desta tese trata de questões específicas que perpassam a vida de jovens, meninos e meninas, que cumpriram MSE, buscando compreender de que forma eles conseguiram romper com as situações de violência que os trouxeram para a instituição. Entretanto, é importante reconhecer que a presente pesquisa se trata de recorte, ou delimitação de estudo, e que as trajetórias dos jovens não estão reduzidas a esta experiência. Sendo assim, a fim de melhor compreender o objeto de estudo, inicia-se pelo contexto que motiva sua própria existência, ou seja, a natureza do termo “egresso”.

Pensar em egresso remete a alguém que se afastou, que entrou e depois saiu de uma instituição, de um serviço (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXOCOGRAFIA, 2015). No caso das instituições totais, nas quais as entradas e saídas são mais impactantes devido a separação dos indivíduos da sociedade mais ampla, por considerável período (GOFFMAN, 1974), tanto a entrada quanto o tornar-se egresso marcam rompimentos. No caso de jovens que cumpriram MSE, ser egresso significa passar por muitas mudanças, como, por exemplo, a convivência com uma marca social, que tende a estigmatizá-lo¹ (GOFFMAN, 1988).

Por esse motivo, o egresso terá dificuldades de ser inserido em escola da comunidade, em conseguir emprego e, muitas vezes, também será visto pela polícia como suspeito de ainda estar se envolvendo com delitos, mesmo após ter cumprido a MSE. Existe também a mudança da condição jurídica², após a saída da instituição. Há mudanças nos hábitos cotidianos, na família e na comunidade que requerem uma adaptação do jovem que retorna à vida em liberdade. Esse processo torna-se mais complexo, quando o período de institucionalização for longo. De toda forma, cada situação é singular e traz consigo diferentes nuances, todas elas incidindo diretamente sobre a vida dos jovens.

¹ De acordo com Goffman (2006), o estigma distingue as pessoas normais das estigmatizadas, concebidas como não sendo totalmente humanas. Valendo-se desse pressuposto, as primeiras praticam diversos tipos de discriminação que reduzem as possibilidades de vida das segundas, sobre as quais são construídas teorias e ideologias para explicar sua inferioridade e o perigo que representam.

² O jovem cumpria MSE de internação e semiliberdade, quando privado de liberdade. No momento em que se torna-se egresso, pode estar cumprindo uma medida em meio aberto, como liberdade assistida (LA), como prestação de serviço à comunidade (PSC) ou também tido a sua MSE extinta.

Para Carvalho (2013), o jovem egresso de MSE tem uma parte de sua história compartilhada com o serviço e seus trabalhadores. “Essas vidas que se encontram, também deixam marcas de suas práticas de convivência nas legislações que regem algumas obrigatoriedades e cuidados, assim como institui modos de fazer uma política, seja ela de execução de medida, seja de saúde, de formação” (CARVALHO, 2013, p. 97). Assim, existe uma relação de reciprocidade entre o jovem e o serviço, que é necessária para que transformações aconteçam durante o percurso.

Tendo em vista o recorte que delimita o objeto em estudo, busca-se compreender as trajetórias dos jovens, a partir dos sentidos que atribuem a elas, considerando momentos diversos em suas vidas (tempo passado, tempo presente e planejamentos futuros). Parte-se da compreensão de que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência, a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos”. Para abordar o processo vivido pelos entrevistados é fundamental a compreensão de que “os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam, através dos seus projetos” (VELHO, 2013, p.138).

Os projetos dependem do campo de possibilidades dos indivíduos, de seus conhecimentos prévios, constituídos em um espaço de tempo e em um contexto social, cultural e histórico. “A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente” (VELHO, 2013, p. 138). “Além disso, o projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos [...]” Compreende-se, portanto, que “são visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória” (VELHO, 2013, p.65). Logo, os projetos e seus objetivos surgem a partir da memória das experiências passadas e do delineamento de um projeto futuro.

Sendo assim, a dimensão temporal está presente neste estudo para que seja possível compreender as trajetórias, associando-as ao contexto de vida dos jovens egressos. Nessa perspectiva, é levada em conta a historicidade das trajetórias dos jovens, ou seja, valoriza-se a “ideia de que todo o ser humano está regido pela temporalidade. A temporalidade é a condição de possibilidade da historicidade, é um modo pelo qual o ser humano tem de assumir seu próprio futuro” (ALVES, 2010, p.26).

O conceito de historicidade apresenta, simultaneamente, aspectos de ‘objetivações’ e ‘interiorizações’ da realidade social. Se por um lado, remete a mundos objetivos (os indivíduos e os grupos se servem de palavras, objetos, coisas, regras, instituições etc. legados pelas gerações anteriores, transformando-os e criando novas formas) por outro, se inscreve em mundos subjetivos e interiorizados (construídos de formas de sensibilidade, de percepção, de conhecimento). (ALVES, 2010, p. 26).

Com vistas ao supracitado conceito, o estudo da trajetória do jovem egresso, através do tempo, leva em consideração também a realidade objetiva que é compartilhada por outros indivíduos, assim como a realidade subjetiva, que é própria de suas experiências singulares. Dessa maneira, este estudo busca identificar como os fatores de risco, e especialmente os protetivos, influenciam para que os jovens egressos deixem de se envolver com delitos, após o cumprimento da MSE privativa de liberdade.

Para tanto, algumas questões norteadoras são elaboradas: (1) partindo das memórias, como se deu a trajetória dos jovens egressos? (2) Como a MSE de internação e/ou semiliberdade contribuiu para que os jovens egressos não voltassem a praticar delitos? (3) Como as instituições (trabalho, políticas públicas, família e escola) influenciam no percurso dos jovens que não reincidiram em delitos? (4) Como as redes sociais de apoio contribuem para que os jovens não se envolvessem novamente em delitos?

Para contextualização do objeto de pesquisa, é importante trazer alguns aspectos sobre as MSE como experiência vivida por muitos jovens no Brasil, assim como o seu marco legal, tendo especial destaque para as MSE privativas de liberdade. Busca-se discutir alguns aspectos em relação à realidade dessa política de atendimento em âmbito nacional e, especialmente, no âmbito da realidade que será estudada, a FASE. Também é importante realizar algumas reflexões sobre os jovens na atualidade, especialmente os egressos das MSE, através de revisão de literatura sobre o tema, tentando uma aproximação com a realidade dos jovens-alvo deste estudo.

2.1 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DAS VIVÊNCIAS DOS JOVENS AO MARCO LEGAL

*Foi vários verão
Junto com os irmão
Jogando baralho
Falando do mundão
(Grupo Poetas de Vila)*

A epígrafe introdutória deste subcapítulo apresenta a letra do funk vencedor da Batalha de Mc's do CASENH, que ocorreu em 22 de agosto de 2017 (FASE, 2017). A escrita da canção narra a realidade de jovens que cumprem MSE com longo período em privação de liberdade, ou seja, são “vários verão” estabelecendo vínculos entre si, jogando cartas e conversando sobre o mundo fora dos muros da instituição, o “mundão”. Essa música apresenta a vivência dos jovens participantes deste estudo, nas MSE, e pode ser resumida em: clausura, ócio, composição de melodias e letras de música, amizades, reflexões, projetos e a interface entre o dentro e o fora da Fundação.

A esta pesquisa faz-se importante conhecer, a partir da percepção dos jovens, suas próprias vivências na MSE privativa de liberdade e, ainda, identificar aquilo que pode ter auxiliado para que não se envolvessem em novos delitos, após a saída da instituição. Contudo, refletir sobre MSE e, especialmente, sobre a de internação, exige atenção para uma complexidade de componentes que, quando deixados de lado, podem limitar o conhecimento em relação à realidade abordada. Ao mesmo tempo, se admite não ser possível esgotar, em uma única leitura de contexto, as possibilidades de compreensão do que acontece com os jovens dentro dos muros das unidades de internação.

Estendendo a linha de raciocínio para o ponto de vista legal, as MSE têm origem no ECA (BRASIL, 1990). Antes do ECA, era vigente o *Código de Menores*, que se dirigia apenas às crianças e adolescentes em “situação irregular”. Após a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, baseada na Doutrina da Proteção Integral, passou-se a compreender que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, inimputáveis até os 18 anos, submetidos às normas da legislação especial. Considera-se criança, para os efeitos do ECA, as pessoas até 12 anos de idade incompletos, já os adolescentes são compreendidos como pessoas na faixa etária entre 12 e 18 anos. Aos adolescentes que se envolvem em ato infracional, pode ser aplicada uma MSE que poderá ser cumprida até os vinte e um anos de idade, quando será automaticamente extinta.

O ECA estabelece que o tempo máximo de cumprimento de medida socioeducativa é de três anos (BRASIL, 1990).

A partir do ECA, diferencia-se a forma de responsabilização de adolescentes da proposta adulta, por considerar-se que estão em condição peculiar de desenvolvimento e que isso deve ser respeitado. Conforme o Artigo 112 do ECA, aos adolescentes podem ser aplicadas as medidas de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade e internação. As duas últimas são MSE privativas de liberdade e são executadas pela FASE.

Devido à condição peculiar de desenvolvimento, a MSE de internação vem a ser uma atitude extrema, sendo proposta quando se esgotarem todas as outras possibilidades de intervenção, visto que ela pressupõe a privação da liberdade e do direito de ir e vir. Assim, preconiza-se que o direito à liberdade seja retirado somente em casos graves em que se justifique uma medida extrema, partindo-se do princípio da excepcionalidade da MSE (BRASIL, 1990).

Na aplicação da MSE de internação, outro aspecto relevante é a garantia de todos os outros direitos previstos no ECA, tais como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e às convivências familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Salienta-se que os citados direitos estão também previstos no Artigo 227 da Constituição Federal, que refere ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurá-los, assim como manter crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Portanto, a legislação indica uma série de direitos aos jovens que cumprem MSE e uma série de deveres à família, à sociedade e ao Estado. Na verdade, são os mesmos direitos de jovens em liberdade, a diferença estaria somente no exercício do direito à liberdade, que é retirado durante o cumprimento da MSE de internação.

A Justiça da Infância e Juventude, conforme é regulamentada pelo ECA (Brasil, 1990), é concebida por autores (SARAIVA, 2006) do campo jurídico como Justiça Penal Juvenil pelo fato de responsabilizar, efetiva e punitivamente, jovens que se envolvem em atos infracionais considerados delitos. O sistema de Justiça Juvenil é estabelecido a partir de

[...] um mecanismo de sancionamento com finalidade pedagógica, mas de natureza evidentemente retributiva, articulado sob o fundamento do garantismo penal e de todos os princípios norteadores do sistema penal enquanto instrumento de cidadania, fundado nos princípios do Direito Penal Mínimo (SARAIVA, 2006, p. 178).

Neste sentido, são necessárias reflexões sobre como a incidência de direitos e responsabilidades ocorre na realidade da execução da Justiça da Infância e Juventude.

Caudatária que é de trajetórias de vida que denunciam a sobreposição de lacunas internas aos sujeitos, decorrentes do processo de formação (afetiva, ética e moral), com as lacunas externas das políticas públicas que deveriam ser prestadas à juventude (educação, cultura, esporte, lazer etc.), as quais, desprovidas, culminam por não obstruir a prática infracional que surge como complexa manifestação dessas necessidades inatendidas (BRANCHER; AGUINSKY, 2006, p. 474).

Diante desta realidade percebe-se que para que a legislação realmente seja cumprida, são necessárias transformações nas formas de perceber, de compreender e de agir em instituições que eram e ainda são sustentadas por paradigmas repressores e assistencialistas, originados no *Código de Menores* ou, até mesmo, antes dele. Todavia, já ocorreram muitas mudanças de lá para cá, mesmo que, na prática, ateste-se a necessidade de avanço para que o ECA seja efetivamente implementado.

Antes de chegarem às MSE, os jovens passam por procedimentos de apuração de ato infracional, que envolvem: ocorrência policial, audiência de apresentação, instrução e julgamento. Durante as audiências, o adolescente terá contato com o juiz responsável pelo processo e deverá estar obrigatoriamente acompanhado de seu representante legal. Na sala de audiências, o jovem encontrará o juiz, o promotor de justiça e o defensor público ou o advogado constituído. Após todo o ritual processual, se o adolescente for considerado culpado pelo delito, pode ser aplicada uma MSE. Todos os jovens participantes deste estudo passaram por essa experiência, antes ou durante o cumprimento da MSE. Trata-se de um momento vivido com muita tensão pelo jovem e por seus familiares.

Cordeiro (2016), em seu estudo sobre o sistema de Justiça Juvenil de Porto Alegre, observou que nas audiências nas quais eram aplicadas a MSE de IP,

[...] o que pesa na decisão são elementos relacionados a condição pessoal do adolescente (personalidade violenta e a quantidade de delitos já praticados) e a situação e o tipo de delito praticado (grave ameaça à pessoa e emprego de arma e ameaça a vítima), além da consideração de existir indício de materialidade do ato infracional e da sua autoria bem como da manutenção da ordem pública e da manutenção da paz social (CORDEIRO, 2016, p. 161).

A medida de IP, segundo o ECA, pode durar, no máximo, 45 dias e, após esse período, o jovem tem que ter sua situação jurídica definida. Ela, muitas vezes, antecede uma MSE definitiva de internação, ou também outras MSE. Trata-se de uma medida cautelar tomada por meio de decisão judicial fundamentada, quando demonstrada sua necessidade. Cordeiro (2016) explica que, nessa situação, são consideradas as características individuais do adolescente e as

características típicas do ato infracional, mantendo-se distância “do universo relacional e do contexto das interações socioculturais e econômicas nos quais os adolescentes estão inseridos, o que torna impossível a intervenção judicial nos arranjos e nas relações sociais que conduzem os adolescentes ao sistema de justiça juvenil” (CORDEIRO, 2016, p. 165).

Em um sistema que tende a ter o olhar mais voltado para as condições individuais do jovem, a MSE de internação retira o adolescente do convívio com a sociedade. Em contrapartida, a internação também possui o condão pedagógico, visando a reinserção do jovem aos meios familiar e comunitário, bem como o seu aprimoramento profissional e intelectual (BRASIL, 2014). Ocorre que, na realidade das unidades que executam internação no Brasil, ainda há violações de direitos e pouca oferta de oportunidades educativas e de integração social ao jovem, após o cumprimento da MSE (FELTRAN, 2011; EVANGELISTA, 2011).

É claro que existem muitas particularidades nas diferentes instituições no território nacional, se considerarmos que, até 2016, existiam 477 unidades socioeducativas no país, juntando as restritivas e as privativas de liberdade (BRASIL, 2018). Porém, a necessidade de construir propostas de atendimento cada vez mais alinhadas ao estabelecido no ECA é constatada, em alguma medida ou outra, em parte significativa das instituições:

[...] um breve olhar no interior dos espaços institucionais onde as ações socioeducativas são operacionalizadas, logo percebemos que elas não vem produzindo os efeitos desejados: a violência institucional permanece, as instituições de internação continuam sofrendo problemas de inadequação das bases físicas, insuficiências de investimentos de apoio às atividades técnicas; profissionais desestimulados, gestores despreparados, excesso de adolescentes confinados, insuficiência de recursos orçamentários, enfim, são obstáculos reais e permanentes a superar que vão de encontro a promessas não cumpridas, transmitidas pelas instituições de atendimento aos adolescentes, às suas famílias e a própria sociedade através das ditas ‘propostas pedagógicas’ (EVANGELISTA, 2011, p.66).

Um importante marco legal, nesse contexto, é a Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012), que passa a regulamentar, de forma mais homogênea no território nacional, a execução das MSE ao estabelecer os objetivos:

1. a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; 2. a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento (PIA); 3. a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (SINASE, 2012).

Os objetivos enfatizam a importância de que o jovem perceba a reprovabilidade de seu ato infracional e que possa se responsabilizar por seus atos, tendo seus direitos garantidos e sendo preparado para a integração social. Assim, as MSE têm caráter punitivo e educacional.

O PIA, na forma que está estabelecido pelo SINASE, é utilizado para “previsão, registro e gestão de atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” (BRASIL, 2012).

O PIA é elaborado pela equipe técnica do programa de atendimento associado à realidade e às demandas de cada jovem. Além disso, ele propõe que sejam definidos objetivos e formas de responsabilização do adolescente e de sua família com relação ao cumprimento da medida socioeducativa. Propostas específicas de atenção à saúde, integração e capacitação profissional também deverão ser explicitadas no PIA (BRUSIUS; MACHADO, 2016).

O PIA pressupõe que seja oferecido um atendimento individualizado a cada jovem associado às suas necessidades. Na realidade das instituições, nem sempre é possível oferecer o atendimento proposto no SINASE, devido às rotinas institucionais rígidas e a escassez de recursos e de oportunidades educacionais a serem oferecidas aos jovens.

Raniere (2014) critica as MSE tanto em relação à concepção quanto às ações socioeducativas propostas no SINASE (2006) que, segundo o autor, estão muito ligadas à noção de “utopia correcional”, originada com as instituições disciplinares no século XVIII, nas quais a noção de rotina é a peça-chave para a reeducação do indivíduo (FOUCAULT, 1987). “A partir do advento da socioeducação, a utopia correcional tende a avançar cada vez mais sobre a ‘identidade’ do adolescente” (RANIERE, 2014). Nesse sentido, além da rotina institucional como forma de reeducação do adolescente, o PIA, regulamentado a partir do SINASE (BRASIL, 2012), seria um instrumento direcionado para agir em relação às questões subjetivas de cada jovem que cumpre medida socioeducativa. Assim, a medida não estaria mais limitada ao cumprimento de um tempo específico de privação ou restrição da liberdade e de uma rotina, avançando para o estabelecimento de um plano individual para cada adolescente.

Cordeiro (2016, p. 68) aponta que a configuração do sistema normativo da justiça juvenil brasileira se dá em consonância com a racionalidade neoliberal e com a ética do “self-empendedor”. As práticas correcionais e a visão meritocrática também estariam dentro das unidades socioeducativas, e centralizam sua atenção em uma lógica individualizante que coloca o jovem como o único responsável pela situação. Tais práticas afastam-se de uma realidade de reciprocidade entre os diversos indivíduos e as instituições envolvidas no processo.

Os indivíduos são constituídos a partir de suas histórias, aspectos culturais, sociais e econômicos, pontos de vista importantes para que se possa refletir sobre como, no sistema de execução de medida, poderiam operar os fatores de risco e de proteção à reincidência do jovem

em situações de delitos. Sem dúvida, faz parte do aspecto sancionatório da medida explicitar “para o adolescente as condições e exigências que regulam a convivência coletiva, o contrato social que cimenta as relações entre os cidadãos onde estão instituídos os seus direitos e, também, os seus deveres com os demais membros de sua coletividade” (TEIXEIRA, 2013, p. 168). Por sua vez, a dimensão educacional da medida se expressa na garantia dos direitos do jovem e diz respeito às “experiências de formação e socialização do indivíduo quanto a seus valores, interesses, atitudes e comportamento, e ocorre nos mais diferentes grupos e instituições que compuseram e compõe o mundo atual do adolescente, onde se inclui o programa de MSE” (TEIXEIRA, 2013, p. 169). Percebe-se a importância do princípio da incompletude institucional e a possibilidade de que ela tenha maior efetividade em medidas com menor privação da liberdade, como a Internação com possibilidade de atividades externas (ICPAE) e a Semiliberdade.

De acordo com o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2014) a MSE de ICPAE visa proporcionar o retorno gradual à liberdade. Ela ocorre de forma planejada e monitorada. O jovem vivenciará a proposta do atendimento com o acompanhamento dos profissionais da unidade (BRASIL, 2014). Já a medida de semiliberdade, realiza-se através da “privação parcial da liberdade, com períodos de permanência nos centros de atendimento e períodos de atividades externas sem a presença da custódia, mas com o monitoramento da equipe de trabalho, família ou responsável e da rede de atendimento do município” (BRASIL, 2014).

O último levantamento sobre o número de adolescentes cumprindo MSE privativas de liberdade (internação e semiliberdade) no Brasil foi realizado em 30 de novembro de 2016. Este contabilizou o número de 26.450 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta jovens), sendo que, em 2009 (primeiro ano em que foi realizado este levantamento), havia 16.940. Os números demonstram um crescimento de quase 10.000 adolescentes internados, ou mais de 50 % desta população, no período de sete anos (BRASIL, 2018). Além do crescimento do número de jovens internados ao longo dos anos, chama atenção o número reduzido de jovens que cumprem MSE de semiliberdade, que, em 2016, constituiu apenas 8%, em detrimento a 92%, que cumprem medida de internação (IP, internação e outros) (BRASIL, 2018).

Refletir sobre as razões da não utilização da MSE prevista no ECA pode levar a algumas hipóteses, como, por exemplo, uma tendência a escolha de aplicação de medida mais punitiva para os jovens. Ainda, remete à dificuldade em propor e realizar atividades de integração comunitária para eles, já que na semiliberdade diversas ações são realizadas na comunidade e pela rede de atendimento, como escolarização, saúde, cursos profissionalizantes etc. Isso não

ocorre na MSE de internação, pois nela as atividades são realizadas dentro do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), que apresenta muito mais características de instituições totais. O Rio Grande do Sul encontrava-se na quinta posição entre os Estados brasileiros, contabilizando 1348 jovens internos na FASE (BRASIL, 2016).

Dados mais recentes demonstram que em 07 maio de 2019, 1252 jovens estavam cumprindo MSE de internação na FASE (FASE 2019), número bastante similar ao encontrado em 2016, no levantamento nacional. Destes, 74,7% tinham entre 16 e 18 anos de idade; 70% tinham entre o 5º e o 9º ano de escolaridade (FASE, 2019). O ato infracional mais frequentemente praticado pelos jovens era roubo, que correspondia a 41,9%, seguido por homicídio (19,5%), tráfico de entorpecentes (12,2%) e tentativa de homicídio (4,9%) (FASE, 2019).

Já dados mais recentes, do ano de 2020, demonstram uma diminuição significativa no número de jovens em cumprimento de MSE, na FASE. Essa mudança ocorreu devido à necessidade de atenuar os efeitos da pandemia COVID-19, guiadas pela Orientação 62 do Conselho Nacional de Justiça. Além disso, há também o julgamento do *Habeas Corpus* 43.988, pelo Superior Tribunal Federal (STF), no mês de agosto, determinando que as unidades socioeducativas não podem ultrapassar a capacidade projetada (FASE, 2021). “Essas circunstâncias aceleram o processo de declínio no número de socioeducandos(as) atendidos e impactaram no perfil desse público” (FASE, 2021).

Ao longo do ano de 2020, a FASE atendeu a média de 773 adolescentes, o que representa uma redução de 35,3% em relação à média de 2019. “Destaca-se que a média de socioeducandos(as) atendidos(as) em 2020 é a menor desde o ano de 2001” (FASE, 2021). O gênero masculino respondeu por 96,5% da média de adolescentes no ano, sendo 3,5% das internações de jovens do gênero feminino (nas unidades CASE Feminino e CAS POA Feminino), seguindo proporções semelhantes às registradas em anos anteriores, no Estado (FASE, 2021). Em relação à escolaridade, a maioria absoluta dos jovens tem Ensino Fundamental incompleto, o que, se comparado com a idade, demonstra um elevado índice de defasagem escolar. A idade de quase todos os adolescentes é compatível com a frequência no Ensino Médio, mas apenas 19,8% estavam cursando esse nível (FASE, 2021).

A maioria, 55% dos adolescentes internos na FASE, é branca. Apesar de a maioria ser branca, os pretos e pardos ainda estão em índice significativamente superior, se comparado ao índice da população em geral no Rio Grande do Sul. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, 5,6% dos habitantes do Estado eram pretos e 10,6% eram pardos, enquanto os brancos representavam 83,2% (FASE, 2021). Demonstra-se, assim, uma maior seletividade e

probabilidade de jovens negros serem privados de liberdade do que os demais, devido ao racismo estrutural que perpassa as diferentes instituições.

No ano de 2020, há uma mudança no perfil infracional dos adolescentes privados de liberdade, na comparação com o ano anterior, possivelmente em decorrência da orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da decisão do STF quanto à lotação dos centros socioeducativos (FASE, 2021). Os principais atos infracionais que motivaram o ingresso na FASE para os internos, em 30 de novembro, foram roubo (36,3%, em 2020, contra 40,7%, em 2019), homicídio (24,1%, em 2020, contra 18,8%, em 2019) e tráfico de entorpecentes (17,2%, em 2020, contra 14,6%, em 2019) (FASE, 2021).

Frente aos quadros estatísticos apresentados, faz-se importante esclarecer sobre a estrutura de atendimento da instituição que conta com treze unidades de internação e com dez unidades de semiliberdade. Na capital, estão localizadas seis unidades de internação e duas de semiliberdade. No interior, localizam-se sete unidades de internação e oito unidades de semiliberdade. Os jovens participantes deste estudo cumpriram MSE em unidades de Porto Alegre e região metropolitana do Vale do Rio dos Sinos, a saber:

- Centro de Atendimento Socioeducativo Novo Hamburgo (CASE NH) - destina-se à internação de adolescentes que cumprem medida de ISPAE e ICPAE, sob a jurisdição do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Novo Hamburgo.
- Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre I (CASE POA I) - destina-se ao atendimento de adolescentes originados do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre que cumprem medida de ISPAE e ICPAE.
- Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) - destina-se ao atendimento de adolescentes do gênero feminino que cumprem medida de Semiliberdade, Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE), Internação sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e Internação Provisória (IP), oriundas dos 10 Juizados da Infância e da Juventude do Rio Grande do Sul.
- Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique (CASE PC) - destina-se ao atendimento de adolescentes com medida de ISPAE e ICPAE, oriundos dos Juizados da Infância e da Juventude onde ainda não há unidades da Fase (Santa Cruz do Sul e Osório).
- Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIP-CS) - destina-se ao atendimento de adolescentes com medida de IP, adolescentes em regime de Regressão de Medida

do meio aberto e ao cumprimento de período de passagem até a definição da sua situação jurídica.

- Centro de Atendimento Semiliberdade São Leopoldo - destina-se à execução de MSE em Semiliberdade aos adolescentes com origem na região. Está sob jurisdição do Juizado da Infância e Juventude de Novo Hamburgo.
- Centro de Atendimento Semiliberdade Porto Alegre - destina-se à execução de MSE em Semiliberdade a adolescentes do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Cada uma das unidades mantém um Programa de Atendimento registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no qual estão explicitados o funcionamento e a organização da unidade, seus métodos e técnicas pedagógicas, bem como suas atividades coletivas (PEMSEIS, 2014).

2.2 SOBRE JOVENS

O tempo de vida da juventude é compreendido em sua dimensão biopsicossocial, sendo considerado, na atualidade, como um momento intermediário entre a vida infantil que finda e a preparação para a vida adulta. O ser humano, desde o nascimento, constitui sua subjetividade estabelecendo relações sociais e afetivas essenciais para o seu desenvolvimento. Durante a juventude, a interação com o meio social apresenta algumas especificidades, e o jovem se vê enfrentando novos desafios, participando de novos grupos sociais e estabelecendo relações diferenciadas das relações infantis, passando por constantes transformações.

As fases da vida não são um fenômeno puramente natural, mas, sim, datado social e historicamente, sendo elas inseparáveis do lento processo de constituição da modernidade, “do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e comportamentos” (PERALVA, 2007, p.15). Os costumes e comportamentos de cada idade da vida vão sendo moldados pelas instituições modernas, que incidem na subjetividade, na cultura e na sociedade como um todo. Ao abordarmos a temática dos jovens na contemporaneidade é possível relacioná-la com as instituições que são planejadas e destinadas para a socialização, como a família, a escola, os cursos de preparação para a entrada no mercado de trabalho, entre outros. Assim, as relações que são estabelecidas com os jovens são, na maioria das vezes, nesses espaços, que exigem deles uma constante adaptação a lugares e processos.

Mesmo com jovens participando de constantes processos de socialização das instituições, verifica-se que o estabelecimento de um padrão para conceituar a juventude tem se tornado uma forma cada vez mais ineficaz para a compreensão desse momento da vida. Não existe apenas um modo de ser jovem, e pode-se utilizar a noção de “juventudes”, no plural, para enfatizar a diversidade das vivências da juventude. Neste sentido, Gadea (2015, p. 23) refere que “as sociedades contemporâneas são demasiadamente diferenciadas e policontextuais, e as experiências dos jovens devem ser analisadas a partir de múltiplas filiações identitárias correspondentes às necessidades e negociações contínuas no seu cotidiano”.

A relação que os jovens estabelecem entre os pares, no grupo, apresenta-se como forma de sociabilidade bastante peculiar e marcante dessa fase da vida, mantendo ligação com a multiplicidade de modos de ser dos adolescentes. A vivência coletiva permite a experimentação da entrada em um mundo social mais amplo do que o mundo da infância. Nesse processo, o jovem consegue agir de forma mais independente, tendo maior protagonismo. No entanto, não está sozinho, conta com o apoio do grupo. Além disso, nas situações grupais, os jovens passam por experiências importantes, nas quais percebe-se que

[...] entram em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentidos, que dizem quem ele é, quem é o mundo, quem são os outros. É o nível do grupo social, no qual os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria. (DAYRELL, 2007, p.160).

Historicamente, observam-se os movimentos coletivos entre jovens tendo origem na cultura ocidental; surgindo de forma constante, a partir dos anos 50, ou seja, no período após a segunda guerra mundial (FEIXA; NOFRE, 2012). Algumas contribuições teóricas importantes auxiliam na compreensão do fenômeno. Maffesoli (2010), a partir de estudos sobre grupos sociais da juventude na contemporaneidade, enfatiza o considerável significado que uma nova forma de estabelecimento de grupo social vem adquirindo na constituição da vida humana, destacando-se por sua dimensão efetiva e sensível. Esse seria um agrupamento que se caracteriza pela efemeridade e pela fluidez, no qual a estética é valorizada. O autor o denomina como fenômeno de neotribalização, classificando-o em detrimento de grupos unidos por uma via de racionalidade, com uma finalidade específica, que acabariam desencadeando processos de isolamento do indivíduo (MAFFESOLI, 2010). Para ele, nesses grupos, o “estar junto” seria

o ponto fundamental: “antes de qualquer outra determinação ou qualificação, ele consiste nessa espontaneidade vital que assegura a uma cultura sua força e sua solidez específicas” (MAFFESOLI, 2010, p. 141).

Já a concepção de culturas juvenis reconhece a heterogeneidade presente nesse contexto e parece ampliar a compreensão sobre as associações entre os jovens. É importante enfatizar que se diferencia o termo cultura de subcultura, para evitar uma conotação permanente de desviante, na qual os jovens são comumente alocados (FEIXA; NOFRE, 2012). As culturas juvenis referem em relação “a forma na qual coletivamente os jovens expressam as suas práticas e experiências sociais mediante a (re)produção de estilos de vida diferenciados, sobretudo no campo do tempo livre e dos espaços intertêstiais na vida institucional” (FEIXA; NOFRE, 2012, p.02 - tradução nossa).

Destaca-se, por fim, que tanto a “neotribalização” quanto as “culturas juvenis” emergem justamente naquilo que escapa às instituições socializadoras formais, operando com espaços e com tempos específicos dos jovens, mostrando serem constituídas de movimentos de maior independência em relação ao mundo adulto. Complementando ambas as concepções, Magnani (2005) propõe a denominação “circuitos de jovens” para o tema do comportamento dos jovens nos grandes centros urbanos, privilegiando a inserção nas paisagens urbanas.

A ideia era levar em conta tanto os atores sociais com suas especificidades (determinações estruturais, símbolos, sinais de pertencimento, escolhas, valores etc.), como o espaço com o qual interagem – mas não na qualidade de mero cenário, e sim como produto da prática social acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço. (MAGNANI, 2005, p. 177).

Utiliza-se o termo “circuito” para mostrar que, embora pertencentes a determinados espaços físicos, é permitido extrapolá-los, “mesmo na metrópole, proporcionando recortes não restritos a seu território” (MAGNANI, 2005, p. 178). Sendo assim, considerando a multiplicidade de formas de expressão do modo de ser jovem, eles ocuparão determinados lugares e realizarão deslocamentos próprios que se configurarão em circuitos específicos.

Essas referências parecem demarcar categorias importantes, ao estudar-se sobre a realidade dos jovens. Na atualidade, não se pode deixar de destacar a importância da cibercultura na realidade social. Os jovens se colocam como precursores, até mesmo quando não têm acesso pleno às novas tecnologias, e isso constitui uma marca social importante, que deve ser levada em conta, devido ao impacto da realidade digital na sociedade e, especialmente, na juventude.

As tecnologias são oferecidas pelas empresas ao público jovem que, quando as utiliza, torna-se produtor

[...] de aparelhos tecnológicos, de tecnologias, de recursos, de linguagens e usos não previstos destas tecnologias pelas empresas que as criaram, mas os jovens as apropriam e as utilizam [...] como as tecnologias vão se modificando com o uso e como vão se unindo os corpos às máquinas, como vão se convertendo em ciberculturas juvenis, sem ser uma avaliação pejorativa, mas, sim, um dado de realidade que todos temos que levar em conta. (OLIVEIRA et al., 2018, p. 317).

Logo, pensar em determinados grupos de jovens requer refletir sobre o tempo histórico em que vivem, as transformações pelas quais a sociedade está passando e o papel das instituições neste processo. É também fundamental poder perceber as especificidades de cada contexto social e relacional em que o jovem está inserido.

2.3 SOBRE OS JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Apresentam-se e analisam-se, neste momento, estudos em relação aos jovens egressos de MSE que estão relacionados a esta pesquisa. Salienta-se que a produção de conhecimento em relação a essa temática é ainda bastante restrita, o que, por um lado, restringe as discussões que serão realizadas, mas, por outro lado, demonstra a importância da realização de estudos sobre o presente tema.

No contexto do Rio Grande do Sul, inicia-se com uma matéria jornalística publicada no Jornal Zero Hora, no ano de 2012. A série de reportagens, chamada *Meninos Condenados*, mostrou o destino de 162 adolescentes internados na FASE, em 01 janeiro de 2002, após o período de 10 anos da internação (IRION; COSTA, 2012a). Os entrevistados representavam a totalidade de adolescentes que cumpriam MSE naquela data, na Comunidade Socioeducativa, uma das unidades da FASE, na capital. Os jovens narram uma realidade bastante preocupante: dos 162 jovens, 48 (29,6 %) estavam mortos, dos quais 41 (quarenta e um) (25,3%) sofreram mortes violentas.

Isso significa que mais do que 1, entre 4 internos, veio a falecer por morte violenta, naquele período (IRION; COSTA, 2012a). Para se fazer um comparativo, verifica-se que essa taxa de mortalidade é 199 vezes maior do que a taxa de óbitos de jovens, de 15 a 29 anos, no Brasil, no ano de 2012, que era de 0,1489 ou 148,9, a cada 100.000 habitantes (WASELFSZ, 2014, p. 29). A reportagem mostrou, ainda, que apenas dois jovens que cumpriram medida socioeducativa, à época, não tinham novos registros de ocorrências policiais. Um deles,

Natanael, é vendedor e evangelizador, o outro, Rafael, trabalha como marceneiro (IRION; COSTA, 2012b).

Silva (2016) realizou um estudo sobre a mortalidade dos egressos das unidades de internação da FASE localizadas em Porto Alegre, entre os anos de 2002-2012, e apontou o elevado risco de morte entre os jovens, se comparados aos demais. A pesquisa foi realizada com a totalidade dos egressos, entre janeiro de 2002 e dezembro de 2012, totalizando 8.365 jovens. Foram excluídos 75 (0,89%) adolescentes, em virtude da inexistência de informações sobre a data de nascimento e/ou filiação materna. Portanto, permaneceu-se com 8.290 egressos. Com relação à mortalidade, registra-se 784 adolescentes com óbito confirmado, até dezembro de 2014, ou seja, 9,46% (SILVA, 2016).

Um estudo recente e amplo sobre a avaliação de impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo³ (Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2018) observou, no período de abril a julho, todos os egressos da FASE da regional de Porto Alegre, dos anos de 2012 e 2013. Tal pesquisa apontou que a mortalidade entre os egressos é elevada, demonstrando que 14,7% dos pesquisados vieram a óbito (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018).

As taxas de óbito indicadas, ainda hoje, são altas, mesmo que menores do que as encontrada na série *Meninos Condenados* (29,6%). O estudo mais recente com todos os jovens egressos da FASE da regional de Porto Alegre aponta uma alta taxa de óbito, que passa de 9,46% (SILVA, 2016) para 14,7% (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018). Sobre a reincidência, em *Meninos Condenados* consta 98,8% (IRION; COSTA, 2012b) e a “Avaliação do impacto do POD” registra 71,7% (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018).

A reportagem *Meninos Condenados* investigou o destino dos adolescentes da Comunidade Socioeducativa, que é uma unidade da FASE considerada de alta contenção institucional, destinada a jovens com maior idade, com histórico de reincidência na FASE e em atos infracionais, com envolvimento em ocorrências disciplinares e delitos mais gravosos. Segundo a reportagem, que criticou fortemente a proposta de atendimento socioeducativo prestada na unidade da FASE, o local não apresentaria condições para que os adolescentes desenvolvam formas para reintegrarem-se socialmente (IRION; COSTA, 2012a), após o cumprimento da medida de internação.

³ O Programa de Oportunidade e Direitos foi instituído pela Lei Estadual nº 13.122, de 09 de janeiro de 2009, e atualizado até a Lei nº 14.228, de 15 de abril de 2013, que institui o Programa RS socioeducativo e dá outras providências.

Já os dados encontrados na “Avaliação de Impacto POD Socioeducativo” (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018) e no estudo específico sobre a mortalidade dos egressos 2002-2012, de Silva (2016), originam-se em pesquisas realizadas em mais de uma unidade e contemplam todos os egressos em MSE da FASE da regional de Porto Alegre, inclusive adolescentes internados pela primeira vez e com delitos de menor gravidade.

As pesquisas em questão, embora focadas em objetos de mesma natureza, diferenciam-se em método e procedimentos analíticos, o que pode explicar as divergências em relação à reincidência e à mortalidade de jovens egressos, indicando índices mais elevados entre aqueles que cumpriam medida na Comunidade Socioeducativa. Sobre as altas chances de mortalidade entre os jovens, percebe-se que essa é uma realidade que já faz parte da vida dos egressos e de suas famílias. Nesse sentido, Pimenta (2014) refere que, para muitos deles, principalmente os do sexo masculino e vivendo em contextos urbanos de grande exposição à violência, a própria perspectiva de chegar à idade adulta encontra-se ameaçada.

O estudo “Avaliação de Impacto POD Socioeducativo” foi realizado para medir os resultados de uma política pública. Ele demonstra um contexto de maior investimento público na integração dos adolescentes egressos da FASE, e indica que a mortalidade entre os jovens que aderiram ao programa POD socioeducativo foi de 8%. Entre os que não aderiram, foi de 17% (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018). A chance de óbito dos não participantes é 2,42 vezes maior do que a dos participantes. Sobre a reincidência, verificou-se que, entre os não participantes do POD, é de 82%; quando em relação aos que participaram do programa, é de 70% (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018).

É importante perceber essas diferenças para focar em ações que promovam maiores oportunidades de vida, de liberdade e de dignidade para os jovens. Os dados apresentados ilustram a realidade de adolescente que pratica algum ato infracional e a influência do contexto, que se destaca pela precariedade, em termos de garantia de direitos humanos básicos (OLIVEIRA, 2001; SOARES, 2005; DIÓGENES, 1998). Fica evidente que o investimento em termos de garantia de direitos aos jovens oferece o retorno de redução da violência. Contudo, ele ainda é insuficiente diante da complexa realidade dos egressos de MSE.

Para Soares (2005), adolescentes que se envolvem em atos infracionais sofrem invisibilidade social por não possuírem os atributos pelos quais possam ser realmente olhados, por não chamarem atenção para si e não se sentirem pertencendo ao mundo dos adultos. O estado de invisibilidade social “é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da

rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo e indiferença, culminando com a estigmatização” (SOARES, 2005, p. 205). Gadea (2011) faz referência ao não reconhecimento mútuo como uma forma da violência encontrar brechas para surgir, referindo que ela fornece sentido social; define-se como uma situação específica de desequilíbrios da ordem da indignação, da invisibilidade e da exclusão social.

Os jovens que se envolvem com a violência deixam explícito que os regramentos básicos da socialização, da forma como oferecidos, não estão produzindo sentido para as suas vidas. É possível que se sintam excluídos do processo, o que se torna explícito em seus atos de violência, que subvertem a lógica das regras do jogo social. Segundo Gadea (2015, p.36), a violência intersubjetiva deve ser compreendida no contexto de uma série de mudanças sociais recentes, de enorme significado. A violência, enquanto produzida na ordem do conflito intersubjetivo, deve definir-se como uma linguagem, como uma maneira de expressar carências ou desarranjos nos mecanismos diversos de interação social “[...] a violência pode ser uma forma de ‘falar’ quando outros meios de expressão social estão ausentes” (GADEA, 2015, p.36).

Ao trazermos esse entendimento para a realidade de jovens que cumprem MSE de internação, podemos pensar que “os atos de violência representam estratégias de sobrevivência dos jovens. A chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou de sobrevivência de setores excluídos” (SANTOS; TEIXEIRA; RUSSO, 2011, p.16).

Para Becker (2008), é sempre necessário perceber o contexto no qual as pessoas realizam as transgressões das regras, ou seja, os delitos. A abordagem do autor reforça que o “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (BECKER, 2008, p.28). Quanto à interação, existem inúmeros fatores, tais como aspectos culturais, políticos e econômicos, que podem ser descritos como motivações que influenciam o fato do comportamento de alguém ser considerado como desviante ou *outsider*.

Wacquant (2003) estuda a forma como as pessoas pobres e miseráveis são estrategicamente mais punidas pelos seus atos, para poderem ser controladas em um Estado que não oferece políticas de bem-estar social aos cidadãos, especialmente aos em situação econômica precária. A definição dos comportamentos desviantes e sua punição, nesse caso, seriam influenciadas diretamente por interesses de manutenção de certos poderes políticos e econômicos. É assim que os *outsiders* são criados, isto é, na interação entre os sujeitos e seus grupos. Nesse ínterim, ficam as questões: “em que medidas e circunstâncias as pessoas tentam

impor suas regras a outros que não as aprovam? [...] quem, de fato, obriga outros a aceitar suas regras e quais são as causas de seu sucesso?” (BECKER, 2008, p. 27).

Para Becker (2008, p. 27), “as sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas”. Tal circunstância dificulta mais ainda acordos sobre as regras de convivência, que são

[...] altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais [...] os problemas que eles enfrentam ao lidar com o seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes tipos de regras. (BECKER, 2008, p. 27).

Assim, tem-se a situação da criação, da imposição e do cumprimento das regras como altamente relacionada ao contexto social específico. Neste sentido, o autor supramencionado, (IDEM, 2008, p. 29) ressalta que as “diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras”. Nesse caso, o autor exemplifica que “distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros” (ID IBIDEM, p.30).

No que tange aos jovens egressos, muitas vezes o delito que os trouxe para cumprir medida, seja roubo ou o tráfico de drogas, por exemplo, era um comportamento já conhecido em suas interações sociais. Para além, ocorre também de o adolescente pertencer a um grupo social no qual tais delitos são praticados e tem um significado relevante frente aos demais. Feltran (2011) refere que existe um “mundo do crime”, que envolve uma série de referências e formas de sociabilidade na vida dos jovens. A através do caso de um rapaz, que aos 15 anos se vê no mundo do crime, o autor explica: “o risco de morte cresce, as trocas de tiros são mais frequentes, a violência armada passa a mediar não apenas as ações criminosas, mas com frequência também a sociabilidade cotidiana” (FELTRAN, 2011, p. 78).

Aos poucos, algumas insatisfações com o mundo do crime começam a surgir e, junto delas, a primeira prisão na FEBEM que, para Feltran (2011), constitui-se como um rito de passagem na vida de um jovem de periferia que cometeu ato infracional. A partir de então, as suas principais relações serão aquelas mediadas pela institucionalidade criminal. Passar a não praticar mais delitos, em diversos casos, significa sair do “mundo do crime”. Isso demanda do jovem muito esforço subjetivo, no sentido de romper vínculos, estabelecendo novas interações sociais junto a outros grupos. Além disso, após passar pelo processo de institucionalização, o

jovem torna-se rotulado como uma pessoa que pratica crimes, podendo ser mais facilmente acusado, seja por sua comunidade ou seja pelas instituições policiais e judiciárias.

Evangelista (2011) realizou estudo sobre jovens egressos de MSE privativas de liberdade do sistema Ceduc/Fundac, no Rio Grande do norte, buscando “investigar quais são as chances dos jovens se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania, em uma sociedade que lhes nega acesso a direitos básicos” (p. 21). Utilizando a história oral como método de coleta de dados, o pesquisador entrevistou 23 jovens, com idades entre 19 e 26 anos, todos egressos entre os anos de 2002 e 2005. Com relação ao contexto familiar do grupo, foi constatada extrema pobreza material e fragilidade nos laços familiares, devido ao longo período de institucionalização. O maior vínculo deles era com a mãe, pessoa reconhecida como sendo a que mais lhes auxilia e que “clama para que o filho saia do mundo do crime, deixe de usar drogas e, sobretudo, não se envolva com más companhias” (p. 128).

É perceptível a expectativa, entre os familiares, de que o egresso saia da instituição com maiores condições de contribuir economicamente com o grupo familiar. Porém, isso não ocorreu, pois não eram oferecidas experiências de escolarização ou de profissionalização significativas enquanto eles cumpriam MSE de internação (EVANGELISTA, 2011). Outro ponto a ser destacado é o de que, entre os egressos, há interesse pela formação da própria família, com companheiro e filhos. Geralmente, é o que acontece. Contudo, eles dificilmente encontram meios para prover economicamente as necessidades do grupo familiar, passando a depender dos pais, dos sogros, de programas de governo ou da reincidência em delitos, para sobreviver (EVANGELISTA, 2011). Sendo assim, são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos egressos em âmbito familiar e todas parecem fazer parte de um ciclo que não está sendo rompido com a simples institucionalização do jovem. Pelo contrário, da forma como a internação ocorre, segundo o caso apresentado, algumas situações se agravam.

Quanto à possibilidade de escolarização, o quadro não parece menos complexo. Evangelista (2011) não encontrou nenhuma contribuição da instituição de internação. Pelo contrário, a situação de escolaridade dos egressos pareceu se agravar durante o período de reclusão. Constatou-se que eles não frequentam a escola, após o desligamento, com raras exceções. Por um lado, existem limitações das próprias escolas, como infraestrutura, insuficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos e, ainda, inadequação dos currículos à realidade dos jovens. Por outro lado, existe a pobreza de si mesmos e de suas famílias, o desemprego, a subnutrição e a obrigação de trabalhar precocemente para auxiliar no sustento do grupo familiar. Para os egressos, a realidade escolar pode representar “uma via efetiva de acesso ao exercício da cidadania”, ao mesmo tempo em que “[...] pode se tornar um

mecanismo de exclusão e rejeição social" (EVANGELISTA, 2011, p.143), já que as escolas não são pensadas e organizadas para acolher jovens provenientes desse tipo de situação, o que gera uma nova desvinculação do adolescente e uma reedição de seu sentimento de fracasso.

A relação do egresso com a comunidade foi abordada a partir de diversas perspectivas, devido à complexidade das relações sociais. Observou-se a valorização do bairro onde vivem, devido às amizades de infância e de adolescência, preservadas assim como as lembranças. A comunidade é o local onde eles encontram a quem recorrer, proporcionando-lhes reconhecimento e sentimento de pertencimento (EVANGELISTA, 2011). Foi verificado que, após a internação, os jovens não participavam mais das galeras e das gangues das quais faziam parte anteriormente e com as quais costumavam praticar delitos. “As galeras ou gangues inserem-se dentro de uma rede de proteção paralela, em que a circularidade da violência condensa proteção e agressão, em que atacar torna-se regra básica da segurança” (DIÓGENES, 1998, p. 118).

Aparentemente, a prática de delitos, no momento pós-institucionalização, sugere mais uma forma de sobrevivência econômica do que uma necessidade de estar dentro da rede de proteção oferecida pelas gangues. É notório, também, que os adolescentes apresentam dificuldade de vincularem-se em outro tipo de atividade comunitária, o que, por vezes, pode acontecer até pela ausência de oportunidades no local onde vivem (EVANGELISTA, 2011). Muitos egressos acabam vivendo um segundo tipo de encarceramento em sua própria residência, ociosos ou auxiliando a família nos trabalhos domésticos (IDEM, 2011).

No que tange ao trabalho, a maioria dos egressos já tinha experiência laborativa (geralmente, entre 7 e 12 anos de idade começaram a trabalhar) antes da internação, a fim de auxiliar no sustento da família. Os trabalhos desenvolvidos por eles caracterizavam-se por serem ocupações temporárias e incertas. Após o desligamento da instituição, eles encontravam-se desempregados: “os poucos que estavam trabalhando eram jovens do sexo feminino, desempenhando emprego doméstico, sem registro em carteira e com salários irrisórios, inferiores a ¼ do salário-mínimo” (ID IBIDEM, p. 85).

Em relação ao CEDUC, a maioria dos egressos manifestou uma percepção negativa, acreditando que a instituição representou apenas uma ajuda que não teve importância o suficiente para modificar sua situação de vida (ID IBIDEM). Foi observado que as egressas da unidade feminina

[...] manifestaram percepção bem mais positiva de sua instituição do que os jovens da unidade masculina. [...] Uma das razões pode ser o pequeno número de meninas

cumprindo medida privativa de liberdade, o que possibilita um atendimento mais individualizado e humanizado. (EVANGELISTA, p. 2011, p. 209).

O estudo de Evangelista sobre a realidade dos egressos de uma unidade de internação e suas relações sociais é bastante esclarecedor. Nele vislumbram-se as consequências de uma série de situações precárias pelas quais os jovens passam, entre elas a fragilidade das propostas pedagógicas da unidade de internação, que reflete bastante a realidade do país. O autor elaborou um estudo qualitativo sobre a realidade de 23 egressos, tendo lhe chamado a atenção, durante a seleção dos participantes da pesquisa, a alta taxa de mortalidade entre eles, assim como a reincidência em delitos, que chegou a 73,91%.

Dos casos analisados pelo pesquisador, há o de um jovem que não voltou a se envolver com delitos e, segundo o qual, em entrevista, havia começado a criar galinhas de raça e porcos, para fornecer carne para um pequeno açougue perto de casa, no qual também ajudava a matar animais. O jovem conta que passa o dia cuidando dos porcos e que faz qualquer serviço em um frigorífico perto de casa, no qual recebe carne como pagamento. Há também a situação de uma egressa, entre os entrevistados por Evangelista (2011), que trabalha com carteira assinada, graças ao Programa Primeiro Emprego, que incentiva o trabalho de jovens, apoiado pela Petrobrás. Ela diz desenvolver atividades de apoio administrativo no complexo Sesi/Senai e que recebia, na época, em torno de R\$ 600 mensais.

A partir das reflexões suscitadas pelos estudos apresentados, percebem-se diversos fatores que expõem os jovens ao contexto de violência. São demonstradas suas dificuldades de sobrevivência, após o cumprimento de medida socioeducativa, devido ao risco de morte muito elevado e ao contexto de violação de direitos em que vivem. A garantia de direitos mostrou-se como um fator de proteção ao não envolvimento do jovem com a violência, diminuindo o risco de morte e a reincidência em delitos.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este é um estudo predominantemente qualitativo, sendo os dados quantitativos compreendidos apenas como suportes para as análises. Como forma de coleta de dados, realizam-se entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas com a autorização dos jovens (Apêndice A - modelo de entrevista); observação participante e análise de documentos.

As entrevistas semiestruturadas buscam promover “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002 p. 65) e foram elaboradas a partir de tópicos guias, com o propósito de abranger os objetivos da pesquisa. As questões iniciais buscam compreender o contexto do jovem atualmente, incluindo escolaridade, composição familiar e profissão. Após, adentra-se no tema do envolvimento do jovem com o delito e a sua vida naquele período. Outro tema tratado é a percepção do jovem em relação à medida cumprida na FASE. Por fim, questiona-se em relação às mudanças ocorridas na vida dos jovens e especialmente em relação aos fatores que eles percebem como tendo contribuído para o próprio afastamento das situações de violência. Em relação aos fatores de mudança, nos tópicos guias da entrevista dá-se especial ênfase às relações sociais de apoio aos jovens e às instituições: FASE, família, escola; e ao tema trabalho. Além disso, questiona-se sobre fatores como o preconceito racial e também por já terem se envolvido em delitos e cumprido medida socioeducativa.

A observação participante deu-se a partir das vivências da pesquisadora, trabalhando com jovens em unidades de internação e durante os encontros com eles, no contexto das entrevistas. As observações estão registradas em diário de campo. Na observação participante, tem-se a oportunidade de vivenciar o fluxo contínuo da vida cotidiana, sendo possível perceber outras linguagens que, na técnica de entrevista, ficam reduzidas à expressão verbal (FONSECA, 1999), justificando-se, portanto, a sua utilização neste estudo. A análise de documentos ocorreu nos prontuários que os jovens tinham na FASE. O prontuário é o conjunto ordenado de documentos e anotações referentes ao adolescente e ao cumprimento da medida. Destina-se ao registro de todo o acompanhamento do atendimento do adolescente, desde o ingresso até o desligamento, efetuados pelos membros da Equipe Diretiva e Técnica (PEMSEIS, 2014). As informações coletadas nos prontuários complementam e esclarecem aspectos relevantes trazidos pelos entrevistados.

Por esta pesquisa envolver seres humanos, são respeitados os requisitos da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os jovens que participam do

estudo estão cientes e de acordo com o conteúdo e com o uso dos dados por esta tese, a partir do esclarecimento em relação às principais informações, via assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE). Os nomes de jovens e outros nomes citados durante as entrevistas, bem como de empresas, são fictícios. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, através do CAAE: 24833019.7.0000.5344 e do parecer 3.710.351, sendo subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Sendo assim, participam do estudo 16 jovens e dois adultos egressos de Unidades da FASE localizadas em Porto Alegre e no Vale do Rio dos Sinos - região metropolitana de Porto Alegre. Busca-se entrevistar jovens que já haviam saído da FASE há mais de um ano e que não tinham tido mais envolvimento em delitos, após o cumprimento da MSE privativa de liberdade. Durante a entrevista, dois jovens revelam reincidência em delitos em período posterior ao cumprimento da MSE, porém, atualmente, afirmam afastamento de situações de violência.

Nesta pesquisa, utiliza-se, ainda, para a escolha dos participantes a amostragem por bola de neve, que não é probabilística e emprega cadeias de referências sociais para analisar determinados grupos difíceis de serem acessados (VINUTO, 2014), como os jovens egressos de MSE. Neste caso, “lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral” (VINUTO, 2014, p. 203). Assim, para esta pesquisa, conta-se com a própria pesquisadora como informante-chave, por trabalhar como psicóloga no CASE NH, por conhecer outros informantes-chave e por ter lembranças de jovens e de suas trajetórias, durante o período de internação. Com esse ponto de partida, obteve-se apoio de trabalhadores e extrabalhadores da equipe técnica e da direção do CASE NH, e das outras unidades da FASE para identificar quais jovens não haviam reincidido na prática de delitos, após o cumprimento da MSE e estariam disponíveis para participar do estudo.

Assim, com informações do CASE NH chega-se inicialmente a três nomes: José, Tiago e Lucas. Os jovens foram contatados através do aplicativo *Messenger*, do *Facebook*. Todos aceitaram participar da pesquisa. José indicou mais três jovens, também egressos do CASE NH: Renato, Jonatan e Júlio, para participarem do estudo, contatando-os previamente e posteriormente compartilhando com esta pesquisadora seus números de *WhatsApp*. Henrique foi contatado pela pesquisadora através de número de *WhatsApp* registrado em prontuário e Rafael, amigo de Henrique, foi por ele indicado para participar deste estudo. Com Rafael a pesquisadora principiou contato via *WhatsApp*. Os nomes de Maísa e de Álvaro foram indicados

também por trabalhadoras da equipe de analistas do CASE NH. Ambos foram contatados pelos números de *WhatsApp*.

Paulo foi indicado por uma ex-trabalhadora do CASE NH, que o conheceu em 1999, quando trabalhava no CASE PC. Ela forneceu o número do *WhatsApp* do jovem. A assistente social do CASEF indiciou Mariana e Melissa para serem entrevistadas, fornecendo o número de *WhatsApp* de ambas. Já a coordenadora do Ceconp, indicou três jovens egressos do CASE POA I: Alex, Fábio e Vinícius. Os jovens, à época, ainda eram acompanhados por ela, sendo que Alex e Fábio eram bastante auxiliados devido às suas vulnerabilidades, agravadas pela pandemia do Coronavírus. Por fim, André, conhecido desta pesquisadora devido a suas apresentações na banda do CASE PC, foi localizado com ajuda da psicóloga do CASE PC, ingressando neste estudo, após contato via *Direct*, da rede social *Instagram*.

Para melhor compreensão da constituição da amostra, construiu-se um esquema no qual é possível visualizar como os informantes-chave auxiliaram nas indicações dos participantes da pesquisa:

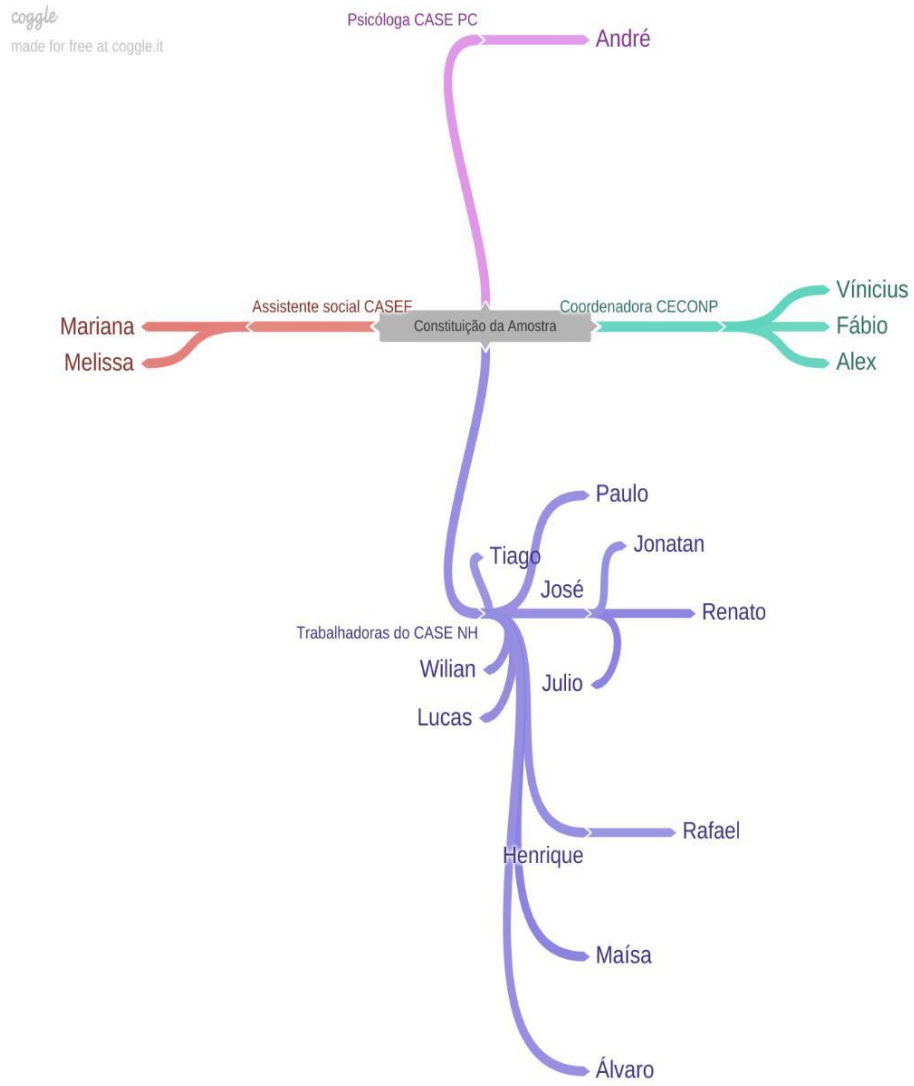


Figura 1 - Informantes-chave

O uso das redes sociais (*Facebook e Instagram*) como forma de localização dos jovens foi fundamental para a constituição da amostra. Neste percurso, realizou-se contato via *Whatsapp, Messenger e Direct* com muitos outros jovens, além dos supramencionados, conhecidos ou indicados por funcionários da FASE à pesquisadora. Muitos jovens não visualizaram ou não responderam às mensagens. Outros responderam que não conseguiriam participar e alguns desistiram, quando chegou próximo da data da entrevista, ou até mesmo no dia e horário marcado para sua realização.

Apesar das recusas e das desistências serem comuns em pesquisas, sendo a participação dos entrevistados um processo voluntário, reflete-se sobre algumas razões que podem ter levado à desistência ou a não participação dos jovens. Para muitos deles, é possível que a participação na entrevista os relembrasse de situações que estão tentando abandonar, pois muitos referem-se à prática do ato infracional e ao período de internação como sendo processos difíceis e dolorosos, manifestando desejo de os esquecer. Esse aspecto, inclusive, foi verificado em algumas das entrevistas realizadas por esta pesquisadora. Outra possibilidade pode estar associada à timidez ou à desconfiança de falar sobre a própria vida com uma pessoa desconhecida e com uma finalidade que, embora seja explicada a eles, podem não confiar ou acreditar totalmente. Prova disso a pesquisadora obteve no relato de um jovem apto a participar do estudo, que afirmou falar sobre os temas proposto pela entrevista apenas com pessoas de sua família. Na mesma direção, outro jovem enviou imagens à pesquisadora com a intenção de comprovar as mudanças em sua vida, mas também não quis participar da entrevista.

Diante disso, percebeu-se a necessidade, para que os jovens participassem da pesquisa, do estabelecimento de vínculo e de confiança entre a pesquisadora e eles, seja fundamentado na relação anterior dela com os participantes-alvo ou na ligação entre eles e a pessoa que os indicou como aptos para o estudo. Alguns dos participantes compareceram para entrevista estando gratos por poderem contribuir e relatar a sua história e demonstrando entusiasmo por poderem participar do estudo. Assim, chegou-se à amostra de 18 participantes, número suficiente por abranger diferentes trajetórias, todas elas capazes de análise à luz dos objetivos deste estudo, realizado predominantemente partindo-se da percepção dos próprios jovens em relação ao que vivenciaram. “Somente se pode entender os efeitos da estrutura social sobre as oportunidades de vida, as subculturas, as normas sociais e outras formas de comportamento comuns, percebendo-as a partir do ponto de vista do ator” (PICO; SERRA, 2010, p. 145, tradução nossa).

Por vezes, essa percepção foi complementada por informações que constavam nos prontuários dos entrevistados ou pela observação participante, tanto em relação à vivência da

medida socioeducativas quanto ao momento das entrevistas. Isso porque as atitudes individuais não podem ser interpretadas isoladamente, mas sim no contexto de vida das pessoas. Para tanto, a autobiografia dos indivíduos estará socialmente delimitada e, assim, desde o início, as estruturas subjetivas de significação se desenvolvem em situações intersubjetivas e situam-se em contextos de sentido socialmente validados (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009).

Assim, levar em consideração os sentidos atribuídos às ações dos jovens é relevante para a compreensão do fenômeno-alvo desta investigação, uma vez que o marco analítico da memória coletiva está presente na forma de compreender os dados coletados. A medida em que os entrevistados respondem à entrevista, a partir de vivências intersubjetivas que ocorreram em um tempo que já passou, eles evocam lembranças relacionadas com eventos passados e presentes que podem ajudar a construir a projeção do próprio futuro. A dimensão social das recordações está sempre presente, já que as causas que determinam a recordação das “lembranças não dependem ou dependem apenas imperfeitamente de nós, isto não acontece porque sejam inconscientes, mas porque em parte são exteriores a nós e sobre cada uma delas exercemos uma influência muito pequena” (HALBWACHS, 2003, p. 57).

Os jovens foram entrevistados entre dezembro de 2019 e outubro de 2020. Três jovens foram entrevistados antes da pandemia do Coronavírus e os demais durante a pandemia. As entrevistas foram realizadas em locais nos quais os jovens se sentissem confortáveis e na companhia de quem gostariam de estar. Dessa maneira, foram realizadas entrevistas em praças públicas, lanchonetes, posto de gasolina, sindicato, CASE NH, CECONP, local de trabalho dos jovens, área de lazer de condomínio e na própria residência dos jovens que, neste caso, estavam sempre na companhia de suas famílias. Alguns compareceram sozinhos às entrevistas, outros trouxeram familiares, como a sogra e, especialmente, esposas e filhos.

A pandemia COVID-19 influenciou a programação da coleta de dados, dificultando a aproximação com os participantes da pesquisa, em virtude dos protocolos sanitários e medidas de isolamento social adotados. O ambiente tornou-se tenso e a atual situação de crise na saúde afetou a vida de todos os envolvidos, da pesquisadora aos participantes. Porém, mesmo diante deste desafio, considerou-se fundamental manter-se a realização das entrevistas de forma presencial, devido ao tema que seria abordado e ao necessário estabelecimento de vinculação e confiança com os jovens. Sendo assim, na realização das entrevistas, foram seguidos os protocolos sanitários para prevenção do Coronavírus, como distanciamento social, ambiente arejado, o uso de máscara e o uso de álcool gel. A coleta de dados exigiu o deslocamento da pesquisadora para diferentes cidades, devido à residência dos jovens ou a opção deles em relação ao local para realizarem a entrevista.

Abaixo, no mapa, é possível visualizar, através de pontos de diferentes cores, os locais em que as entrevistas ocorreram:

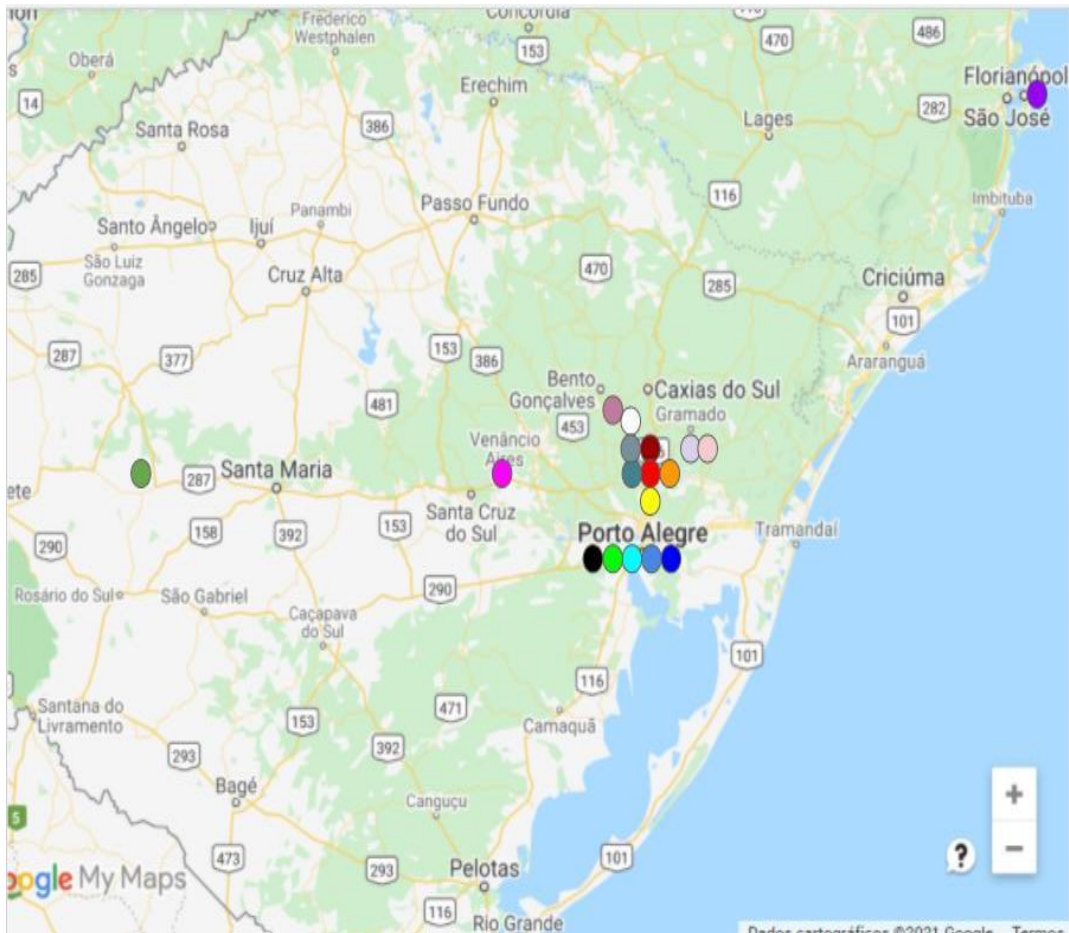












Figura 2 Mapa dos locais de entrevista

O quadro que segue compõe a legenda que relaciona as cores de cada ponto no mapa com o nome do jovem e a localização (residência e local em que os dados foram coletados):

Quadro 1 – Registro das cidades nas quais as entrevistas foram realizadas e na qual os jovens residem atualmente

Nome	Ponto no mapa	Cidade na qual a entrevista foi realizada	Cidade em que reside atualmente
Henrique		Taquara	Taquara
Álvaro		Taquara	Taquara
Maísa		Porto Alegre	Porto Alegre
Melissa		Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul
Mariana		Venâncio Aires	Venâncio Aires
Fábio		Porto Alegre	Porto Alegre
Wilian		Bom Princípio	São Sebastião do Caí
Alex		Porto Alegre	Porto Alegre

Nome	Ponto no mapa	Cidade na qual a entrevista foi realizada	Cidade em que reside atualmente
Vinícius		Porto Alegre	Porto Alegre
Júlio		Ivoti	Ivoti
José		São Leopoldo	São Leopoldo
Tiago		São Vicente do Sul	São Vicente do Sul
André		Porto Alegre	Porto Alegre
Rafael		Estância Velha	Estância Velha
Jonatan		São Leopoldo	São Leopoldo
Renato		Florianópolis	Florianópolis
Lucas		Novo Hamburgo	São Leopoldo
Paulo		São Leopoldo	São Leopoldo

Fonte: a autora.

Durante a apreciação dos dados coletados serão apresentados quadros e (uma) tabela ordenados sempre a partir da idade dos participantes no momento da entrevista, ou seja, do mais jovem ao com maior idade. Esta organização é critério para facilitar a localização contextual do entrevistado e a dinâmica de compreensão das análises. Com relação ao gênero, foram entrevistados 15 jovens do gênero masculino e 3 jovens do gênero feminino. Participaram da pesquisa 6 jovens negros, ou seja, 33, 33% e 12 brancos ou seja 66, 67%. Os participantes contavam com idades entre 19 e 39 anos, à época. Os dados foram classificados e analisados em categorias relacionadas ao envolvimento do jovem com o delito, ao período de cumprimento da MSE, às relações familiares, ao percurso após a saída da instituição e os fatores protetivos que auxiliaram à reintegração.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico divide-se em três eixos. Inicialmente, são trazidas reflexões acerca da literatura sobre os fatores protetivos e de risco ao envolvimento de jovens com a violência, considerando que “a identificação de dispositivos efetivamente capazes de auxiliar adolescentes em conflito com a lei não é tarefa fácil” (COSTA; ASSIS, 2006, p. 74). O interesse é perceber de que forma os fatores protetivos e de risco influenciam no não envolvimento dos jovens com novos delitos, descrevendo em que medida os fatores foram protetivos. É importante, para tanto, perceber a relação do jovem com o fator protetivo, seja ele proveniente de sua história de vida, de suas relações sociais de apoio ou das relações que estabelece com as instituições.

Posteriormente, considerando a temática da trajetória de vida de adolescentes egressos de MSE de internação, o marco analítico sobre memória coletiva (HALBWACHS, 2003) e sobre trauma (CERASO, 2006) auxiliará a considerar o contexto relacional do jovem em toda a sua diversidade, localizada tanto na dimensão social quanto na dimensão temporal, compreendendo as vivências do passado como se atualizadas no presente. E, por fim, os aspectos das experiências cotidianas relacionadas ao mundo da vida (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009), da interação social (SIMMEL, 2014) e ao projeto (VELHO, 1981) também são discutidos, uma vez que se apresentam como fundamentais para a compreensão da relação dos adolescentes com a rede de apoio e com as instituições.

4.1 FATORES PROTETIVOS E DE RISCO À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA, NA REALIDADE DOS JOVENS

Os estudos sobre fatores protetivos estão consolidados no campo de conhecimento da saúde. Pesquisas provenientes da área de saúde mental consideram que eles são mecanismos que resguardam as pessoas contra riscos psíquicos associados a adversidades, e que operam proporcionando mudanças (RUTTER, 1987). Em oposição aos fatores protetivos estão os fatores de risco, que aumentam as chances de que ocorra determinada situação. No contexto de jovens que praticaram atos infracionais, os fatores de risco opõem-se aos fatores protetivos na medida em que aumentam as chances da ocorrência de situação de violência: “fatores de risco e de proteção são aspectos relacionados a uma pessoa, a um grupo ou a um ambiente, que aumentam ou diminuem a probabilidade de ocorrência de atos violentos praticados por jovens” (OMS, 2015, p.13).

Isto posto, faz-se importante compreender como os fatores protetivos atuam no sentido de contribuir com o não envolvimento dos jovens com a violência, uma vez que as razões para a implicação ou não dos adolescentes são multifatoriais. Para tanto, serão priorizados os fatores protetivos que, levando em consideração as relações intersubjetivas dos jovens egressos, considerem também a historicidade de suas trajetórias, através de suas memórias e das relações que estabelecem com as redes sociais de apoio e com as instituições.

Compreende-se que, no caso dos jovens, “o sentido da violência deve ser procurado menos no interior da subjetividade do ator, e mais a partir do referencial das redes sociais e das coações materiais legítimas onde o indivíduo está colocado.” (MARTUCCELLI, 1999, p.172). Percebe-se, ainda, que “a violência neste caso é sempre o outro nome para designar a desigualdade na falta de ligação social” (MARTUCCELLI, 1999, p.172). Complementando a reflexão, Gadea (2015, p.36) refere que “a violência, enquanto produzida numa ordem do conflito intersubjetivo, deve definir-se como uma ‘linguagem’ como uma maneira de expressar carências ou desarranjos nos mecanismos diversos de interação social”.

No caso dos adolescentes, percebe-se que “as diferentes trajetórias de envolvimento e não-envolvimento [...] com o ato infracional revelam a complexa combinação de fatores que os predispõem ao risco, e também daqueles que podem protegê-los” (COSTA; ASSIS, 2006). A literatura sobre o tema do envolvimento de jovens com a violência costuma abordar mais os fatores de risco do que os fatores protetivos. Entre os fatores de risco mais fortemente associados à violência juvenil está o envolvimento

[...] com comportamentos de crime ou delinquência [...] Segundo uma meta-análise de estudos longitudinais, transgressões praticadas na adolescência constituem o mais forte preditor de delinquência posterior violenta ou grave, ainda que a transgressão não envolva violência. (OMS, 2015, p.13).

A evidência do comportamento de risco demonstra que os jovens egressos de MSE estão dentro desse grupo, tendo maiores chances de reincidência em crimes. Assim, percebe-se o quanto é difícil deixar de se envolver em delitos, já que a literatura aponta que o maior risco de contato com a violência é para aqueles que, de alguma forma, já se implicaram em transgressões na adolescência. Neste caso, o fator protetivo é nunca ter se envolvido com nenhum ato transgressor na adolescência. A prática de delitos envolve situações objetivas, mas também, significativamente, uma dimensão subjetiva. Esta necessita ser transformada para que o delito não volte a ser praticado.

Entre os estudos encontrados sobre a situação de um jovem deixar de se envolver com crimes, Feltran (2011) apresenta o “caminho de volta” de um adolescente chamado Pedro. O

autor demonstra que praticar ou não delitos, além de condições objetivas, também envolve um intenso processo subjetivo de ultrapassar a fronteira entre dois mundos, ou seja, entre o “mundo do crime”, deixando de ser “bandido”, e “mundo dos trabalhadores”, voltando a ser “trabalhador”. “Mas para atravessar a fronteira e deixar o mundo do crime é preciso gastar energia”, ritualizar, até mesmo apresentar postura maniqueísta, pois não há trânsito fluído entre estes mundos. “Por isto, uma conversão individual é requerida. Há que se exorcizar o ladrão que havia em si, retirar do corpo esta identidade” (FELTRAN, 2011, p. 87).

Ao fazer o “caminho de volta”, o jovem Pedro encontra pessoas que acompanham seu percurso, mais precisamente educadores sociais, e recebe a oportunidade de trabalhar em uma entidade com a qual havia estabelecido vínculo. Pedro cuida de crianças, recebe salário e tem, assim, a possibilidades estabelecer novas relações e angariar novas vivências, passando para o outro lado (FELTRAN, 2011). Nesse caso, percebe-se que Pedro dispôs-se a mudar sua identidade de “bandido” com a ajuda das redes sociais e institucionais de apoio, que funcionaram como fatores protetivos ao não retorno dele ao crime. Ao que parece, as relações desenvolvidas pelo jovem envolveram afeto, novos conhecimentos e reconhecimento, além de uma forma de subsistência social e econômica, através do trabalho que ele passou a desenvolver na entidade.

Com o olhar atento para os fatores de proteção e risco agrupados em um nível individual, estrutural e das relações sociais, percebe-se que eles estão entrelaçados, um interferindo no outro. Entretanto, realiza-se a tentativa de separar os elencados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (2015) em fatores de ordem individual, estrutural e das relações sociais, para maior aprofundamento do foco deste estudo.

Sendo assim, pode-se referir que, no nível individual, fatores como o uso de álcool e de drogas entre os jovens e os familiares, o sexo dos jovens, as condições psicológicas dos jovens e dos familiares, o baixo desempenho escolar e a idade dos pais estão relacionados ao risco do envolvimento deles com a violência (OMS, 2015). Além disso, “adolescentes que crescem em famílias em que o desemprego atinge um ou ambos os genitores correm maior risco de envolver-se com a violência juvenil” (OMS, 2015, p.15). Existe também a evidência de que, quando pais, irmãos e primos estão envolvidos com a violência, aumenta o risco de envolvimento do jovem com ela. Já no nível estrutural, um Estado de Direito frágil - governança fraca, normas culturais, sociais e de gênero, situação de pobreza da comunidade, desigualdade econômica, o acesso a armas de fogo, a fragilidade dos mecanismos de proteção social, mudanças sociais rápidas, desemprego e oportunidades educacionais limitadas - também é fator de risco (OMS, 2015, p. 15).

No caso deste estudo, as evidências afins com os fatores de risco envolvendo as relações sociais estabelecidas pelos jovens terão maior destaque, sendo discutidas as que podem estar relacionadas com a realidade dos adolescentes egressos de medida privativa de liberdade. Neste sentido, sabe-se que “a ausência de laços sociais e envolvimento com colegas antissociais são fatores fortemente associados com a violência juvenil” (IDEM, 2015, p.15). A “ausência de vínculo com a escola, mudanças frequentes de escola, falta às aulas e evasão escolar são fatores de risco para violência juvenil” (ID IBIDEM, p. 16).

Para além,

[...] crescer em uma vizinhança com altas taxas de criminalidade [...] a exposição ao crime, ao tráfico de drogas, a gangues e a condições precárias de moradia são fatores preditivos de probabilidade de violência juvenil [...] um estudo constatou que crianças que conheciam muitos criminosos adultos tinham maior probabilidade de manifestar comportamento violento aos 18 anos de idade do que crianças que não eram expostas a essa convivência. (OMS, 2015, p.17).

Sabe-se que esses importantes fatores se referem à literatura científica já consolidada sobre o tema na área da saúde, a um nível mundial. Existem particularidades em diferentes países e regiões em relação aos fatores de risco, bem como nas formas de o Estado, a sociedade, a comunidade, as instituições e os sujeitos em lidarem com eles.

Sobre a realidade do envolvimento de jovens com delitos, Rolim (2016), em recente estudo sobre “os principais fatores etiológicos da disposicionalidade violenta no contexto das comunidades urbanas pobres”, realizado no Rio Grande do Sul, encontrou no tema “treinamento violento” (*violent coaching*) a influência mais significativa para a disposicionalidade violenta dos jovens. Os adolescentes que manifestavam comportamento de brutalidade extrema haviam passado por treinamentos que neles/nelas estimularam a tendência para agirem de forma violenta.

No mesmo sentido, Assis (1999) realizou estudo com adolescentes que estavam cumprindo MSE privativa de liberdade, no Rio de Janeiro e em Recife, incluindo na investigação seus irmãos ou primos, porém os familiares não haviam cometido atos infracionais. A pesquisadora buscou identificar os fatores de risco que levam um jovem a ser infrator e os fatores protetores que agiram sobre outro jovem, que vive no mesmo ambiente familiar e comunitário, conduzindo-o a não optar por caminhos infracionais. O estudo indicou que o limite entre ser ou não ser infrator é tênue e pode ser ultrapassado a qualquer instante, mesmo pelos não infratores que têm “de provar a sua força de vontade e determinação, em um ambiente comunitário que favorece a opção por meios ilegais e violentos para se obter algo na vida” (ASSIS, 1999, p.206).

Neste sentido, as evidências de Assis (1999) enfatizam que as condições familiares dos jovens que se envolveram em delitos e dos seus irmãos ou primos que não se envolveram é bastante semelhante. Entretanto, a forma como cada jovem lidava com o contexto familiar foi o que os diferenciou. No estudo, foi percebido que os jovens que cumpriam MSE tinham mais dificuldade em reconhecer a violência familiar a que foram expostos na infância, ao passo que os seus irmãos que não se envolveram em delitos são mais críticos em relação aos acontecimentos, procurando outros modelos de identificação (ASSIS, 1999).

Percebe-se, assim, que existem nos jovens provenientes de um contexto familiar semelhante memórias e formas de historicizar as vivências bastante distintas. No caso em questão, entre os que cumpriram MSE e seus irmãos, reconhecer e ser crítico à violência a que foram expostos funcionou como um fator de proteção, evitando o envolvimento do jovem com a infração. Além disso, foi com relação à influência dos amigos que Assis (1999, p. 192) constatou a maior diferença entre os dois grupos que investigou: “a quase totalidade dos irmãos e primos preferem amigos que não estejam ligados ao mundo infracional, comportamento inverso ao dos infratores”.

O grupo de adolescentes que não se envolveu em delitos refere-se sobre a importância de escolher as amizades e “evitar o contato com os colegas do ir mão e com os de infância, porque, durante uma batida policial, pode ser visto junto com eles e ser confundido com os traficantes” (ASSIS, 1999, p. 192). Desta forma, apresentar uma postura crítica com relação à escolha das amizades também demonstra ser fator protetivo ao envolvimento dos jovens com a violência.

Outro fator protetivo foi evidenciado na capacidade de refletir sobre a vida e de efetuar planos futuros, que se verificou destacadamente mais intensa nos irmãos/primos, assim como a maior introjeção de limites sobre o que é certo e é errado e um maior valor dado à vida (SOUZA; ASSIS, 1999, p.141). Tais capacidades envolvem ter vivenciado determinadas relações intersubjetivas que permitiram trocas de experiências, conhecimentos e de afeto possibilitando o desenvolvimento de reflexões, planejamentos e valores.

Em diferente estudo voltado aos fatores protetivos de adolescentes cumprindo MSE de internação, Costa e Assis (2006) verificaram que os projetos de vida dos adolescentes são fatores protetivos que estão relacionados às relações intersubjetivas e temporais experienciadas. Sendo assim, “refletir acerca de projeto de vida enquanto fator de proteção remete à questão da temporalidade e cuidado” (COSTA; ASSIS, 2006, p.79).

[...] a lógica do cuidado prescinde de uma perspectiva temporal, pois a ideia central que move um projeto só adquire sentido se tomada a partir de uma dimensão temporal definida. [...] o tempo é a condição de um projeto, e o projeto é conteúdo que especifica o que é presente, passado e futuro. (COSTA; ASSIS, 2006, p.79).

Para Costa e Assis (IDEM, p. 79), “o período de aplicação da medida deve constituir um momento para estruturação de projeto de vida”. As autoras concluíram que a instituição executora da medida tem a importante tarefa de auxiliar os adolescentes no estabelecimento de relações sociais e afetivas dotadas de qualidade, já que não raro constitui “a fonte de apoio social mais próxima e organizada na vida do jovem, podendo, portanto, favorecer uma vinculação mais positiva entre o adolescente e seus familiares, pares e comunidade” (IDEM, 2006, p.78). Assim, as pesquisadoras destacam que “um modo de promover este fator de proteção é através da vinculação de adolescentes com os adultos envolvidos no processo socioeducativo” [...] Para além da relação com os adultos “a valorização da qualidade dos vínculos como fator de proteção a adolescentes, portanto, deve ser estendida a todas as circunstâncias em que a aplicação da medida socioeducativa se dá (IBIDEM, p.78).

Recente estudo realizado pelo *Instituto Sou da Paz* (MARQUES et al, 2018) com adolescentes em cumprimento de MSE na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), no Estado de São Paulo, demonstra “as variáveis associadas à prática infracional e eventuais aprimoramentos necessários ao atendimento socioeducativo oferecido pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA)” (MARQUES et al, 2018, p.6).

Entre as constatações do estudo está a de que “a duração da internação não exerce impacto significativo sobre a duração do intervalo entre a extinção da medida e a reiteração da prática infracional” [...] Além disso, “sem maior apoio a egressos para reinserirem-se na escola e no mercado de trabalho formal, internações mais longas não retardam ou evitam a reincidência infracional (MARQUES et al, 2018, p.7). Ou seja, a duração da internação sendo mais longa, por exemplo, e, portanto, mais punitiva, não pode ser considerada por si só como um fator protetivo para evitar com que os adolescentes se envolvam em atos infracionais.

Com relação ao atendimento oferecido na MSE privativa de liberdade, “merece destaque a redescoberta do interesse na escola” (MARQUES et al, 2018, p.7). O estudo refere que “muitos afirmaram que passaram a apreciar os estudos durante o cumprimento da medida em virtude de turmas menores e professores atenciosos (MARQUES et al, 2018, p.7). Sabe-se que o vínculo com a escola é um fator de proteção contra violência, ainda que seja uma relação frágil (OMS, 2015, p. 16).

A partir das pesquisas apresentadas, é possível iniciar a compreensão em relação a forma como os fatores protetivos poderão estar envolvidos na não reincidência de jovens envolvidos em delitos. Para tanto, ainda interessa compreender de forma subjetiva como cada um deles vivencia o processo de relação com os fatores protetivos.

4.2 MEMÓRIA COLETIVA E TRAUMA

As reflexões em relação a memória coletiva, nas teorias sociais, são provenientes de corrente de pensamento que emerge de Durkheim. A partir do século XVI, com o advento da modernidade e com as transformações sociais que ocorreram naquele período, a condição da individualidade recebe novo status, mas não deixa de ser compreendida em sua interface com a coletividade. Para Durkheim, a consciência coletiva influencia a vida do indivíduo, seja de forma mais intensa ou mais enfraquecida, dependendo da maneira como ele se integra à sociedade (SELL, 2012). A consciência coletiva é “um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, que forma um sistema determinado e que possui vida própria” (DURKHEIM, 1999, p. 50). Sendo assim, ela constitui-se a partir dos indivíduos reunidos, proporcionando coesão social, mas adquire existência autônoma e independente.

A memória é individual e coletiva e “a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos” (DUVIGNAUD, 2003, p.12). Ao pensar em memória coletiva, acrescenta-se a dimensão

temporal junto à concepção de consciência coletiva. Assim, a memória individual não deixa de existir, mas deve ser compreendida ao ser inserida em um contexto amplo, com referências temporais situadas tanto em dimensões individuais quanto em coletivas.

O tempo, sendo pensado em sua vivência individual e coletiva, permeia todas as experiências de vida. Compreende-se o tempo não mais como um “meio privilegiado e estável em que se desdobram todos os fenômenos humanos” (DUVIGNAUD, p.12, 2003). O tempo vivido no coletivo é resultado de acordos compartilhados relacionados a uma ordem da qual emergem os costumes e estabelecem-se parâmetros para vida cultural e social. Ele é impactado pelas vivências de cada um, de cada uma e de cada grupo. Entretanto, também se percebe que, por uma necessidade da manutenção da vida social, “quaisquer que sejam as divisões do tempo, os homens se acomodam bastante bem a elas, pois em geral são tradicionais e, como cada ano, cada dia, se apresenta com a mesma estrutura temporal dos precedentes, como se todos fossem frutos da mesma árvore” (HALBWACHS, p.114, 2003). O cotidiano comum faz com que cada um renuncie um pouco de sua individualidade e adapte-se a uma rotina, que, ao mesmo tempo, possibilita e intensifica o relacionamento entre os indivíduos.

Cabe refletir sobre como se dá o processo no qual as convenções em relação ao tempo vão sendo compreendidas, por cada indivíduo e pela sociedade, ao longo da existência. Os jovens tema deste estudo vivem um tempo da vida em que, recentemente, deixaram a fase da infância para trás. O período de vida da infância e da adolescência, tal qual o conhecemos, especialmente nas sociedades ocidentais, foi inventado a partir da modernidade, momento em que, com a valorização da individualidade, instituíram-se as práticas de escolarização e de valorização da família nuclear (ARIÉS, 1981).

A infância é o tempo individual de vida em que o ser humano aprende uma série de regras e de costumes coletivos, nos quais a vivência temporal está inserida. Esse processo continua de maneira acentuada na juventude, visto que os adolescentes necessitam de um processo de ajustamento experimentado de forma bastante intensa, tendo no horizonte uma entrada mais definitiva e inevitável nas tradições, como refere Halbwachs (2003, p. 114):

[...] sou obrigado a regular minhas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, segundo o ritmo adotado por outros e que não leva em conta as minhas preferências, tenho de ser avarento com o meu tempo e não perdê-lo nunca, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. (HALBWACHS, 2003, p. 114).

Cada indivíduo é singular. Os jovens, em especial os que experienciam o ritmo de vida da atualidade, vivem o processo de adaptação com alguma instabilidade, necessitando do

auxílio de outros. O tempo está intimamente relacionado às experiências de vida passadas, atuais e futuras. Nesse processo, de acordo com o tempo convencional, o jovem ainda tem, individualmente, um passado curto, de poucos anos de vida; porém há um futuro longo pela frente. Isso se constitui em uma marca de individualidade importante para ser considerada. De acordo com Halbwachs (2003, p. 116), “é próprio que as durações individuais tenham um conteúdo diferente, embora a sucessão temporal de seus estados seja mais ou menos rápida de uma para outra”. Sendo assim, “um velho e uma criança que vivessem lado a lado e não tivessem nenhum outro meio de medir o tempo, se não reportando-se às suas impressões da duração e às divisões que a sua vida interior comporta, não se entenderiam”, pois suas percepções seriam diferentes devido a fase da vida em que se encontram (HALBWACHS, 2003, p.117).

As percepções em relação ao tempo são distintas, e a fase da vida em que cada um se encontra é um dos aspectos que permeia essa impressão. Por outro lado, todos devem unir-se para entrar em acordo com relação ao tempo coletivo, renunciando às particularidades das experiências individuais. Além disso, é importante compreender que “o tempo não passa: ele dura, subsiste e é necessário, senão como poderia a memória retroceder no tempo?” HALBWACHS, 2003, p.117). O tempo é preenchido com conteúdos, que são os acontecimentos, e eles fazem parte da própria vida do indivíduo, sendo diretamente mediados por grupos ou pelos eventos históricos que influenciam a vida. “O tempo só é real na medida que tem um conteúdo, ou seja, na medida em que oferece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Ele é limitado e relativo, mas tem uma realidade plena” (IDEM, p.156).

As lembranças são um tipo de acontecimento que preenche o tempo, que “é bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar as suas lembranças” (ID IBIDEM, p. 156). Ao refletir-se sobre isso, considerando a realidade de jovens que cumprem medida socioeducativa, percebe-se que as experiências de vida por eles carregadas são sempre mediadas por vivências dos grupos sociais dos quais fazem parte. As percepções do passado são sempre referidas, a partir do sentido da coletividade, nos quadros sociais da memória (ID IBIDEM).

No contexto dos jovens que se envolveram em delitos, observa-se que, não raro, a prática da violência é uma das únicas formas encontradas para preencher o tempo com algum acontecimento significativo. A prática de crimes estava dentro das possibilidades de ação dos jovens, por encontrarem-se, frequentemente, em situações bastante precárias de vida, com direitos de cidadania constantemente violados. Em circunstâncias como a descrita: “o tráfico oferece aos jovens pobres mais do que a promessa do consumo ou da inclusão no mundo

glamuroso dos carros de luxo e das mulheres encantadoras” (ROLIM, 2016, p. 264). Gera-se a expectativa da vivência de experiências marcantes, que possam constituir lembranças que imprimam sentido à vida dos jovens. Isso significa que “o tráfico dá aos meninos a possibilidade de autoria, do respeito e do poder”; tudo aquilo que o Estado sequer cogita como elementos de políticas públicas eficientes” (ROLIM, 2016, p. 264). Os acontecimentos violentos, no âmbito do que foi exposto, são elementos que preenchem o tempo, fazendo-o perdurar.

Até mesmo quando não percebemos a presença de indivíduos ou grupos externos ao contexto em que estamos inseridos, eles estão presentes de uma forma ou outra, provocando lembranças e construindo memórias. Halbwachs (2003) refere que a memória terá sempre a dimensão coletiva presente. As lembranças e memórias dos jovens estarão sempre em relação a objetos externos. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

A recordação de certas lembranças não depende de nossa vontade [...] A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes [...] Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato. (HALBWACHS, 2003, p.59).

Ao pensar sobre a institucionalização de jovens e sobre o momento de pós-institucionalização, as experiências que permanecem, ou seja, lembranças que se atualizam no presente, estão relacionadas a um contexto social amplo e com outras experiências vividas pelos adolescentes. Tais vivências podem estar relacionadas à família, às relações afetivas fora do contexto familiar, ao território onde vivem, à escola, às políticas públicas, entre outras. Logo, a percepção trazida por eles sobre a institucionalização e suas relações não surge isolada, e é transformada conforme o contexto ao qual está conectada.

Evangelista (2011) constatou, no estudo sobre os jovens egressos de instituições que executam medida de internação, que o maior envolvimento afetivo dos jovens é com a mãe, lembrada como a pessoa que não deseja que continuem com as vivências delitivas. Apesar de a maioria ter reincidido em delitos, após a institucionalização, o vínculo afetivo com a mãe, e com o que ela significa, mantém-se presente. As lembranças trazidas pelos jovens são relacionadas com suas redes de relacionamento e com suas lembranças da infância. Considerando-se que recentemente deixaram a fase da infância para trás, ainda há resquícios daquele momento, no qual “a criança pensa em comum com as outras pessoas, e que o seu pensamento se divide entre o fluxo de impressões inteiramente pessoais e as diversas correntes do pensamento coletivo” (HALBWACHS, 2003, p.81). Os jovens compartilham dos anseios

maternos, reconhecem-nos como fazendo parte de um pensamento importante para suas vidas. Por isso, talvez estejam assentados em lembranças da infância, anteriores ao envolvimento com os atos infracionais, período da vida no qual a maternidade é mais intensa.

O compartilhamento de memórias ocorre em todas as fases da vida. Pode-se refletir que, no caso em estudo, além das lembranças individuais do jovem com a própria mãe, há também o reforço de memórias estabelecidas nas relações com os demais jovens que cumprem MSE e que também valorizam a figura materna. Conforme Halbwachs (2003, p. 98), “para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que a lembrança desses grupos não deixe de ter uma relação com os acontecimentos que constituem o meu passado”. Parece que as vivências com a mãe, a relação que estabelecem com os delitos e com a MSE são lembranças comuns trazidas pelos jovens, e ganham maior significado nesse contexto.

Diferenciar memória social de memória histórica pode auxiliar a distinguir formas diferentes de reviver o passado. “Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 2003, p. 101). A memória histórica surge quando determinados aspectos em relação ao passado não podem mais ser lembrados pelos grupos sociais. Conforme refere Halbwachs (2003, p. 105), “à medida que cada um dos seus membros, especialmente os mais velhos, desaparecem ou se isolam, a memória de uma sociedade não para de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando”. Nesse caso, necessita-se de historiador que resgate, de forma sistematizada, aspectos relacionados ao passado, com linhas de separação claramente demarcadas. Existem diversos elementos referentes à memória histórica que estão relacionados ao tema dos jovens egressos de MSE. Um deles é o surgimento das prisões, fenômeno muito bem historicizado em diversas obras de Foucault (1987; 2003). Quem vê, atualmente, uma instituição na qual os jovens estão privados de liberdade não sabe de suas origens, a não ser que recorra a memória histórica relacionada a esse fato específico.

Foucault (1987) relata as transformações nas formas de punir ao longo dos tempos, incluindo na argumentação o surgimento das prisões. Através de acontecimentos históricos, demonstra que as prisões teriam surgido sem nenhuma justificativa a nível de comportamento humano. A prisão “surge no início do século XIX como uma instituição de fato, quase sem justificativa teórica” (FOUCAULT, 2003, p. 84). O marco histórico do surgimento das prisões ocasiona uma série de modificações na sociedade, produzindo consequências e padrão punitivo para o tratamento de determinados comportamentos, ou de ações que se imagina que possam vir a ser praticadas pelos indivíduos. Para tanto, as ações passam a ser mensuradas por

especialistas em atestar a periculosidade dos sujeitos. Foucault (2003, p.85) demonstra que a “periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”.

Os conhecimentos em relação aos fatos são acessados através da memória histórica, que, diferentemente da memória coletiva, propõe-se a ser objetiva e imparcial, constituída através de elementos científicos. Contudo, é sabido que a cientificidade acaba não sendo imparcial, devido a fatores como, por exemplo, a importância dos fatos para cada grupo e as circunstâncias que podem determinar seu destaque, a maneira como serão explorados e o ponto de vista usado na abordagem. Em alguns casos, os acontecimentos podem até deixar de ser historicizados, quando existe interesse de não serem lembrados. Na história, não se trata mais de reviver os fatos em “sua realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe os acontecimentos, contextos estes que permanecem exteriores aos grupos, e defini-los cotejando uns com os outros” (HALBWACHS, 2003, p. 107).

Existe, ainda, um formato específico de acordo com o qual a memória histórica é contada formalmente. Nele são enfatizadas as transformações sociais e deixados, em segundo plano, os momentos de maior estabilidade social. Conforme Halbwachs (2003, p. 107), “somente assim ela consegue nos proporcionar uma visão abreviada do passado, juntando em um instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas”. A memória histórica não está presente tacitamente, ela é construída e acessada pelos indivíduos de forma objetiva, fornecendo sentido e significado para os acontecimentos atuais. Sem a memória histórica, as lembranças coletivas estariam sob base superficial, pois seriam totalmente apagadas, na medida em que o tempo e as gerações passassem.

Os estudos sobre trauma e sua relação com a memória podem auxiliar a compreender determinadas situações associadas aos jovens egressos de MSE. A vida deles é permeada por violências sofridas através das violações de seus direitos, desde a infância, assim como por violências atuadas, como o delito que os trouxe para institucionalização. As experiências passadas com a violência podem tomar a dimensão das experiências traumáticas vividas como um excesso violento de carga emocional, podendo vir a se constituir como um rompimento brusco com o passado e com as tramas de sustentação simbólica de suas narrativas.

O surgimento do trauma, na trajetória dos jovens alvo desta pesquisa, pode denotar dificuldades de convivência com as lembranças e, conseqüentemente, com todas as relações sociais, espaciais, temporais que as originam ou nascem partir delas. “A questão, nesses casos,

é a impossibilidade de termos testemunhos do passado, uma vez que este não foi vivenciado como experiência, mas como trauma” (SANTOS, 2013, p.63). Na situação alvo deste estudo, pode-se questionar se a própria institucionalização não acaba somando-se às experiências passadas traumáticas, obstaculizando ainda mais a construção de narrativas sobre as experiências vividas.

Mesmo diante da fragilidade das lembranças e dos testemunhos em relação ao trauma vivido, é possível perceber que o jovem egresso sempre encontra formas de transmitir suas experiências. A presença de um interlocutor auxilia no preenchimento dos vazios de sentido provocados pelo trauma (CERASO, 2006). A formação de novos laços sociais, quando possibilitada, pode auxiliar a elaboração e o redirecionamento do vivido, criando, assim, novas experiências para a vida. Por esse motivo, refletir sobre as vivências traumáticas e sobre as formas de transmissão da experiência, no contexto em estudo, torna-se relevante para a compreensão das ações realizadas pelos jovens no período pós-institucionalização.

A realidade demonstrada por Evangelista (2011) sobre os jovens egressos evidencia que não é muito frequente existirem oportunidades de elaboração do que foi por eles vivenciado antes, durante ou após a institucionalização. Na verdade, o pesquisador relata permanecerem as mesmas condições sociais que os adolescentes mantinham antes da privação de liberdade. Logo, foi verificado que os egressos permanecem sentindo angústia, insegurança e “isolados - totalmente sem vínculo com outras redes de relação - e perplexos diante dos dilemas que precisam superar sem, no entanto, se sentirem instrumentalizados e capacitados para enfrentar dificuldades de tais dimensões” (EVANGELISTA, 2011, p. 171). A realidade, tal como apresentada, reduz as chances de elaboração dos traumas vividos, em virtude da fragilidade do ambiente em oferecer interlocutores e novas experiências que possam ressignificar as vivências prévias, direcionando-as para outros interesses, como relacionamentos afetivos, trabalho, lazer, atividades culturais, entre outros. Contudo, existem situações traumáticas tão devastadoras que necessitam de maior tempo e de diversas ações para serem superadas.

O trauma pode ser transmitido como memória de uma geração para outra, sem que a segunda geração tenha efetivamente estado presente na situação traumática vivenciada. A esse tipo de lembrança chamamos de “pós-memória”, uma vez que o indivíduo esteve presente no momento traumático (HIRSCH, 2008). Para Hirsch (2008), pesquisadora que cunhou o termo “pós-memória⁴”, a noção foi elaborada como efeito do Holocausto, em produções artísticas dos descendentes dos sobreviventes. No entanto, o efeito de “pós-memória”, que pode significar

⁴ Pós-memória: “[...] estrutura de transmissão inter e transgeracional de conhecimento e experiência traumática” (HIRSCH, 2008, p. 106).

continuidade e ruptura, sendo concebido como uma espécie de crítica à lembrança traumática, também ocorre em contextos bastante diversos, nos quais é possível refletir sobre o funcionamento do trauma, da memória e dos atos intergeracionais de transferência do trauma.

Sendo assim, é possível que, para os jovens egressos de MSE, elementos de pós-memória estejam presentes de diversas formas. A compreensão do efeito de pós-memória, acredita-se, pode auxiliar na compreensão das implicações do contexto de violência urbana vivenciado pelos adolescentes, nas áreas periféricas de suas cidades de origem. Evangelista (2011) indica que “[...] contundentes relatos revelam a dura vida de pais e filhos, sacrificada, muitas vezes, em ambas as gerações, pela pobreza extrema”. Essa afirmação sugere a possibilidade de que algumas situações de pobreza extrema possam ser traduzidas em violações significativas de direitos humanos e em situações de violência social que atravessaram gerações, nas famílias dos jovens egressos.

Pimenta (2014), em estudo sobre o envolvimento de adolescentes com a violência, explica os efeitos do não reconhecimento social dos jovens que encontram na categoria “bandido” uma forma de visibilidade não ofertada nas esferas familiar, escolar, acadêmica e laboral. Mesmo com a perspectiva de chegar à idade adulta ameaçada, devido à vulnerabilidade de serem vítimas de morte violenta, segundo o autor, preferem recorrer à categoria “bandido” a sentirem a ausência de reconhecimento social.

Há todo um contorno social, transmitido através de gerações, que culmina no envolvimento do jovem em delitos. O estudo realizado com os egressos da FASE das unidades de Porto Alegre mostrou significativo histórico de delitos entre os pais dos adolescentes. Em 28% dos casos analisados, o pai tinha histórico de envolvimento em delitos; em 8%, a mãe; e, em 5%, o pai e a mãe (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018). Assim, pode-se perceber que a realidade de envolvimento em delitos e todo o contexto pessoal e social em que o jovem está inserido inicia, muitas vezes, em gerações anteriores. Isso pode configurar uma realidade traumática passada ao jovem sem que ele tenha vivenciado, mas ainda assim com potencial para somar-se às suas próprias experiências traumáticas.

Para Hirsch (2008, p. 107), “a conexão da pós-memória com o passado não é, portanto, mediada pela recordação, mas pelo investimento imaginativo, projeção e criação” (tradução nossa). Há, no indivíduo que não viveu diretamente as experiências, uma projeção das memórias traumáticas das gerações anteriores; há um processo de reelaboração, porém de forma diferente, de quem vivenciou a situação diretamente. O jovem é invadido por experiências que não são suas, devendo ceder lugar a elas: “[...] crescer com memórias hereditárias tão esmagadoras, ser dominado por narrativas que precederam o nascimento ou a consciência de

alguém, é arriscar ter suas próprias histórias e experiências deslocadas, até mesmo evacuadas, pelas de uma geração anterior” (HIRSCH, 2008, p.107).

Não raro, portanto, o jovem egresso de MSE tem de lidar com os seus traumas, juntamente com os traumas das gerações anteriores. Todavia, esse comportamento requer maiores possibilidades de elaboração, a fim de que o ciclo traumático possa ser rompido e o jovem tenha condições de vivenciar suas próprias lembranças e memórias, construindo história individual e coletiva. Por fim, considera-se que as reflexões sobre a memória coletiva e todas as suas nuances, como a vivência do tempo, da individualidade e da coletividade podem auxiliar na compreensão da trajetória dos jovens egressos de MSE. A presença da memória histórica oferece um contexto sistematizado e amplo, na dimensão temporal e social na qual eles estão inseridos. Já a dimensão do trauma, oferece o entendimento daquilo que escapou à memória coletiva, que ainda não pode ser simbolizado porque é proveniente das próprias experiências dos jovens ou das gerações anteriores, como no caso da pós-memória. Admite-se, no entanto, que há uma complexidade necessária para se refletir sobre a memória coletiva e para estabelecer relações possíveis com a trajetória dos jovens egressos de MSE.

4.3 PROPONDO REFLEXÕES SOBRE INTERAÇÃO SOCIAL E SOBRE PROJETO, NA TRAJETÓRIA DOS JOVENS EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A vivência do cotidiano de forma prática, a partir das evidências da realidade, foi chamada por Alfred Schutz (1899- 1959) de “mundo da vida”. Trata-se de uma realidade na qual se pode intervir e modificar, participando continuamente, tanto de forma programada quanto em situações inevitáveis. Quando se intervém de forma programada, pode-se planejar e realizar escolhas dentro de um campo de possibilidades, assim como evitar determinadas ações. Já as situações inevitáveis, essas surgem sem que a possibilidade de escolha se coloque em pauta. Os limites para ambas as ações, no mundo da vida, são dados pelas situações objetivas provenientes de obstáculos. Parte-se, portanto, da concepção de que existe uma realidade que é inquestionável e comum a todos.

Assim, o mundo cotidiano não é o mundo privado, mas um mundo intersubjetivo, que existe, na sua estrutura fundamental, na medida em que é compartilhado com os outros. Nesse ínterim, a dimensão subjetiva do mundo da vida pode ser vislumbrada pela sua existência a partir dos interesses particulares, dos planos projetados, sendo, entre eles, alguns factíveis e outros não. Os seres humanos e seus semelhantes entram em relação recíproca, comunicam-se

em um mundo social e cultural estruturado, já dado e constituído historicamente, impondo-se a todos como limite para as experiências (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009).

Os elementos de interação social envolvidos na trajetória de vida dos jovens egressos de MSE são vislumbrados a partir da compreensão da sociedade de forma ampla, envolvendo o seu momento histórico e suas produções culturais e sociais. Nesse aspecto, encaixam-se, ainda, os fatos que os adolescentes vivenciam no cotidiano, relacionando-os às MSE, aos delitos; às relações afetivas, familiares; às relações com a comunidade, com o trabalho e com a escola. Simmel (1983, p. 165) compreende que a interação entre os indivíduos “[...] sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos”. Logo, as ações são desencadeadas de acordo com objetivos pré-concebidos, uma vez que “é através das múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana” (MORAES FILHO, 1983, p. 21). O processo de interação, o qual se traduziu para o português como “sociação” (MORAES FILHO, 1983), seria o ato que vai constituindo a sociedade em um movimento dinâmico com finalidades específicas.

Simmel (1986), a partir de formulações teóricas sobre as formas de sociação - que também podem significar processos de sociabilidade-, explica que, como consequência da mudança na sociedade, que ocorre a partir da criação dos centros urbanos, os círculos sociais crescem, tornam-se mais heterogêneos, tornando escassas as chances de agregar pensamentos e atitudes diferentes entre os indivíduos e homogeneizá-las. Neste sentido, cada vez mais os conteúdos criados pelos sujeitos tornam-se susceptíveis de tomar caminhos e sentidos próprios, apartando-se, cada vez com maior facilidade, do significado base, o que dificulta a criação de sentidos comuns.

Tönnies (1973) descreve momentos distintos da associação entre os humanos, estudando a comunidade e a sociedade como entidades típico-ideais, que podem ser analisadas juntamente com as mudanças sociais destacadas por Simmel (1986; 2014). O conceito típico-ideal é uma estratégia que o sujeito utiliza para conhecer a realidade no plano do pensamento, e não tem a pretensão de abarcar todas as diferenças e nuances presentes no social, pois elas estão sempre além da compreensão humana (WEBER, 1991 *apud* SELL, 2012). A descrição típico-ideal da realidade fornece uma lógica para pensar a realidade, um método para a estudar. Neste sentido, o autor expõe algumas definições típico-ideais sobre os principais elementos da comunidade e da sociedade, que de forma alguma buscam esgotar a discussão sobre a sua constituição, visto que ambas são associações formadas por relações positivas e por expressões de vontades e forças que representam uma unidade na pluralidade e uma pluralidade na unidade.

Para Tönnies (1973), “[...] tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade (assim pensamos)”. O pesquisador afirma, ainda, que “[...] o homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles tanto no bem como no mal”; e acrescenta ao dizer que a comunidade doméstica, “[...] com suas ações infinitas sobre a alma humana, é experimentada por cada um daqueles que participam dela”; nesse aspecto reside, portanto, o entendimento de que “a sociedade é o que é público, é o mundo”, por isso nela entra-se “como em terra estrangeira” (TÖNNIES, 1973, p.97).

A comunidade é formada, principalmente, nas relações familiares entre mães e filhos, nas relações entre homens e mulheres, enquanto esposos, e nas relações entre irmãs e irmãos, isto é, entre filhos que se reconhecem como tendo a mesma mãe (TÖNNIES, 1973). Essas relações são as mais fortes, as que fundam os sentimentos de comunidade. Para tanto, o autor refere que é necessária a compreensão que “baseia-se num conhecimento íntimo uns dos outros, na medida em que ela é condicionada por uma participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos; ela exige essa participação ou essa inclinação” (IDEM, 1973, p. 103). Sendo assim, suas relações são intensas, exigindo presença, compartilhamento contínuo de experiências e de significações comuns.

Tem-se também a dimensão da comunidade como sendo tácita, como formação social que ocorre sem racionalizações, convenções, organização ou controle formal sobre formas de interação social. Seus membros sabem, desde sempre, como ela funciona e como agir para fazer parte dela. A comunidade simplesmente existe, através da ligação e reconhecimento de seus membros, e se reproduz através do tempo. Ao aproximar a concepção da associação em comunidade para a realidade do jovem egresso de medida socioeducativa, podemos inferi-la como rede social de apoio, já que envolve uma dimensão afetiva significativa em suas relações sociais.

Diferenciando a comunidade da sociedade, Tönnies (1973, p. 106) explica que ela se trata de “um grupo de homens que, vivendo e permanecendo de maneira pacífica uns ao lado dos outros, como na comunidade, não estão organicamente unidos, mas organicamente separados”.

Ao que se refere à sociedade, o estudioso explica:

[...] cada um é para si e está em um estado de tensão em face de todos os outros. [...] os domínios da atividade e do poder estão claramente limitados uns com relação aos outros, de tal maneira que cada um os defende diante do outro, o contato e a entrada que são considerados como ação inimiga. [...] ninguém fará alguma coisa para o outro, ninguém desejará conceder ou dar alguma coisa ao outro, a não ser em troca de

um serviço ou de um dom estimado pelo menos como equivalente ao seu (TÖNNIES, 1973, p.107).

A vontade comum em cada troca chama-se “contrato”. Ele “é resultante de duas vontades divergentes que, num ponto, se cruzam” (TÖNNIES, 1973, p.109). O contrato tem um tempo de duração determinado, que se estende até o término da troca. Na sociedade, todo contrato ou acordo deve ser construído e negociado constantemente. Esse tipo de relação vivenciado em sociedade poderá ser analisado na realidade dos jovens egressos, com base em contratos com as instituições como a FASE, a escola, o trabalho e as políticas públicas acessadas por eles, com finalidades bem específicas.

Velho (1981) discute sobre a dificuldade de se diferenciar uma sociedade de pequena escala com cultura relativamente homogênea, que teria características que se aproximam mais ao que Tönnies (1973) chama de comunidade, das sociedades complexas, que se aproximam do que o último define como sociedade. Os limites entre elas não são claros e as características de uma são facilmente encontradas na outra. Por este motivo, Velho (1981, p. 16) refere que “uma questão interessante em antropologia é, justamente, a procura por localizar experiências significativas para criar fronteiras simbólicas”. Percebe-se que, quando existem limites físicos e geográficos, essa separação pode ficar mais clara. No entanto, no mundo atual, nem sempre isso é garantia de que estamos falando de diferenças, devido principalmente aos meios de comunicação e de transporte, que contribuem para dinamizar o processo, fazendo com que experiências culturais diferentes possam ser disseminadas em outros locais, e que ocorram trocas de experiências de forma mais frequente.

De modo geral, Velho (1981, p. 16) define sociedade como complexa, quando a “divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas”. Além disso, outro elemento importante nas sociedades complexas seria a “heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas etc.” (IDEM, 1981, p. 16). Ainda assim, quando pensamos nessas distintas concepções em relação às formas de associação humana, é importante verificar como os próprios indivíduos do universo investigado percebem e definem tais domínios, para não impormos nossas classificações e crenças, cujos critérios podem ser inteiramente diferentes dos nossos (VELHO, 1981). Logo, pode-se tentar compreender as diferentes formas de interação social e suas influências na vida do jovem egresso, verificando o que o auxiliou a não retornar ao mundo do crime.

A interação social ou sociação, segundo Simmel (1983), pode ser compreendida em relação à sua forma e ao seu conteúdo. O autor prioriza, nas análises que realiza, o estudo da forma, ou seja, a forma da vida social, embora afirme que ela é inseparável do conteúdo. A sociação busca entender como a vida de indivíduos isolados se transforma, na medida em que interagem em grupo, o que é diferente da simples soma dos indivíduos que o compõem. A interação pode ocorrer por interesses dos mais diversos: amizades, relações profissionais, amorosas, intelectuais, conscientes, inconscientes, entre outros. Cada interação se configura em uma forma e em um conteúdo específico. Os interesses são a base da sociedade humana e “a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1983, p. 166). Os conteúdos surgirão a partir das formas de sociação, com o que for constituído na relação e, a partir de um determinado momento, o que foi produzido passa a estar presente sozinho, podendo servir de fundamento para outras formas de sociação.

Além dos condicionantes sociais, culturais e históricos, outra condição de limite para a interação encontra-se no tempo de vida que condiciona a duração subjetiva, na medida em que se envelhece e que se impõe um limite para os planos individuais da vida (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009). Sendo assim, a autobiografia dos indivíduos está previamente delimitada e as estruturas subjetivas de significação se desenvolvem em situações intersubjetivas, situando-se em contextos de sentido socialmente validados (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009). Na dimensão individual, percebe-se que “todo momento na vida de um homem é a situação biográfica determinada em que ele se encontra, isto é, o ambiente físico e sócio-cultural conforme definido por ele, dentro do qual ele tem a sua posição” (SCHUTZ, 1979, p. 73).

Em relação ao ambiente, podemos pensá-lo como espaço físico e como tempo de vida. Já as condições sociais e culturais, são objetivadas não só através do status e do papel dentro do sistema social, mas também na sua posição moral e ideológica: “as experiências de significado subjetivo que emanam da nossa vida espontânea serão chamadas de conduta” que alcançam as experiências “da vida interior ou as que afetam o mundo exterior” (SCHUTZ, 1979, p. 123). Velho (2013, p. 132) retoma a obra de Schutz (1979) e de Simmel (1983) ao propor o uso do conceito de projeto, que seria “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” inserida em um “campo de possibilidades”, para compreender a forma como os indivíduos se relacionam intersubjetivamente nas sociedades complexas atuais, constituindo suas autobiografias.

Para Velho (2013, 133), “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido

a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração”. Já “os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam em um vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 2013, p. 137). Quando se trata sobre os projetos, “o termo ação designará a conduta humana como um processo em curso, que é projetado pelo ator com antecedência, isto é, com base em um projeto pré-concebido” (SCHUTZ, 1979, p. 138).

No contexto do estudo atual, é importante ter presente os elementos sociais, culturais e históricos específicos, bem como os campos de possibilidades relacionados aos jovens egressos de MSE em meio fechado. Aproximando-se dessa realidade, Feltran (2011), em pesquisa sobre a política e a violência na periferia de São Paulo, parte da trajetória de jovens residentes na periferia, relatando como cada um deles se relaciona com o “mundo do crime”, para refletir como elementos nas comunidades de baixa renda podem ocupar parte dos projetos individuais dos jovens, já que, atualmente, o mundo do crime responde às significativas expectativas em suas vidas. “O crime possui atores específicos, em cada esquina das favelas dos bairros pobres – é mais capilar que os evangélicos, muito mais que o Estado” (FELTRAN, 2011, p. 170).

Sendo assim, se envolver com a violência, com atos ilícitos, ou até mesmo entrar para o mundo do crime, acaba sendo uma possibilidade forte e bem contextualizada na vida dos jovens que residem nas periferias dos centros urbanos. “Nas conversas de esquina, disputa-se os códigos de legitimidade do sujeito com todos estes outros, mostrando-se concretamente as alternativas de renda, consumir, obter e ofertar proteção e justiça, diversão, sexo e adrenalina” (FELTRAN, 2011, p. 170). Percebe-se que o ato de entrar para o mundo do crime pode tornar-se mais facilmente um projeto para esses jovens, na medida em que é concreto e tangível no campo de possibilidades do qual fazem parte, diferentemente de outras oportunidades, como emprego e a escolarização, que exigem dos jovens maior apoio e engajamento, a fim de superar as dificuldades inerentes a um indivíduo oriundo de periferia.

“Todo projetar consiste numa antecipação da conduta futura por meio da fantasia” (SCHUTZ, 1979, p. 138). Para a realização de um determinado projeto também está em jogo o conhecimento prévio que se tem sobre ele, para que ele possa ser imaginado e concebido, inicialmente, através do planejamento subjetivo. Sendo assim, não existe a possibilidade de um jovem projetar algo que ele desconhece, que não faça parte de sua realidade de vida. O projeto está relacionado ao conhecimento prévio que se tem sobre uma determinada realidade, sendo esta ligada às condutas e às ações do projeto. As “experiências anteriores são elementos do meu estoque de conhecimento à mão na ocasião do projeto” (SCHUTZ, 1979, p. 139).

Com relação aos jovens egressos de MSE, sabe-se da fragilidade das experiências relacionadas a fatores protetivos ao envolvimento com a violência, como a escolarização, a profissionalização e a reincidência em atos infracionais, e o quanto ela pode estar relacionada à repetição de um padrão previamente conhecido. A conduta e a ação resultantes no projeto de praticar outros delitos unem o conhecimento prévio do jovem em relação a esse contexto, bem como ao campo de possibilidades em que ele está inserido.

5. OS ATOS INFRACIONAIS COMPREENDIDOS A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS JOVENS

*Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima
Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química e pronto
Eis um novo detento
(Diário de um detento, Racionais Mc's, 1997)*

As narrativas apresentadas pelos entrevistados em relação ao período da adolescência no qual o delito ocorreu são formuladas a partir da junção de lembranças e de memórias das experiências passadas, das vivências posteriores e das atuais. As recordações retomam a trajetória na medida em que aquilo que eles percebem hoje assume lugar no quadro de referências das lembranças antigas, que, por sua vez, se adaptam às percepções do presente. Entretanto, a memória “não tem poder sobre os estados passados e não os devolve a nós em sua realidade de outrora, porque não os confunde entre si nem com outros mais antigos ou mais recentes, ou seja: ela se baseia nas diferenças” (HALBWACHS, 2003, p. 119).

O jovem, quando é convidado a falar sobre o ocorrido no passado, assume outra posição subjetiva: a de não ter mais envolvimento com situações de violência. Essa marca é importante de ser considerada, ao analisar a maneira como eles narram os acontecimentos, pois “toda situação concreta na qual me encontro com Outro, levo comigo meu acervo de conhecimento, ou seja, a sedimentação de experiências passadas” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009. p. 80, tradução nossa). Assim, as vivências trazem o resultado da experiência acumulada, do momento em que o jovem praticou o ato infracional e do cumprimento da MSE privativa de liberdade e do período posterior de retorno à liberdade.

Através de contatos iniciais com pessoas próximas aos jovens que participaram deste estudo, e pelos aplicativos *Messenger* e *WhatsApp*, percebeu-se o quanto lembrar do passado provoca diferentes sentimentos. Alguns jovens desistiram de participar da pesquisa parecendo que, para eles, seria uma forma de lembrar de uma experiência dolorosa e de reviver conflitos. Um deles referiu que somente falaria sobre o assunto com alguém da sua própria família, outros alegaram sentir vergonha de falar sobre o que ocorreu e um jovem afirmou sentir vergonha de falar com alguém sobre a própria vida. Para alguns, parecia que era melhor esquecer, apagar o episódio da história de vida.

Por outro lado, há jovens que faziam questão de falar e de participar do estudo, referindo que gostariam de contribuir com outros jovens, ao contar a própria história de mudanças. Além disso, manifestaram o desejo de que os funcionários da FASE soubessem acerca das modificações em suas vidas e a intenção de agradecer a todos os que lhes auxiliaram durante o percurso. Conforme refere José, quando contatado pelo *WhatsApp*, cinco anos após a saída da instituição: “fazia tempo que eu estava com vontade de falar com alguém do Case, muita coisa mudou depois que eu saí”. A vontade de José é de interagir e reafirmar sua transformação, a partir de uma troca intersubjetiva entre ele e pessoas de um espaço institucional que fez parte de sua trajetória, antes das coisas terem mudado.

Na assunção de diferentes posições diante de suas trajetórias, o que se revela é a singularização da experiência de vida dos jovens, que remete a um determinado contexto e “às múltiplas oportunidades e estratégias elaboradas para o melhor convívio social, chamando a atenção para os processos de mudança nas sociabilidades e nas formas em que elas começam a adquirir” (GADEA, 2015, p. 23). A partir desta compreensão das particularidades de cada trajetória, podemos analisá-las buscando compreender melhor o que elas podem ter em comum e no que se distinguem.

Cada adolescente, na perspectiva do sistema de justiça, de acordo com sua conduta, foi responsabilizado seguindo a legislação vigente. Os jovens participantes da pesquisa cumpriram MSE por delitos contra a vida, patrimônio com o uso de violência e tráfico de drogas. Contudo, busca-se neste estudo ir além da categorização do jovem por um tipo penal ou por uma sentença, levando em conta o sentido que atribuem ao acontecimento de terem se envolvido com a violência.

No quadro abaixo, pode-se verificar por quais delitos os entrevistados cumpriram MSE de internação, bem como a cidade no qual o delito ocorreu.

Quadro 2 – Especificação do delito pelo qual cumpriu medida socioeducativa, a cidade em que ocorreu e a residência do jovem no momento do fato.

Nome	Delito pelo qual cumpriu medida socioeducativa	Cidade em que o delito ocorreu	Cidade em que residia na época
Henrique	Tentativa de Homicídio	Taquara	Taquara
Álvaro	Tráfico de drogas Tráfico de drogas	Taquara	Taquara
Maísa	Homicídio	Porto Alegre	Porto Alegre
Melissa	Dois Roubos	Porto Alegre	Porto Alegre

Nome	Delito pelo qual cumpriu medida socioeducativa	Cidade em que o delito ocorreu	Cidade em que residia na época
Mariana	Tentativa de Homicídio	Venâncio Aires	Venâncio Aires
Fábio	Tráfico de drogas e porte de arma	Cidreira	Cidreira
Wilian	Roubo	Novo Hamburgo	Novo Hamburgo
Alex	Roubo	Porto Alegre	Porto Alegre
Vinícius	Roubo	Porto Alegre	Porto Alegre
Júlio	Homicídio	Porto Alegre	Porto Alegre
José	Homicídio	Esteio	Esteio – pai São Leopoldo - mãe
Tiago	Homicídio	Rolante	Rolante
André	Duplo Homicídio	Cruzeiro do Sul	Lajeado
Rafael	Latrocínio tentado	Estância Velha	Estância Velha
Jonatan	Homicídio	São Leopoldo	São Leopoldo
Renato	Homicídio	São Leopoldo	São Leopoldo
Lucas	Roubo	Novo Hamburgo	São Leopoldo
Paulo	Roubo	São Leopoldo	São Leopoldo

Fonte: prontuário dos jovens.

As informações do quadro acima demonstram que 7 jovens, ou seja 38, 9 % dos entrevistados, cumpriram MSE pelo delito de homicídio. Já 6 jovens, ou seja, 33, 3%, cumpriram MSE devido ao delito de roubo. Assim, o delito de homicídio e o de roubo foram os mais recorrentes entre os entrevistados. Já o delito de tráfico de drogas, foi praticado por 2 jovens, assim como o de tentativa de homicídio, no qual 2 jovens se envolveram, correspondendo 11, 1% de jovens que se envolveram em cada um dos delitos. Por fim, a tentativa de latrocínio foi praticada por um dos entrevistados, totalizando 5,6% dos entrevistados.

Partindo da tipificação jurídica, que oferece um panorama informativo e quantitativo das situações de delitos que eles praticaram, interessa compreender, dos pontos de vista deles, o que acontecia em suas vidas quando ocorreram as transgressões. Para este fim, considera-se a tradição analítica da Escola sociológica de Chicago com os postulados, por exemplo, de W. Thomas (2005) sobre a “definição de situação”, ou seja, de que “a interpretação do comportamento social requer necessariamente o conhecimento do significado subjetivo que os indivíduos aplicam a sua ação” (PICO; SERRA, 2010, p. 63, tradução nossa). Conforme refere Thomas (2005), “o comportamento e a mudança social devem ser entendidos como resultado da interação contínua entre a consciência individual e a realidade social objetiva” (PICO; SERRA, 2010, p. 63, tradução nossa) e, desta forma, as atitudes individuais não podem ser interpretadas isoladamente, mas no contexto de vida das pessoas.

Considerando o cenário no qual a violência acontece na perspectiva dos jovens, depreende-se que os atos infracionais praticados podem ser mais bem compreendidos a partir da categoria da violência urbana cujo conteúdo refere-se

[...] à constatação da existência maciça de saques a propriedade privada (assaltos, roubo) e ameaças à integridade física, em situações relacionadas à vida cotidiana; e ao mesmo tempo, segundo, a modelos de conduta subjetivamente justificados, no âmbito destas situações. (SILVA, 2016, p.176).

Trata-se de um fenômeno que ocorre no contexto urbano, no qual o compartilhamento do espaço físico nas cidades proporciona interações com diferentes círculos sociais (SIMMEL, 1986), de forma cada vez mais acelerada, fazendo com que se produzam crescentes diferenciações e heterogeneidades (econômicas, culturais, profissionais, religiosas, políticas, entre outras) entre as pessoas que interagem cotidianamente. A violência, nesse contexto, é concebida como um “marco analítico macroestrutural, que ressalta as desigualdades e a precarização socioeconômicas, senão também desde um ponto de vista conjuntural, cultural ou interpessoal e, por último, desde um ponto de vista institucional” (GADEA, 2015, p. 30).

Entre os jovens egressos, verifica-se que a prática do ato infracional ocorreu por diferentes motivos e em contextos diversos. Entretanto, algumas situações e percepções são recorrentes em suas narrativas e histórias de vida. Logo, buscando analisar, na perspectiva dos jovens, suas compreensões em relação ao ato infracional praticado, bem como o contexto a que estavam expostos, surgiram as categorias: “Não é que foi planejado, mas já era previsto”, que, a partir de uma frase elaborada por um jovem, demonstra o quanto o contexto vivenciado por eles os influenciou para a prática do delito. Isto é, não foi algo planejado, mas devido às condições de vida naquele momento, era previsível que fosse ocorrer o envolvimento com a violência. A categoria “Sobre estar perdido na rua” refere sobre as vivências dos jovens em termos afetivos, ao fato de eles não se sentirem acolhidos em suas necessidades junto às famílias, o que resulta em vivências no ambiente da rua. Por fim, o item “A guerra continua” refere sobre as dificuldades vivenciadas em forma de conflitos, que são permanentes em suas vidas e que os jovens vão, ao passar do tempo, juntamente com a rede de apoio, encontrando formas diferentes para lidar, de forma que não passem mais pela via da violência.

Através das sessões acima indicadas, não se tem a intenção de separar a situação de cada jovem em uma das categorias, pois as vivências não ocorreram de forma fragmentada. Elas se constituem com base nas compreensões que os entrevistados, hoje não mais envolvidos em delitos, apresentam sobre o que ocorreu no passado, nas situações de violência protagonizadas por eles. Assim, busca-se compreender, entre as narrativas e os dados recolhidos nas entrevistas,

como os fatores de risco atuaram para o envolvimento dos jovens com a violência e como os fatores protetivos os auxiliam para que não haja novo envolvimento deles com esse tipo de situação.

5.1 NÃO É O QUE FOI PLANEJADO, MAS JÁ ERA PREVISTO

Ao discorrer sobre o seu envolvimento com a violência, Jonatan afirma: *“eu não queria, é que tudo aconteceu. Não é que foi planejado. O que aconteceu pra mim cair preso, entendeu? Mas já era previsto”*. Ele se refere a impasses, conflitos que estavam ocorrendo em sua vida e que, naquele momento, não vislumbrava outra forma de resolução que não fosse pela via da violência. Quando refere que era previsível que o ato infracional aconteceria, indica uma dimensão contextual da violência, que pode se originar a partir de relações intersubjetivas, de falhas ou ausências institucionais e de fatores macroestruturais. É como se o jovem participasse de um sistema que se retroalimenta, sendo produto e produzindo situações de violência. Desta forma, *“a exposição à violência contínua e a participação ativa em atos violentos (como vítima ou protagonista) desenha uma forma de relação específica, em que fatores estruturais, conjunturais e institucionais atuam conjuntamente em seu aparecimento”* (GADEA, 2015, p. 34).

O segmento de jovens tem sido indicado como um dos protagonistas da violência presente neste contexto, seja ele autor ou vítima. *“Ao que tudo indica, a violência que parece ser uma linguagem própria da sociedade contemporânea encontra nos jovens seus mais fiéis porta-vozes”* (ADORNO, 2010, p. 2). Uma forma de compreendermos a violência urbana *“decorre de uma divisão em três tipificações: a violência direta, a violência indireta e a violência simbólica* (GADEA, 2015, p. 31). Conforme exposto no **Quadro 2**, os jovens egressos foram sentenciados a cumprir MSE por envolvimento em situações de violência direta, que são atos contra a integridade física das pessoas, e indireta, no caso do roubo no qual a vítima é ameaçada, sendo coagida a dar seus pertences ao agressor. O ato de tráfico de drogas, praticado por Álvaro, não é necessariamente violento, mas pode envolver dinâmicas de violência direta e indireta como forma de organização do comércio ilegal de entorpecentes.

No que diz respeito à violência dita simbólica, remete ao contexto de vulnerabilidade no qual os jovens estão inseridos e refere a *“situações de conflito em que as regras dos comportamentos válidos de uma sociedade se apresentam violentadas por mecanismos socioculturais e históricos que ferem, de forma profunda, subjetividades e identidades pessoais”* (GADEA, 2015, p. 31). A partir da narrativa dos jovens, foi possível identificar relação entre

às situações de violência direta e indireta pelas quais cumpriram MSE e violência simbólica sofrida por eles devido às diversas vulnerabilidades que perpassavam suas vidas, afetando suas subjetividades e trajetórias.

Quando praticaram o ato infracional e cumpriram medida socioeducativa, os jovens entrevistados apresentavam uma curta trajetória de vida, aspecto que pode ser observado na Tabela 1, que reúne informações sobre cada um deles, tais como: idade à época do delito, a sentença a qual foram submetidos, a idade que apresentavam quando ingressaram na instituição e a idade no momento da entrevista.

Tabela 1: Idade dos jovens quando praticaram o delito, quando ingressaram na instituição e idade no momento da entrevista.

Nome	Idade no momento do ato infracional	Idade no ingresso na instituição	Idade no momento da entrevista
Henrique	14 anos	14 anos	19 anos
Alvaro	14 anos 15 anos	14 anos 15 anos	19 anos
Maísa	15 anos	16 anos	19 anos
Melissa	17 anos	17 anos	19 anos
Mariana	17 anos	17 anos	19 anos
Fábio	17 anos	17 anos	19 anos
Wilian	16 anos 16 anos	16 anos 17 anos	21 anos
Alex	17 anos	17 anos	21 anos
Vinícius	17 anos	17 anos	21 anos
Júlio	15 anos	15 anos	22 anos
José	15 anos	15 anos	22 anos
Tiago	15 anos	16 anos	22 anos
André	16 anos	16 anos	22 anos
Rafael	16 anos	17 anos	22 anos
Jonatan	17 anos	17 anos	24 anos
Renato	17 anos	17 anos	24 anos
Lucas	15 anos	15 anos	31 anos
Paulo	17 anos	17 anos	39 anos

Fonte: entrevistas e prontuários.

Verifica-se que a grande maioria dos entrevistados ainda faz parte do segmento jovem da população, com exceção de Lucas e Paulo, que já ultrapassaram essa fase, apresentando,

respectivamente, 31 e 39 anos, na data da entrevista. O tempo no qual ocorreram os fatos é importante, pois trata-se de período de transição entre a vida infantil e a fase adulta: já não se pode mais falar “em tempo no singular, mas sim no plural (dada a pluralidade de suas vivências)” (CAMPOS; PHINTENER, 2016, p.125).

Com relação à transitoriedade, chama a atenção, entre eles, o fato de apresentarem situações de vulnerabilidades que necessitavam ser iminentemente resolvidas. Com relação ao termo vulnerabilidade, pode ser entendido como:

[...] um conjunto de características não idiossincráticas que geram fragilidade, desvantagem ou problemas para o desempenho e mobilidade social dos atores (sejam essas pessoas, domicílios ou comunidades) e que atuam como freios ou obstáculos para a adaptação dos atores para mudar as configurações sociais. (VIGNOLI, 2001, p. 18).

A “vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, passando por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia” (GUARESCHI et al., 2007, p. 19). Além disso, está relacionada também à ampliação de recursos materiais e simbólicos que permitem o desenvolvimento em sociedade (ABRAMOVAY et al., 2002). Portanto, para esses jovens, aquele período não se constituía como preparação e construção de uma prospecção para a vida adulta, dadas as urgências que restringiam seu campo de possibilidades e tornavam seus projetos distantes, porque fragilmente elaborados em meio a inseguranças. Sendo assim, eles não conseguem ser “atores-sujeitos em sua plenitude, utilizando o livre arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta” (VELHO, 2013, p. 136).

Especialmente no período em que os jovens praticaram os delitos e ingressaram na instituição, percebe-se que “viver a juventude não é preparar-se para o futuro, para um possível “vir-a-ser”, entre outras razões porque os horizontes do futuro estão fechados para eles” (DAYRELL, 2007, p. 170).

O relato de Fábio demonstra um pouco da busca pela sobrevivência dele e da família:

Porque, no caso, quando eu era pequeno o meu pai se separou da minha mãe e quando eu vi eu fui. Minha mãe não tinha emprego, ela nunca procurou emprego. Minha mãe era obesa, daí, no caso, tinha eu e meus irmãos, daí um dos meus irmãos tava preso, o outro tava pra longe. Daí, quando vê, eu não tinha como me sustentar, daí eu roubava. Eu roubava, traficava, fazia tudo isso pra sustentar a minha casa, se não, eu tinha morrido de fome. (Fábio).

O relato de Melissa também mostra a realidade de necessitar sustentar a mãe, que estava internada no hospital; os irmãos e a tia:

Eu resolvi fazer alguma coisa mais fácil pra poder sustentar todo mundo, porque era só eu, não tinha mais ninguém, era só eu pra todos eles. Daí, tinha que mandar dinheiro pra minha irmã que tava no hospital com a minha mãe; daí, tinha que mandar dinheiro pra casa, mandar coisas para as crianças: era todo dia. Às vezes, eu nem ia pra casa fazendo outras coisas, pra mandar dinheiro no outro dia. (Melissa).

Por vezes, o campo de possibilidades, e conseqüentemente de escolhas, dos jovens é restrito. A limitação também se estende aos âmbitos emocional e relacional e às capacidades de projetar o futuro das próprias ações. Sendo assim, “o tempo da juventude, para eles, localiza-se no aqui e agora, imersos que estão no presente” (DAYRELL, 2007, p. 170), conforme demonstra o relato de Henrique:

Olha, o que eu vejo, assim, que eu faço minhas análises, na época eu era uma pessoa mais insegura com tudo e como eu não, nunca fui de ter, eu sei que eu convivo com minha mãe e com meu pai, mas não, nem sempre eu tenho uma convivência saudável. Entende? E, naquela época, era bem pior. Daí, eu vejo que foi, como é que eu posso dizer? Um ato que realmente, no momento, eu não pensei nas conseqüências, ou o que que tudo isso ia levar, o que ia me custar, entende? (Henrique).

Henrique, hoje, consegue refletir sobre seus sentimentos naquele período e em relação a sua convivência familiar que, segundo ele, não era “saudável”, devido a conflitos vivenciados, tornando-o vulnerável, ou como ele refere, “inseguro”. Halbwachs (2003, p.41) explica que “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meio a circunstâncias sociais definidas, se também não esquecermos que o efeito de contraste vinha principalmente do que buscávamos nestes objetos”.

A busca de Henrique por segurança e pela possibilidade de expressar suas emoções também podia ser percebida em atos de automutilações, cortes no corpo com a intenção de aliviar sua angústia e tornar visível o próprio sofrimento. A situação pela qual Henrique passava remete ao que Assis (1999) constatou entre os jovens que praticaram ato infracional, que apresentavam limitações para falar sobre os seus sentimentos e sobre a relação deles com os próprios familiares.

Henrique relatou viver situações emocionais não percebidas pelas pessoas em seu entorno, o que dificultou o planejamento de suas ações e, inclusive, sua compreensão sobre as

consequências do ato infracional. Entretanto, superou esse período, sendo capaz de refletir, elaborar, conversar e compreender melhor o que acontecia consigo no passado, quando tinha 14 anos e praticou o ato infracional.

Atualmente com 19 anos de idade, o jovem encontra-se vivenciando outra experiência, respondendo a entrevista junto com a companheira e com o filho de 6 meses que, segundo ele, são suas maiores conquistas e motivo de orgulho. Henrique demonstra o quanto os seus sentimentos eram resultado do contexto que vivenciava e de sua busca por superar o período de insegurança.

E eu vejo na minha vida, como se fosse, eu, pelo menos, eu tento deixar como um ato isolado, como se aquilo ali não fosse o meu viver. Não fosse aquela pessoa ali, foi um momento que eu não consegui segurar minhas rédeas. É, é também aquela questão, né? O emocional vai mudando, quanto mais na adolescência. Tudo muda. (Henrique).

Henrique refere que, quando praticou o delito, agiu por impulso. Além disso, de acordo com sua trajetória, percebe-se que se sentia muito só para lidar com os conflitos que estavam surgindo em sua vida, no período da adolescência, não tendo auxílio para segurar “as rédeas”. O relato de Henrique vai ao encontro do que Gadea (2015, p. 129) constatou em parte dos jovens impactados pela violência, residentes em bairros da periferia de Porto Alegre, na medida em que suas sociabilidades eram limitadas e fragmentadas. A maior carência apresentada por eles era em relação à própria “capacidade de ingressar em uma rede de relações sociais que lhe permita sair de determinadas relações adversas”.

É importante compreender que diferenças se tornam vulnerabilidades, quando se analisam questões de gênero em relação aos jovens que praticam delitos. A violência tem sido associada ao gênero masculino e, ao mesmo tempo, dá-se visibilidade ao gênero feminino como vítima da violência. Sabe-se que “as práticas de dominação e subordinação também são pautadas pela violência física, psicológica e/ou simbólica entre gêneros e também no interior do gênero” (PIMENTA, 2014, p. 716). Determinados comportamentos violentos e agressivos são exigidos dos homens como forma de coragem e afirmação de sua masculinidade, além de constituírem-se como forma de estabelecimento de laços sociais.

Na fase da adolescência, as demandas por comportamentos masculinos podem ser sentidas pelos jovens, como se fossem determinações devido a fase ainda imatura na qual se encontram, especialmente quando já estão fragilizados por outras vulnerabilidades. Lucas e Wilian são jovens que relataram mais claramente essa relação com as amizades, com “estar no meio” e não se sentir excluído do grupo como motivação para praticar o ato infracional.

Conforme refere Lucas sobre o contexto em que praticou a infração: *“foi mais, acho que, adolescência e adrenalina de tá ali junto, não se sentir excluído dos piás que tão, tão no bolinho da esquina, no barzinho no meio da quadra. Mas é por isso mesmo, não por necessidade. Eu era por adolescência mesmo e adrenalina”*.

Sem deixar de considerar a importância dos estudos sobre a violência de gênero contra as mulheres, é necessário também olhar para as situações nas quais elas se tornam protagonistas de atos de violência. Ao romper com o lugar socialmente atribuído ao feminino - vítima, passiva delicada, submissa etc.-, as mulheres são enquadradas em outros estereótipos ou estigmas, além dos já existentes em relação aos que praticam delitos:

Surpresa e assombro são algumas reações que vêm à tona quando o assunto abordado é a ação criminosa e violenta cometida por mulheres, e, comumente, são atribuídas a elas pela sociedade qualificações depreciativas como “monstro”, “louca”, “histérica”, “bruxa”, “vagabunda”, “mãe desnaturada”, “mulher sem coração”, entre inúmeras outras, que buscam demonstrar a violência feminina como sendo algo fora do lugar, ou seja, práticas que não competem, não cabem às mulheres. E se elas as praticam, é porque estariam “fora de si”, fora do juízo perfeito, de seu papel “natural”. (PAIVA, PRIORI, 2018, p. 432).

Existe, portanto, uma tendência de diferenciar as mulheres dos homens que se envolvem com a violência: o gênero feminino é marcado como subalterno e suas ações obtêm significação depreciativa em relação às masculinas. Ao analisar o envolvimento das três jovens que participaram deste estudo em delitos, não são encontradas diferenças significativas entre elas e os jovens, no que tange aos atos de violência. As situações que elas vivenciaram demonstram que a violência pode ser praticada por mulheres tanto quanto por homens.

A marca da desigualdade e da discriminação racial também apareceu no relato dos jovens negros participantes da pesquisa. Para Almeida (2019), a consequência de práticas de discriminação racial é a estratificação social, um fenômeno intergeracional no qual o percurso de vida de todos os membros do grupo é afetado. Neste sentido, as chances de ascensão, de reconhecimento social e de sustento material são prejudicadas (ALMEIDA, 2019). Segundo Alex, jovem entrevistado, há diferença entre não negros e negros. Ele explica que, na escola e no trabalho, o negro tem que se esforçar mais por ser negro, para compensar a relação de subalternidade proveniente da diferença:

Eu acho, eu acho porque, eu acho mais difícil, uma porque, ah, é um negócio, é um negócio que, esse negócio assim de negros, essa coisa é um negócio muito forte de falar, às vezes. Às vezes, eu posso tá falando e alguém pode entender errado, entendeu? Mas, tipo, eu acho que, por eu ser negro, eu vou ter que me esforçar mais, me dedicar mais. (Alex).

Alex também ressalta a importância da igualdade racial, do acesso a bens e ao conhecimento. Relata, ainda, não sentir mais a sensação de insegurança que sentia por ser negro, ao caminhar pela rua:

Eu pego e mostro no meu dia a dia, na minha batalha, que não é porque eu sou negro que eu não posso andar contigo, branco. Não é porque eu sou negro que nós não podemos, entendeu? Chegar lá e ter as mesmas coisas, entendeu? Isso tudo, né? Não é porque eu sou negro que não posso ter isso tudo, não posso ter conhecimento. Não é porque eu sou negro que eu não posso andar na rua tranquilo. (Alex).

Para Cerqueira e Coelho (2017, p.11), “parcela das diferenças das condições socioeconômicas de negros e não negros já decorre de racismo, seja por políticas e práticas educacionais discriminatórias, seja pela discriminação no mercado de trabalho”. Além disso, os autores demonstram a existência de um canal direto entre racismo e letalidade de negros.

Uma das principais expressões das desigualdades raciais em nosso país é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra (CERQUEIRA et al., 2020). Sobrepõe-se a essa condição o fato de que a violência letal contra jovens é a principal causa de morte do grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos, no Brasil (CERQUEIRA et al., 2020). Percebe-se que a letalidade aumentada de jovens negros justifica o receio de Alex, quando se refere a “andar na rua”. O jovem percebe que corre risco constante de sofrer com diversas formas de violência, estando, inclusive, com a vida ameaçada por ser negro e ser residente de local periférico de Porto Alegre, a Vila Cruzeiro.

Compreendemos melhor a realidade de violência vivenciada pelos jovens de periferia participantes da pesquisa, que residiam e ainda residem nesses locais, ao trazer um estudo realizado no município de São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre. A pesquisa trata da percepção de adolescentes e jovens com relação ao extermínio de adolescentes e jovens no município (MUSSKOPF et al, 2014). Com relação ao risco de morte vivenciado nas regiões de periferia da cidade, destaca-se o fragmento de uma conversa com um adolescente que, quando indagado sobre o futuro, desejos e sonhos, afirmou viver o momento, pois poderia morrer ao dobrar a esquina (MUSSKOPF et al, 2014).

Sobre o contexto urbano de periferia, Jonatan, que reside em São Leopoldo, relata o próprio convívio no local onde residia. O jovem conta que praticou homicídio porque sua família estava sendo ameaçada de morte por traficantes, sendo obrigada a mudar de residência:

Daí, minha mãe saiu no sábado lá do beco, ela se mudou. Ela trocou. Bah, pensa, nossa casa era muito boa. Meu pai comprou um terreno de vinte por quarenta, assim, enorme. Só uma meia água, e ele construiu uma casa muito linda. E a minha mãe trocou essa casa por um casebre só pra sair de lá. Tipo, não por mim, mas já sabendo da incomodação que eles já estavam causando. Aquilo ali foi a gota d'água. Tipo, bãh, a gente saiu no sábado, na terça feira a gente matou o cara lá na esquina. (Jonatan).

Esse relato envolve o contexto de violência dos bairros de periferia onde os jovens residem sem a proteção do Estado, tendo suas famílias ameaçadas e tendo que resolver de forma solitária situações como a narrada por Jonas, cuja mãe deixa a casa que construiu para trás, com todo seu valor material e simbólico, para proteger a vida da família. Foi a partir de um conflito gerador de insegurança significativa em sua vida que Jonatan decidiu praticar o “previsível” homicídio. O que se percebe é que “a violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir a sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de construírem” (WIEVIORKA, 2006, p. 205).

Wacquant (2008) enfatiza que os locais periféricos são permeados pela insegurança social proporcionada pela retração das políticas públicas de Estado que garantem os direitos dos cidadãos. O autor formula o conceito de “hipergueto”, a partir de seus estudos sobre “um novo regime de marginalidade urbana nas sociedades avançadas do Ocidente capitalista e o consequente desvio da estratégia governamental na direção da punição da pobreza” (WACQUANT, 2008, p. 9), e explica que ele materializa o resultado da desarticulação operada pela ordem dominante, desencadeada em um contexto econômico, político e social específico. A mudança na forma de governar implica em o Estado ter abandonado a política de bem-estar social, substituindo-a pela penalização daqueles que são rejeitados pelo mercado de trabalho, devido ao padrão de exigência específico dos empregadores. Ampliando-se o Estado penal, deixa-se de exercer função pública e autoriza-se o mercado econômico a agir regulando as relações sociais (WACQUANT, 2008).

Os jovens se veem, desde muito cedo, com a responsabilidade de auxiliar a família ou com a responsabilidade de garantir o sustento deles próprios, tendo que dar conta de demandas sociais e econômicas complexas. Com a omissão do Estado, emergem as situações de violência, conforme já visto, e a consequente atuação por parte do Estado Penal. Tal situação é recorrente na vida dos egressos, como refere Lucas, espontaneamente, quando entrevistado nas dependências do CASE NH. Segundo ele, vários de seus parentes estão cumprindo medida

socioeducativa, outros já cumpriram, citando o nome de jovens que têm o mesmo sobrenome dele e que passaram pela instituição. Os entrevistados, de modo geral, relatam a situação de prisão de familiares próximos a eles, como mãe, pai, tios e irmãos, deixando claro o quanto essa realidade é presente em suas vidas, conforme consta no **Quadro 3**.

Quadro 3 – Familiares dos participantes da pesquisa: registro de cumprimento de pena ou de MSE privativa de liberdade

Jovem	Familiar que cumpriu MSE de internação	Familiar que cumpriu pena
Henrique	Não refere	Não refere
Álvaro	Irmão e primo	Pai
Maísa	Irmã e pai de sua filha	Pai
Melissa	Não refere	Mãe
Mariana	Não refere	Não refere
Fábio	Não refere	Pai
Wilian	Não refere	Pai
Alex	Não refere	Não refere
Vinícius	Não refere	Amigo
Júlio	Não refere	Não refere
José	Não refere	Não refere
Tiago	Não refere	Mãe
André	Não refere	Pai
Rafael	Não refere	Avô materno
Jonatan	Não refere	Primo
Renato	Não refere	Tios
Lucas	Primos	Pai biológico e primos
Paulo	Irmão	Irmão

Fonte: entrevistas e prontuários.

Foram poucos os participantes da pesquisa que não conviveram com a situação exposta no Quadro 3, em relação aos familiares. Os dados acima apresentados não surpreendem, uma vez que já foi constatado, na forma descrita por Wacquant (2008), como o Estado lida com os conflitos sociais da periferia.

Faz parte do diário de campo de qualquer pesquisador que circule pelas periferias da cidade a constatação de que é, hoje, quase impossível encontrar uma família que não tenha contato e familiaridade, direta ou indireta (conhecidos, vizinhos, parentes), com a experiência do encarceramento. (TELLES, 2010, p.120).

Essa experiência é presente na vida dos jovens pesquisados, porém não é banalizada e nem assimilada com naturalidade. Percebe-se que eles a tratam como um fato a ser enfrentado e que faz parte da dura realidade com a qual convivem, tal como podemos perceber no relato de Álvaro, cujo pai faleceu enquanto recolhido no sistema prisional, dois meses antes do jovem participar da pesquisa. No mesmo período, um dos irmãos mais novos do entrevistado cumpria

MSE de internação, há mais de 1 ano, no Case Novo Hamburgo. Álvaro estava residindo em Santa Catarina, onde trabalhava e vivenciava novas relações sociais, afastadas do tráfico de drogas. Com o falecimento do pai, retornou à Taquara para ajudar aos irmãos menores que, segundo relatou, sentem a falta do pai, mesmo que ele estivesse afastado em virtude da prisão. O pai era uma referência familiar importante mesmo cumprindo pena no sistema prisional. Álvaro sentiu-se com a obrigação de mudar-se, retornando para casa após o falecimento dele.

Além do sofrimento gerado pela institucionalização dos familiares, os círculos sociais dos jovens, por vezes, permanecem restritos, dificultando outras formas de socialização, já que precisam estar em contato com o que ocorre no sistema prisional: visitar os parentes e contatar advogados, por exemplo; atividades que podem se tornar penosas para eles. Além disso, sabe-se que as crianças que têm familiares encarcerados sofrem discriminação, principalmente na escola, mas também na família e na vizinhança (GALDEANO, 2018, p. 38).

Nesse sentido, Paulo narra a experiência de ter um irmão que, há 20 anos, está no “sistema” e sobre como é visitá-lo na penitenciária e lá encontrar os jovens que cumpriram MSE com ele, no CASE PC:

E tu sabe que eu, eu tenho um irmão meu mais novo, que ele tem problema assim, desde novo. E ele teve por toda, ele teve na FASE, ele teve na penitenciária e, desde os treze anos dele, ele puxa, ele tá com trinta e três, então faz vinte anos que ele tá dentro do sistema, né? (...) eu faz tempo que eu não vou visitar ele, mas eu ia lá e via aqueles camaradas que estavam comigo naquela época. Hoje, são liderança dentro das penitenciárias. Hoje, tão lá, né? Hoje, tão dentro da penitenciária como liderança. Estão mais de vinte anos dentro do sistema prisional e nunca mais mudam. (Paulo).

Verifica-se que essa realidade se estende ainda mais quando consideramos a existência de amigos encarcerados. Vê-los presos põe os jovens em conflito, pois lidam com o fato de precisar se diferenciar deles, caso optem por não se envolver mais com a violência. Manter relações próximas com jovens que praticam delitos podem fechar outras possibilidades de relacionamentos sociais. Simmel (1986) explica que os grupos, quando possuem a intenção de manterem uma união consistente, fecham-se para outros indivíduos ou círculos sociais, formando, inclusive, sentimentos hostis dirigidos ao exterior. Assim, quanto mais unido for o grupo, maiores são os sentimentos hostis em relação aos diferentes círculos sociais. A decisão de afastar-se do círculo social compostos por praticantes de delitos exige do jovem o enfrentamento aos sentimentos hostis.

Vinícius parece já ter resolvido os conflitos que surgiram, quando decidiu se afastar do antigo círculo social, e relata os prejuízos que seu amigo tem por continuar se envolvendo com a violência:

Por causa que tem muita gente que foi pra FASE, amigos meus, hoje, tá no central. Amigos eu digo, daquela época, né? E, hoje, tão no central. E, tem um amigo meu que ele é, a mulher dele é melhor amiga da minha mulher, e volta meia a gente vai lá visitar ela. Ele tem um filho que regula de idade com o meu mais novo, vai fazer dois anos (...) dois anos o filho dele, e ele ficou três meses com o filho dele na rua, o resto tudo ele passou preso. Aí, é coisa que não vale a pena, né? Ele vai, ele sai. Ele fica um ano e pouco lá, sai. Fica uns meses na rua, volta. E, não tem, é a vida que ele escolheu, né? E, hoje em dia, ele literalmente não pode mudar, por causa que ele já tem muito inimigo, né? Então, se ele chegar ao ponto de mudar, as pessoas vão matar ele, entendeu? Então, ele não, não quer mudar, entendeu? E nem poderia, imagino eu, isso é o meu pensamento, sabe? (Vinícius).

Pertencer a círculos sociais que se envolvem com a violência configura em uma forma de reduzir as possibilidades de experiências dos jovens. Segundo Assis (1999), manter amizades com jovens que se envolveram em delitos torna-se um fator de risco ao envolvimento com os atos infracionais. Conforme refere Henrique sobre o próprio delito, um episódio isolado que ocorreu com ele e que “*não era a sua forma de vida*”; ou André, que explica que sua vida “*era uma vida normal. Esse era o problema. Porque o meu delito foi um acaso, bem na verdade*”.

Apesar de terem sido episódios únicos, os jovens se envolveram em situações de conflito que não conseguiram resolver de outra forma que não fosse através da violência passional. Gadea (2011) faz referência ao não reconhecimento mútuo como uma forma da violência encontrar brechas para surgir, referindo que ela fornece sentido social e define uma situação específica de desequilíbrios da ordem da indignação, da invisibilidade e da exclusão social. É possível que o sofrimento pelo qual os jovens estavam passando não tenha sido reconhecido em suas redes de relações, deixando-os diante de impasses que ocasionaram o envolvimento em atos de violência passional.

Para os demais jovens entrevistados, o ato infracional não foi algo isolado. Parte deles considera que estava no “*mundo do crime*”; outros não se identificam como tendo se envolvido com “*o crime*”: “*eu, na verdade, eu nunca fui do crime, sabe? Eu sempre fui um cara bem trabalhador, assim, sabe? Minha família inteira é trabalhadora*” (Vinícius). A afirmativa demonstra a polaridade discursiva que categoriza trabalhadores e bandidos presentes nas

periferias (FELTRAN, 2011). Para diferenciar-se dos bandidos, Vinícius destaca que ele e sua família eram trabalhadores. Percebe-se que o jovem conhece bem a realidade do “mundo do crime” por ter proximidade com pessoas que o vivenciam. Por isso, pode afirmar categoricamente que, apesar de ter se envolvido no delito de roubo, não pertencia ao “mundo do crime”. Conforme os estudos de Teixeira (2013, p. 39), a subjetivação do “crime” ocorre “em situações nas quais a experiência no ‘mundo do crime’ era considerada mais intensa, nas quais havia um engajamento mais aberto e comprometido com a atividade ilícita”.

Entre os entrevistados, alguns pareceram ter tido maior comprometimento com a “vida do crime”; como Renato, que conta ter iniciado aos dezesseis anos, tendo permanecido envolvido por um ano e meio. Ele refere que teve facilidade para entrar em uma facção, pois seus tios já pertenciam a ela. Ao ingressar, logo obteve um posto importante na organização:

Eu tinha arma, eu tinha droga minha (...) Por eu ter meus tios ali era mais fácil, foi mais fácil. Bem mais fácil. Tinha coisarada deles que tava na rua, entendeu? Então, eles podiam deixar comigo, tava com gente que eles não conheciam. Que nem, eu pegava muito mais barato, porque eu pegava direto com eles, né? Os outros já pegavam de terceiros. Então, enquanto eles tavam ganhando mil, eu tava ganhando dois mil. Entendeu? Pra mim, foi muito mais fácil. E eu sabia fazer negócio. (Renato).

A história Renato mostra o quanto estar na “vida do crime” pode ser lucrativo, especialmente quando se tem a confiança de pessoas influentes, capacidade para entender a dinâmica do crime e um papel importante na organização. O entrevistado narra o quanto a realidade vivida por ele é presente em bairros de periferia da cidade de São Leopoldo: “é porque, na realidade, desde a infância, desde quando tu nasce em periferia, tu convive com a violência, né?” Aqui, verifica-se que “o crime possui atores específicos, em cada esquina das favelas e bairros pobres- é mais capilar que os evangélicos, muito mais que o Estado” (FELTRAN, 2011, p.170).

Em relação a disparidade entre a capilaridade do crime e do Estado nas periferias, o marco analítico do hipergueto (WACQUANT, 2008) auxilia na compreensão da realidade trazida pelos entrevistados, resguardando as particularidades de cada local. Em relação a ausência do Estado, Paulo trás outra faceta do “mundo do crime”: “O Brasil passa por um período bem complicado, com a proliferação desses movimentos paralelos”; o entrevistado se refere ao surgimento das facções, a partir da ausência da proteção social do Estado. Elas, na verdade, são:

[...] um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. (PAIVA, 2019, p.170).

A nova realidade em relação ao “mundo do crime” tem influenciado na forma como os jovens se envolvem com as situações de violência. Acerca desse aspecto, Paulo observa: “*e o pessoal tá organizado, na verdade eles entram na realidade na ausência do Estado. Quando não tem o Bolsa Família, o tráfico faz o Bolsa Família nas ruas. E acaba cada vez fortalecendo mais e se cria uma máquina que não tem mais como parar*”. O “mundo do crime”, a partir da incapacidade do Estado em promover condições dignas de vida para os cidadãos, “configura-se como um universo de geração de renda (que, portanto, trava disputa simbólica com o mundo do trabalho)” (FELTRAN, 2010, p. 62). Ele se fortalece como instituição na medida em que, com organização própria, apresenta-se como possibilidade de projeto de vida acessível para jovens das periferias.

Os atos infracionais praticados pelos jovens são atravessados pelo contexto das vulnerabilidades relatadas por eles, que envolvem necessidades de alimentação, abrigo, afetivas, relacionais e protetivas em relação a preconceitos. Tais vulnerabilidades, quando analisadas em suas múltiplas facetas, traduzem-se em violações de direitos e em violências. Essas situações colocam os egressos em maior risco de envolvimento com a violência.

Entre os entrevistados, percebeu-se diferenças: parte deles experienciou o envolvimento com a violência de forma circunstancial e outros deles de modo intenso, seja no ato infracional em si ou através de engajamento ativo nas infrações. Os envolvimento foram tornando-se mais significativos, quando o ambiente se tornava mais propício e estimulador das saídas dos conflitos pela via da violência, como no caso dos jovens que praticaram delitos para sentirem-se aceitos e protegidos. Da mesma forma, a diversidade também surgiu com relação às vulnerabilidades, às violências sofridas e a forma como elas afetaram as vidas e as subjetividades dos jovens. Na medida em que as violências sofridas envolveram as dimensões simbólica e estrutural, limitou-se o campo de possibilidades dos jovens. Obstáculos barraram os planejamentos para um futuro que não incluísse a saída pela violência. Não contar com recursos de proteção do Estado, da sociedade e sofrer violência a partir de diversos mecanismos institucionais faz com que as situações de violências protagonizadas pelos jovens sejam inevitáveis e já previstas.

5.2 SOBRE ESTAR PERDIDO NA RUA

Entre os entrevistados chamou a atenção o quanto referiam sentirem-se “perdidos”, “loucos” ou “desconcertados”, entre outras adjetivações usadas como tentativa de traduzir o estado emocional que vivenciavam quando se envolveram na infração. Assim sendo, neste item pretende-se refletir sobre os sentimentos destacados pelos jovens. Através da identificação das sensações que permeavam suas vidas, busca-se compreender qual é o sentido que eles atualmente atribuem às próprias ações ilegais.

A reflexão proposta acerca do passado dos entrevistados demonstra que eles são capazes “de entender a sua relação com o crime de forma situacional e não essencialista” (PRADO, 2020, p. 236). Além disso, observa-se que eles tecem novos sentidos para o que ocorria consigo mesmos naquele momento, em termos emocionais e afetivos.

De acordo com Schutz e Luckmann (2009, p. 35, tradução nossa):

[...] o sentido não é uma qualidade de certas vivências que emergem nitidamente no fluxo de consciência, isto é, das objetividades nele constituídas. É sim o resultado da minha explicação de vivência passada que são captadas reflexivamente desde agora em diante e desde um esquema de referência atualmente válido.

Inicia-se esta exploração com a entrevista de Renato ao explicar que, quando se envolveu com delitos, “*foi num momento que eu tava bem perdido mesmo, não precisava aquilo ali*”. Segundo relata, “*só podia estar perdido*”, pois vivia com os pais, relacionava-se bem com eles e sempre foi orientado a não se envolver em situações delituosas. Em sua visão, seguiu o exemplo dos tios, que envergonhavam a família por fazerem parte do “mundo do crime”. O jovem lembra que a mãe sempre o advertia ao dizer que, caso fosse preso, não levaria “*sacolinha para ele na prisão*”, já que não havia razão para que o jovem acompanhasse o exemplo dos tios, que foram ou estão presos.

A narrativa de Renato evidencia que o jovem se sentia afastado daquilo que os pais o tinham orientado, distanciando-se dos laços de filiação e constituindo novos laços, fora do núcleo familiar principal. Por este motivo, hoje ele identifica que, naquela época, estava “perdido”, ou seja, havia se perdido do núcleo familiar, daquilo que tinha como exemplo para seguir. “Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 169). Os pais de Renato constituíram-se nos outros significativos em seu processo de socialização primária, sendo que as definições sobre a realidade dadas por eles foram absorvidas pelo jovem, constituindo-se como sua realidade objetiva. “A socialização primária implica mais

do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 170). O entrevistado conta que, quando cumpriu medida socioeducativa, quase não recebeu visita dos familiares, pois a mãe cumpriu sua promessa de não realizar visitas para ele, caso fosse preso. Por isso, a primeira pessoa que o visitou foi seu pai, que também não comparecia com muita frequência. Esta atitude dos pais estabeleceu uma marca para ele como uma forma de reprovação do seu comportamento e de receio da perda do afeto dos familiares para com ele que é bem evidenciado. Durante a conversa com a pesquisadora, Renato refere sobre o vínculo afetivo entre os familiares, explicando que são todos bem “chegados”: *“que nem minha família, é uma família bem estruturada, minha mãe, meus pais, meus avós, é todo mundo bem chegado”*.

Sobre o período em que praticou o ato infracional, em entrevista, José apresenta a seguinte percepção:

Antes era bem louco (risos): rua, rua, rua; retornava: rua, rua. Chegava, às vezes, 10 horas, de madrugada. Aí, trabalhava, sempre trabalhei ali só... mas a rua, era rueiro. Meu pai também era bem louco também, escutava o som dele, bebia. Muitas vezes, não ficava muito em cima de mim, daí eu ficava na rua.

A associação entre ser “louco” e viver na “rua” remete ao momento de busca por experiências que vão além das que ocorrem no âmbito familiar ou em espaços institucionais responsáveis pelos processos de socialização secundária. Estar na rua significa ir em busca de independência, procurando experiências singulares, vivenciando diferentes conflitos e obtendo reconhecimento, a partir das regras e da cultura de um espaço em que o jovem se sente mais livre e mais “louco”. Já a família é vista como um espaço de segurança, de proteção e de mediação para os jovens. Contudo, por motivos que a perpassam, nem sempre se torna possível que ela exerça esse papel.

José refere sobre suas relações no âmbito familiar. Seus pais eram separados e ele costumava mudar de moradia, entre a casa do pai e da mãe, com frequência, sempre preferindo o local em que se sentia com menos regras para cumprir. O jovem lembra que, quando discutia com um deles, mudava-se para a casa do outro. Esse movimento se repetia ininterruptamente, o que, na sua avaliação, contribuiu para que se envolvesse com a violência. De acordo com Codoñer (2018), na relação entre pais e filhos o elemento mais frágil é o filho, pois é quem mais precisa de atenção, de cuidados e de tempo da família. Quando menciona a figura paterna, José o adjectiva como “louco”, ou seja, com atitudes similares as suas próprias atitudes. Observa-

se, portanto, que, naquele período, o pai não se colocava como referência de socialização, a partir de um lugar de autoridade para José, que buscava essa experiência na rua.

A experiência de estar na rua também é trazida por Mariana:

A rotina de vida era, praticamente, acordar cedo - eu não fazia nada, nada de bom mesmo- e saía de novo. Eu ia pra rua. Praticamente, eu ficava de segunda a segunda bebendo, saindo. Eu nem ficava em casa, eu vinha só pra dormir, sabe? No caso, eu dormia de manhã pra sair de tarde, passava a noite toda na rua. (Mariana).

Mariana, hoje, avalia que não fazia nada de bom na rua. Contudo, justifica as saídas de casa pelas dificuldades de compreensão dos pais em relação às suas necessidades e desejos. De acordo com Damatta (1997, p. 39), a rua

[...] é local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado tantas vezes citado em situações onde não se pode mais dar sentido por meio de uma ideologia da casa e da família; contextos, repito, onde não se pode mais utilizar como moldura moral a vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores.

Mariana relata que, naquela época, era agressiva, não sabia conversar, não sabia ser afetiva e não tolerava que discordassem dela ou que fizessem algo que ela não gostasse. Nessas ocasiões, reagia agressivamente e ficava sem controle, como no dia em que se envolveu no ato infracional. A jovem participou de uma briga que desencadeou em uma tentativa de homicídio. A vítima foi o irmão de uma jovem com quem ela e suas amigas estavam tendo desavenças.

Hoje, Mariana relata como percebe aquele momento:

E aí, pra mim, era só sair, beber, essas coisas. E daí, foi que, quando aconteceu o delito, antes de acontecer, eu já era nervosona. Eu já batia boca, brigava, entendeu? Aí, quando aconteceu o delito, foi questão de minutos, entendeu? Acho que deu dois minutos, tava tudo feito já. E, aí, foi que eu fui presa em flagrante. (Mariana).

Alex também conta sua experiência com a rua. No caso dele, foi mais intensa, pois o jovem morou na rua. Ele relata que, aos 8 anos de idade, presenciou a morte de seu irmão surdo-mudo, afogado no rio Guaíba. Sentiu-se triste e culpado pelo ocorrido, sendo cobrado pela mãe em virtude da suposta falta de cuidado com o irmão:

Quando ela falou aquilo dali pra mim, eu fiquei quieto, assim, uma facada no meu coração. E eu peguei, virei as costas e esperei cair a noite, e peguei e fui pra rua, fui ficar na rua, fui ficar na rua, fui viver

a minha vida. Por isso que eu sou muito forte, eu sou muito forte, e com isso aí eu comecei a ser homem muito cedo. (Alex).

Permanecer na rua significava não ter que lidar com as situações difíceis, sem vislumbre de solução, que ocorriam em casa, com a família. “De fato, na rua podem-se admitir contradições próprias deste espaço. Mas na casa as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um intolerável mal-estar (DAMATTA, 1997, p.39)”.

Sobre a vida em família, Mariana menciona sobre não se sentir compreendida pela mãe com relação ao seu jeito e a sua sexualidade: “*tipo, antes ela não me entendia como eu era, nem minha sexualidade, nada, né? Agora ela já aceitou*”. A entrevistada ocupa o lugar “de quem introduz uma alteridade na família, por meio de novos discursos que abalam seu discurso oficial – seja pela ruptura ou pela inversão, ou mesmo, pela reafirmação deste discurso” (SARTI, 2004, p. 20).

Ao conhecer Mariana e sua mãe, percebe-se um instinto de proteção e de afeto muito grande da mãe para com a filha. Porém, compreende-se que as diferenças de Mariana entraram em choque com os ideais familiares da mãe. A última, uma pessoa interiorana, com nenhuma escolaridade, sendo analfabeta, proveniente de uma cultura bastante conservadora, resistiu ao processo de afirmação da sexualidade da filha adolescente, um estilo próprio bem diferenciado do contexto da cidade de Venâncio Aires, interior do Rio Grande do Sul. “Reações diversas – de fechamento ou abertura frente a esses “estranhos”- serão decisivas para as relações familiares e, particularmente, para o lugar do jovem em busca de uma identidade própria, que se constrói pelas várias alteridades com as quais se enfrenta” (SARTI, 2004, p. 20). Foram enfrentamentos difíceis, segundo Mariana: “*Tipo assim, ó, uma coisa. Sabe, é que eu acho bem importante, assim, pra todos os pais que convivem com adolescentes presos, que a minha mãe ela não, não me entendia muito, né? Eu também não me entendia, mas ela também não me entendia*”.

O fato que desencadeou a ida de Alex para a rua também traduz a dificuldade familiar em lidar com o conflito interno causado pelo sofrimento, devido a morte do irmão. Era intolerável a convivência dele com a mãe, devido a todo o significado que a perda do irmão, naquelas condições, carregava: “*E, com, com esse tempo aí, eu enlouqueci. Dos meus oito anos até meus dezesseis, eu com oito anos, eu fui pra rua, aprendi a dor muito cedo, que eu acho muito cedo*” (Alex). O jovem avalia que aprendeu a sentir dor muito cedo e que isso foi enlouquecedor, pois teve que lutar pela própria sobrevivência, pedindo dinheiro e alimento, “convivendo com o sistema da rua que é limitador, cruel e de grande exigência emocional e física” (HOLANDA, 2019, p. 35).

No movimento de estar na rua, os entrevistados encontraram-se com as situações de violência. Junto com elas, na maioria das vezes, se relacionaram com outros jovens que supriram o que lhes faltava, fosse material, afetivo ou social, oferecendo-lhes uma sensação momentânea de bem-estar, segurança e proteção. Eles “são envolvidos em sociabilidades delitivas juvenis que promovem a interação social, em grupo, a partir de conflitos que partem do território do qual pertencem” (BRUSIUS, ROSA, ACOSTA, 2019, p. 17). Na medida em que as ações violentas se tornam mais estruturadas, com objetivos específicos, com regras claras para a participação e para a manutenção do vínculo, os participantes as denominam como “embolamento” (ACOSTA, 2019), “corre” ou “correriu”. Percebem-se paralelos entre as relações estabelecidas no “embolamento” ou no “corre” na concepção de gangue na qual o jovem

[...] insere-se dentro de uma rede de proteção paralela, em que a circularidade da violência condensa proteção e agressão, em que atacar torna-se regras básica da segurança. De outro modo, a necessidade de segurança na gangue, paradoxalmente, só pode ser retribuída com coragem nos momentos de “treta 9”, sendo nessas ocasiões que se oficializa, ou não a entrada de novos integrantes na gangue. (DIÓGENES, 1998, p. 118).

O estabelecimento de relações entre o local de moradia e os membros da gangue, traçando um paralelo sobre estar dentro e fora do grupo, fica evidente no relato de Wilian acerca de quando se envolveu em atos infracionais:

Eu, pra mim, eu tenho certeza que foi muito as amizades, aquela coisa da noite. Eu também me criei num lugar que era, que tinha um lado bom e um lado ruim, e eu puxei mais pro lado ruim, né? E foi indo, que eu achava que era uma coisa que era bonito, sabe? Achava que era lindo o que eu tava fazendo. Daí, eu comecei cada vez mais me envolver. Quando eu vi, eu já tava até o pescoço de, de coisa pra cumprir. E, daí, foi. Foi de uma hora pra outra. (...) Eu tenho pra mim que foi uma coisa muito, as amizades, assim. As amizades me puxaram, porque depois que tu, que tu puxa pra um lado das amizades, que é desse lado aí, as outras amizades já se afastam, sabe? Daí, tu fica só pelo, naquele, em cima do muro pra aquele lado, pendendo pra aquele lado. O outro lado tão tudo afastado, né? Daí, como fica assim muito, tu não tem escolha, tu anda com o que tu tem, né? E, daí, eu acho que foi isso, né? (Wilian)

O relato de Wilian remete a um processo que vai se desenrolando e, por vezes, sem o jovem se dar conta ou compreender muito bem o que está acontecendo. Nota-se o fácil acesso que os jovens têm a esses contextos de sociabilidade delitiva juvenil, podendo facilmente fazer

parte dos “embolamentos” e “correrios” devido ao local no qual residem. Wilian avalia como problema o fato de se afastar das pessoas que estavam do “lado bom”.

Para além disso, o contexto de uso de drogas também foi percebido no relato dos entrevistados:

Que eu era muito drogado. Hoje em dia eu não uso maconha, não fumo cigarro, essas coisas que eu fazia, tá esperto? Gostava de ir pros bailes beber e fumar e coisa assim, tá esperto? (Fábio).

Foi assim ó: ahm, eu caí por o artigo 121, no caso é homicídio triplamente qualificado... pelo, pela onde eu sei, meio assim, né; que me explicaram. Ahm, foi que uma menina, uma gurria, assim, tipo, a gente não tem motivo certo, sabe? A gente fez por motivo fútil. Até hoje eu não tenho a certeza do que me contaram pra mim ter feito aquele negócio, sabe? E aí, fui eu; eu, meu ex- namorado, que é o pai da minha filha, a minha irmã e mais uma amiga nossa. Foi motivo de fofoquinha, de intriguinha, sabe? Aí, na hora da raiva, na hora o corpo tava com droga, com bebida também, aí juntou tudo e deu no que deu. (Maísa).

Fábio e Maísa associam o uso de drogas com o envolvimento nos atos infracionais. Em seus relatos é possível perceber a dimensão socializadora que a droga proporciona, pois as compartilham no baile e no grupo de jovens. O uso de drogas partilhado e o estar em grupo são comportamentos bastante usuais entre os jovens provenientes de diferentes estratos sociais. Feltran (2011, p. 111) explica que, na periferia, quando um jovem faz uso de qualquer tipo de droga, “é quase certo que algumas esferas de sua vida passam a se relacionar com o mundo do crime, seus códigos e atores. Por isto, nas periferias, é praticamente a mesma coisa dizer o mundo das drogas, o mundo do crime ou da violência”.

Sendo assim, pode-se refletir que não é somente o efeito da droga no organismo que contribuiu com a prática do ato infracional, mas todo o contexto que o jovem vê imbricado ao uso. Há um circunstancial que torna a vida do jovem de periferia que faz uso de drogas mais vulnerável às situações de violência. Feltran (2011) explica que, em outro contexto, como entre os jovens de classe média, as circunstâncias da violência e do tráfico de drogas permanecem separadas do uso de drogas, não influenciam a vida dos usuários.

Além da menção ao uso de drogas, durante as entrevistas, também associada à ideia de grupo está a sensação de adrenalina provocada pela prática de ato infracional, conforme relata Lucas, que cumpriu MSE pelo delito de roubo:

Eu acho que adrenalina. Não era drogas, não era bebida, eu bebia, mas não era de extrapolar, de ser todo final de semana e ser um vício. Mais

era a adrenalina de tá, voar com o carro, de tá no meio dos guris. E não é influência de ninguém, acho que ninguém te obriga a fazer o que tu não quer, né? Ninguém me obrigou a fazer o que eles queriam. Eu fui porque eu quis, porque gostava, porque eu queria tá no meio. Não queria me sentir excluído, ou sei lá. Não sei. Mas, não por drogas nem por obrigação, mais é por tá no meio, pela adrenalina. Que que mais? É, acho que é isso aí. (Lucas).

Lucas explica que, para ele, fazia sentido se envolver com delitos para interagir com o grupo social. Realizar o ato infracional por adrenalina também faz parte de um processo que é social e subjetivo. Segundo Prado (2020), trata-se de uma reação ao processo de sujeição criminal (MISSE, 2010) vivenciado pelos jovens que residem em locais periféricos das cidades, como Lucas, que é proveniente do bairro Santos Dumont, no município de São Leopoldo.

A sujeição criminal ocorre em um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência à estigmatização e pela dominação da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo ‘bandido’ é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. (MISSE, 2010, p. 23).

Paulo refere um pouco sobre o processo de rotulação pelo qual os jovens, a todo momento, são atravessados: *“Ah o preconceito ele tá em primeiro na sociedade, né? É na tatuagem, né? Na, às vezes no teu jeito de periferia, enfim na cor da tua pele. O preconceito ele existe e nunca vai deixar de existir, né?”* Para ele, sentir o preconceito é uma constante na vida dos jovens, tanto que não vislumbra perspectivas de mudança para a realidade.

Assim, percebe-se que

[...] a violência parece encarnar o desejo por estabelecer uma relação de conflito preciso, assim como se constituir como fundadora de uma ‘experiência’ capaz de articular uma série de ‘pautas’ no campo da ‘indignação moral’”, desta forma ela daria visibilidade social a conflitos que até então não eram percebidos. (GADEA, 2011, p. 96).

Portanto, embora Lucas relate um sentimento no campo da subjetividade individual, quando se refere ao ato infracional praticado, constata-se que permanece a relação com conflitos sociais de diversas ordens. Há um movimento paradoxal no qual o jovem é absorvido pelo processo de sujeição criminal e, ao mesmo tempo, nos momentos de “adrenalina”, durante o ato infracional, subverte-o. Por isso, não raro entre os jovens que desde cedo convivem com essa realidade, “o que se observa é que o crime, e sobretudo o roubo, se transforma em um momento de deleite para o sujeito que o executa por materializar um rompimento com uma

ordem que o oprime. Ao rejeitar essa condição, o roubo emerge como um resgate simbólico da dignidade do sujeito” (PRADO, 2020, p. 675). Trata-se de um momento de liberação de sentimento de frustração, muitas vezes acumulado por toda vida, impedindo a naturalização da própria submissão (PRADO, 2020).

Por fim, outra situação subjetiva importante de ser analisada está relacionada às questões morais envolvidas, quando os jovens narram os episódios de violência. Utilizam-se as reflexões trazidas por Prado (2020, p.234), em que a autora se refere a moralidades, indicando o termo no plural para destacar “a intensão de não pensar a moral como um conceito uno, mas, ao contrário, como uma categoria plural e situacional”. Assim, explica que a moral não seria um valor positivo, sendo objeto e não adjetivo: “é interesse que manipula, orienta e produz normas e ações sociais ao mesmo tempo que se constrói a partir delas” (ID IBIDEM).

A moral, em dimensão plural e situacional, pode ser percebida nas diferentes construções em que os participantes da pesquisa adjetivam seus estados emocionais, durante a infração. Hoje, demonstram certo desconforto e estranhamento com as ações de outrora. Nesse sentido, Mariana contribui: “*na verdade, naquele tempo, tipo, eu não tinha raciocínio de nada. (...) Não levava nada a sério*”; da mesma forma, Henrique apresenta um ponto de vista sobre o ato que praticou:

Na época eu era, como é que eu posso dizer? Eu era, na época, eu era mais desconcertado, sabe? Eu era alguém que não era, não era muito de já de aceitar desaforo. É que eu tive, eu tive toda uma questão, assim ó, pra me levar aquele comportamento que me levou a, a ingressar no CASE, entende? Eu, eu com dez, onze anos, eu, eu pesava quase cem quilos. Eu emagreci num... numa faixa de cinco meses, entende? (Henrique).

Mariana e Henrique tentam explicar, de acordo com as moralidades que apresentam hoje, os fatos ocorridos, demonstrando reprovabilidade em relação aos próprios feitos, pois, para praticá-los, Mariana “*não tinha raciocínio de nada*” e Henrique “*era mais desconcertado*”. Na mesma direção dos entrevistados anteriores, José elabora sua ação a partir de um estado de imaturidade: “*quando cometi o delito, eu não sabia o que eu tava fazendo*”.

Os relatos em destaque deixam claro que “a violação da lei não é equivalente a uma vida ausente de normas morais” (PRADO, 2020, p. 235). O fato de os jovens levarem em consideração as normas sociais e entrarem em conflito com elas diante dos próprios atos, pois já não os percebem da mesma forma, é evidente também na fala de Tiago: “*tipo, eu, num momento da minha vida, naquele instante, eu achei que aquilo era o certo e fiz porque eu achei*

que era o certo, entende? Assim, “não quer dizer que ele não compartilhe de uma moral que o condena, mas que, muitas vezes, para lidar com esta escolha, ele acaba se sentindo coagido a desenvolver estratégias que a tornem moralmente aceitável para ele mesmo” (PRADO, 2020, p.235).

As pessoas estão em constante interação e estabelecem sentido para as suas ações, através de relações intersubjetivas. É importante perceber o sentido com o qual os jovens reconstróem o que ocorreu com eles, por meio de aspectos que consideram mais pessoalizados, tentando analisar como eram, os próprios sentimentos e forma de orientar suas ações naquele momento, frente às adversidades que surgiam.

Ao diferenciarem a situação passada da atual, os egressos delimitam, ao tempo passado, o comportamento de envolvimento com a violência, mostrando que ela foi algo pontual em suas vidas. O envolvimento com a violência não ocorreu devido a uma falha moral, ele corresponde a uma forma de agir frente às adversidades. Implicar-se em uma situação delituosa serviu como possibilidade de resgate da própria dignidade dos jovens como seres humanos dotados de valores, na medida em que, a partir dele, subverteram a ordem de estigmatização que os oprimia.

As entrevistas revelam que o núcleo familiar e as instituições socializadoras de referência encontraram-se fragilizadas e com problemas em oferecerem mediação e apoio aos projetos singulares dos jovens para que ultrapassaram círculos sociais, deixando-os restritos ao ambiente de violência. Este é vivenciado no espaço da rua e nele os egressos encontravam acolhimento e referência maior do que sentiam nas instituições. Pertencer a grupos de jovens que praticavam delitos também era uma saída encontrada para resolver conflitos e obter uma sensação momentânea de proteção.

Assim, passado esse período, permanece, para os entrevistados, a lembrança de que o envolvimento com a violência brotou quando eles estavam perdidos e na rua. Tal lembrança surge revigorada, na medida em que contrasta com a realidade atual, na qual percebem-se com um acúmulo de vivências e de experiências, as quais lhes permitem a sensação de segurança para sustentar os próprios projetos futuros. Os jovens sentem-se pertencentes, com lugar próprio, e com referência nas famílias de origem, nas que constituíram ou em outras instituições como as quais trabalham.

5.3 A GUERRA CONTINUA

A trajetória de Paulo foi marcada por posicionamentos frente à realidade, tendo ele assumido lugar de liderança em diversas ocasiões. Durante a entrevista, o jovem apresentou afirmações que continham análises das dimensões políticas e conjunturais de situações de envolvimento de adolescentes com a violência. Para Paulo, as vulnerabilidades, violações de direitos e violências sofridas pelos jovens são originadas naquilo que ele denomina por “sistema”. Segundo sua compreensão, os atos infracionais podem significar se opor ao “sistema” de forma violenta: *“é que, normalmente, normalmente a pessoa que parte pra guerra com o sistema, né? Dessa maneira violenta, acaba morrendo, ou morrendo na mão da polícia ou morrendo dentro de uma penitenciária”*.

O entrevistado afirma que algo está errado com o “sistema”, pois permite com que muitas pessoas permaneçam desprotegidas, tendo que se virar sem auxílio. Paulo acredita que se deve entrar em guerra contra o “sistema”, contudo adverte que, ao entrar em conflito violento, pode-se morrer. Para muitos jovens, essa é a única alternativa para demonstrar que não aceitam a condição social pré-estabelecida pelo “sistema”.

Paulo acredita que sempre foi uma *“cabeça mais pensante”*, por isso, enquanto cumpria medida socioeducativa, fazia parte de um grupo de rap, oportunidade em que era possível, através das músicas, expressar suas próprias ideias. O rap é muito escutado nas periferias das grandes cidades, e o grupo de rap paulista “Racionais” tem se destacado por atravessar gerações com canções cujas letras oferecem sentido e traduzem o que os jovens vivenciam e sentem. “Este drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte, os Racionais chamam de vida loka” (HIRATA, 2010, p. 332). A vivência da “vida loka” perpassou, e por vezes continua perpassando, a vida dos jovens entrevistados. Alex refere sobre as incertezas: *“se algum amigo meu me convidasse pra sair pra roubar, eu ia. Eu matava um leão por dia, matava um leão por dia porque as coisas eram difíceis, era difícil”*. Ocorre que hoje os jovens demonstram que já conseguem ter outras perspectivas para enfrentar os obstáculos que surgem (esse aspecto será mais bem elaborado nos próximos capítulos desta tese).

Paulo acredita que ainda continua em guerra contra o sistema, mas não mais de forma violenta. É provável que o fato de Paulo usar o termo guerra para explicar suas ações esteja relacionado à visão de realidade que adquiriu na época em que tinha um grupo de Rap. Hirata explica que, para os “Racionais”, “pensar a vida como guerra é uma maneira de conferir

inteligibilidade a todas as relações sociais, a partir da ideia do conflito e do enfrentamento”. Partindo dessa noção, para os jovens entrevistados, “são múltiplos os conflitos que organizam a vida” (HIRATA, 2020, p.333). Neste sentido, os conflitos podem tornar inteligíveis as relações sociais e ajudar a organizar a vida, dependendo de como é possível posicionar-se diante deles. Para Simmel (*apud* MORAES FILHO, 1983, p. 2), o conflito é “indispensável à coesão do grupo. O conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para a sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra”.

Uma narrativa do que ocorreu com os jovens egressos entrevistados, após as vivências com a violência que os trouxe para cumprir medida socioeducativa, pode ser compreendida a partir da afirmação de Paulo: “*eu acho que, eu pensei, na realidade, de fazer outra coisa, de tentar também, dá um jeito, mas de outra forma, não dessa forma. Resolvi tirar o véu que cegava meus olhos (risos)*”. O entrevistado continua sendo um guerreiro em permanente guerra, porém mudou a forma de lutar. É interessante verificar como Paulo associa as capacidades de pensar e de refletir para poder mudar as suas ações e não se envolver mais com situações de violência. O processo reflexivo construído pelos jovens egressos sobre seus delitos surge a partir da vivência de diversos conflitos com pessoas e instituições que, entrando em relação com eles, possibilitaram as mudanças que fizeram com que não se envolvessem mais em delitos.

O discurso antissistema coloca-se como forma de dar inteligibilidade ao que ocorreu, possibilitando a historicidade dos erros do passado. A partir da construção de um discurso sobre os erros anteriores, é possível abrir-se para novas vivências, no presente. Mesmo que as injustiças ainda estejam latentes, observa-se que a saída pela violência levará a mais perdas ainda, conforme os depoimentos dos jovens. A vida, para eles, ainda é incerta, devido às situações que os deixam desprotegidos. Contudo, hoje, se reconhecem em novos círculos sociais, que os permite uma posição diferente em relação às próprias histórias, escolhendo outros caminhos para suas vidas, a partir do acúmulo de experiências. Ao sentirem-se pertencentes a novos círculos sociais, os egressos percebem os riscos que correm, tendo mais perdas do que ganhos, caso continuem seguindo o caminho de envolvimento com a violência. Essas situações não eram percebidas por eles anteriormente, nos períodos em que agiam de forma reativa às injustiças sofridas.

6. A VIVÊNCIA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

*A liberdade vai chegar e eu quero me libertar
Paz, amor e alegria, por ela vou lutar
Lágrimas caem do meu rosto
porque parei para pensar
(Grupo Vida e Saúde –
Gincana de Saúde Mental Coletiva)*

Entende-se por MSE a política pública acessada através do sistema de justiça juvenil, quando um adolescente pratica um ato infracional. Ela é, em suma, uma forma de responsabilização pelo ato praticado. Os jovens entrevistados cumpriram MSE de ISPAE, ICPAE e Semiliberdade na FASE, sendo egressos da instituição. Neste capítulo analisam-se as vivências da medida socioeducativa, a partir da perspectiva dos adolescentes e de informações complementares recolhidas em seus prontuários. Busca-se, assim, compreender como a vivência da MSE constituiu-se como risco, mas especialmente proteção, ao não envolvimento dos jovens em delitos, após a saída da instituição, já que conseguiram deixar as situações de violência para trás.

É importante reafirmar que os jovens atendidos na FASE são provenientes de situações de vulnerabilidades diversas, que se traduzem em violações de direitos. Eles são fruto de uma realidade (periférica) sem investimento do Estado e da sociedade. Por esse motivo, quando chegam às unidades de internação, apesar de suas necessidades, é comum não estarem vinculados a nenhuma política pública ou, quando existe o vínculo, a relação ser frágil. Não raro, verifica-se que os jovens têm acesso à rede de atendimento que necessitam somente quando estão privados de liberdade, porém a MSE é o último recurso utilizado pelo Estado, ela opera quando todas as outras políticas públicas falharam. É uma intervenção drástica e violenta, pois pressupõe a retirada de um direito fundamental do ser humano: a liberdade.

Partindo da compreensão dos objetivos das MSE, de suas diretrizes e do programa de atendimento da FASE e das unidades nas quais os egressos cumpriram medida socioeducativa, valoriza-se a percepção dos jovens em relação ao que viveram na instituição. As Unidades de Internação apresentam programas de atendimento que são aprovados e fiscalizados por instituições como o Conselho Estadual e Municipal da Criança e Adolescente, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude (JIJ).

O quadro abaixo apresenta o contexto da MSE dos entrevistados, indicando unidades, tempo de internação e tipo de medida cumprida por cada um deles.

Quadro 4 – Unidade socioeducativa, medida cumprida e tempo de cumprimento da medida socioeducativa

Nome	Unidades em que cumpriu MSE na FASE	Medida cumprida	Tempo total de cumprimento de medida
Henrique	CASE NH e CAS São Leopoldo	ISPAAE e ICPAAE e Semiliberdade	3 anos
Álvaro	CASE NH	IP	45 dias
Maísa	CASEF	ISPAAE – ICPAAE	2 anos e 4 meses
Melissa	CASEF	IP – ISPAAE e Semiliberdade	1 ano e 1 mês
Mariana	CASEF	IP – ICPAAE	11 meses
Fábio	CASE PC, CASE POA I	IP, ISPAAE, ICPAAE	10 meses
Wiliam	CASE NH – CASE POA I	IP, ISPAAE, ICPAAE	2 anos e 3 meses
Alex	CIPCS – POA I	IP – ISPAAE- ICPAAE	10 meses
Vinícius	CIPCS – CASE POA I	IP – ICPAAE	7 meses
Júlio	CIPCS – CASE NH	IP- ISPAAE	1 ano e 9 meses
José	CASE NH e CAS São Leopoldo	IP – ICPAAE- Semiliberdade-	1 ano e 11 meses
Tiago	CASE NH – CAS São Leopoldo	IP- ISPAAE- Semiliberdade	2 anos e 4 meses
André	CASE PC e CAS Porto Alegre	IP – ISPAAE- ICPAAE – Semiliberdade	2 anos e 6 meses
Rafael	CASE NH – CAS São Leopoldo-	IP – ISPAAE- ICPAAE- Semiliberdade	2 anos e 6 meses
Jonatan	CASE NH – CAS São Leopoldo	IP – ISPAAE - Semiliberdade	2 anos
Renato	CASE NH – CAS São Leopoldo	IP – ISPAAE - Semiliberdade	1 ano e 10 meses
Lucas	CASE NH	IP – ICPAAE- LA	8 meses
Paulo	CIPCS – CASE PC	IP- ISPAAE – ICPAAE - LA	11 meses

Fonte: prontuários dos egressos.

Todos os jovens entrevistados cumpriram MSE na cidade de Porto Alegre ou na região do Vale do Rio dos Sinos (Novo Hamburgo e São Leopoldo). Entre os entrevistados, Álvaro foi o único que não foi condenado a cumprir MSE e quem menos tempo permaneceu cumprindo medida de internação. Paulo obteve a determinação de cumprimento de sua MSE junto ao Foro de São Leopoldo e Lucas em uma Organização não Governamental (ONG) responsável pela execução das MSE em meio aberto, na região do Vale dos Sinos.

Entre os jovens, 38% permaneceram por um ano cumprindo MSE na FASE; 24% cumpriram medida socioeducativa, durante o período entre um e dois anos; e 38% permaneceram entre dois e três anos na instituição. Somente 12% dos egressos entrevistados tiveram a determinação de cumprir MSE em meio aberto, após o cumprimento da MSE de meio fechado, sendo em período anterior a municipalização das MSE em meio aberto⁵.

A maioria dos egressos, ou seja, 72%, passou por mais de uma unidade da FASE durante o cumprimento da medida socioeducativa. As egressas entrevistadas cumpriram MSE na mesma Unidade, pois o CASEF concentra a execução de todas as medidas em meio fechado destinadas às adolescentes do Rio Grande do Sul. Álvaro e Lucas cumpriram MSE somente no CASE NH. Os demais jovens passaram por diferentes instituições, devido a situações pessoais de local de residência e devido às diferentes medidas que cumpriram na FASE. Grande parte dos entrevistados cumpriu medida socioeducativa, a maior parte do tempo, no CASE NH, ou seja, 55,6%. Já 11,1% cumpriram a maior parte do tempo da medida no CASE PC; 16,7% cumpriram medida predominantemente no CASE POA I; e 16,7% cumpriram medida somente no CASEF. Dos 33,3% que passaram pela medida de semiliberdade, a maioria cumpriu medida no CAS São Leopoldo. Apenas 1 jovem cumpriu medida de semiliberdade em Porto Alegre.

Chama a atenção a situação de Henrique, condenado por tentativa de homicídio. Ele foi quem ficou por mais tempo cumprindo medida socioeducativa, sendo que o período que permaneceu institucionalizado é significativamente maior do que o de outros egressos que se envolveram em atos infracionais mais graves, como homicídio. Assim, não necessariamente, o jovem que pratica o ato infracional de maior gravidade permanece mais tempo cumprindo medida socioeducativa. São diversos os fatores que influenciam as decisões judiciais sobre o tempo de cumprimento de medida.

As entrevistas evidenciam que as lembranças e afetos em relação ao tempo de cumprimento de MSE são percebidos, pelos jovens, de forma ambivalente: em alguns momentos evocam sentimentos ruins e sofrimento, em outros trazem sentimentos de gratidão e

⁵ Atualmente, as medidas em meio aberto são municipalizadas e executadas pelos Creas.

de um momento de aprendizado necessário para suas vidas. As lembranças de maior sofrimento são relacionadas à privação da liberdade e a momentos em que não se sentiram tratados com dignidade no ambiente institucional, especialmente devido à submissão forçada às regras e às rotinas, exigências que não levaram em consideração os sentimentos dos jovens, situações que perceberam como violentas contra eles. Já os momentos de boas recordações dizem respeito às relações interpessoais com funcionários, professores e outros adolescentes, assim como ao sentimento de terem sido cuidados e de terem levado da instituição aprendizados que os auxiliaram a seguir na vida sem envolvimento com a violência.

Para os jovens entrevistados, esse também foi um momento de reflexão sobre os próprios atos. Percebem que algo estava errado com eles naquele momento. Com alguns, a situação foi ainda mais grave, pois relatam que poderiam ter morrido, se não ingressassem na instituição. Outros referem que teriam continuado a infringir, teriam sido enviados para o presídio, se nada fosse feito para auxiliá-los. “As pessoas só param para pensar quando a sequência do fazer é interrompida e a disjunção, em forma de problema, as força a parar e a ensaiar maneiras alternativas – que passem por cima, deem a volta ou atravessem o problema – sugeridas por experiência passada” (SCHUTZ, 1979, p. 132)”.

É importante que as vivências proporcionadas na MSE possam constituir-se como rede de apoio ao processo reflexivo dos egressos. “Sem dúvida, existem situações em que cada um de nós tem de sentar e pensar no problemas. Em geral, o ator vai fazer isto em pontos críticos de sua vida, quando seu principal interesse é dominar uma situação” (SCHUTZ, 1979, p. 132). Ao refletir, o jovem lança mão de seu conhecimento passado e identifica as possibilidades presentes que podem formular suas ações futuras.

A partir da vivência dos jovens na medida socioeducativa, percebe-se como necessário analisar como eles conviviam com as regras e rotinas e como aconteceram suas relações de sociabilidade e interações sociais. Da mesma forma, é imprescindível analisar o acesso dos jovens a direitos, a partir do trabalho em rede e das propostas que surgem com a incompletude institucional. Sendo assim, o próximo subcapítulo está orientado para esclarecer as lacunas que este parágrafo destaca.

6. 1 CONVIVÊNCIA COM AS REGRAS E COM AS ROTINAS

Quando ingressa na instituição, o jovem vivencia a mudança abrupta de contexto, sendo afastado dos laços sociais e inserido em um ambiente estranho, com funcionamento institucional próprio e pessoas desconhecidas para ele. Logo, o egresso percebe que as regras e as rotinas existentes nas unidades perpassam de forma impositiva todas as suas experiências na medida socioeducativa. “A instituição regula a vida dos internos em todos os seus aspectos, desde o momento em que acordam até o horário do descanso a noite. O que fazer, como e quando realizar algo são determinados pela equipe funcional que lhes presta atendimento [...]” (CORDEIRO, 2010, p. 45). Os procedimentos que fazem parte do programa da unidade tornam-se o centro das intervenções institucionais e são bastante lembrados pelos jovens egressos.

A existência da maioria das regras justifica-se, de acordo com a perspectiva institucional, para a manutenção da segurança das unidades e da integridade dos adolescentes e trabalhadores que lá convivem. Outras regras destinam-se à garantia dos direitos dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa, tais como: acesso ao convívio coletivo, atividades pedagógicas, esportivas; saúde; entre outros. Existem regras que podem ser educativas, entretanto, dependem de como são abordadas com os jovens.

Alguns jovens entrevistados vivenciavam um contexto de extrema vulnerabilidade, sem ter suas necessidades básicas atendidas. Para eles, as rotinas garantem o mínimo daquilo que não tinham na comunidade:

É que nem eu, eu, quando caí na FASE, com dezesseis anos, quinze, dezesseis anos, eu não tinha essa regra. Eu, quando caí na FASE, eu todo dia tomava café da manhã, almoçava. Eu aprendi, não que eu não escovava os dentes, eu escovava, mas era raro também eu voltar pra casa pra escovar os dentes. Mas lá era: café da manhã, depois do café a escovação. Eu escovava só uma vez no dia. Depois, tinha um pátio e depois, bate onze e meia, eu me, ali, eu meio dia, já tava alimentado, escovava os dentes de novo. Descanso até uma e pouco. Até quem ia pra escola, ia pra escola. Quem não ia, ficava no seu quarto lendo um livro e, depois, vinha o café, lá pelas duas e meia. Depois a escovação, depois descanso, ficar no pátio até acabar, depois ficava ali, né? Até às cinco e meia. esperando a janta. A janta chegava às seis horas, seis horas já tavam tirando tudo. Sete horas: escovação; sete e meia já tava na cama pra se deitar e descansar que amanhã é outro dia. E isso eu acho que é assim, é a visão de hoje em dia que eu tenho. Até hoje em dia, com vinte e um anos, é raro eu me alimentar direito, tomar um café da manhã direitinho, comer, jantar, almoçar, é raro assim. Hoje em dia, tenho mais estrutura do que antes. Se eu quiser tomar um café, eu

tomo, se eu quiser almoçar, eu almoço, se quiser. Assim, mas acho que essa pergunta que tu me fez, o que que a FASE, o que tinha acontecido, faz com que o negócio que eu tiro de lição, assim, sabe? De aprendizado, aqueles negócio que às vezes tu tem que, tu tem que, às vezes, tipo, tu tem que passar por um negócio pra tu, pra tu se enxergado. (Alex).

A partir do relato, compreende-se que ao oferecer alimento, promoção de saúde e descanso a instituição supre as necessidades básicas de Alex, que conclui ter seus direitos assegurados somente a partir do envolvimento com o ato infracional.

Na aplicação da regra, é importante a relação dos jovens com a rotina, com quem a aplica e de que forma ela é ensinada. É necessário que a regra tenha sentido no contexto do jovem, que ele possa compreender que é imposta, mas que existe para protegê-lo e para cuidar dele. Quando isso não corre, a regra se dissocia da função socializadora e se torna disciplinadora. A afirmação das regras se dá por via da disciplina presente no funcionamento das unidades de internação. Nos programas de atendimento está prevista, quando um jovem descumpra uma regra, a aplicação de medida disciplinar. Os jovens que participaram deste estudo, em sua maioria e de forma frequente, se envolveram em ocorrências, tendo a eles sido aplicadas medidas disciplinares.

Foucault (2003) denomina sociedade disciplinar aquela cujas instituições não atuam punindo as infrações dos indivíduos, mas sim corrigindo as suas virtualidades, ou seja, aquilo que ainda poderão fazer, ou serão capazes de fazer ou que estão sujeitos a fazer. Assim, os indivíduos passam a ser tratados a partir da noção de periculosidade. Isso “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 2003, p. 85). A sociedade disciplinar atua a partir de ações de ortopedia social, que envolvem diferentes instituições e buscam vigiar e corrigir os indivíduos.

O processo de correção de virtualidades é evidente nas rígidas normas e cobranças direcionadas aos jovens que cumprem medida socioeducativa: “estas instituições apresentam um controle muito rígido em relação aos adolescentes: qualquer deslize deles em relação às normas impostas pode gerar um processo administrativo disciplinar”. (SANTOS, 2018, p. 24) Quando não existe um diálogo coletivo sobre as regras e rotinas, prevalece o disciplinamento baseado na vigilância e afasta-se a proposta educativa que poderia estar embasando a afirmação da regra. Assim, “a necessidade de sempre observar o que os adolescentes estão fazendo, nunca deixá-los sozinhos, revistá-los, observar se eles estão muito ‘quietos’ ou estão muito ‘agitados’,

se estão ‘articulando’ alguma coisa, são parte constante do cotidiano” (ALMEIDA, 2016, p.168).

A lembrança narrada por Jonatan mostra o controle institucional sobre o comportamento dos jovens. Ele conta sobre o momento em que passou por medida disciplinar. Segundo sua avaliação, foi punido porque se sentiu injustiçado, pois teve a impressão de que o agente socioeducador deixou outro adolescente jogar mais tempo de vídeo game do que ele:

Eu fiquei um ano e oito lá e 29 dias, não um ano e 8 e 13 dias eu fiquei lá, e eu peguei um isolamento só, por causa do seu Jorge. Sabe o seu Jorge? Que ele dava preferência para o Maicon no videogame, é muita criançice, dava preferência para o Maicon e para o Tigre no videogame, e um dia ele mandou: vai para dentro lá que acabou. Como é que a gente falava? O setor, acabou o setor e eu, bah, mas eu tô jogando, deixa eu e o Tigre terminar, e o Maicon tava junto. O seu Jorge disse: ‘Ah, não deixa o Maicon que o Maicon termina para ti e tu vai para o setor’. E eu, bah, tranquilo, né, tu tá sempre privilegiando o Tigre e o Maicon. Mas é isso aí mesmo, beleza, pode crê. (Jonatan).

O controle do tempo do vídeo game é ilustrativo do ambiente de vigilância. Jonatan lembra que ficou bravo por achar que outro jovem estava sendo privilegiado e que por isso foi agressivo verbalmente com o socioeducador. Porém, relata ter imaginado que sua atitude seria punida com repreensão, não com isolamento. Receber a medida disciplinar de isolamento pressupõe ser transferido para outro setor, com a imposição de afastamento de convívio coletivo. Segundo o PEMSEIS, essa medida disciplinar somente deve ser aplicada “quando for imprescindível para a garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente/jovem adulto a quem seja imposta a sanção” (BRASIL, 2014).

Jonatan não se considera merecedor de uma punição tão rígida, pois relata que procurava cumprir todas as regras institucionais. Essa foi a única situação na qual cumpriu medida disciplinar de isolamento, durante toda a internação, de quase um ano e nove meses. Ele acredita que desempenhava um bom comportamento, se comparado com outros jovens que cumprem medidas disciplinar no isolamento, com maior frequência. Assim, argumenta:

Peguei, saltei. Só que eu saltei falando algumas coisas, entendeu, não sou santo, né. Daí, bah, na real, saltei dando um soco normal, assim, na parede do brete⁶. Estava lá no 14, eu e o Índio. Daí, eu vi que ele se mordeu e veio: ‘bah, meu, não é bem assim, tu acha que eu dou

⁶ Brete é como os adolescentes chamam o lugar onde eles dormem, quando internados. [...] A origem deste nome não se deu na unidade. A palavra brete também é usada na rua e serve para chamar o lugar onde pessoas e jovens podem se encontrar pra fazer muitas coisas, como namorar e conversar com os amigos (SILVA; TIETBOEHL, p. 45, 2013)

privilégio para o Maicon, não sei o quê e coisarada! Vai para o isolamento!’ E eu: ‘bah, tu vai me botar para isolamento, mesmo? Eu não vou para isolamento!’ Tá, então tá, só que eu pensei que não ia me botar no isolamento, ia me dar umas horas entendeu, porque foi um motivo banal, entendeu? Tomei duas vezes horas, duas vezes também. Pensei, tipo, vai ser uma coisa normalzinho ali, vai mandar eu subir, né? Bah, quando eu vi, ele me deu sete dias!

Nessa situação, percebe-se que a medida disciplinar aplicada acabou sendo desproporcional ao ato de transgressão à regra realizado por ele, que não estava colocando em risco a segurança da unidade. Demonstra-se, assim, a rigidez dos procedimentos disciplinares e que a punição excessiva se destina, por vezes, a prevenir comportamentos que o jovem pode vir a apresentar, ou seja, corrigir suas virtualidades.

A trajetória institucional dos jovens entrevistados revela, principalmente, fatos trazidos por eles como provocadores de sofrimento, como, por exemplo, quando sentiram que a punição aplicada foi desproporcional ao ocorrido. Na mesma direção, Maísa refere sobre as dificuldades pelas quais passou na convivência com as regras e rotinas da unidade. É possível compreender em seu relato que aspectos pelos quais estava passando em sua vida, como a gestação na adolescência, influenciavam de forma direta o seu comportamento.

No início, assim, foi bem ruim. Porque eu tava a recém com seis meses de gestação e, aí, eu era totalmente rebelde, sabe? Eu não aceitava a minha gestação. Eu pensava: ‘eu só tenho dezesseis anos, pra que que eu vou ficar grávida?’ E, aí, eu não aceitei, eu era muito rebelde, muito rebelde. Eu não aceitava, eles me davam ordem, eu não cumpria, bah! No início, assim, eu acabei mais me ferrando lá dentro do que me ajudando. (Maísa).

Observa-se que a negação do cumprimento das regras, por parte dos jovens, manifesta aspectos subjetivos e culturais que não são levados em conta quando somente a dimensão disciplinar prevalece. Becker (2008) traz reflexões importantes, considerando a imposição e o não cumprimento de regras, ao conceber a noção de “Outsiders”, que se define como alguém que não se enquadra ou pertence a um grupo determinado, ficando do “lado de fora”, como sugere a tradução da palavra do inglês para o português.

No contexto institucional, os jovens privados de liberdade são previamente considerados como “Outsiders”. Logo, é esperado que não cumpram com as regras devido a condição na qual se encontram, a de infratores. Maísa, reconhecendo-se neste contexto, refere que era “rebelde”. Explica as razões do próprio comportamento ao afirmar não aceitar estar grávida aos dezesseis anos e não conseguir se adaptar às regras da instituição. Existem, portanto, ambientes, e as

instituições de internação são um exemplo deles, onde as regras são criadas por um grupo e impostas a outro, que não necessariamente concorda com elas. A imposição de regras envolve o poder institucional propriamente dito e, no caso explorado por esta tese, desconsidera a realidade da qual os jovens são provenientes. Não há uma relação de equidade na aplicação das medidas disciplinares, sendo que a vulnerabilidade maior e objetiva pela qual passa o jovem é a da própria privação de liberdade, que não é sopesada nessa relação.

No processo de imposição de regras no ambiente institucional, quem sempre sai perdendo são os jovens, pois não estão em uma posição de igualdade. Se avaliarmos a idade, por exemplo, verifica-se que as regras são criadas pelos adultos para os jovens (BECKER, 2008). “Vê-se como legítima esta atitude, porque os jovens não são considerados como sensatos nem responsáveis o bastante para traçar regras adequadas para si mesmos” (BECKER, 2008, p. 29).

Maísa estava gestante e sua filha nasceu enquanto ela cumpria medida socioeducativa. Por este motivo, os conflitos vivenciados envolviam também a realidade da relação mãe e filha:

Eu entrei, ela ficou comigo, eu saí ela saiu comigo. Teve uns arranca-rabo lá dentro assim né, que eu brigava com as agentes e elas me ameaçavam de tirar minha filha e tal e eu chegava pra defensora e falava: “ó ninguém vai tirar minha filha, tiraram a minha filha eu vou botar fogo aqui dentro. (Maísa).

As situações que ocorrem no cotidiano institucional são bastante complexas e envolvem uma diversidade de relações e situações, pois os jovens e os funcionários permanecem longos períodos confinados no mesmo ambiente. Não existe uma linearidade na aplicação e na cobrança das regras, ocasionando tensões, disputas e conflitos. Na situação exposta por Maísa, a regra, por vezes, era cobrada através de ameaças, o que retira o caráter educativo da relação com a norma, chegando a tomar uma dimensão violenta. A egressa revidava às ameaças que recebia, não colocando-se de forma passiva. Esse tipo de resposta às regras e rotinas institucionais foi analisado por Santos (2018, p. 25):

[...] é importante perceber que os adolescentes confinados nestas casas de internação para cumprimento de tais medidas conseguem resistir, de certo modo, ao caráter disciplinador imposto, uma vez que existem processos de produção de subjetividades e de individualidades no interior destas instituições.

Maísa relata com vivacidade os conflitos entre ela e os funcionários da instituição, especialmente quando conseguia encontrar soluções para os próprios problemas cotidianos, alterando a realidade imposta. A entrevistada narra um episódio em que se sentiu injustiçada e

que contou com o auxílio do defensor público para ter seus direitos garantidos. Na ocasião, a filha da egressa estava hospitalizada e a jovem a acompanhava no hospital. Máisa solicitou tomar banho na unidade e retornar para o hospital. O pedido da jovem gerou o conflito narrado a seguir:

Aí, eu falei pro defensor, eu tava três dias sem tomar banho, com a minha filha doente. Eu tô menstruada e eu só pedi pra vim tomar um banho e falaram que iam me buscar e chegou na hora ninguém queria me levar. Aí, ele bem assim: ‘não, mas tá errado isso’, que não sei o quê, ‘realmente tu tá certa’. Aí, na época, o defensor era o, o defensor Ricardo. Ah, eu amava aquele defensor, assim, o melhor defensor, ele e a dona Estela. Aí, ele bem assim: ‘não, porque não vai ficar assim, tu vai ver que eu vou descaracterizar essa tua CAD’⁷. (Máisa).

Máisa solicita o auxílio de um agente externo, que entra na instituição e consegue proporcionar um pouco de equilíbrio nas relações de força existentes entre o grupo funcional e a jovens. Partindo dessa situação conflitiva, na qual existe uma disputa pela imposição de regras, a necessidade de Máisa passa a ser respeitada com o auxílio do defensor público:

Bah, aí eu comecei a chorar, né, porque, tipo, se eu ganhasse CAD, eu não ia poder sair mais e a minha filha tava sozinha no hospital, só com uma agente. E eu, bah, entrei em desespero e, aí, quando eu vi ele começou gritar: ‘não, porque eu quero falar com a diretora do CASEF, porque vocês não tem consideração nenhuma com as adolescentes aqui de dentro, porque a filha dela tá doente, tá lá no hospital cheia de fio, cheia disso, com as agulhas, um monte de acesso no braço e vocês não tem consideração!’. Aí, depois ele veio assim, me abraçou e falou: ‘ah, tua CAD foi descaracterizada, tu já vai voltar lá pro, lá pra tua filha que não deu nada’. (Máisa).

Mesmo com a vivência de conflitos e impasses, ainda é possível perceber os adolescentes não apenas como objetos de uma intervenção estatal, mas “como pessoas com uma trajetória, que são capazes de se reinventar e de se recriar enquanto sujeitos, e não só objetos de um sistema hostil” (SANTOS, 2018, p. 25).

Fábio relata que se envolveu em ocorrências disciplinares durante a internação e associa essas situações a um período difícil, que passou especialmente no início, pois ele não recebia

⁷ CAD é a forma abreviada da Comissão de Avaliação Disciplinar que sempre é instaurada quando um jovem se envolve em uma ocorrência disciplinar. Os jovens costumam chamar as ocorrências disciplinares graves de CAD. Ao instaurar a CAD, a Unidade segue o que está previsto na Lei do SINASE que, em seu artigo 71 inciso VIII, refere que a apuração da falta disciplinar deve ser realizada por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica. Caso essa comissão decida que a sanção não é cabível ao fato apurado, a ocorrência disciplinar é descaracterizada.

visitas dos familiares e, por este motivo, também não tinha roupas próprias para vestir, tendo que solicitar roupas emprestadas para outros adolescentes. Tal situação o deixava incomodado e ele associa o descumprimento das regras ao desconforto provocado pelo momento difícil que vivia:

Muito difícil lá dentro. Tinham uns outros que também eram arriados e tal, e eu era um cara que não aceitava pra ninguém, né, mano? Daí, quando eu vi, ah, eu briguei lá, força de vez. Me envolvi em CAD por causa de maconha, cigarro, isqueiro, dentro, lá no fechado. Celular também me envolvi, assim, me envolvi em muita coisa lá dentro. Cara, era rebelde. (risos) essas coisas. (Fábio).

Fábio avalia que foi “rebelde”, ou seja, não conseguia cumprir com o regramento institucional. Atualmente, diferencia-se do comportamento que apresentava naquele momento. O egresso afirma que, antes da privação da liberdade, sua convivência com os outros era perpassada por interações violentas e que na instituição aprendeu a dialogar sobre o enfrentamento dos próprios conflitos:

Que o mundo que eu vivia era sempre assim, sempre me cachorriaram, sempre todo mundo gritava com todo mundo. Se alguém fazia alguma coisa errada, todo mundo gritava, se faltava dinheiro, os caras já vinham gritando, colocando pressão. Sempre foi assim, tá esperto? No caso, isso no mundinho que eu vivia o cara tem que ser superior aos outros, se não eles sempre vão pisar em cima do cara, no caso. E agora eu aprendi que não precisa ser assim. Quando eu fazia coisa errada lá na FASE, as donas, os seus também, sempre sentava com a gente e conversava, sempre tentava mudar nossa cabeça, no caso. (Fábio).

O relato evidencia que é a partir da interação com os “seus” e as “donas⁸”, pessoas que atuam junto aos adolescentes, que inicia a atribuição de sentido às regras, através da relação de reciprocidade que os torna, internos e funcionários, uma unidade grupal. “As regras e rotinas da unidade são objeto de negociação entre os dois grupos de atores e formam a base social e

⁸ Quando os jovens ingressam nas unidades de internação são orientados pelos agentes socioeducadores a chamar todos que estão naquele ambiente de “seu” e “dona”, como forma de respeito pelos funcionários. Demonstra uma relação de autoridade dos funcionários em relação aos jovens. Trata-se de uma regra institucional que não está escrita nos programas, mas que é bastante cobrada. Por vezes, os jovens estranham muito essa forma de tratamento, em outros momentos, acabam a investindo de afeto. Segundo Camargo (2013, p. 247), “esta é uma forma de falar com os socioeducadores que já existe há muito tempo. Desde quando nós somos internados numa instituição, as primeiras coisas que Socioeducadores falam é que tem que ter respeito com os monitores, certo? [...] Já que nós convivemos muito com eles (e), é uma forma de falar com as pessoas que são acima da nossa idade. Apesar de ser obrigatório, ocorre de forma natural. Mesmo quando há desentendimento, a forma de tratar é a mesma porque isto é uma forma de tratamento educada”.

institucional a partir da qual os diferentes interesses dos agentes envolvidos nestas interações são negociados” (CORDEIRO, 2010, p. 90).

O fato de as unidades grupais passarem por períodos de turbulência, tendo de submeter-se a mudanças e se adaptar a novas situações, auxilia no seu fortalecimento, aumentando a resistência frente a novas ameaças. Percebe-se que os conflitos que surgiram no cotidiano, especialmente devido aos regramentos e rotinas rígidas da instituição, promoveram a socialização pela via da oposição, na medida em que as pessoas que estabeleceram relações com os jovens conseguiram, em alguma medida, se propor a dialogar e manter o equilíbrio de forças na relação. A socialização pela via da oposição constitui-se como uma forma de sociabilidade unificadora do coletivo, pois permite que duas pessoas possam conviver, embora mantenham posições opostas, quando se consegue que uma respeite a posição da outra (SIMMEL, 1983).

Maísa revela um pouco do processo conflituoso que, para ela, também resultou em aprendizagens.

Aí, depois, tipo, depois de algum tempo, assim, eu, eu pensei pra mim, né, dentro do quarto assim: não, vou ter que, como é que é, se não pode com eles, se junta a eles né. Daí, então, eu vou ter que fazer o que eles mandam e só cumprir o que eu tinha que cumprir, né? Fui mulher pra fazer, como eu falei pra minha mãe, né, fui mulher pra fazer, vou ter que ser mulher pra assumir e aguentar as consequências. Aí, depois eu fui tranquilamente, fui aceitando as coisas, e lá dentro eu aprendi muito. (Maísa).

A possibilidade de aprender na instituição foi possível quando a sociabilidade de oposição promoveu o surgimento da alteridade e das diferenças que se interpelam e se complementam. A oposição traz uma espécie de superação pessoal, evitando relações de opressão (SIMMEL, 1983) e, além disso, inibe o sentimento de que se deve anular o outro e torná-lo submisso.

Para Schutz (1979), as ações projetadas dependem de nosso estoque de conhecimento anterior. As vivências proporcionadas na unidade, na medida em que promovem aprendizagens, somam-se ao estoque de conhecimento dos jovens, e o processo de interação social e de sociabilidade os torna conhecedores da própria história, podendo refletir sobre ela, conforme observado nas entrevistas. Segundo Schutz (1979, p.142.), “somos historiadores se olharmos de qualquer agora para trás, para nossas experiências passadas, e as interpretarmos de acordo com o nosso estoque de conhecimento agora à mão”.

Os jovens participantes desta pesquisa se propuseram a narrar o que lhes ocorreu em situação extrema, na qual foram privados de liberdade. Os relatos trazidos por eles deixam clara a constante ressignificação das próprias experiências, na medida em que vão acumulando novos conhecimentos no período pós-institucionalização. Olhar para o passado sob diferentes perspectivas permite com que os entrevistados historicizem as circunstâncias difíceis pelas quais passaram, sendo esse movimento importante para que sejam evitados novos envolvimento com as situações de violência.

6.2 INTERAÇÕES COM OS CPX⁹, COM OS SEUS, COM AS DONAS

As relações que foram estabelecidas no espaço institucional também podem constituir-se como fatores protetivos ou de risco ao não envolvimento dos jovens com a violência. No período em que se envolviam com a violência, os entrevistados faziam parte de círculos sociais restritos que inibem o processo de diferenciação. Ao ampliar a convivência em distintos círculos sociais é possível diferenciar-se de determinados grupos e, ao mesmo tempo, partilhar significados e acontecimentos com outros, o que auxilia a dar novos sentidos às experiências de situações de violência vivenciadas.

Somente quando conseguimos explicar e compreender nossas ações elas adquirem sentidos para nós mesmos (SCHUTZ; LUCKMANN, 2009). O sentido surge a partir das relações intersubjetivas que proporcionam a troca de experiências e o maior acervo de conhecimento para compreensão das próprias ações passadas. Para os jovens que participaram desta pesquisa, mostrou-se importante o estabelecimento de diferentes laços sociais com a ampliação de seus círculos sociais, pois essa multiplicidade nas relações auxiliou a dar novos sentidos às situações de violência pelas quais passaram. Quando isso ocorre, eles têm a oportunidade de sair, conforme refere Fábio, do “mundinho” em que viviam, no qual tinham suas interações sociais muito reduzidas. O ambiente de confinamento e de privação de liberdade é, por si só, um contexto improvável para a ampliação de círculos sociais devido às limitações impostas pela privação da liberdade. Portanto, faz-se essencial um investimento nessa proposta, por parte dos envolvidos.

As relações de sociabilidade vivenciadas com outros jovens são bastante lembradas pelos entrevistados, que confirmam um vínculo muito próximo entre eles. Percebeu-se, assim, que, quando dividiram o dormitório com um jovem com quem tiveram um bom relacionamento

⁹ Abreviação usada pelos jovens do termo cupincha.

na internação, estabeleceram laços de amizade sólidos. Os jovens relatam que “moravam juntos” e nesta convivência tornam-se muito próximos, sendo parte da rede de apoio do outro durante o período de privações:

Eu consegui fazer bastante amizade lá dentro, até hoje, assim, muitas delas às vezes postam coisas assim, de amizade, marcam a gente, sabe? Então, a gente sempre fala bem assim: ah, é, aqui dentro a gente faz amigo, a gente vira amigo, a gente vira irmão, porque lá dentro a gente dorme, acorda e toma banho junto. (Maísa).

Além do vínculo com os jovens que dividem o mesmo dormitório, os laços também são estabelecidos com outros jovens com quem convivem no dia a dia da instituição. Nesse caso, as relações de sociabilidade são estabelecidas sem interesses pré-estabelecidos entre pessoas que estão em relação de igualdade. Apesar das limitações no ambiente, ocorrem momentos de interação entre iguais, e a “igualdade resulta da eliminação tanto do inteiramente pessoal quanto do inteiramente objetivo” (SIMMEL p. 1983 p. 172), possibilitando um sentimento de “liberação e alívio” (SIMMEL, 1983, p. 181) diante do ambiente e frente às dificuldades enfrentadas nas próprias histórias de vida.

O tema da morte de jovens com quem conviveram na instituição foi recorrente nas entrevistas. Maísa destaca a diferença entre jovens que voltaram a se envolver com a “vida do crime” e ela, que optou por não reincidir na prática. Apesar da diferenciação, permanece o laço afetivo e a tristeza ao saber sobre o que ocorreu com as jovens que não conseguiram abandonar as situações de violência.

Lá dentro não é só, que nem eles dizem: ‘FASE, é que nem cadeia’, ah, que não sei o quê. Não, lá dentro, é socioeducação. Só se endireita quem quer, né? Porque eles tentam, né? Eles ajudam. Quem volta pra vida do crime é só quem quer, né? Eu, depois que eu saí, eu vi muitas gurias que eu peguei carinho lá dentro, né? Que voltaram a se envolver e acabaram morrendo. Faz duas semanas que a gente perdeu uma guria que estava lá dentro comigo, né? Envolvida com o crime e, pra mim, assim, foi muito triste, sabe? Porque ela só tinha apenas quinze anos, sabe? Ela era, ela era uma guria alegre, uma guria que tava sempre sorrindo, sempre contando piada, sempre. Ela via as pessoas tristes, ela tentava alegrar, sabe? Então, isso me deixa triste. A gente perdeu muitas gurias com isso, sabe? E isso me deixa tri mal. (Maísa).

Nas trocas cotidianas, o estar junto, de forma até lúdica, fortalece as relações, criando afetos recíprocos. Apesar do vínculo existente, é necessária uma diferenciação drástica entre os entrevistados e os jovens que seguiram se envolvendo com delitos. Wilian conta que tem muita

vontade de ajudar outros jovens a mudar de vida. Ressente-se por saber que adolescentes que conheceu vieram a perder a vida de forma muito violenta. Wilian manifesta que gostaria de se aproximar novamente dos jovens com os quais cumpriu medida socioeducativa, porém avalia que isto é possível até que eles estejam dispostos a mudar também.

Depois que eu mudei, que eu senti firmeza, eu retornei pra perto das amizades, procurei bastante guri que tava comigo na FASE, teve guri que eu até disse: ‘Ô, meu, porque que tu não vem pra cá, eu te arranja serviço e a gente aluga uma casa aí pra ti e tu tenta, tenta fazer uma vida’, algo assim. Mas é que tu tem que querer. Eu tentei, tentei procurar guri da FASE pra ajudar, pra conversar e tudo, mas não, nada que eu vi, assim, que eu botei muita fé: ‘bah esse daí vai mudar’, bem difícil assim, mas procurei. Mostrei quanto tava mudado também. Eu fui, fui em uns acho que uns três guris, assim, que eu achei a casa, que eu fui mantendo contato e achei a casa, sabe? Foi bem, bem tri assim, pra mim foi bem tri.

As relações de sociabilidade nas quais as trocas de experiências foram intensas deixaram marcas nos egressos. “Formulamos então o princípio de sociabilidade como o axioma de que cada indivíduo deveria oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe” (SIMMEL, 1983, p.172). Pode-se iniciar, assim, um processo de diferenciação, pois o contato com o outro, com a diferença, faz com que o jovem possa refletir sobre a sua trajetória e seus projetos.

Os relatos sobre as sociabilidades foram recorrentes entre os jovens. Quando José compareceu à entrevista, informou que seus melhores amigos são os adolescentes que conheceu e conviveu enquanto cumpria medida socioeducativa, ressaltando que, assim como ele, os jovens não retornaram a se envolver em delitos e nunca mais foram presos. José e os amigos mantêm um grupo de *WhatsApp*. Alguns jovens do grupo participaram deste estudo, a partir da indicação de José, são eles: Jonatan, Renato e Júlio. Hoje, os garotos estabeleceram, inclusive, a relação de compadres, pois Jonatan é padrinho da filha de José e José é padrinho do filho de Jonatan. “Hoje, os meus melhores amigos foram os lá da Fase, é os guris ali, o Jonatan, o Ricardo, o Renato. A gente se visita, vai na casa um do outro, faz churrasco e acabou sendo os de lá, não os que eu me criei” (José).

Nesse caso, foi possível manter as relações de sociabilidade em outro contexto e agora com outra trajetória de interações sociais. A partir das lembranças atuais sobre as vivências passadas as diferenças são demarcadas:

Bah, às vezes a gente fala, né, bah, que tempinho, né? Nossa senhora! (Risos) Deus o livre! Tá louco, às vezes a gente tava no rio, ano passado, a gente ia tomar uns banhos no rio ali, ó, imagina o calorão lá, a gurizada tudo trancada lá, né? A gente lembra direto, direto, até a pouco tempo atrás, eu falei assim: 'bah, gurizada, tamo tudo com filho, casado, com família, trabalhando'. Às vezes, a gente dá risada agora, né? Tá louco. (José).

No caso relatado por José, é possível perceber que “a consistência e o significado deste passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações” (VELHO, p. 67, 2013). Assim, as lembranças servem como reafirmação da mudança de contexto e das transformações que ocorreram em suas vidas.

O vínculo com os funcionários que, no ambiente da instituição são chamados pelos jovens de “seus” e “donas”, também se mostrou como relevante forma de interação naquele período. Entre as diferentes situações referidas pelos entrevistados, estão as relações nas quais se sentiram cuidados, acolhidos e compreendidos. Por outro lado, há momentos em que entendem os funcionários como pessoas que não os ajudaram. Mariana relata uma circunstância que a marcou, na qual sentiu que não foi auxiliada. Isso ocorreu após a própria audiência, quando percebeu que o pai havia ficado bastante perturbado com o fato de que ela teria que permanecer mais tempo internada. Na ocasião, Mariana solicitou auxílio dos funcionários para contatar com o pai:

Eu pedi, assim, pra poder ligar pro pai, logo depois da audiência, pra ver se o pai tinha ido pra casa, porque o pai tinha ameaçado de se matar, entende? Então, a gente fica com aquele choque. E, daí, eu pedi pro técnico, pedia pra todo mundo lá. 'Só liga pro meu pai, vocês ligam e perguntam'. Eles não fizeram isso por mim. Então, isso me machucou bastante, sabe? Eu acho que é como tu, tu vai trabalhar lá, se um adolescente te pedir qualquer coisa pra ti, tu não precisa fazer qualquer coisa, não é isso. As coisas mais fortes, que tu precisar, que tu saber: 'eu tenho que ajudar'. Se tu ajudar tu pode ter certeza que o resto da vida dela ela vai guardar pra ela, sabe? E tem sempre assim, um lá que outro que não querem ajudar, não tem a disposição a gente também guarda. (Mariana).

No caso narrado, percebe-se a ação dos funcionários como meramente protocolar, sem envolvimento com a vida da adolescente. Não existe interesse de compreensão das necessidades de Mariana. Ir além da função institucionalizada envolve um direcionamento do funcionário em direção ao jovem, tentando compreendê-lo a partir das suas próprias experiências,

experimentando se colocar no lugar do outro. “A compreensão da outra pessoa ocorre apenas por meio de apresentação, sendo que todos tem como dadas “em presença originária” apenas as suas próprias experiências” (SCHUTZ, 1979, p. 161).

Partindo das próprias experiências, “o fato que o Tu que me confronta é uma pessoa, um semelhante, e não uma sombra numa tela de cinema- noutras palavras, que ela tem duração e consciência – é uma coisa que descubro ao explicar as minhas próprias experiências dele” (SCHUTZ, 1979, p. 163). Conforme pode-se perceber no relato de Mariana, ela não sentiu que o processo de a compreender ocorreu e, por este motivo, guarda lembranças do momento em que se sentiu incompreendida em suas necessidades, tratada como uma “sombra em uma tela de cinema”.

Por outro lado, Mariana guarda também lembranças de momentos em que se sentiu “ajudada”, como refere, e valoriza muito aqueles que tiveram cuidado para com ela:

Eu acho que eu sinto falta, tipo assim, quando eu chegava do trabalho, sabe? Que nem assim: tá, em casa eu também tenho esse amor do meu pai e da minha mãe, mas lá tu era bem acolhida, entende? Porque eu sempre me dei bem com todas as orientadoras lá, sabe? Todas, todas, todas. Então, tipo, eu chegava lá eu era bem recebida, sabe? Chegava com abraço, com beijo, com tudo. Então, e daí tu imagina, nos quatro primeiros meses que eu cheguei, eu não recebia nem abraço, porque eu não gostava, eu não queria, e depois foi uma rotina que eu chegava do serviço eu ia abraçar, tu entende? Então, foi isso aí mais que eu sinto falta. De chegar lá e, tipo, eu chegava do estágio e eles não guardavam, não podiam, no caso, guardar a refeição da tarde, entende? Eu chegava lá e, às vezes, vinha coisa que as orientadoras, as monitoras sabiam que eu gostava, elas iam lá e guardava pra mim, entende? Então, foi criando tipo um afeto, aquela coisa toda, tu acordar e tu ver aquela pessoa, sabe? É isso também a falta. (Mariana).

A diferença entre as ações protocolares e os momentos em que os jovens se sentiram compreendidos, “apoiados”, também pode ser notada no relato de Jonatan:

O dia de trabalho deles lá é o trabalho. Claro, é um dia de vida deles e tal, mas, tipo, tem muita coisa lá que eles não precisam fazer pela gente, entendeu? E eles faziam. Alguns não faziam, claro, alguns não faziam, não é obrigação, entendeu? Mas, outros faziam. Tipo, sei lá qual é a cabeça deles, entendeu? Mas eu entendia, tipo: ‘bah, ele deve olhar o cara trancado aí, bah vou apoiar o cara, né?’ E vinha e apoiava. Seu Eduardo também, vinha, às vezes de madrugada, e acalmava o cara. Bah, eu era tri agitado, eu não brigava, não discutia, mas eu era agitado dentro do brete, era muito agitado. Sei lá, mas era. (Jonatan).

As diferenças no modo de atuar dos funcionários foram recorrentes nas entrevistas, mostrando o quanto eles são referências para os jovens. Quando a “ajuda” e o “apoio” aconteciam, os funcionários conseguiam colocar-se como rede de apoio aos jovens, acessando-os e sendo acessado por eles como sujeitos e não como representantes institucionais seguindo normas protocolares.

Os relatos dos adolescentes revelam o estabelecimento de laços “fora dos registros da culpabilização, vitimização ou moralização” (FELTRAN, 2005, p. 216), promovendo maior confiança para o fortalecimento das interações:

Bah, muito legal, eu tive sorte porque, querendo ou não, eu me dei muito bem com muitos monitores e muito monitor acabou me auxiliando. Tipo, leituras que eu queria fazer por prazer, me emprestavam o livro. Tipo, já fiz troca de tapetes por livros, entende? Naquela época, o cara via o que o cara podia fazer pra ter acesso. Como eu não recebia visitas, não tinha como pedir de casa, entende? Os professores me emprestavam muito os livros, então é aquela coisa, uma série de fatores, entende? (Tiago).

Fábio, quando iniciou a pandemia do Coronavírus, em março de 2020, foi demitido do restaurante em que trabalhava, em um clube de Porto Alegre, que fechou. Foi, por essa razão, auxiliado por funcionários da FASE. A atitude atuou como fator protetivo para ele seguir em seu projeto de vida, apesar das dificuldades que surgiram. A dimensão ética e de compromisso dos funcionários com a causa dos jovens pode ser percebida no relato:

As pessoas ali da FASE que mais me ajudou foi a dona Sandra, a dona Marli, o seu Carlos. E também, logo quando lançou essa crise, eu não tinha, no caso, eu não tinha o que comer, eu não tinha da onde dar fralda pra minha filha, e foi uma das primeiras pessoas que pegaram e ligaram perguntando se eu precisava de alguma coisa. Isso daí foi uma coisa que me deu sentido, ainda mais nessa crise, tá esperto? Que tudo que a gente quer, a gente tem que correr atrás pra conseguir, tá esperto? Porque se a gente ficar parado num lugar só, a gente nunca vai conseguir. Essas pessoas assim que me motivam, tá esperto? (Fábio).

As sociabilidades e interações referidas pelos jovens surgem a partir das motivações e do comprometimento dos envolvidos no âmbito institucional. O fator protetivo nesta relação é promovido quando ambos, jovens e funcionários, propõem-se a romper com o círculo social no qual o adolescente era relacionado a ações de violência. A quebra do círculo, quando realizada, é marcada por lembranças e sentimentos passados. Contudo, é partir dela que outros sentidos

vão sendo produzidos, junto com as novas relações e com novos círculos sociais, por meio dos quais os jovens têm a possibilidade de engajamento e prospecção de projetos.

6.3 A INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL E A REDE IMPULSIONANDO O ENGAJAMENTO DOS JOVENS EM NOVOS PROJETOS

A partir do ECA (BRASIL, 1990), as instituições que atuam em políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes passam a ter que respeitar o princípio da incompletude institucional. Assim, uma única instituição não é responsável por garantir todos os direitos e necessidades das crianças e adolescentes que atende. Tratando-se de instituições responsáveis por execução de MSE privativas de liberdade, observa-se que é necessário um permanente engajamento da própria gestão, dos trabalhadores e também de outras instituições, para respeito ao ECA. No entanto, há uma tendência de a instituição fechar-se nela mesma, evitando o contato com outras.

É imprescindível que a Unidade de internação se abra para possibilidades externas a ela e que outras instituições, serviços e pessoas sintam-se convocadas a realizar o trabalho com os jovens internos. Para tanto, são necessárias mudanças nas formas de perceber, de compreender e de agir dentro e fora das instituições, considerando também a opinião pública. Almeja-se, assim, um trabalho articulado em rede que possibilita uma saída das relações hierárquicas e rígidas que promovem as violências institucionais, próprias das instituições da modernidade, que têm como função a socialização dos indivíduos através da disciplina, controle e monitoramento (FOUCAULT, 1987).

Redes são conexões com atributos de volatilidade complexos e difíceis de retratar, visto que sofrem com a fragilidade dos laços, a partir da itinerância do usuário na rede. A rede, em si, revela potências, mas não é algo que está dado e tampouco está pronto, está sempre em construção. Segundo Santos e Andrade (2013), é preciso observar que “rede não é o simples ajuntamento de serviços ou organizações, ela requer a adoção de elementos que deem sentido a esse entrelaçamento de ações e processos”. O trabalho articulado em rede é desencadeado a partir da atuação responsável e comprometida de cada profissional, de cada serviço e de cada instituição.

Entre as políticas públicas articuladas em rede que fizeram parte do atendimento de todos os jovens egressos entrevistados, e que possibilitaram a viabilidade de novos projetos, está a escolarização, um eixo fundamental do direito à educação. A educação é um direito fundamental assegurado na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e ECA (BRASIL, 1990).

Nas unidades de internação, atualmente existem Escolas Estaduais que possibilitam com que os jovens estudem enquanto cumprem medida socioeducativa. Já quando cumprem a MSE de semiliberdade, os internos são matriculados em escolas da comunidade. Todos os entrevistados são provenientes de escolas públicas. Percebe-se que, quanto mais o princípio de incompletude é respeitado na garantia e efetivação de direitos, mais a instituição consegue auxiliá-los a construir projetos afastados da prática de delitos. Este processo foi mais efetivo nas medidas menos privativas de liberdade, como a ICPAE e a Semiliberdade.

No quadro abaixo, é possível verificar se os jovens egressos estavam estudando, quando ingressaram na FASE, se tinham histórico de reprovações, a escolaridade e a defasagem idade/ano na entrada e na saída da instituição.

Quadro 5 – Registro de situação escolar no período da medida socioeducativa

Nome	Estudando no ingresso na FASE	Reprovação	Escolaridade no ingresso na instituição	Defasagem idade/ano no ingresso	Escolaridade na saída da instituição	Defasagem na saída
Henrique	Sim	1 vez	8º. Ano	1 ano	3º. ano do EM	Não
Álvaro	Não	Não	5º. Ano	4 anos	5º. ano	4 anos
Máisa	Não	Sim	6º. Ano	4 anos	9º. ano	3 anos
Melissa	Não	Sim	8º. Ano	3 anos	1º. ano do EM	2 anos
Mariana	Não	Não informado	1º. Ano do EM	1 ano	2º. ano de EM	1 ano
Fábio	Não	Sim	3º. Ano do EF	8 anos	5º. ano	7 anos
Wiliam	Não	3 vezes	7º. Ano	3 anos	2º. Ano do EM	3 anos
Alex	Não	Não	6º. Ano	4 anos	7º. ano	4 anos
Vinícius	Não	Não	1º. Ano do EM	2 anos	1º. Ano do EM	2 anos
Júlio	Não	2 vezes	5º. Ano	4 anos	Totalidade 5 8º. ano	3 anos
José	Sim	Não	1º. Ano do EM	Sem defasagem	3º. do EM	Não
Tiago	Não	1 vez	1º. Ano do EM	2 anos	3º. Ano do EM	2 anos
André	Não	Não	2º. Ano do E M	1 ano	EM completo	Não
Rafael	Não	3 vezes	8º. Ano	3 anos	2º. Ano do EM	3 anos

Nome	Estudando no ingresso na FASE	Reprovação	Escolaridade no ingresso na instituição	Defasagem idade/ano no ingresso	Escolaridade na saída da instituição	Defasagem na saída
Jonatan	Não	1 vez	6°. Ano	5 anos	1°. ano do EM	3 anos
Renato	Não	1 vez	2°. Ano do EM	1 ano	3°. ano do E.M.	2 anos
Lucas	Não	1 vez	6°. Ano	3 anos	6°. ano	3 anos
Paulo	Não	Não informado	1°. Ano do EM	4 anos	1°. Ano do EM	5 anos

Fonte: prontuários dos jovens.

A partir das informações retiradas do quadro acima, percebe-se o quanto a relação dos jovens com a escola era problemática, quando ingressaram na instituição. A vulnerabilidade vivenciada por eles, no período de envolvimento com a violência, influenciou a relação deles com a escola.

A pesquisa de Barbiani (2014) sobre os determinantes sociais de saúde, em relação aos jovens do município de São Leopoldo que cumpriam MSE, auxilia à compreensão desta realidade. Com relação à escola, constata-se que os jovens estavam fora dela “há algum tempo e o que é pior, têm inúmeras dificuldades de nela regressar, apesar de todos os esforços empreendidos pelas redes de apoio (famílias) e de atendimento (sistema socioeducativo)” (BARBIANI, 2014, p. 80). Percebe-se que a vulnerabilidade vivenciada por eles, em diversos âmbitos, no período de envolvimento com a violência, também influenciou a relação deles com a escola. Barbiani (IBIDEM) indica a existência de um afastamento recíproco, ou seja, deles em relação à escola e da escola com relação a eles. Assim, conclui que há inexistência de engajamentos que busquem reverter essa situação.

O desencanto e a frustração, nesse caso, são vias de mão dupla: (ex)alunos e escolas, desistiram de uma convivência pacífica e proveitosa. A desistência foi referida, inclusive, quando se consuma o abandono da escola. Nesses casos as famílias e principalmente as escolas não se mobilizam o suficiente para reverter a situação, onde a Fica i assume papel simbólico e legal, mas não efetivo de “buscar” os motivos, as famílias, os alunos infrequentes. (BARBIANI, 2014, p.80).

Esta é uma realidade preocupante, especialmente quando se sabe que, no Brasil, ela é o único espaço de vida coletiva garantida às crianças e adolescentes (CRAIDY, 2021). Segundo Dayrell (2007), a escola tem dificuldade de articular os interesses pessoais dos jovens com as demandas da rotina de escolar, dificultando a motivação pelos estudos. É necessário refletir sobre isso, na medida em que a escola está inserida em um contexto político de precarização da educação pública e, especialmente, da escolarização destinada a jovens. Portanto, são múltiplos fatores que levam ao resultado de relação distante e problemática do adolescente com a escola.

Analisando-se o aspecto da evasão escolar, evidencia-se que essa realidade foi verificada em todos os jovens, com exceção de Henrique, que frequentava a escola, e José, que estava matriculado, mas era infrequente. É importante mencionar que apesar de Henrique estar frequentando a escola, seu delito foi praticado no contexto escolar, durante uma atividade comemorativa da escola. Naquele momento, o contexto não se mostrou seguro diante das dificuldades apresentadas pelo jovem, que estava com catorze anos, na época. Henrique passava por situações de sofrimento psíquico intenso, sendo frequentes os episódios em que se automutilava. Na infância, tinha sido acompanhado com relação à saúde mental. Porém, o tratamento foi interrompido, retomando-o somente quando ingressou no CASE NH. A trajetória de Henrique demonstra o desencontro, a lacuna e a fragilidades existentes na atenção à saúde mental de jovens, nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS).

No CASE NH, Henrique recebeu acompanhamento psicológico e psiquiátrico, participou de atividades em grupo destinadas à promoção de saúde mental e foi encaminhado para acompanhamento junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de seu município. O jovem continuou estudando e mantendo desempenho satisfatório na escola. Com o acompanhamento em saúde mental na instituição, os episódios de automutilação cessaram. Observa-se, assim, uma dificuldade daquele contexto que se estende para além da escola, tocando outras políticas de atendimento à criança e ao adolescente, como saúde e assistência social.

Na história escolar dos jovens no período anterior à internação, são frequentes os relatos em que se envolviam em situações de conflitos e brigas na escola, conforme refere José: *“até na escola, a mãe ia toda semana, toda semana, era sagrado, assim, incomodava demais”*. As situações em que os estudantes agem em desacordo com as regras levam ao não acolhimentos destes pela escola, ou a não autorização de rematrícula, justificando-se, assim, a recorrência de troca de colégio nos históricos escolares dos entrevistados.

A instituição educativa se encontra fragilizada e, por vezes, descomprometida no que diz respeito à garantia de seu direito, em especial ao novo público que acedeu a escola com a quase universalização do acesso nos últimos anos e, particularmente com o adolescente visto como “problemático”. (FREITAS; FERRAZ, p. 103, 2013).

As mudanças não permitem com que os jovens formem vínculos no contexto escolar porque exigem deles e das famílias readaptações constantes. Além disso, em virtude das inúmeras transferências, podem receber rótulos de alunos-problema, o que transfere para a dimensão individual a responsabilidade pelo fracasso nos estudos. “É de fundamental importância a compreensão do fracasso escolar a partir de um olhar dos processos educacionais, uma vez que a questão é de ordem estrutural e não individual” (CARDOSO; FONSECA, p. 7, 2019).

O histórico de reprovações dos jovens também se mostrou frequente. Entre os entrevistados, ao menos 61% informaram ter reprovado na escola. Verificou-se que apenas José, ou seja, 5,6%, não apresentava defasagem escolar, quando ingressou na FASE. Para 38,9% dos egressos, foi possível corrigir a distorção idade/ano até a saída da FASE, como no caso de Henrique e André. Já 44,4% dos jovens mantiveram a defasagem escolar que apresentavam no ingresso, ao deixar a instituição. Dois jovens, ou seja, 11,1%, aumentaram a defasagem escolar que apresentaram no ingresso, quando saíram da FASE.

No caso de Paulo, o aumento da defasagem ocorreu porque, na época em que cumpriu medida de internação no CASE PC, não havia escola de Ensino Médio na instituição. A situação foi apontada nos relatórios técnicos enviados ao JIJ, na época, informando que o jovem estava sendo prejudicado em seu direito à educação por falta de escola na instituição. O prontuário de Paulo indica que ele não foi encaminhado para escola na comunidade por problemas de indisciplina. Por fim, há o registro de que a equipe técnica o teria inscrito em provas de supletivo para o Ensino Médio. Ainda assim, não se pode deixar de destacar que o egresso foi prejudicado na efetivação do direito à educação enquanto cumpria medida socioeducativa.

No caso de Renato, a defasagem aumentou. No primeiro ano de internação, ele cursou o 2º ano do Ensino Médio, sendo aprovado para o 3º ano. Iniciou o ano letivo do 3º ano na escola Estadual Bento Gonçalves, anexa ao CASE NH. Quando recebeu progressão para MSE de semiliberdade cumprida no CAS São Leopoldo, no mês de abril foi transferido para escola da comunidade, que era uma escola Estadual do município de São Leopoldo. O jovem frequentou essa escola até o mês de outubro, quando recebeu extinção de medida e mudou-se para o município de Caxias do Sul. Apesar de faltar pouco tempo para o término do ano letivo, não conseguiu permanecer estudando e, conseqüentemente, não foi aprovado. Até o momento da entrevista, Renato não havia retomado a escolarização.

Ocorreram outras situações semelhantes, como a de Rafael, que não avançou enquanto cumpria medida socioeducativa, pois a rede estadual entrou em greve enquanto finalizava o 2º ano do Ensino Médio. Um problema recorrente que traz prejuízos para os jovens é que nem sempre as datas em que eles ingressam ou saem da Unidade são compatíveis com o início do ano letivo, fazendo com que, por vezes, não avancem. Quando saem com o ano letivo em curso, por serem egressos do sistema socioeducativo, há dificuldade para que sejam aceitos em escolas da comunidade, bem como para que se adaptem ao novo espaço escolar.

Em alguns casos, os jovens trazem memórias de experiências importantes de aprendizagens, práticas esportivas e projetos dos quais participaram, nas escolas da comunidade, antes do início da medida socioeducativa. Nesses casos, percebe-se maior adesão do jovem à continuidade da escolarização, durante as MSE e também após a sua saída da instituição. Com exceção da situação de Paulo, no período em que a escolaridade do Ensino Médio não era garantida na extinta FEBEM, e de José, que não apresentava defasagem escolar, em geral, o direito à escolarização dos internos passou a ser mais efetivamente garantido após o cometimento do ato infracional e consequente ingresso na instituição.

Com relação à escolarização nas unidades da FASE, os jovens ressaltam a possibilidade de trocas e de conversas com os professores, podendo ser exercitadas relações de sociabilidade. Melissa conta sobre sua experiência de ir à escola dentro da unidade de internação, lembrando o quanto a relação com a professora de matemática envolvia afeto e uma possibilidade de identificação com uma profissão: *“pelo fato dela, dela gostar da profissão dela e ela gostar de ensinar e de, sei lá, eu me apeguei muito nela lá dentro. Em vários outros professores também, só que ela era a principal”* (Melissa).

Melissa não seguiu estudando, após a saída do CASEF:

Eu queria terminar os estudos e me formar em matemática. Sempre foi meu sonho, minha vontade era ser professora de matemática, pelo fato de eu gostar muito de matemática. Só que, no fim acabei não terminando o colégio. Não, não consegui ainda, terminar tudo. Tanto que lá dentro eu me apeguei bastante numa professora lá de matemática, que eu gostei muito dela, ela foi a minha, é madrinha que se diz, né?, na formatura. (Melissa).

Rafael lembra-se dos professores da escola Bento Gonçalves com gratidão: *“o que eu tenho muito a agradecer foram os professores da FASE. Que me ajudaram muito, me ensinaram muito, conversaram muito comigo”*. Entre os egressos da Escola Bento Gonçalves

do CASE NH, o professor Marcelo, de português, foi bastante lembrado, especialmente por ensinar os jovens a fazerem uma boa redação:

Inclusive, eu tenho contato hoje na rua, assim, converso pouco, porque eu não tenho muito tempo pra conversar, mas é professores lá também, da FASE, o professor de português que me ajudou muito a estudar pra poder fazer a redação do ENEM¹⁰. Me deram muitas aulas extras e tudo o que eu queria era estudar. Um pouco era pra sair do setor, sim, mas era pra estudar mesmo.

Tiago também lembra do mesmo professor: “o Marcelo me ensinou a fazer uma redação bem feita”; e cita também outra referência docente: “*tinha uma professora também, que uma vez eu e o Gabriel fizemos um debate sobre política, que ela ficou nos olhando achando que tipo, não... não esperava aquilo. Eu achei muito legal a reação dela*”.

Lucas estudou no CASE NH quando a escola ainda estava em fase de regulamentação e de consolidação de sua função. Ao ser questionado sobre a escola o ter auxiliado em sua mudança, revela: “*é que eles não abordam isso na escola, não é abordado isso. Quem sabe alguns professores hoje estão abordando nos anos iniciais, Ensino Médio não é abordado, na faculdade, muito menos, né? Muita coisa não é abordado*”..

Lucas entende que as situações relacionadas ao seu contexto de vida não eram abordadas na escola. Compreende-se, assim, que ele percebe a escola como espaço para ensino de conteúdos específicos, não ocupando-se da educação do jovem em sua integralidade. Em oposição a isso, a escola e seus atores necessitam ter claras suas responsabilidades e implicações na relação com os cidadãos que propõem formar, assumindo um papel fundamental no processo de construção e de transformação da sociedade, e não na reposição de estigmas (CARDOSO; FONSECA, 2019).

Essa outra dimensão da escola pode ser percebida no relato de Tiago, que refere sobre a escola Bento Gonçalves do CASE NH e sobre a que estudou na comunidade em São Leopoldo, quando cumpria medida de semiliberdade.

Tipo, todos os meus professores sempre me ajudaram, não sei por quê. Era porque eu sempre tentei demonstrar que eu queria estudar. Então, eles sempre me deram uma atenção bem tranquila, entende? Me auxiliaram no que eu precisava, entende? Nunca tive nenhum problema com professor. Então, a escola deu um bom norte, entende? Até que a minha faculdade eu decidi com alguns professores meus, entende? Então, tudo se inclui, entende? Tu tem que ter um ambiente bom do

¹⁰ Exame Nacional do Ensino Médio.

início ao final, na minha opinião. Entende? Um ambiente propenso à mudança. Entende? (Tiago).

O jovem se sentia acolhido naquele espaço e para ele isso era muito significativo, pois não podia contar com o auxílio de seus familiares. Para Tiago, a escola, com as ações dos professores, se constituiu como principal auxílio para prospecção de projeto futuro, que, para ele, incluiu: iniciar uma nova vida, estudar no ensino superior em outra cidade e constituir novas e sólidas relações que lhe ofereçam apoio.

Para que isso fosse possível na vida do jovem a escola lhe ofereceu:

Uma educação mediadora da formação humana, que leve em consideração a realidade vivida do educando no sentido de lhe proporcionar possibilidades do vir-a-ser, o que implica necessariamente a apropriação das possibilidades socialmente existentes de desenvolvimento humano. (CARDOSO; FONSECA, p. 11, 2019).

O processo importante que Wilian vivenciou, além da retomada da escolarização na escola Bento Gonçalves, foi a conclusão do Ensino Médio com o auxílio da pedagoga da instituição, que o inscreveu e o informou sobre as provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), em período posterior a sua saída da instituição. Wilian realizou as provas e concluiu o Ensino Médio.

Para os jovens, é muito significativo o fato de voltar a estudar durante o cumprimento da medida socioeducativa, ainda que as escolas apresentem muitas limitações relacionadas ao funcionamento das unidades de internação. No entanto, o trabalho em rede, que envolve as redes internas e interdisciplinares e externas e intersetoriais, consegue dissolver um pouco o ordenamento hierárquico e rígido da instituição para cumprimento de medida socioeducativa. É a rede que, diante da complexidade das situações, cria acessos variados, acolhe, reconstrói existências e cria alternativas efetivas. Quanto menor for o caráter de privação de liberdade em que o jovem se encontra, mais possível se torna realizar o trabalho em rede, sendo também mais efetivas as possibilidades de construção de novas trajetórias, a partir das possibilidades criadas.

O atendimento prestado em rede deve estar articulado ao PIA de cada adolescente. Portanto, não se pode tratar os adolescentes como se fossem todos iguais, como se tivessem as mesmas necessidades. A convivência coletiva é importante, mas também é necessário que o planejamento das atividades em que o jovem será inserido seja elaborada de forma individualizada, de acordo com a sua história e seu projeto. A tarefa dos profissionais que atuam interdisciplinarmente e intersetorialmente é fazer com que o PIA produza sentido para a vida do adolescente e que possa significar uma possibilidade de futuro afastado dos atos de violência

que o trouxeram para a instituição (BRUSIUS; MACHADO, 2016). Desse complexo trabalho é importante destacar algumas atividades que compuseram seus PIAs e foram importantes para a vida dos jovens entrevistados.

A partir de levantamento de informações nos prontuários dos egressos, elaborou-se o **Quadro 6**, para demonstrar os cursos de qualificação profissional¹¹ realizados por eles, os cursos de aprendizagem¹², os estágios e se, ao saírem da instituição, participaram do Programa de Oportunidade e Direitos¹³.

Quadro 6 – Registro de formação dos participantes da pesquisa

Nome	Curso de qualificação profissional	Curso de Aprendizagem/estágio	POD socioeducativo
Henrique		Centro de Integração Empresa –Escola (CIEE) – Aprendiz Legal – Conservação, Limpeza e Sustentabilidade Ambiental	POD
Álvaro			Não era ofertado
Maísa		CIEE- Aprendiz Legal -Ocupações Administrativas – Parte prática do curso na sede administrativa no Núcleo de Prestação de contas	POD
Melissa		CIEE- Aprendiz Legal -Ocupações Administrativas	POD
Mariana		Estágio na Defensoria Pública Estadual	Não quis aderir

¹¹ Os cursos de qualificação profissional “tem por finalidade assegurar ao jovem o direito a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação voltada a profissionalização qualificada” (BASTOS; AMORIN, p. 6, 2017).

¹² Conforme a Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial em que o empregador se compromete a oferecer formação técnico – profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, sendo necessária a matrícula e frequência do aprendiz na escola. Os cursos de Aprendizagem que os jovens participaram são oferecidos por empresas em parceria com o CIEE (Centro de Integração Empresa –Escola), sendo que os jovens têm a carteira de trabalho assinada e recebem meio salário-mínimo mensal.

¹³ O POD socioeducativo foi instituído pela Lei estadual 14.227 de 15 de abril de 2013 e refere que este destina-se a “atendimento multiprofissional a pessoas em vulnerabilidade: consiste no auxílio à inserção familiar, educacional, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem egresso da Fundação de Atendimento socioeducativo” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013). Na prática, o programa costuma ser efetivado através de convênios ou parcerias com ONGS. Nem sempre foi oferecido em todo o estado do Rio Grande do Sul. A partir de 2018, foi instituída a parceria com o CIEE para execução do programa, passando este a ser oferecido para todos os jovens egressos da Fundação. Os jovens recebem um auxílio financeiro por 1 ano ao aderirem à proposta.

Nome	Curso de qualificação profissional	Curso de Aprendizagem/estágio	POD socioeducativo
Fábio		CIEE – Aprendiz Legal em Auxiliar de Alimentação – Preparo e Serviço. Atividade de auxiliar de manutenção com bolsa auxílio	POD
Wilian	Informática Básica	CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas	POD
Alex		CIEE – Aprendiz Legal em Auxiliar de Alimentação- Preparo e Serviço	POD – lista de espera
Vinícius	Artesão metalúrgico	CIEE – Aprendiz Legal em Auxiliar de Alimentação- Preparo e Serviço	POD– lista de espera
Júlio	SENAI - PRONATEC – Aplicador de Revestimento Cerâmico	CIEE- Aprendiz Legal - Ocupações Administrativas	Não era ofertado
José	SENAI -PRONATEC – Estofador de móveis SENAI-PRONATEC – Pintor de obras		Não era ofertado
Tiago	SENAC – modalidade EAD- Técnico em Segurança do Trabalho	CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas	Não era ofertado
André	Projeto Pescar – vendas e atendimento ao cliente	CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas – Estágio na sede administrativa da FASE	POD – lista de espera
Rafael		CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas	Não era ofertado
Jonatan	SENAI-PRONATEC – Aplicador de Revestimento Cerâmico	CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas	Não era ofertado
Renato	SENAI-PRONATEC – Aplicador de Revestimento Cerâmico	CIEE- Aprendiz Legal Ocupações Administrativas	Não era ofertado
Lucas			Não era ofertado
Paulo	Auxiliar de escritório Técnicas de Recepção Office-boy		Não era ofertado

Fonte: entrevistas e prontuários dos jovens.

O quadro acima reúne as atividades registradas nos prontuários dos jovens. Acerca delas, os entrevistados ressaltam a importância que tiveram para suas vidas futuras. É muito difícil que este tipo de oportunidade esteja disponível para esses jovens em suas comunidades, pois, quando há a possibilidade de um curso profissionalizante gratuito para eles, são oferecidas poucas vagas e com um processo seletivo que os exclui, devido à escolaridade, à situação de atraso escolar, entre outros.

Sobre os cursos realizados na FASE, os jovens referem que gostariam de ter tido mais dessas experiências, o que nem sempre é possível, pois, nem sempre as formações contemplam todos os jovens. Chama a atenção como os cursos com a aprendizagem proporcionada conseguem promover a entrada dos adolescentes no mundo do trabalho, conforme refere José:

O curso que eu fiz lá na Fase, foi por isso que eu peguei serviço: estofador de móveis, que eu fiz lá uma vez. Foi por isso que eles me pegaram, indústria de estofados, né? Mas eu nem me liguei, eu tava num grupo de emprego e daí tinha vaga e eu mandava e-mail, ia mandando, daí me chamaram lá. Fui lá ver e no currículo tava sublinhado assim: estofador de móveis SENAI. Eu digo, 'bah, que bom, né?' Tu vê, por isso que eu achei bom, de um certo modo, porque aí eu acabei fazendo um curso lá, estofador, e acabei pegando no ramo. Aí, de repente, se eu não tivesse entrado pra lá, né, não sei como que estaria hoje, sem curso, sem... de certo modo, foi bom. (José).

Apesar de serem propostas que existem devido ao direito do jovem à educação profissional, por vezes, a instituição passa por momentos em que não consegue oferecer esse tipo de atendimento, como no caso de Lucas e Álvaro. Isso pode ocorrer por gestão institucional ou em razão das políticas de governo. Os cursos do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), por exemplo, realizados através do SENAI, constituíram-se como política pública de governo, no período em que José cumpriu medida socioeducativa. Nem sempre as oportunidades se mantêm, o que acaba estreitando o campo de possibilidades dos jovens. As possibilidades durante o cumprimento de medida podem ser determinantes na vida de jovens. Elas são um investimento do Estado para com eles e são valorizadas pela possibilidade de mudanças que podem trazer na trajetória dos internos:

E daí mudou que eu saí do fechado, peguei uma ICPAE, que é pra sair final de semana pra casa, direitinho. E daí, nesse meio tempo, apareceu a oportunidade de dois cursos: de culinária e administrativo. E, daí, eu fui pra minha cela, saí daqui do CECONP, que hoje em dia eu faço parte, pela minha guerra, pela minha batalha, por eu querer vencer. Eu, eles me abriram essa oportunidade pra mim, abriram as portas pra

mim, vim aqui apresentar meu trabalho e, tipo, eu com dezesseis não sabia o que eu ia fazer. Daí, eu vim pra cá, peguei os cursos e tinha duas oportunidades: de administrativo ou cozinha. E fui pra minha cela, voltei pro meu quarto e dobrei meu joelho e falei com Deus, perguntei pra Ele o que Ele queria pra mim, se era administrativo ou cozinha. No outro dia, eu já me acordei ansioso: 'vou pra cozinha e bora lá'. Fui pra cozinha e tudo na vida é desafio. (Alex).

Alex teve a oportunidade de escolher e ficou em dúvida sobre qual curso deveria optar. Tomou com responsabilidade a escolha, refletindo sobre ela e, inclusive, valorizando-a ao ponto de colocá-la em dimensão espiritual. O jovem afirma nunca ter tido esse tipo de oportunidade e que nunca teria dinheiro para pagar pelos cursos. Além da dimensão da aprendizagem, o relato do entrevistado demonstra que, a partir do novo círculo em que foi inserido como aprendiz, frequentando curso de aprendizagem na área da alimentação, foi possível estabelecer vínculos que trouxeram novos sentidos para sua vida, transformando sua trajetória.

Quando eu comecei o curso, eu comecei com a minha estrela apagada. Conforme os tempos foram passando, os dias, fui gostando, gostando. Minha primeira professora, dona Tereza, minha madrinha hoje em dia, que me apadrinhou, que me ensinou os primeiros toques da panela e ela gostou muito do meu arroz, ela falou: 'Teu arroz é muito soltinho, não sei o que, tu faz o arroz'. Eu já me senti importante naquele momento, por alguém olhar e notar um dom em mim que eu não tinha visto e nem ninguém me falou. Isso aí, pra mim, já foi acendendo uma fogueira dentro de mim, muita, pegando fogo na área da cozinha e fui mantendo, mantendo, mantendo. Altos e baixos, a vida é assim, tem altos e baixos, não adianta. (Alex).

A experiência pode trazer ao jovem uma chance de ganhar a vida sem se envolver com a violência. Ela é agregada a dimensões significativas de vínculo e de valorização que sustentarão a possibilidade de construção de novos projetos. Outra vivência, nos cursos de aprendizagem, que foi relevante para os jovens, é a interação com o mundo do trabalho, até então desconhecido:

Falava bastante sobre a ética profissional, a gente não fazia conta em si, a gente estudava o serviço. O companheirismo dos outros colegas de trabalho, trabalhar em equipe, ser uma pessoa proativa, conversar com os outros, isso se encaixa bastante em qualquer outro ramo de trabalho. E foi uma coisa que lá eu peguei o ritmo, lá, porque fora, quando eu ia trabalhar na firma, eu ficava sozinho mesmo, separando material. Pegava uma lista e ficava ali. Não tinha convívio com outras pessoas. Depois que eu saí, sim, que eu ia viajar e ia pro Rio de Janeiro, nunca tinha visto ninguém na minha vida. Ali eu entendi o que é que é

ética profissional: tu se manter calmo, executar teu serviço, ajudar quem tá do teu lado. Isso a gente aprendeu bastante no CIEE. (Renato).

O processo educativo das formações possibilita com que os jovens aprendam sobre a dimensão relacional, que vai além do conhecimento técnico sobre determinado tema. No caso dos jovens egressos, comumente vistos como “problema”, esse é um ensinamento essencial e faz-se importante que ocorra sem estigmas, desconfiança ou rótulos.

Os entrevistados ressaltam sobre a importância do acolhimento e do cuidado em outros espaços, vivência importante para que possam se enxergar como capazes de engajamento a novos projetos. Mariana relata sobre o quanto a sua experiência de realizar estágio na Defensoria Pública Estadual foi significativa nesse sentido:

Tipo, como agir com as pessoas, entendeu, como conversar. Até porque, quando a gente, quando eu comecei lá, eu fiquei meio ressabiada pelo fato de eu ser da FASE. E, aí, eu pensava que ninguém sabia, mas todo mundo sabia que eu era da FASE lá dentro, só que, tipo, ninguém demonstrava, entendeu? Me tratavam super bem, como se eu fosse qualquer pessoa. E o carro da FASE me buscava na frente, eu ficava morrendo de vergonha. Eu ficava me escondendo, sabe? O carro chegava e eu entrava correndo pra dentro. Mas não, todo mundo sabia. Então, eu aprendi muito lá, tipo, pra lidar com as pessoas, independente do que elas são, entende? Mesma coisa eu, eu tô trabalhando aqui, vai chegar uma pessoa aqui, saiu da cadeia ontem, eu tenho que agir normal com ela. (Mariana).

Mariana tinha medo de sentir preconceito por estar cumprindo MSE e evitava deparar-se com sentimentos hostis. No entanto, ela não experienciou sentimentos negativos, pois pode vivenciar outras formas de se relacionar em um acolhedor ambiente de aprendizagem. O relato da egressa demonstra o quanto a forma de mediação nos espaços de aprendizagem demarca possibilidades para que os jovens possam seguir diferentes projetos e retribuir com os exemplos que tiveram. Para Craidy (2013, p.95), o educador “é um mediador do educando com o mundo (mundo humano/cultura e mundo matéria/natureza), com o saber e com os outros seres humanos”. A entrevistada, que se referia a si mesma como uma pessoa “nervosona”, afirma que aprendeu a não tratar ninguém com preconceito, a partir da experiência que vivenciou no estágio.

Diferentemente de Mariana, Maísa explica o quanto é difícil quando o processo de aprendizagem não ocorre em um ambiente educativo. A jovem relata que não se sentia à vontade para frequentar curso de aprendizagem que realizava a partir do POD, que participou

enquanto egressa junto a jovens não egressos da FASE, devido a forma como era tratada por eles.

Aqui fora é muita, como é que se diz? É muito preconceito, sabe? Eu, quando eu ia pro curso, eu pegava, eu me sentava lá no canto, lá no fundão, e levava, às vezes, às vezes, eu levava minha toalhinha e ficava bordando ali, sabe? E ali passava o meu tempo e eu nem dava bola pro que eles tavam falando. Eles falam muito de: ‘Ah, bandido bom é bandido morto, ai, bandido isso’, sabe? É muito assim. E aquilo dali ia me agonizando, me agonizando, sabe? Muitas vezes, eu passava, eu pedia pra ir no banheiro e ficava um tempão no banheiro, sabe? Um tempão no banheiro, só pra não ficar escutando. (Maísa).

No relato de Maísa, pode-se perceber o quanto o fato de não se sentir acolhida e compreendida naquele espaço terminava por prejudicar o seu processo educacional no local. Apesar disto, a jovem manteve-se no programa e foi tentando, a partir de seu estoque de conhecimento, achar formas de lidar com as situações que vivenciava. Essa foi uma oportunidade importante para Maísa, pois a estimulou a seguir com a escolarização. Além do mais, com o salário da aprendizagem auxiliava em sua renda familiar e especialmente no sustento da filha.

A importância do vínculo associado à aprendizagem pode também ser percebida de forma explícita no relato de Vinícius, artesão metalúrgico. O instrutor do curso de artesão metalúrgico é um profissional reconhecido no ramo que oferecia cursos de forma voluntária para os jovens no CECONP. O fato de o curso ser ministrado de forma voluntária pelo instrutor demonstra a aposta que ele tinha de que os conhecimentos que ofereceria poderiam auxiliar na mudança dos jovens. Esse processo ocorreu com Vinícius, que se dedicou a aprender o ofício e desenvolveu uma relação próxima e de admiração com o instrutor.

Aí, ele pegou e me ensinou, e falou: ‘bah, o cara trabalha bem, o que tu quer nessa vida, e tal?’. Aí, eu expliquei pra ele o que aconteceu. Aí, ele pegou, eu deixei meu contato com ele, aí, eu falei pra ele: ‘olha só, perto de sair’. Na época que eu terminei o curso com ele, faltava menos de um mês pra mim, que eu tinha audiência em menos de um mês, então eu poderia sair em menos de um mês, né? Foi o que aconteceu, né? Eu consegui a liberdade nesse período, aí quando eu saí, fechou uma semana mais ou menos quando eu saí, ele me ligou: ‘bah, cara, olha só e tal, saiu?’. ‘Não, saí’. Aí, ele: ‘Bah, não quer, tô com uns trabalhos aqui e tô precisando de um auxiliar, não quer vir me ajudar e tal?’. Aí, eu fui lá e comecei a auxiliar ele. (Vinícius).

A realização do curso, além dos conhecimentos adquiridos, serviu de suporte para um novo projeto de vida, sendo que o instrutor se colocou como efetiva rede de apoio. No relato de Fábio, é possível perceber que a MSE de ICPAE proporciona experiências que tornam possíveis o fortalecimento de outros projetos dos jovens:

A minha cabeça mudou muito lá dentro, depois que eu fui pra ICPAE. As donas lá me ajudavam afu também. Depois que eu fui pro ICPAE, eu fui melhorando, né? Porque no fechado era ainda aquele guri rebelde, mas a FASE me fez mudar muita coisa, muita coisa mesmo. Na ICPAE, o que me ajudou foi que eu fazia teatro, as donas, tudo o que eu pedia pra elas, elas me ajudavam, se não tentavam me ajudar. A dona Marli, a dona Renata, essas pessoas assim, né? No caso, quando a gente ia pro Ceconp, lá, no caso, daí elas me ajudavam afu, né? E isso daí que começou a me motivar pra mim mudar, né? Porque tinha aquelas pessoas ali me ajudando a mudar, mas se eu não quisesse mudar, não tinha como. (Fábio).

As atividades que garantem direito à saúde, ao lazer, ao esporte e à cultura também foram referidas pelos jovens como importantes às suas trajetórias. As informações do quadro abaixo foram coletadas, a partir de levantamento nos prontuários dos jovens. Nelas é possível verificar as oficinas, projetos, atividades culturais, atividades diferenciadas de promoção de saúde e também especializadas em saúde, entre outras, nas quais os jovens participaram durante o cumprimento das medidas de ISPAE, ICPAE e Semiliberdade.

Quadro 7 – Atividades realizadas durante o cumprimento de MSE

Nome	Oficinas/Projetos	Atividades Culturais ou artísticas	Saúde	Outras
Henrique	Origami Crochê Ponto Cruz Inclusão digital – Projeto Eu cidadão Unisinos	Violão	Gincana de saúde mental coletiva Oficinas de música no Caps Taquara	Biblioteca
Álvaro	Origami			
Maisa	Informática Projeto lavanderia Oficina de rádio		Pré-natal e licença maternidade Clínica Psicológica da UFRGS Terapia mãe/bebê – Clínica Psicológica da UFRGS	Inserção de sua filha em escola de educação infantil na comunidade
Melissa	Projeto Mini Lanches			
Mariana	Projeto Lavanderia Oficina de Rádio Oficina de artesanato Pintura em gesso Macramê			Processo seletivo de estágio na Justiça Federal/
Fábio	Oficina de auxiliar de manutenção	Oficina de teatro	Caps AD III GHC	
Wilian	Origami Crochê	Concurso Literário da FASE tirando o 3º. Lugar na modalidade produção gráfica		ENCCEJA/PPL ENCCEJA
Alex	Macramê	Percussão		
Vinicius	Macramê Sabonete Radio	Percussão		

Nome	Oficinas/Projetos	Atividades Culturais ou artísticas	Saúde	Outras
Júlio	Pintura em gesso e madeira Mais Educação – xadrez	Mais educação violão e hip hop, dança	Gincana de saúde mental coletiva	Biblioteca ENCCEJA/PPL
José	Mais Educação – xadrez Direitos humanos, esportes Artesanato em tecido Coleta de materiais reciclados	Mais educação – hip hop violão Grupo de teatro da escola Atividades culturais no teatro Feevale	PSE – Programa Saúde na Escola Oficina de Música “Sonhar e Nunca Desistir” Círculo Restaurativo familiar	ENCCEJA/PPL Torneio de punhobol ENEM
Tiago	Origami Ponto-cruz Crochê Inclusão Digital – projeto Eu Cidadão – Unisinos PEI – Programa Escolinhas Integrada		Gincana de saúde mental coletiva	Biblioteca ENEM/PPL ENEM
André	Mais Educação – desenho, letramento e matemática Oficina de informática Sabonetes	Banda – vocalista Coral da OSPA	Grupo terapêutico ICPAE – Grupo de palavra Psicoterapia na comunidade	Biblioteca Círculo restaurativo familiar
Rafael	Origami Crochê Coleta de materiais reciclados Inclusão Digital Padaria Socioambiental Projeto Virando a Página da Defensoria Pública Estadual		Grupo: Desenvolvendo autonomia por meio do trabalho Grupo: Protagonismo Juvenil	Biblioteca Rústica ENEM/PPL Círculos de Construção de PAZ – Mãos na roda

Nome	Oficinas/Projetos	Atividades Culturais ou artísticas	Saúde	Outras
Jonatan	Mais Educação – xadrez Crochê Ponto Cruz Socioambiental Projeto parceria COL e Vonpar qualificação profissional e ingresso no mundo do trabalho	Mais educação violão e hip hop	Gincana de saúde mental coletiva	ENCCEJA/PPL
Renato	Crochê Ponto- cruz		Gincana de saúde mental coletiva PSE - Programa Saúde na Escola	Biblioteca ENEM/PPL ENEM
Lucas	Artesanato, informática		Grupo operativo Grupo de saúde	
Paulo		II Mostra Cultural da cidade dos meninos no município de Santa Maria Oficina de Hip Hop Grupo de Rap	Grupo de convivência	

Fonte: entrevistas, observação participante e prontuário dos jovens.

As atividades elencadas acima agregam muito à formação dos jovens e auxiliam na construção de habilidades e de conhecimentos que podem favorecer para que se experimentem em novas relações sociais. Durante a internação, as experiências tornam-se mais ou menos precárias ou consistentes, dependendo das gestões e das políticas de governo. O Programa “Mais Educação”, por exemplo, não é mais oferecido pelas escolas estaduais, pois não há recursos federais ou estaduais para execução.

Fábio manifesta valorizar a oportunidade de realizar o curso de teatro, já que aprendeu a se expressar melhor e a conversar melhor com os outros. A experiência de manter o vínculo com os funcionários que estariam lá para auxiliá-lo e ser sua rede de apoio também sustentava e motivava as suas mudanças. Renato, quando perguntado sobre o que o auxiliou enquanto cumpria medida socioeducativa, resalta a importância das oficinas ocupacionais: *“foi o que ocupou a cabeça, né? Não tinha o que fazer, pegava um livro e ia ler, fazer os temas da escola, foi o estudo e o crochê. Era o que eu fazia lá dentro”*.

A oficina de crochê é organizada pelas pedagogas e pelas agentes socioeducadoras do CASE NH. É uma oficina autossustentável, pois o dinheiro da venda dos crochês garante a compra das linhas para utilização pelos jovens. Nessa atividade, um adolescente ensina ao outro. Os itens confeccionados por eles podem servir de presente para as famílias ou, até mesmo, como uma forma de geração de renda.

Jonatan relata um momento importante para ele, que aconteceu a partir da oficina de crochê:

Dona Nádia, uma moreninha do cabelo assim, ela me mandou R\$ 400 do tapete que tinha pedido pra ela. Daí, o Seu, não sei se trabalha mais, Seu Paulo: ‘o que que tu vendeu pra essa mulher? Bah meu, um tapete de crochê? Então, me ensina!’ Bah, daí, quando vê, eu comecei a ensinar eles ali, ali eu fiquei. Cheguei até me informar, se tinha possibilidade, se esperasse passar um tempo, tipo, uns cinco anos, não sei, se eu terminasse os estudos, tipo, tal, se eu teria oportunidade de trabalhar no semiaberto entendeu? Daí, não sei pelo fato de eu ter tido uma bronca entendeu? Mas é um lugar que, tipo, pelo meu pensamento, pela minha rotina assim de vida, sabe? Minhas expectativas, eu queria trabalhar num lugar assim, que eu acho que eu poderia ajudar umas pessoas assim, sabe? (Jonatan).

Jonatan relata a situação em que, através da atividade de crochê, aproximou-se do agente socioeducador da unidade de semiliberdade e passou a ensinar a todos aquela atividade. Descobriu, assim, que tinha talento para ensinar, para ajudar os outros, e refere que gostaria de trabalhar em um lugar como a semiliberdade. A atividade do crochê serviu como mediadora da experiência de sentir-se capaz de ensinar e ajudar alguém, compartilhando os próprios conhecimentos.

Para os jovens, a inserção em atividades culturais é muito importante, tal como relata André, sobre sua relação com a música. “a música foi o fundamental. É, foi o fundamento para eu sair de lá com a cabeça totalmente focada em tudo que eu aprendi lá dentro. Aprendi muito. A música chegou e disse: ‘vai atrás, deixa o outro lado’”. André, durante a internação, fez parte de uma banda com outros jovens. Eles realizavam diversas apresentações, em outras unidades e locais da comunidade. Além disso, o jovem passou em um processo seletivo para fazer parte do coral de jovens da OSPA. A oportunidade de contato com a arte permitiu com que André se enxergasse capaz de recomeçar a vida em outra cidade, tentando formar uma nova família para si. A chance de se desenvolver e ampliar relações de sociabilidade, através de atividades artísticas ou culturais, também foi crucial para Mariana: “até porque, tipo assim, ó, a percussão,

que eu fiz o curso lá eu continuei, né? Que nem Carnaval, essas coisas, eu desço tudo, tocando os instrumentos que eu aprendi lá porque antes eu não tocava, entende?”.

A atividade de leitura é bastante oferecida nas unidades e nas escolas anexas às unidades. No CASE NH, os jovens entrevistados costumavam a ir à biblioteca da escola semanalmente, para retirar e para devolver livros. No **Quadro 7**, procurou-se destacar os jovens que costumavam ler bastante e apreciavam a experiência:

É mais um aprendizado de vida do que em algo específico, entende? Tipo, porque eu foquei muito em ler, então eu tentei mesmo me aprimorar na leitura. No, tipo, eu fui muito bem na redação do ENEM por causa do tanto de livro que eu li, entende? Pelo meu vocabulário, que eu acabei adquirindo, entende? Aprendi muita coisa sobre comportamento humano também, entende? Tipo, porque eu, querendo ou não, sou uma pessoa muito observadora, entende? (Tiago).

Em relação aos cuidados com a saúde, ressalta-se o depoimento de Máisa sobre a atenção com a filha, que permaneceu com ela durante o cumprimento da medida socioeducativa:

Lá dentro, eu tenho muito carinho, assim, ó, até hoje, por eles lá dentro, porque não deixaram faltar nada pra minha filha. Quando eu tava grávida, me levavam em todas as consultas médicas, fizeram todas, não sei, de exame, me viraram o avesso assim, sabe? Pra ver se eu não tinha nada, todos os exames que o médico pedia eles me, me levaram pra fazer. Ecografia, eu não tinha feito nenhuma na rua, eles me pagaram umas três ecografias, eu acho, pra ver como é que o bebê tava. Enxoval da minha filha, tudinho foi eles que deram, que eles têm lá roupa pra criança, eles tudinho deram, berço, deram, o enxoval tudinho, coisa de higiene, tudo, tudo, tudo. Minha filha ficou doente, eles não deixaram faltar nada. (Máisa).

A partir da atenção com a filha e, com o passar do tempo, do próprio amadurecimento, Máisa conseguiu assumir a relação de maternidade e os cuidados com a pequena, que hoje é, segundo ela, a maior razão para que se mantenha afastada de situações de delitos.

Por fim, o relato de Paulo sobre os passeios que realizou em estádios de futebol e ao teatro mostram o quanto o simples fato de garantir direitos básicos de lazer e cultura pode auxiliar na mudança da trajetória de vida dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa:

Uma coisa, assim, da medida socioeducativa: eu tive uma experiência positiva, eu creio pra mim, né? Foi quando eu tava na atividade externa

já, que a gente frequentava. A primeira vez que eu fui num jogo de futebol, estádio, primeira vez que eu fui num teatro, essas coisas assim que faz parte também da vida das pessoas e, às vezes, as pessoas não têm acesso. Eles sabem que isso existe, né? Isso eu acho que foi uma coisa boa pra mim, me mostrou outras coisas também, outras possibilidades, foi uma coisa que eu achei interessante. (Paulo).

As experiências são trazidas pelos jovens a partir de situações biográficas únicas e fazem parte do passado, mas são forjadas a partir de tudo o que estão vivenciando até os dias atuais. “À minha situação biográfica única pertencem, entre outras coisas, minhas recordações do mundo ao meu alcance no passado, mas não mais ao meu alcance desde que me movimentei de Lá para Aqui” (SCHUTZ, p. 98, 1979).

As vivências que os jovens referem como importantes em seu percurso os auxiliam a iniciar, a projetar e se reconhecerem, a partir de outras perspectivas. Schutz (1979) traz a ação de projetar para a viabilidade concreta. Foi isso o que de fato ocorreu com os jovens, mesmo com percalços, adaptações, conflitos e dificuldades, é recorrente, entre os entrevistados, a narrativa sobre estarem seguindo uma trajetória. “Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos, mas a própria existência de um projeto é a afirmação de uma crença em um indivíduo-sujeito” (VELHO, p. 67, 2013).

Para a maioria dos egressos, foi criado, na medida socioeducativa, um processo de poder projetar transposto para fora da instituição, alcançando o espaço público. As novas vivências, em diferentes tempos e espaços, contribuíram para a construção de outras referências e de outros sentidos para as suas ações. Essas experiências foram mediadas pelo outro, engajado com o processo, cuja existência serviu como rede de apoio. O fruto do contato com novas possibilidades somado ao apoio da rede motiva a mudança e desencoraja atos que possam promover a perda do lugar conquistado.

Assim, quando os jovens são apoiados em suas trajetórias, as situações de envolvimento com a violência são mitigadas. O contrário também é verdadeiro: quando eles se deparam com o vazio diante de relações que não consideram suas necessidades e nas quais não são tratados de forma digna, não encontram outros meios de resposta que não sejam pela via dos atos infracionais. Percebe-se, portanto, que o investimento de pessoas e de instituições pode evitar muitas situações de MSE, especialmente as privativas de liberdade.

7 FAMÍLIA É QUEM ME ACOLHEU

*Nossas mãos ainda encaixam certo
Peço um anjo que me acompanhe
Em tudo eu via a voz de minha mãe
Em tudo eu via nós
A sós nesse mundo incerto
(Mãe, Emicida)*

O título deste capítulo, “Família é quem me acolheu”, foi extraído da fala de André e remete à família que ele construiu, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa. A nova referência familiar não tem nenhuma relação com a família biológica do jovem. Indo além das peculiaridades do caso de André, que se afastou do núcleo familiar biológico, verificou-se que, para todos os entrevistados, família é quem os acolheu ou acolhe. As relações familiares foram reconstruídas neste processo em que eles e as famílias passaram por transformações.

É importante destacar que a análise sobre a relação dos egressos com as famílias e seu acolhimento compõe uma categoria importante deste estudo, originada nos relatos dos jovens, que enfatizam o quanto o grupo familiar sustenta, de diversas formas e em diferentes momentos, a condição deles para que não se envolvam mais em delitos. As fragilidades das famílias também são relatadas, de forma recorrente, pelos entrevistados. Entretanto, tais condições não fizeram com que ela deixasse de ocupar um lugar fundamental no processo de mudança dos jovens. Sendo assim, este capítulo busca compreender como as famílias influenciam para que os egressos não se envolvam em novos delitos, após o cumprimento da MSE de internação.

Segundo Simmel (1986), uma das funções sociológicas da família consiste em dar consistência à própria personalidade do indivíduo. Sendo ela uma unidade fechada frente às demais unidades sociais na qual compreendemo-nos como membros, representa, no entendimento do autor, uma complexidade na qual os indivíduos se diferenciam dos demais membros e elaboram uma maneira de ser própria e uma oposição frente a eles. Aí está a dupla tarefa desempenhada pela família apontada por Simmel (1986), sendo que o desenrolar dos processos cruciais pelos quais passam os sujeitos os acompanhará por toda a vida.

A família como instituição apresenta significação política e real, conforme argumenta Simmel (1986). Com o avançar da civilização, explica, ela assume cada vez mais características psicológicas e ideais para, enquanto indivíduo coletivo, poder oferecer aos membros uma base para a diferenciação, lhes preparando para adquirir suas próprias individualidades. O autor acredita que o indivíduo tem que se agarrar à família para “salvar-se” frente a uma totalidade, mantendo, assim, um sentimento de individualidade (SIMMEL, 1986).

Com relação aos jovens egressos participantes do estudo, percebe-se a família como um elo forte de referência afetiva, sendo esta constituída a partir de laços biológicos ou não. Os laços não biológicos geralmente são provenientes de relações familiares constituídas ao longo da vida, geralmente com companheiros ou companheiras, podendo também ser amigos, cunhados, sogros ou até empregadores. A família é referência afetiva morando junto, estando separada ou com familiares presos. Familiares falecidos também são tidos como referência afetiva devido ao que significaram para os jovens enquanto estavam vivos. Cada jovem, a partir de sua trajetória constitui suas referências afetivas de forma singular, sendo estas muito valorizadas por eles.

Tönnies (1973) refere a família como sendo o primeiro lugar onde o indivíduo vivenciaria relações de comunidade: “[...] tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade (assim pensamos)” (p. 99). O pesquisador afirma, ainda, que “[...] o homem se encontra em comunidade com os seus desde o nascimento, unido a eles tanto no bem como no mal” (p.97); e acrescenta ao dizer que a comunidade doméstica, “[...] com suas ações infinitas sobre a alma humana, é experimentada por cada um daqueles que participam dela” (p. 97). A comunidade é formada, principalmente, nas “relações familiares entre mães e filhos, nas relações entre homens e mulheres, enquanto esposos, e nas relações entre irmãs e irmãos, isto é, entre filhos que se reconhecem como tendo a mesma mãe” (p. 99).

Para Codoñer (2018), a família é responsável por formar os principais elementos da identidade pessoal, por suprir as necessidades primárias dos indivíduos na vida cotidiana, transmitir estilos de vida, sendo a base da solidariedade social ampla. Codoñer (2018) propõe que possamos compreender a família como uma relação social. A relação social não é uma ação individual isolada e nem uma estrutura social, mas é, sim, proveniente de uma realidade singular que emerge a partir dos sujeitos sociais interconectados em um ambiente social concreto. Portanto, interessa neste estudo compreender o contexto familiar do jovem, a partir das relações desenvolvidas ao longo de sua história de vida, e, principalmente, as vivenciadas no momento específico da adolescência, antes, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa.

Observam-se, no contexto familiar dos jovens egressos, situações em que foi possível, de forma mais ou menos efetiva, que as atribuições do grupo familiar fossem desempenhadas. A família, por um lado, é referida a partir de diversos conflitos, situações de sofrimento e limitações. Por outro, como a maior referência de apoio que os jovens têm para não voltarem a se envolver com a violência. Quando estudamos o âmbito familiar de jovens que cumpriram MSE, é importante observarmos os laços afetivos familiares e as experiências de sociabilidades

no âmbito familiar que são importantes para eles, a partir dos seus próprios relatos e histórias de vida. Assume-se desde já

[...] uma posição crítica com relação a terminologia ‘família desestruturada’, correntemente utilizada nesta área, e historicamente aplicada como referência ao universo familiar das classes populares como se as rupturas afetivas e os conflitos familiares fossem exclusividade das famílias pobres. (EVANGELISTA, 2011, p. 125).

As situações familiares vivenciadas pelos egressos não correspondem a modelos idealizados de família: algumas são marcadas pela ausência da mãe ou do pai, em determinados momentos pela ajuda que os jovens ainda necessitam para criar seus filhos e pela percepção de que ainda se encontram em um momento de aprendizagem e de consolidação de mudanças. É importante perceber quando a família consegue exercer seu papel de proteção, sendo uma base segura para a construção de seu capital social: “tudo indica que a maior carência nesses jovens é de “capital social”, da capacidade para ingressar em uma rede de relações sociais que lhe permita sair de determinadas situações adversas” (GADEA, 2015, p.129).

As configurações familiares dos egressos apresentaram-se bastante diferenciadas e também com transformações, ao longo do tempo de transição entre a adolescência e a fase de jovem adulto. No quadro a seguir, é possível verificar um pouco das mudanças, analisando com quem os jovens residiam quando ingressaram na unidade de internação e com quem residem atualmente. A partir dos dados coletados, foi possível também realizar um mapeamento dos familiares mais importantes, no sentido de oferecer acolhimento, apoio e referência na vida dos egressos¹⁴.

Quadro 8 – Situação domiciliar antes e depois do cumprimento de MSE

Nome	Residiam com o/a jovem no momento da internação	Residem com o/a jovem atualmente	Apoio de familiares que não moram junto com os jovens atualmente
Henrique	pai, mãe e irmã mais nova	pai, mãe, irmã mais nova, companheira, filho	não refere
Álvaro	mãe e três irmãos e três irmãs mais novos	três irmãs mais novas, um irmão mais novo, uma irmã mais velha e um cunhado.	tia, avô, pai falecido

¹⁴ Não foi realizada, durante a entrevista, uma pergunta específica sobre quem seriam os familiares de referência. O mapeamento foi possível a partir de todo o conteúdo coletado durante a pesquisa, seja nos prontuários ou nos relatos espontâneos trazido pelos jovens.

Nome	Residiam com o/a jovem no momento da internação	Residem com o/a jovem atualmente	Apoio de familiares que não moram junto com os jovens atualmente
Maísa	pai e avó paterna	pai, avó e filha	mãe e irmãs
Melissa	Amiga	sogra, companheiro e filho	pai, tia e irmãos menores, irmã mais velha
Mariana	pai, mãe e irmã	pai, mãe, irmã e companheira	não refere
Fábio	companheira e quatro filhos sendo um deles filho de Fábio	companheira atual e filha	avó
Wilian	avós maternos e irmão	companheira, filho e enteado	mãe, pai, avós maternos, sogros
Alex	irmã e sobrinhos sendo que passava bastante tempo na rua	mãe, sobrinha e irmão	irmã mais velha
Vinícius	Sozinho	companheira, filho e enteado	mãe, irmã e cunhado, empregadores
Júlio	mãe e tio	mãe, tio, irmão mais novo e filho	não refere
José	mãe ou pai	pai, companheira e filha	irmã mais velha, cunhado e mãe já falecida
Tiago	pai e mãe	Sozinho	companheira e mãe
André	pai	Amigo	Amigos
Jonatan	mãe e dois irmãos mais novos	Companheira	mãe e irmãos, filho
Renato	mãe, pai e três irmãos menores	companheira, filho, sogro e sogra	mãe, pai, irmãos, avós
Lucas	mãe, pai de criação e duas irmãs menores	Companheira	avó
Paulo	mãe e três irmãos mais novos	companheira e três filhos	mãe

Fonte: entrevistas e prontuários dos jovens.

A partir do quadro, é possível perceber que, antes do período de internação, 27,8% dos jovens egressos residiam com a mãe; 11,1% com o pai; e 33,3% com ambos os pais, além de outros familiares que, na maioria dos casos, compartilhavam a residência com eles, tais como irmãos e avós. Em contrapartida, 27,8% não residia nem com a mãe e nem com o pai, mas sim com companheiro, amigo, irmão, avós ou sozinho. A maioria dos pais dos jovens são separados, ou um deles (pai ou mãe) é falecido, somando 83% dos casos. Em apenas 16,7% das situações os pais permanecem unidos.

Observam-se transformações nas pessoas que residem com os jovens, entre o período de ingresso deles na instituição e o período da realização da entrevista, mostrando como essa é uma realidade dinâmica, especialmente no período de saída da adolescência e entrada no mundo

adulto. Entre a principal modificação, constata-se a capacidade de o egresso formar a própria família, tendo maior protagonismo neste processo que envolve recursos afetivos e materiais.

Atualmente, 50% dos jovens já residem de forma independente dos pais (podendo ser com companheira, sozinho, com irmãos ou amigos) e é responsável pela própria organização e pelo sustento familiar. Verifica-se que 27,8% dos jovens moram com a mãe ou com o pai e é corresponsável pelo sustento familiar, sendo que o grupo se divide no pagamento das despesas, nas tarefas domésticas e no cuidado com as crianças. Em 5,5% dos casos, a divisão do sustento e a divisão das tarefas são realizadas com os sogros. Em 16,7%, os jovens residem com os pais ou sogros, tem filhos e não contribuem com o sustento familiar, pois não estão trabalhando. Nessa situação encontram-se duas mulheres e um homem. Observa-se, assim, que, para as mulheres, a construção do processo de independência econômica tem se mostrado mais complexo, especialmente para as que são mães. Elas apresentam dificuldades para enfrentar as exigências de entrada no mercado de trabalho, conciliá-las com o cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas.

Verifica-se que 83 % dos jovens relatam que existem pessoas importantes para si. Os egressos não se referem, necessariamente, ao pai ou à mãe, demonstrando a importância para eles de redes de apoio mais abrangentes e que englobem relações com a família extensa, companheiro ou amigos. A maioria dos jovens, 72%, refere a mãe como uma das pessoas mais importantes, residindo ou não com ela. Para José, a mãe falecida ainda é lembrada de forma constante. Contudo, 28% dos entrevistados não mencionam a mãe como pessoa de referência. Com relação ao pai, 55% dos jovens não o apontam como referência significativa e, para 45 %, o pai foi e continua sendo uma pessoa importante em suas vidas. Somente 33% dos jovens referiu que ambos, pai e mãe, são familiares importantes e de referência para eles.

Para 72% dos jovens, as companheiras ou companheiros são importantes em suas vidas. Entre eles, 30% estavam unidos com a mesma pessoa que mantinha durante o período de internação, demonstrando a importância da manutenção desses vínculos para o interno. Verificou-se que 61% dos jovens já é pai ou mãe; e 90 % deles reside com seus filhos; apenas o filho de Jonatan mora com a ex-companheira (mãe). Chama a atenção que Júlio e Rafael ficaram responsáveis pelos filhos, após separarem-se das companheiras, contrariando a situação mais comum, que seria de os filhos permanecerem com as mães.

A situação familiar de André é a mais diferenciada, devido aos conflitos familiares gerados a partir do seu delito. O egresso passou por um processo de fragilização de laços familiares, originado antes mesmo dele praticar o crime. Porém, a partir do ato de violência, os laços foram rompidos de forma significativa e o jovem se viu com a necessidade de buscar

outras formas para constituir uma família para si: “*família foi quem me acolheu aqui, ou seja, é, meus amigos, a família do Manuel*¹⁵ *também, que eu já fui pra praia. Me acolheram muito bem, então família é quem me acolheu. Eu diria*” (André). Percebe-se a valorização das pessoas que o acolheram e dos laços conquistados por ele que, segundo suas próprias palavras, são “sua família”.

As interações familiares dos jovens foram adquirindo diferentes formas e diferentes conteúdos, ao longo do tempo. Com relação à forma, percebem-se transformações, na medida em que novos integrantes foram entrando no grupo familiar, e outros foram se afastando. A forma e o conteúdo são partes fundamentais das relações sociais e são sempre guiadas por interesses (SIMMEL, 1983). No caso dos entrevistados, a forma como eles e as famílias encontraram para lidar com as situações de envolvimento com a violência, buscando modificações nas relações, auxiliaram para que os jovens passassem a não mais se envolver em delitos. São visíveis as influências dos jovens no grupo familiar e as modificações que ocorrem, tendo o envolvimento deles com a violência como marco. A partir do interesse deles e das famílias de que não ocorra mais o envolvimento do jovem com a violência, muda também o conteúdo da relação.

O fato de as unidades grupais, neste caso a família, passarem por períodos de turbulência, tendo de submeter-se a mudanças e se adaptar a novas situações, pode auxiliar no seu fortalecimento, aumentando a resistência frente a novas ameaças. O processo de fortalecimento frente aos novos conflitos foi fundamental na realidade vivenciada pelos egressos, que continuam enfrentando muitas dificuldades após o cumprimento da medida socioeducativa, sendo responsáveis por garantir seu sustento, através do trabalho, vivendo em condições, muitas vezes, precárias, enfrentando preconceito e fazendo cotidianamente a escolha de manter-se afastado de situações de violência.

E aí, diante dos problemas a enfrentar, muitas vezes para manter sua própria família, recém-constituída, e para garantir sua sobrevivência, eles se veem diante do seu maior dilema: resignar-se e recorrer aos seus próprios esforços e meios em busca de outras estratégias de sobrevivência ou, desistir da luta, decidindo-se pelo crime como opção de vida. (EVANGELISTA, 2011, p. 227).

A experiência de André relata um pouco das dificuldades passadas pelos jovens:

Quando eu saí da FASE, eu fui morar numa casa que pertencia à igreja, que o Paulo conseguiu (agente socioeducador da FASE). Até onde eu me lembro, ele conseguiu, era uma casa, não lembro o nome, de jovens

¹⁵ Ex-interno da FASE que cumpriu medida junto com André e que reside no litoral.

que tão ou de gente que veio, da Venezuela. Enfim, que querem mudar de vida e aí vão pra lá pra conseguir um trabalho, alguma coisa. Na casa, eu morei por um ano. Até eu vir pro centro, morar com meu amigo que eu tô até hoje. Ou seja, era eu com mais treze homens que tinham menos mentalidade do que eu. Eu tinha vinte anos, quando cheguei lá, então, imagina como é que era. Tinha vezes que começava a dar briga dentro da casa. (André).

Os jovens enfrentam conflitos constantes para manterem-se afastados das situações de violência. As dificuldades são compartilhadas com aqueles que consideram seus familiares e que, junto com eles, superam as circunstâncias de sofrimento, dando novos significados para suas trajetórias. O conflito entre os indivíduos transforma cada um deles, não apenas na relação com o outro, mas também consigo mesmos, passando as partes envolvidas a se reconhecerem melhor quando estão na iminência de uma luta, concentrando suas energias em um ponto (SIMMEL, 1983, p. 151).

O conflito faz com que o sujeito se reconheça como alguém capaz de tensionar e modificar o seu meio social. Simmel (1983, p. 128) explica que “as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras. Só as duas juntas constituem o grupo como uma unidade viva e concreta”. Sendo assim, o processo de vivência de conflitos e a busca por transformações será analisado a seguir, sendo dividido em três temas originados na coleta de dados: “a família como risco e proteção a experiências com a violência”; “Transformações nas relações familiares durante o cumprimento da medida socioeducativa”; “A prática de cuidar”.

7.1 A FAMÍLIA COMO RISCO E PROTEÇÃO ÀS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA

As relações familiares constituem-se como fator protetivo para o não retorno do envolvimento do jovem com a violência. Entretanto, percebe-se uma situação paradoxal: na história de vida dos entrevistados estão presentes vivências em que a família esteve frágil ou hostil, não acolhendo suas necessidades, tendo essa dinâmica se apresentado como risco à prática de delitos. Conforme Rolim (2016), para os jovens que cumprem MSE a família é lembrada como provocando sofrimento pela ausência paterna, incompreensão, hostilidade e violência oferecida pelos pais biológicos ou padrastos.

Sobre a ausência paterna e seus efeitos, podemos destacar a história de Paulo:

Na realidade, eu sempre fui uma pessoa que sempre trabalhei, assim, desde a minha infância. E eu, como era o filho mais velho, né? De uma

família de quatro irmãos e a minha mãe acabou se separando num período, eu tive que, meio que, assumir essa, essa questão de chefe de família. E, como eu trabalhava e ganhava um salário, né? De adolescente, enfim, eu acabei não, não conseguindo, assim, muita responsa, responsabilidade na realidade, né? E eu acabei procurando outros atalhos, assim, pra tentar arrumar um complemento, pra ajudar a família e tal e assim que eu acabei me envolvendo. (Paulo).

Para Paulo, o fato de ter que ocupar o lugar de “chefe da família”, após a separação da mãe, o fez assumir responsabilidades, inclusive, de sustento do grupo. Tarefa para a qual não tinha recursos e maturidade, fazendo com que recorresse à violência para conseguir suprir as necessidades familiares.

As ausências materna e paterna também podem ser constadas no relato de Álvaro, que reside com os irmãos que, assim como ele, vivenciam essa situação. O pai esteve preso por tráfico de drogas e faleceu enquanto cumpria pena. A mãe reside com o companheiro atual, em outra localidade. Os sete filhos do casal e um cunhado de Álvaro vivem sem os pais, na casa da família.

Agora, eu tô morando com os meus irmãos. Não posso dizer que eu moro com a minha mãe porque a minha mãe não mora mais aqui. Somos em nove, em oito, nós somos aqui. Daí, tem meu irmãozinho. Com ele, nós somos em nove. O mais novinho, agora, tá morando com a minha mãe. Daí, a minha irmã tá pra lá, daí eu quero trazer a minha irmã, por causa que ela tá lá, mas eu não confio muito que ela tá lá, a mais novinha nossa, minha irmãzinha, ela quer, portanto, vir embora. (Álvaro).

Assis (1999) acredita que a ausência materna ocasiona profunda mágoa entre os jovens que sofreram essa experiência, tendo eles maiores chances de envolvimento com as situações de violência do que os que tiveram a presença da mãe de forma constante em suas vidas. O histórico de ausência materna e paterna de Álvaro e de seus irmãos pode ter influenciado na circunstância dele e do irmão terem se envolvido com delitos e cumprido MSE. A ausência dos pais também ocasiona a falta de cuidados na infância que, para Rolim (2016), pode fazer toda a diferença em produzir condutas futuras de práticas de delitos. “Falta de cuidado, de qualquer maneira, é um dos mais fortes fatores preditores para atos infracionais quando tratamos de fatores de risco na família. Crianças demandam cuidados intensivos e monitoramento permanente” (ROLIM, 2016, p. 89).

A condição de falta de cuidados pode ser experimentada a partir da ausência ou também das situações de violência sofridas, tal como ocorreu na realidade dos jovens entrevistados.

Tiago se envolveu em delito contra o pai e cumpriu MSE de internação. O egresso conta que sofria com as situações de violência por parte do pai, que abusava de álcool. Tiago foi condenado juntamente com a mãe e um amigo, todos pelo mesmo delito, demonstrando como o ambiente estava frágil para oferecer-lhe suporte para lidar com o conflito, a não ser pela via da violência. As situações de violência eram de conhecimento do conselho tutelar. No entanto, não foram objeto de intervenção da rede de atendimento. Apesar de sofrer violências por parte do pai, para Tiago, o ato foi realizado para proteger sua mãe. O jovem carrega a culpa por sua mãe estar presa:

Eu fiz pra defender a minha mãe, tipo, me arrependo do que que eu fiz, mas não me arrependo pelo quê eu fiz, entende? Digamos, eu ainda vou seguir protegendo as pessoas que eu amo da mesma forma, entende? Tipo, espero nunca chegar a esse ponto de novo, entende? Mas naquele momento da minha vida acabou chegando, entende? (Tiago).

Na perspectiva do egresso, seu ato foi errado. Contudo, houve razões que culminaram na prática do delito. Assim, não foi possível que as pessoas e as instituições orientassem, monitorassem e protegessem de forma efetiva, evitando, quem sabe, o trágico desfecho da situação de violência familiar. André foi responsabilizado pelo mesmo delito de Tiago, e seu pai está cumprindo pena. A situação demonstra nova falha do ambiente, nos quesitos suporte e apoio em situações difíceis. O egresso relata que cometeu delito devido a uma crise de ciúmes do pai em relação a mãe, que havia saído de casa e estava com outro companheiro. O jovem conta que o pai lhe influenciou a praticar o crime contra a mãe e o novo companheiro.

Tiago e André, por estarem em situação peculiar de desenvolvimento, deveriam ter sido protegidos das situações de violências. Porém, acabaram se envolvendo nos atos para proteger a mãe, no caso de Tiago, e ajudar ao pai, no caso de André. A mãe de Tiago e o pai de André não conseguiram ver os filhos como sujeitos de necessidades. Assim, apesar de os jovens terem praticado atos de violência, ficam evidentes as situações de violência às quais foram expostos, que implicam, “de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância” (MINAYO, 2001, p. 92).

A entrevista com a egressa Mariana deu-se na residência em que ela vive com a família. A pesquisadora foi recebida pelos pais, irmã e companheira da jovem, que foram muito receptivos ao propósito do estudo. Mariana chegou um pouco depois. Durante a entrevista, relatou seu ponto de vista sobre a situação da família e sobre os desentendimentos que tinham, sempre amparada pelo olhar e escuta afetuosa de seus familiares. Contudo, em determinados

momentos, surgiram choques entre os posicionamentos dela e dos pais. Nesses momentos, a entrevistada manteve firme sua opinião sobre os acontecimentos.

Mariana refere sobre não se sentir compreendida, antes de cumprir medida socioeducativa. Atribui a isso as brigas ocorridas no ambiente familiar:

Ela gritava, então era ali que eu me exaltava, entendeu? Que nem hoje em dia, tô diferente. Vamos supor que eu vou pra algum lugar, minha mãe chega lá conversando normal, totalmente de boa. Agora, chegar gritando, achando que eu fiz alguma coisa de errado, não tá certo. (Mariana).

O processo de entendimento de Mariana com sua família foi construído enquanto cumpria medida socioeducativa, pois, antes, nem ela e nem os pais conseguiam “conversar”. A partir do momento em que as “conversas” foram possíveis, Mariana passou a permanecer mais tempo em casa e se relacionar melhor com os pais.

Melissa, quando cumpriu medida socioeducativa, não era próxima da mãe. A jovem passou por momentos nos quais se viu obrigada a sustentar economicamente a família, porque a mãe estava hospitalizada. A mãe de Melissa faleceu enquanto a jovem estava privada de liberdade. Além das dificuldades pelas quais passou na família nuclear, Melissa relata ter sofrido violência por parte do ex-companheiro, pai de seu filho:

Quando eu tava com ele, antes de descobrir que eu tava grávida, ele me batia, fazia várias outras coisas e, daí, a minha mãe acabou me separando dele. Aí, eu fui morar com meu pai em Tramandaí, quando ele morava lá, e, daí, depois de dois meses que eu tava morando com meu pai, eu descobri que eu tava grávida. Daí, eu vim morar com a minha mãe de novo, em Porto Alegre, e, daí, depois, nunca mais tive contato com ele. E, daí, quando eu tava na FASE, depois que eu saí, eu tive um contato com ele, mas só por telefone, só que nunca meu filho num viu ele, nunca, só falou uma vez com ele por telefone, mas nunca, porque hoje em dia ele vive preso. Vive em presídio. (Melissa).

Atualmente, Melissa tem outro companheiro e não relata situações de violência de gênero na nova relação, na qual parece estar se sentindo bastante amparada em suas necessidades.

Sobre as adversidades que podem surgir quando se tem um familiar envolvido com delitos, Jonatan refere-se ao próprio primo que, para ele, era uma pessoa muito próxima. Ambos foram criados pela mãe de Jonatan, pois o primo sofreu abandono materno. Ocorre que todo o

conflito que gerou o delito no qual Jonatan se envolveu foi causado pelos envolvimento do primo com a violência:

Esse meu primo, ele sempre foi do crime. E, daí, tipo, os caras que se encerraram com ele, ele foi lá e baleou os caras. Aí, ele teve que sair dali. E, daí, os caras se encarnavam em mim, o parente do franjinha, com 12, com pistola. Às vezes, vinha visita na casa da minha mãe e eles davam um tiro pra cima. Ah, os parentes do franjinha vão morrer. (Jonatan).

Jonatan e a família passaram a ser ameaçados, devido as desavenças que o primo tinha na vizinhança, situação que culminou com a saída de sua mãe do bairro e com o delito de Jonatan contra um dos jovens que os ameaçava.

Essas são algumas situações familiares, entre muitas trazidas pelos jovens, que aumentaram o risco de envolvimento com a violência, devido às dificuldades geradas.

Em suas múltiplas formas, a violência é, assim, uma experiência anterior ao crime para quase todos os internos. De alguma maneira, os jovens vivenciaram dinâmicas de agressão física, desrespeito e injustiça entre seus familiares em ambientes de hostilidade e tensionamento prolongados. Não apenas no núcleo familiar, mas nas relações mais amplas com outros parentes, frequentemente conectadas com o abuso de álcool. (ROLIM, 2016, p.170).

Assis (1999) percebeu que entre os jovens que vivenciam violência familiar, os que lidam com as situações de forma crítica conseguem se manter afastados da prática de atos de violência. Assim, não naturalizam a violência e não a reproduzem. Eles apresentam visão mais reflexiva em relação às situações atribuladas que ocorrem no ambiente familiar. Além disso, a capacidade de historicizar as violências que ocorrem no âmbito familiar contribuem para que o jovem consiga lidar com a difícil realidade, procurando modelos e aspectos de identificação mais positivos.

No caso dos jovens participantes da pesquisa, podem-se perceber transformações desde o período em que se envolveram com os delitos, passando pelo período de cumprimento da MSE e o período atual. Hoje, eles têm mais recursos e capacidade para lidar com as situações de violência enfrentadas, estão, conseqüentemente, mais críticos. A capacidade de historicização de momentos violentos e conturbados foi percebida nos relatos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa.

Júlio refere a ausência do pai em sua vida e o fato de ter passado por momentos difíceis, aos 14 anos, quando a avó materna teve câncer no intestino. O jovem cuidou da avó, todos os dias, até o falecimento, momento em que o tio de Júlio, que também residia com a família,

acidentou-se de moto, tendo sequelas graves que perduram até hoje. *“Então a minha rotina era essa, de ficar ali, com a minha vó. Ia até o mercado, voltava, esperava a mãe chegar. Eu não tinha muito clima assim, né. Até porque, aí, depois o meu tio ficou doente também, por causa do acidente de moto. Então, foi uma coisa atrás da outra. (Júlio).*

Após a sucessão de momentos difíceis, com 15 anos, Júlio se envolveu no ato infracional que o trouxe para cumprir medida socioeducativa. O período de reflexão e de amadurecimento no que diz respeito às relações familiares ocorreu, em parte, durante o período em que cumpriu medida socioeducativa. Júlio destaca que pensava muito em sua família, quando privado de liberdade:

A gente fica muito preocupado com a nossa família lá dentro. Se acontecesse alguma coisa de ruim com alguém muito próximo meu, garanto que a minha rotina não ia ser assim hoje em dia, porque, acumula muita coisa de revolta. Então, bah, tô preso e aconteceu alguma coisa com a minha mãe, então garanto que eu não ia ser tão cabeça feita como hoje. Então, a única preocupação era a minha família estar bem e poder estar bem na hora que eu saísse também. (Júlio).

Jonatan, que também demonstra capacidade de narrar sua trajetória, refere sobre a ausência do pai em sua vida e a forma encontrada para suprir essa ausência: *“Meu irmão foi meu pai; que eu não tive pai, eu perdi o meu pai com 3 anos de idade e o meu irmão praticamente me criou. Ele é 3 anos de diferença de mim também, mas tomou a posição, né, de mais velho”*. Para Jonatan, o irmão mais velho é uma referência importante, chegando a ocupar o lugar de pai.

Alex relata as dificuldades familiares percebendo as adversidades pelas quais passou pelo fato de a mãe ter tido muitos filhos e do irmão ter morrido afogado, quando ele próprio tinha 8 anos de idade:

Por a minha mãe ter dez filhos e não poder dar atenção para todos conforme era, conforme é a trajetória da vida, né? E, tipo assim, ela dava, eu vou falar um negócio agora que, com oito anos eu perdi um irmão meu, que ele era Joaquim. Ele era mudo e surdo e eu perdi ele afogado no Guaíba. Quando tu sai, vem vindo pro Marinha ali, vai na prainha que tem ali. Eu perdi ele afogado, eu tinha oito anos e ele tinha nove pra dez. Faz quatorze anos. (Alex).

Alex consegue compreender que, devido ao número de filhos, não conseguia ter muito da atenção da mãe. O jovem reflete sobre o passado para tentar explicar as dificuldades que teve na infância, agravadas a partir da morte do seu irmão.

A estabilidade nos cuidados durante a infância está relacionada à atenção constante, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento, por parte de pelo menos um provedor. Esse adulto deve propiciar a proteção e a segurança da criança. A estabilidade se distingue da qualidade do cuidado oferecido, que se refere à capacidade de o filho encontrar afeição, interesse e consideração em seus pais, ou pelo menos em um dos pais ou de outro provedor substituto. (ASSIS, 1999, p. 48).

Na nossa cultura, muitas vezes as mulheres ficam sobrecarregadas por terem que dar conta sozinhas das necessidades da casa e dos filhos, trabalhando por longas jornadas fora de casa e não conseguem exercer a maternidade de forma plena.

Ainda sobre a história de Alex, o jovem refere que uma situação difícil de falar é sobre a morte do irmão. Afirma que mencionou o fato para poucas pessoas. A pesquisadora seria a décima terceira pessoa para quem ele contava a história, pois sabia exatamente com quem havia compartilhado o ocorrido. O cuidado com que narra a situação demonstra elaboração do trauma vivido no âmbito familiar que, na época, o fez “ficar fraco” e “enlouquecer”:

E, cara, aquilo dali, assim, toda situação que ele faleceu, isso aí, pra mim, me deixou muito fraco, muito fraco, porque ele era o especial da família, porque, tipo assim, já vou dar nas claras, já vou, era o que a minha mãe via, a minha mãe via algo nele que ela não via nos outros. Não que nós, outros, somos inferior, mas ele tinha um toque, um toque diferente. E, daí, Deus levou ele, tirou ele da nossa família. E com, com esse tempo aí, eu enlouqueci, dos meus oito anos até meus dezesseis. (Alex).

A elaboração que Alex tem realizado, através do relato da experiência para interlocutores que cuidadosamente escolhe e guarda na memória, o auxilia a construir uma ponte, oferecendo significado ao que ocorreu, por mais difícil que tenha sido, ligando o passado ao presente e ao futuro.

Alex relata as dificuldades e a transformação de sua relação com a mãe:

Também não tinha uma relação muito aberta com a minha mãe, antes de eu cair na FASE. Eu era muito fechado. Eu sempre amei ela de todas as formas, mas eu era muito fechado por esse acontecimento, de acontecer o que aconteceu, de nós perder nosso ente querido. (Alex).

Percebendo as dificuldades que tinha para demonstrar o afeto que sentia pela mãe, bem como o de sua mãe para com ele, Alex narra o momento de aproximação entre eles, durante o cumprimento da medida socioeducativa:

Primeira vez de visita eu não peguei visita, daí eu peguei e fiquei pensando: ‘Bah, a minha mãe me abandonou mesmo, porque ela sempre falava pra mim que não ia ir me ver’. E, daí, eu peguei, tava lá na FASE, daí o pessoal da FASE chegou em mim e falou: ‘Alex, a tua mãe ela teve aqui, sim, só não pôde entrar, ela deixou tuas coisinhas’. Aí, na hora, eu chorei por ela. Ela não me abandonou mesmo eu tendo meus erros e, tipo assim, a FASE me ensinou. A FASE não me ensinou, eu aprendi a dar valor pra minha mãe, mas aprendi dentro da FASE, isso aí eu tenho que falar. (Alex).

Alex relata suas lembranças sobre o início das manifestações de ações de afeto entre ele e a mãe:

E, primeira visita que eu ganhei da minha mãe, eu abracei a minha mãe. Quando eu estava na rua, eu nunca tinha abraçado a minha mãe. E eu peguei e abracei a minha mãe assim. Ela pegou e falou: ‘meu filhinho, ah! Não sei o quê’. E eu, bah, abracei ela assim, não saía de perto dela assim, coisas que, coisas que na rua eu não ... bah! Não tava nem aí, não tava nem aí. (Alex).

As mudanças nas relações familiares de Alex foram aos poucos agregando aspectos de coesão, adaptabilidade e comunicabilidade que são condições determinantes para a qualidade das relações familiares (ASSIS, 1999).

A partir das trajetórias dos jovens, percebe-se que “a vida não é experienciada como uma série ordenada cronologicamente de eventos. Mas, através da construção e reconstrução da narrativa, os indivíduos são capazes de, ativa e retrospectivamente, impor alguma ordem, alguma inteligibilidade aos eventos” (BASTOS; REIS; RABINOVICH, 2010, p.222). O processo de compreensão em relação ao que passou provocando traumas mostra-se fundamental para que os jovens possam elaborá-los, não recaindo na repetição do sofrimento vivido.

Sobre a motivação para desencadear mudanças, destacam-se, inicialmente, os laços envolvendo as mães dos jovens. Na família dos egressos, “os relatos afetuosos são mais frequentes com relação às mães, normalmente mencionadas com grande respeito” (ROLIM, 2016, p. 167). A mãe de Tiago encontra-se presa há, aproximadamente, cinco anos. Ele quase não tem contato com ela. À data da entrevista, fazia um ano que Tiago não conseguia visitá-la

no presídio, devido às suas dificuldades econômicas, pois reside longe de Porto Alegre, local onde a mãe encontra-se reclusa.

No momento, o jovem está desempregado, tentando se profissionalizar como tatuador, e o custo de deslocamento até a capital é muito alto para ele. Apesar do afastamento físico e da situação difícil vivenciada com a mãe presa, o laço afetivo permanece e constitui-se como a principal referência familiar de Tiago. *“Meu objetivo total é dar orgulho para minha mãe, minha mãe me criou muito bem, eu sei disso, então, o mínimo que eu posso fazer é dar orgulho para ela e é o que o cara tá tentando, basicamente isto”*.

Desta forma, Tiago refere a sua motivação para seguir não se envolvendo mais em delitos, continuar estudando e tentando conseguir uma oportunidade efetiva de entrada no mercado de trabalho.

Jonatan não reside com a mãe, considera-se vivendo de forma independente, mas permanece mantendo vínculo com ela, sua referência: *“resumindo em tudo porque eu não voltei a praticar nada, cem por cento por causa da minha mãe”*. Júlio reside com a mãe e refere-se a ela da seguinte maneira: *“eu e minha mãe, a gente é muito parceiro um do outro. Desde antes, a gente já confiava um no outro, agora, mais ainda, né? Depois, o valor ficou dobrado, depois que eu saí”*.

Apesar de a mãe ser frequentemente destacada como uma pessoa importante pela qual os egressos nutrem afeto, outros familiares também são mencionados, como no caso de Melissa, que aborda o afeto que nutre pelos irmãos. A jovem manifesta ter uma vontade muito grande de reunir os irmãos menores, por parte de mãe, novamente. Eles foram morar cada um com um familiar dos seus pais, após o falecimento da mãe. Melissa relata que tomou a decisão de mudar e deixar de se envolver com a violência para tentar reunir os irmãos:

Foi lá dentro. Por causa que, eu sabia que, no fim até hoje, eu quero reunir todos os meus irmãos, juntos de novo, junto comigo. Só que, pra isso, eu tenho que tá trabalhando, tenho que tá recebendo bem pra poder alugar uma casa ou, enfim, comprar uma casa e pra ter todos os meus irmãos juntos de novo, porque eles se separaram, assim, muito rápido. Que nem, faz, desde quando eu entrei, desde quando eu saí, nunca mais consegui ver o meu irmãozinho. Ele mora lá em Charqueadas com a vó dele, então, pra mim, é difícil ir até lá, tipo, e voltar no mesmo dia, ou dormir e voltar. E, quando, aí, foi aí que eu decidi reunir todo mundo e eu não quis mais, porque eu sabia, ou eu voltava de novo, que no caso eu ia pra um presídio, que eu já completei dezoito anos lá dentro, ou eu ia pra outro lugar. (Melissa).

Nas histórias trazidas pelos jovens, a família surge, inicialmente, como um fator que traz determinado risco de envolvimento com a violência, devido aos conflitos, às ausências e às situações de risco promovidas pelo ambiente familiar. Entretanto, com o passar do tempo,

[...] é crucial ver a família como um sujeito coletivo, com seus processos internos de mediação e diferenciação e seu potencial assimétrico para poder e acesso a recursos. Os recursos disponíveis determinam se uma estratégia é possível, na medida em que eles fornecem ou permitem comportamentos alternativos. Recursos não são apenas aqueles corporificados nos assim chamados recursos materiais, isto é, renda, serviços, bens de consumo, redes de relações. São, por natureza, também culturais e simbólicos (BASTOS; REIS; RABINOVICH, 2010, p.202).

Sendo assim, o acesso a diferentes recursos, pela família, transformou situações que eram de risco em protetoras, recuperando o propósito principal de sua existência. As narrativas dos jovens constituem-se em recordações das diferenças vivenciadas entre as situações em que a relação familiar oferecia risco e oferecia proteção. A maior proteção é vivida no momento atual, no qual referem ter se afastado de práticas de atos violentos.

É também porque são diferentes que as lembranças evocam umas às outras – não sendo assim, a série deixaria de se completar e se romperia a cada instante” [...]“Pode-se dizer que o que rompe a continuidade da minha vida consciente e individual é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida” (HALBWACHS, 2003, p. 120-121).

Com as transformações ocorridas na relação, a família não deixou de ter a função de proteção para ajudar aos jovens egressos a não se envolverem mais em atos de violência. Conforme refere Feltran, percebe-se que “as drogas, a violência e o crime apresentam-se para a família, abordam-na, e é nas redes de solidariedade familiar que se lida com eles. A família muda, mas segue sendo o centro da representação da segurança individual” (FELTRAN, 2011, p.114).

Compreender as fragilidades dos grupos familiares, construindo sua historicidade, reconhecendo o sofrimento e a dor vivenciada por eles, somente é possível através de trocas com interlocutores internos e externos à família nuclear e extensa. É importante a existência de compartilhamento de experiências difíceis com uma rede de apoio. Assim, a dor não permanece como impressão puramente pessoal e singular, pois “parece que transferimos parte de seu peso para os outros, que nos ajudam a suportá-la (HALBWACHS, 2003, p. 123). As relações afetivas familiares referidas pelos jovens egressos, neste estudo, são evidências de motivação para o distanciamento dos atos de violência.

7.2 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES FAMILIARES, DURANTE O CUMPRIMENTO DA MSE

Para os jovens egressos entrevistados, o período do cumprimento da MSE de internação foi importante para refletir, fortalecer e transformar a relação com a família. Essa constatação apresenta-se como um paradoxo, pois, na internação, os contatos familiares são bastante restritos e perpassados por regramentos institucionais, o que tende a provocar a fragilização dos vínculos. Porém, para os entrevistados, a situação de privação de liberdade tornou-se crucial para validar os laços com a família.

As visitas aos adolescentes são direitos dos internos que têm por objetivo preservar e fortalecer os vínculos entre eles e as respectivas famílias. Os encontros presenciais ocorrem por, pelo menos, dois dias, para visitas semanais; e algumas unidades ofertam, ainda, o contato telefônico semanal. Durante a visita, conforme relatado pelos jovens, existem momentos importantes de demonstração de afeto e preocupação entre si e a família. A experiência de Alex, que afirma ter sido durante a internação que aprendeu a dar valor para a mãe, abraçando-a pela primeira vez, ou a de Júlio, que se preocupava com a segurança da família quando interno, ilustram a aproximação entre os jovens e o grupo familiar.

Verifica-se que a reflexão dos familiares sobre o elemento do ato infracional do entrevistado, o envolvimento com a violência e as consequências, é um fator que aproxima e transforma as relações entre os membros do grupo. A crise instaurada põe à prova a relação familiar. Os egressos relatam sentimentos de tristeza por terem decepcionado os familiares e contrariado as expectativas da família em relação a eles. Até o período anterior ao da internação, o envolvimento dos jovens com a violência era gerido nos âmbitos familiar e comunitário. A institucionalização marca a intervenção de fora desse contexto, dando visibilidade maior a conflitos diversos, inclusive familiares.

Há relatos, entre os entrevistados, sobre não se sentirem merecedores das visitas dos familiares na instituição, orientando-os a não comparecerem:

Toda semana, uma vez por semana, a gente tinha direito a uma ligação, né? E, no início, eu falava para minha vó, assim, né, 'eu não quero te ver aqui dentro, eu não te quero aqui dentro, não vem, não vem, só manda as minhas roupas, mas não vem'. E ela assim: 'não, tá tudo bem'. (Maísa).

Maísa não queria decepcionar a avó, não queria que ela passasse pela experiência de vê-la privada de liberdade. A jovem demonstra, assim, preocupação com a avó, assumindo a

responsabilidade pelo ocorrido e manifestando o desejo de que a familiar não passasse por aquela situação junto com ela. Da mesma forma, Melissa relata que, devido às dificuldades familiares no início da internação, não recebeu visitas. A jovem explica que, para ela, não havia problema, pois a responsabilidade por sua situação era exclusivamente dela: “*o primeiro mês eu fiquei sem nenhuma visita, porque ninguém foi, era muito difícil alguém ir, mas, igual, eu não tenho o que reclamar, porque eles não tem culpa por eu ter ido, né?*” Após os momentos iniciais, quando as jovens cogitaram a possibilidade de não receberem visitas das famílias, o grupo se reorganiza frente à situação e passa a comparecer à instituição.

Os momentos de visita são bases para afirmação e renovação do afeto e do acolhimento familiar. Eles traduzem-se na aceitação do novo contexto, por parte da família e do jovem, mesmo diante da necessidade do reconhecimento das possíveis falhas do núcleo familiar. “Na família, o indivíduo é capaz de ser aceito como é e aceitar o outro [...] Na família, existe espaço para que cada um se mostre tal como é. Esta acolhida possibilita o desenvolvimento do indivíduo [...] Somente a acolhida gratuita do outro desenvolve plenamente o indivíduo” (CODOÑER, 2018, p. 25, tradução nossa). O processo de acolhida mostra-se fundamental para que os membros consigam seguir adiante e, como grupo familiar, superar as dificuldades.

O relato de Vinícius mostra um pouco do processo de apoio que recebe da mãe e a aceitação das falhas existentes, por parte dele e dela:

Principal pessoa que me ajudou foi a minha mãe. Meu pai, que nem eu te falei, foi uma vez só me visitar. Todo esse tempo que eu fiquei lá, foi só uma vez, que foi meio que no final, assim, quando eu tava quase saindo, por causa que ele tinha ficado um pouco bravo comigo, né? Agora, minha mãe já não, minha mãe sempre teve lá, todas visitas ela tava lá. (Vinícius).

Vinícius relata que era chamado de “*playboy de visita*” pelos jovens que cumpriam MSE com ele. Essa expressão, segundo afirma, é usada quando alguém tem a oportunidade de receber visita em todos os dias de visita familiar. O jovem explica que sua mãe sempre o ajudou e que comparecia em todas as oportunidades de visita familiar. Por isso, sua condição destacava-se frente a dos demais jovens que cumpriam medida socioeducativa.

O egresso, mesmo reconhecendo o valor da figura materna em sua vida, aponta algumas críticas sobre a mãe:

Ela é uma pessoa que apronta muito, sabe? Mas, mas não tem. Ela está sempre me ajudando também. Já me aprontou muito já, né? A minha mãe, quando ela saiu do morro lá, que nem eu te falei. No caso, ela

saiu por causa que meu padrasto, na época eu até não sabia muito bem, mas meu padrasto ele era traficante lá, eu não sabia. Aí, ela pegou e foi embora por causa que ele ficou devendo e foi corrido, entendeu? Aí, ela foi embora junto com ele, ela gostava dele e tal, ela deixou a gente ali, né? Isso aí foi um erro fatal dela, né? (Vinícius).

Vinícius desenvolve uma reflexão sobre sua relação com a mãe, ressaltando momentos importantes em que ela o ajudou e situações em que se viu desamparado por ela. Perceber as nuances no vínculo com a mãe o ajuda a compreender como enfrentar as adversidades que surgem em sua vida, mantendo-se afastado de novos envolvimento com delitos.

Renato lembra o quanto foi difícil para seus pais o visitarem no CASE NH, enquanto cumpria medida socioeducativa. A reaproximação entre eles ocorreu permeada por muita dor, pois os pais estavam decepcionados pelo envolvimento do jovem com delitos:

Ele (pai) ficou bem sentido mesmo, até mais que minha mãe. A mãe ficou magoada, meu pai ficou bem sentido mesmo. A mãe também ficou, ela ficou quase nove meses sem me ver. E, quando ela foi me ver, ela não me deu um abraço, não me deu beijo nem nada. Primeiro ela perguntou: ‘E, aí? Tu te arrependeu?’; pra depois me abraçar, pra depois perguntar como é que eu tava. Primeiro, ela me deu um castigo bem dado. (Renato).

No processo de estar ao lado do jovem que se envolveu em situação de violência, as famílias vivem circunstâncias altamente desgastantes e constrangedoras, tendo que ir a delegacias, a audiências e passando por entrevistas institucionais, na tentativa de preservar os direitos legítimos dos jovens (EVANGELISTA, 2011). Ainda que haja participação importante de avós, pais, irmãos e outros familiares, a mãe é a pessoa indicada pela maioria como sendo aquela que está do lado deles: “é a mãe que o faz com muita abnegação, sacrifício, renúncia, afetividade e doses de frustração, o que, de certa forma, ajuda o jovem a sentir-se um pouco mais seguro, e lhe dá um grau maior de confiança e credibilidade em relação a sua genitora” (EVANGELISTA, 2011, p. 129). O acompanhamento familiar do processo de mudança no jovem proporciona segurança, confiança, empatia e desenvolvimento de novas habilidades, tal como a de pensar em outro projeto para suas ações, na medida que compreende que os planos são sempre construídos na relação com os outros.

Conforme já mencionado, o cumprimento da MSE de internação é um momento de privação da liberdade que causa restrições à relação entre o jovem e seus familiares. Observa-se que, para os entrevistados, foi nesse momento de fragilização dos contatos que ocorreram transformações nas relações que contribuíram para a decisão deles de não mais se envolverem

em delitos. No caso dos egressos participantes deste estudo, houve um movimento recíproco que partiu tanto deles em relação aos familiares quanto dos familiares em relação a eles.

O contato com a família é mediado pela instituição, que delimita previamente dias e horários em que é possível receber visita e realizar ligações. Além disso, os familiares passam por entrevista com a equipe técnica, antes de visitarem os jovens. As entrevistas podem ser protocolares ou, ao contrário, serem momentos de apoio e um recurso de acompanhamento psicossocial oferecido pela instituição ao grupo familiar. A partir disso, trata-se de um momento em que jovem e a família passam a se verem, assim como a seus conflitos, a partir de outras perspectivas. Para Maísa, sua família ter enfrentado toda essa situação para estar com ela foi uma forma dela perceber o quanto seus vínculos familiares eram significativos:

Minha família nunca me abandonou. Era chuva, era sol, era meu pai, se meu pai não podia, minha mãe estava lá. Se minha mãe não podia, meu pai estava lá. Minhas irmãs também, tavam tudo lá. Eu acho que, quando a gente caiu, mobilizou toda família, pois toda família foi lá e se cadastra, fala com a assistente social, com psicóloga. Até meu tio que morava com nós, e hoje está morando em Santa Catarina, foi me ver. Foi uma vez, mas foi me ver. (Maísa).

Maísa cumpriu MSE com sua irmã, que se envolveu no mesmo delito que ela. A jovem manifesta sentir culpa pelo fato de a irmã estar nessa situação, pois ela sofre muito no ambiente de internação:

Me culpo muito por, por a minha irmã ter caído junto comigo, porque ela não fez nada, só ficou ali olhando, mas as câmeras pegaram ela. Então, e até hoje ela tem, como é que se diz, receio. Ela, até hoje ela, ela sofre de, como é que se diz, caso psicológico, assim, sabe? (Maísa).

Maísa demonstra maior elaboração e reflexão em relação aos seus atos, que trouxeram consequências para ela e situações difíceis que envolveram toda a sua família. A jovem conta, hoje, com um estoque de conhecimento que foi adquirido mediante a experiência difícil e uma história particular que “serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que virão” (SCHUTZ, 1979, p. 74). Assim, a egressa valoriza e relata com alegria que sua irmã também não se envolveu mais com delitos, após o cumprimento da medida socioeducativa, e que ela atualmente está gestante.

Maísa estava gestante da filha Larissa, quando praticou o delito e iniciou o cumprimento da medida socioeducativa. Ela lembra como um dos melhores momentos que passou na instituição a mobilização de sua família para lhe visitar. Maísa também refere lembranças boas na instituição, quando recorda o quanto sua filha foi bem cuidada naquele espaço:

Aí, teve um dia da visita, eu nem sabia. Desci, desceu eu, eles chamavam a gente as irmãs Santos, né? Aí, desceu eu e a minha irmã. Quando vê, gritaram assim: visita para as Santos. Aí, eu peguei a Larissa, encontrei a minha irmã no corredor e a gente desceu. Minha irmã pegou a Larissa no colo, daí a gente desceu. Aí, quando a gente foi ver, tava minha vó, meu pai, minha mãe, minha irmã, minha irmãzinha de 5 anos, que na época tinha uns quatro, uns três, quatro, minha outra irmã e mais um sobrinho. Aí, foi uma “choraçada” só. Eu, meu Deus, aí, eu vi que a gente tinha mobilizado. Toda semana ia uma pessoa diferente. Minha tia, que a gente não se dava muito bem, até hoje ela fala: ‘tu não me inventa de fazer coisa errada tá, meu único dia de folga é domingo e eu não quero tá usando de novo’. Aí, tem lembranças boas, tem lembranças ruins, mas eu só tenho a agradecer por lá dentro, eles não deixaram faltar nada para minha filha. (Maísa).

Receber ou não visitas, bem como quem realiza visitas e quem não realiza aos jovens, tornam-se balizas importantes para a construção de outras formas de relação familiares. Os relatos trazidos pelos jovens consistem também no que Cordeiro (2010) observou sobre o dia de visita como sendo o momento mais significativo na rotina dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. “O apego aos familiares tem duplo significado. De um lado, são as pessoas que no aspecto emocional e material mais os ajudam a cumprirem suas medidas; de outro, representam o elo com o mundo exterior trazendo notícias sobre a comunidade, amigos e outros familiares” (CORDEIRO, 2010, p. 59).

Os aspectos emocionais e materiais são demonstrados nas experiências referidas pelos jovens, nas quais sentem-se acolhidos e amparados. Além disso, devido à situação de privação de liberdade, o contato com o mundo externo à instituição torna-se algo muito almejado entre eles, que a partir das visitas podem se sentir parte de uma família e de uma comunidade. O relato de Mariana em relação às visitas demonstra a valorização do afeto familiar:

O pai, ele foi me visitar. E eu caí na sexta, ele foi na quarta-feira e ele não tinha dinheiro, nada de dinheiro. E, aí foi que ele pediu pra minha vó, e a vó deu pra ele a passagem. Pagou pra ele a passagem e deu dinheiro pra ele almoçar, lá. E esse dinheiro do almoço dele, ele comprou uma Coca e uma barra de chocolate pra mim, tu entende? Ele levou lá, e eu não sabia. Depois que eu saí, a minha vó me contou que ele deixou de almoçar, deixou de comer qualquer coisa durante o dia pra poder comprar a Coca e a barra pra mim. Sabe? Então, é bastante, a gente valoriza bastante. (Mariana).

As ações realizadas pelo pai de Mariana para ter contato com a filha e trazer-lhe um pouco de conforto no momento difícil da internação, e a percepção dela sobre isso, fizeram com que os laços familiares se sedimentassem, entrando em outro patamar: a valorização das

relações familiares. Trata-se também de um estoque de conhecimento que agora faz parte da memória, “que serve como código de interpretação da experiência atual em curso” (SCHUTZ, 1979, p. 74).

Percebe-se que o momento do cumprimento da medida de internação também é um momento no qual os conflitos que dizem respeito ao contexto familiar inevitavelmente vêm à tona, e cada um que faz parte do grupo familiar sente-se convocado para fazer a sua parte. “Uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente” (SIMMEL, 1983, p. 154). De acordo com o relato dos jovens egressos, o contexto de conflito serviu para aproximação dos membros familiares; existiu uma união com o propósito de que o jovem pudesse não mais se envolver em situações de violência e não recorresse em nova situação de privação de liberdade.

O vínculo entre os familiares possibilita a transformação de cada um e o afastamento das situações de violência. Jonatan relata que se envolveu em uma ocorrência disciplinar na instituição, sendo encaminhado para cumprimento de medida disciplinar na chamada unidade de atendimento especial, ou isolamento. Durante o período em isolamento, recebeu a visita de sua mãe, momento em que ela se deparou com as consequências da atitude errada do filho. Para o jovem, esse foi um momento de decisão e de mudança em relação aos próprios projetos futuros:

O dia que eu me isolei, minha mãe foi lá. Eu olhei pra minha mãe, a dor no coração dela eu consegui enxergar, entendeu? Assim que eu senti de ela não poder entrar com salgadinho, entendeu? Doce, tipo, e eu: ‘bala não pode, por causa de mim’; e aí, ela: ‘acho que é meia hora menos de visita, né?’ Bah, ficou uma hora comigo e ela foi embora. Tipo, eu não pedi para ela vir na quarta-feira, e eu ia pegar a visita só no domingo, ainda que eu não pegava no sábado, só no domingo. Tipo, eu não pedi para ela vir na quarta-feira eu, pegava visita só no domingo, não pegava no sábado, pegava no domingo primeiro. Era no sábado antigamente, não sei se é ainda. E eu sei que eu pegava no domingo. Daí, que era mais tranquilo para mãe. E, bah, eu botei na minha cabeça: ‘quando eu sair daqui, não posso cometer a merda, não posso’. Fiz coisa errada, quando eu saí de lá? Fiz, mas, tipo, bah, na consciência, né, com consciência. (Jonatan).

Júlio lembra que, enquanto cumpria medida socioeducativa, pensava muito em sua família. A mãe de Júlio o visitou durante o cumprimento da medida e estava gestante naquele período. Mesmo assim, nunca deixou de o acompanhar através de visitas, levando, inclusive, seu irmão recém-nascido para a instituição, para não deixar de faltar aos encontros.

Essas eram as únicas coisas que eu tinha em mente: lá, eu queria cuidar muito mais da minha família, eu pensava que, quando eu saísse, eu ia ter que botar em mente, porque todo o tempo que eu tô perdendo longe da minha mãe. Minha mãe estava grávida e tudo, né, muita coisa que eu perdi. Mas que eu colocava na minha cabeça, cada vez que eu tem que fazer o dobro, quando eu saísse dali, até sendo o homem da casa, né, porque eu não moro com o meu pai nem nada. Então, eu ia ter que assumir uma responsabilidade grande, e foi mais ou menos, tá indo né? (Júlio).

O acolhimento familiar mostrou-se muito importante para jovens que cumpriram MSE e que não se envolveram mais em delitos, após o desligamento institucional. A família como um grupo que pode auxiliar o jovem a ressignificar a sua história, a partir das interações em diferentes momentos, apesar das atitudes de seus membros, também pode ser notado no relato de Jonatan: *“daí minha mãe queria que tipo: “bah, tu fez a cagada, tu partiu meu coração, mas cumpre. Entendeu? Bah, até hoje, o peso que eu carrego comigo até hoje é o maior de todos, eu acho”*. O jovem compreende que contrariou as expectativas familiares, quando se envolveu no delito. Está em busca de retomar seu lugar na família, tentando viabilizar um projeto em que não torne a se envolver com a violência. “[...] a família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família” (SARTI, 2004 p.17).

Os jovens, através de processos reflexivos, percebem que têm ocupado diferentes lugares no próprio percurso. Já a família, inclusive para os adultos, continua tendo a função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de permanente elaboração das experiências vividas (SARTI, 2004, p 17). Os egressos contam com a elaboração constante como suporte para o desenvolvimento de projetos, construídos de acordo com suas histórias. Percebe-se que eles elaboram projetos singulares e coletivos, construídos a partir da perspectiva de suas famílias de origem e também das que foram formando com o passar do tempo, e que já são resultado de ações projetadas.

7.3 O ATO DE CUIDAR

Neste subitem, avança-se no tempo e analisa-se o que ocorreu nas relações familiares dos jovens, do cumprimento da MSE até os dias atuais. As observações sobre as relações neste período são importantes, pois percebe-se que as transformações ocorrem de forma processual e não estão restritas a um momento específico. Além disso, considerar o que ocorreu após a MSE,

e ocorre até os dias atuais, é importante para este estudo, já que ele não está restrito ao momento da MSE, estendendo-se à trajetória do jovem, ao longo do tempo. Nessa direção, percebe-se que um passo importante para que os jovens sedimentem novos projetos são as práticas de cuidar de seus familiares, ações capazes de embasar mudanças positivas.

A história de José é bastante surpreendente nesse sentido, pois ele passou por muitas situações difíceis, após cumprir medida socioeducativa. As adversidades foram superadas, ressignificadas, assim como posta em prática a capacidade do jovem de cuidar de sua família. Durante o cumprimento da MSE no CASE NH e na semiliberdade, José sempre teve o apoio e a presença do pai, da mãe e da irmã mais velha por parte de mãe, que lhe acompanhavam de forma efetiva. O entrevistado cumpriu MSE dos 15 aos 17 anos. Aproximadamente dois anos depois de sua saída da instituição, quando contava com 19 anos, sofreu grave acidente de moto, juntamente com o pai, ambos em risco de morte. José refere que ele e o pai passaram bastante tempo hospitalizados, e que colocou “pinos na coluna”. Já o pai, não se recuperou da lesão que também teve na coluna; tornou-se cadeirante. O jovem afirma cuidar do pai, desde então, pois ele perdeu a autonomia para viver.

Sobre as dificuldades enfrentadas com o pai, o egresso relembra: *“Deus o livre, nossa! A gente morava no terceiro andar ali, e eu, com meus pinos na coluna, só tinha eu que descia com ele os três andar, subia os três andar. A mãe me ajudando, caduca já, nem sabia mais, de tanto papel, papel”*. (José). O entrevistado explica da necessidade de o pai ser carregado para descer e subir as escadas do prédio. Além disso, José teve que aprender sobre os “papéis” que eram referentes aos cuidados de saúde com o pai, como atendimentos, exames e medicação ou encaminhamento de benefícios, entre outros, que aos poucos foram fazendo com que ele assumisse a administração da casa e da família. A mãe o auxiliou por, aproximadamente, um ano após o acidente, até vir a falecer, quando o jovem estava com 20 anos de idade. A partir daí, ele teve que lidar com a perda da mãe e com a situação difícil de saúde do pai. Sobre o falecimento da mãe, explica:

Tava com depressão, aí a imunidade dela baixou. Às vezes, ia para a parada e não se lembrava onde tava, não lembrava que ônibus tinha que pegar. Só que eu, acho que era muito novo, não tinha noção, não sabia os caminhos pra ajudar ela. Daí, hoje eu sei, né, mas naquela época eu não sabia, daí eu tinha que, ‘bah, mãe, tem que procurar um médico’, falava, né? Mas, daí, foi, foi, foi, se esgotou assim. Daí, daí ela pegou uma bactéria, acho que uma meningite, uma coisa assim, daí deu. (José).

Com o falecimento da mãe, José se viu tendo que se responsabilizar pelos cuidados do pai, conforme explica: “*aí a mãe faleceu, né. Daí, tive que cuidar do pai. Daí, daí fiquei desempregado mais um tempo. Aí, depois, eu já não tava aguentando mais, né?*” (José). O jovem relata que durante o período de dificuldade e tristeza pensou em retornar ao uso de drogas, momento em que decidiu procurar atendimento junto ao CAPS, que faz parte da rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde, no município de São Leopoldo. Com o acompanhamento encontrado no CAPS, conseguiu se fortalecer e seguir cuidando de seu pai.

Ficava com o pai direto, né, dia de semana. Final de semana, tinha umas escala, final de semana, com as tias dele, pra me dar uma folga, mas, bah, já não tava dando mais conta. Assim, daí, eu procurei eles, avisei minha irmã, ela disse, ‘vai tranquilo, se tu acha que não tá legal, vai procura, a mana te ajuda’. Aí, eu ia conversar com elas, eu tinha um objetivo, era conseguir serviço e deixar alguém cuidando do pai, pra mim sair um pouco fora, né. Só em casa, acordava de manhã 8 horas, já tinha que trocar fralda e comida. (José).

José relata que o acompanhamento foi muito importante para ele e que continuou indo no CAPS, até atingir o objetivo de melhorar, não ter mais vontade de recair no uso de drogas, e arrumar trabalho para contratar alguém para ajudá-lo a cuidar do pai. O jovem consegue descrever uma série de conquistas por cuidar do pai e por supri-lo em todas as suas necessidades:

Eu tenho que ver mais o pai ainda, né, eu sou as pernas dele, né. O pai é só celular, cadeira de rodas, cama. Daí, tem que dar umas puxada nele: ‘ó, isso daqui dá pra fazer, faz’. Eu tô sempre dando umas puxadas nele, se não ele só fica naquele celular agora, né, o passatempo dele. (José).

São diversas as formas de cuidado que José presta ao pai: assegura a atenção efetiva, a saúde, a rotina em casa e a administração das despesas. Chama a atenção o quanto as ações do egresso em relação ao pai aproximam-se do que se pode compreender como “care” ou “cuidado”.

A partir de estudos internacionais sobre o “care”, Hirata e Guimarães (2012) traduzem o termo para o português, que nesse contexto significa cuidado, solicitude e atenção ao outro. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do “care”. A dimensão do cuidado torna-se “relevante para se pensar o parentesco, não como dado, mas como algo feito através de práticas cotidianas que envolvem comensalidade, responsabilização

e reciprocidades e que está diretamente relacionado a contextos econômicos, políticos e sociais” (FINAMORI; FERREIRA, 2018, p.23).

José recebeu (da família e no CAPS) e ofereceu cuidado nesse processo. As ações de cuidado são geralmente associadas como “um domínio intrinsecamente feminino” (FINAMORI; FERREIRA, 2018, p.27). O jovem contraria a tendência, deixando prevalecer sua relação de afeto para com seu pai e sua família sobre os padrões sociais do gênero masculino. Assim, percebe-se que, na medida em que vivenciou o processo de mudanças e ressignificou as experiências, José conseguiu construir uma história singular e se diferenciar de tendências pré-estabelecidas.

De acordo com Simmel (1986), a família oferece a base para que o indivíduo consiga diferenciar-se e elaborar uma maneira de ser própria. José refere, em muitos momentos da entrevista, que foi em busca de conseguir trabalho para garantir seu sustento e o sustento da família, entendendo esse projeto como fundamental para o não retorno aos delitos.

É porque tu acaba não tendo mais tempo pra pensar nisso, né, daí tu tá estudando, tá trabalhando, daí não tem mais tempo pra pensar naquilo, porque daí tu tá ocupado, né? O importante é estar ocupado, daí tu não pensa nas coisas ruins, né? Aí, tu vai lá para o serviço, fica o dia inteiro. Às vezes, tinha que estudar de noite. Pegava o trem em Novo Hamburgo e descia em Porto Alegre, chegava de noite, descansava, não tinha nem tempo pra pensar em coisa ruim assim, mas o bom é estar ocupado, alguma coisa boa. (José).

Enquanto cumpriu medida socioeducativa, José foi acompanhado de forma bastante próxima por seus familiares, que cuidaram dele nos momentos de fragilidade. Atualmente, ele tem conseguido retribuir os cuidados aos seus familiares. Assim, o vínculo familiar vai sendo confirmado, fortalecido e transformado, na medida em que são vivenciadas as relações de cuidado entre os egressos e as pessoas que são importantes para eles. A capacidade de retribuir os cuidados recebidos, e também de ser considerado uma pessoa que cuida de outras, torna-se um fator protetivo para o não envolvimento dos jovens com a violência. É necessário ter recebido cuidados antes e ter recursos, oportunidades e apoio para conseguir ocupar lugar e desempenhar o papel de quem cuida.

José compartilha sua rotina de cuidados com o pai que, até hoje, precisa de diversos tipos de cuidados devido à frágil situação de saúde:

O pai também dá muito imprevisto. ‘Vira e mexe’, aparece uma infecção urinária: tem que ir pro hospital, ou, às vezes, não vem fralda

do Estado, aí tem que comprar e é tudo caro esses negócios de cadeirante. Bah, como eles cobram caro. Daí, tem que ter sempre um tanto, ter uma reserva, mas sempre dá certo pra pagar tudo as contas. (José).

José relata que deixou de ir ao acompanhamento no Caps, quando avaliou que conseguiria seguir sem esse recurso: “*eu fui lá e falei: ‘olha, hoje vai ser meu último dia, porque eu consegui serviço’.* ‘*Ah, que bom, fico feliz, que bom José, o dia que precisar, pode voltar aí e conversar com nós’.* O jovem diz que recebe apoio da irmã mais velha, juntamente com o cunhado. Ela está sempre presente, auxiliando nos momentos em que necessita. É uma “mãezona”, afirma o egresso. Para ele, uma de suas principais conquistas foi o nascimento da filha, Camila. No momento da entrevista, a criança havia completado 3 anos de idade. Camila, nesse contexto, é uma nova oportunidade para o exercício da relação de cuidado com o outro.

O vínculo dos jovens entrevistados com seus filhos parece muito significativo, sendo que a maioria se ocupa do cuidado com eles diariamente, pois vivem juntos. Quando referem sobre a experiência de serem mães e pais, enfatizam-na com orgulho, como algo que os torna ainda mais responsáveis por não reincidir em delito, conforme refere Maísa, que ingressou na instituição gestante. A criança, Larissa, nasceu enquanto a jovem ainda estava privada de liberdade.

Vou te dizer bem a verdade, assim, o que contribuiu foi a minha filha, que hoje eu paro para pensar, antes de fazer as coisas. Antes não era assim, vou fazer, vou fazer, fui. Hoje, não: paro e lembro, tem a Larissa, não dá para ir muito no impulso. Se não fosse ela, eu já estaria em outros mundos já, já teria voltado há muito tempo. (Maísa).

José conta com orgulho que fez uma festa bonita para a filha, quando ela completou três anos, uma semana antes da realização da entrevista com ele. O jovem relata que ter constituído sua própria família, com companheira e filha, o ajudou muito a não voltar e se envolver com delitos. Refere que fica mais por casa, não tem vontade de sair e não precisa gastar dinheiro.

Durante a entrevista na casa de Júlio, seu filho estava presente. O egresso contou que é separado da mãe da criança e que o filho mora com ele. Na casa, vivem também a mãe, o irmão menor e o tio de Júlio. Conforme afirma o entrevistado, a criança deu um rumo para sua vida:

Eu não tinha nada com nada na cabeça. Tipo, não sabia se eu ia querer estudar ou o que eu ia querer de profissão. Não tinha nada formado, sabe? Bem dizer, eu não tinha nada planejado, assim, na minha vida, sabe? Não saberia falar o que ia acontecer dali para frente. Bem

diferente de hoje em dia, que já tenho filho, já tenho emprego, já tenho tudo. Já tenho em mente um rumo, assim certo sabe? (Henrique).

Para Júlio, o nascimento do filho ajudou a dar um “rumo” para sua vida. Toda relação, inclusive as que se estabelecem entre pais e filhos, não é somente um impedimento, mas é fundamentalmente um recurso, tornando-se um mundo de possibilidades que se abre para maior e melhor interação com os outros, com a realidade circundante e consigo mesmo (CODONER, 2018, tradução nossa). Há uma mudança do lugar do jovem na família, que passa a ser também pai ou mãe de alguém e ter que corresponder a essa nova demanda.

Os egressos relatam a abertura para uma vida mais responsável, na qual sentem que uma outra pessoa depende do cuidado e do comportamento deles para se desenvolver:

No dia das mães, eu ia sair de noite. E foi quando ela começou a ter febre. Eu pensei assim: ‘não, minha filha está com febre, eu não vou tirar um pé daqui de dentro’. Aí, eu peguei e cancelei tudo. Eu pensei assim: ‘não, a minha filha está doente, não vou sair de casa, só vou sair de casa quando ela melhorar’. Aí, eu fiquei o tempo todo ali. Fiquei, eu acho que, uns quatro dias sem dormir, mas fiquei. (Máisa).

Jonatan manifesta desapontamento, por não poder se relacionar com maior frequência com o filho. Segundo ele, a mãe da criança só o deixa vê-lo de 15 em 15 dias, porém gostaria de tê-lo mais presente em sua vida. O jovem revela seus planos futuros, a fim de resolver a situação de afastamento entre ele e o menino: “*mas, tipo, o meu pensamento hoje, hoje não sei o dia de amanhã, é me separar (da atual companheira) e morar sozinho e criar meu filho. Só eu e meu filho. Claro, a vida, né, a gente não sabe o dia de amanhã*”.

Apesar de enfrentarem diversas dificuldades no momento de vida pós-institucionalização, os egressos têm encontrado, na formação de sua própria família, e especialmente em seus filhos, uma possibilidade de afastarem-se de situações de violência. Para isso, contam com o apoio de seus pais, mães, irmãos, companheiras e avós, rede de apoio fundamental para sustentar novas possibilidades e novas relações sociais.

Henrique está tendo dificuldade para conseguir emprego. Narra sobre essa situação com certo desânimo, pois, com a companheira e o filho, reside na casa de seus pais, de quem depende economicamente. O filho de seis meses do casal ocupa um lugar muito especial na vida do jovem, e os cuidados para com ele são sua principal realização. Para a entrevista, ocorrida em uma praça do município de Taquara, Henrique compareceu com a companheira e com o filho, demonstrando realização por ter constituído família.

É que, às vezes, planos, a gente planeja tanta coisa na vida, né? E não, e não, e não atinge eles. Claro, tiver, focar e ir atrás pode até atingir, mas é tudo relativo. Tudo pode acontecer. Pra mim, que nem, às vezes, eu vejo assim ó, que nem esse ‘goidinho’ (aponta o filho) aqui, pra mim, é importante mais ver todo dia, do que planejar um negócio e, no final, não dá certo, sabe? Viver na incerteza. (Henrique).

Percebe-se que estar com o filho e participar de seus cuidados dá segurança e tira Henrique das “incertezas”. Melissa relata que não era muito próxima de seu filho, antes do cumprimento da medida socioeducativa, pois vivia na rua e se envolvia com delitos. Porém, refere sobre a diferença que percebe em relação ao momento atual, em que assumiu os cuidados com a sua casa, incluindo o filho e novo companheiro: “e depois que eu saí, eu mudei. Tive que trabalhar, ser dona de casa, e de filho, e de marido e de tudo”. Melissa associa o fato de estar cuidando da casa, do filho e do marido à sua mudança e ao afastamento das situações de violência. Já Álvaro, que ainda não tem filhos, assumiu o cuidado com os irmãos porque sua mãe está ausente do contexto familiar e seu pai é falecido:

E poder tá de pé, e poder ajudar eles e melhorar, melhor, quero melhorar mais. O meu cuidado com eles, minha responsabilidade e eu acho que ainda sou bem, eu ainda sou novo nessa área, assim, de poder cuidar de uma família assim. E eu não pensava que ia ser assim. Então, poder tá cuidando dos meus irmãos assim, me sinto um pai, né? Já é uma nova pessoa assim, né? Do meu ponto de vista, é assim, e ir instruindo eles a não seguir, né? Não seguir a vida errada também. Eu sempre, mostro pra eles: ‘esse aqui é o caminho errado, esse aqui é o caminho certo. Se vocês seguir esse caminho, vocês vão se dar bem na vida, se vocês seguir esse caminho, vocês vão se dar mal na vida’. (Álvaro).

Caillé (2014) discute importantes relações ente a teoria da dádiva, de Marcel Mauss, e as teorias sobre o cuidado, “care”. A dádiva seria a base das relações com os outros. Consiste na “tripla obrigação de dar, receber e retribuir” (CAILLÉ, 2014, p. 46). Dessa forma, os vínculos são estabelecidos e os atos de violência são mitigados nas relações sociais.

[...] as sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações, dar, receber, e, enfim, retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clãs a clãs, mas de tribos a tribos, de nações a nações e- sobretudo- de indivíduos a indivíduos. Só então as pessoas souberam criar e satisfazer interesses mútuos, e, finalmente, defendê-los sem precisar recorrer às armas. (MAUSS, 2017, p. 329).

Caillé (2014), ao refletir sobre as relações entre o cuidado e a teoria da dádiva, explica que uma pessoa que necessita de cuidados está em vulnerabilidade e nem sempre consegue retribuir aos cuidados, naquele momento, da mesma forma que os recebe, devido a sua condição. Entretanto, a relação de retribuição deve estar sempre presente, pois somente assim o outro será considerado como sujeito, podendo haver reciprocidade na relação.

Ao refletir-se sobre o caso dos jovens egressos, os cuidados que receberam quando estavam vulneráveis estão sendo retribuídos, atualmente, aos familiares. Nas histórias de relação de cuidado entre eles e os familiares, destaca-se o papel das companheiras em suas vidas. Lucas apresenta como o dar, receber e retribuir foi efetivo em sua vida. O jovem mantém a companheira desde o período em que cumpriu medida socioeducativa. Ela o visitava enquanto ele cumpria MSE no CASE NH e, até hoje, é a pessoa mais importante na vida dele.

Lucas relata que, após o cumprimento da medida socioeducativa, tentava mudar, sendo incentivado pela companheira, mas acabava recaindo no envolvimento com delitos, até receber um tiro em um assalto, conforme esclarece:

Foi que eu saí na primeira vez, fui trabalhar, não fui estudar. Na outra, fiquei, acho que de junho até dezembro, trabalhando. Iniciei o ano trabalhando, voltei de volta pra roubar, assalto, né? Que é o que eu fazia antes. E fui até abril, fazendo diversas vezes. Não foi nem uma, nem duas. E foi até abril. Num assalto eu fui pegar um carro e o cara era policial. Daí, ele reagiu, me deu um tiro e eu fiquei na cadeira de rodas. (Lucas).

O egresso explica que passou por um processo bastante conflituoso para se aceitar na nova condição, a de cadeirante. Porém, com o apoio de sua esposa, conseguiu superar e deixar de se envolver com delitos. “*Eu acho que a lesão que foi uma grande causadora, né? Mas quem me ajudou também foi a minha esposa. Eu tô com ela, ela vinha me visitar aqui (ele quer dizer no CASE NH, onde está sendo realizada a entrevista)*” (Lucas). Atualmente, o jovem trabalha como auxiliar administrativo em uma Universidade, consegue viver de forma autônoma, ter seu carro e retribuir os cuidados que a esposa destinou a ele, ao longo dos anos.

Caillé (2014) explica que dar e receber cuidados coloca os envolvidos neste processo, a deparar-se com a sua condição de vulnerabilidade, seja ela vivenciada no passado, no presente ou diante da possibilidade de vivência futura. Perceber-se como vulnerável é um exercício que envolve recursos reflexivos que os jovens entrevistados já conseguem acessar, sendo fundamental para o afastamento das situações de violência. Quando o jovem consegue ver-se no lugar de retribuir aos cuidados recebidos da família, passa a rechaçar a ideia de ser impedido

de cuidar dela por colocar-se novamente em situação de vulnerabilidade, sendo este um fator determinante para que os egressos rejeitem oportunidades de reincidência em situações de violência.

As experiências dos jovens egressos com a violência originaram situações difíceis e complexas, com as quais eles e as famílias tiveram que lidar. Nesse percurso, desenvolveram capacidades de transformação, adaptação e compreensão, diante das necessidades que surgiram. Trata-se de um movimento de reciprocidade entre o jovem e a família, que foi se fortalecendo e criando laços, no qual a relação de cuidar e de ser cuidado, ou seja, de receber e retribuir o que lhe foi dado, tem se mostrado como uma proteção significativa para os egressos.

8 TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVÊNCIA: REFLETINDO SOBRE AS MUDANÇAS

*Sou eu que tô carregando a corda, sabe?
Tô carregando assim: já caí, já me levantei, só não soltei a corda, sabe?
(Alex, participante do estudo)*

Ao contatar os jovens e perceber as atuais dificuldades que enfrentam e vivenciam, podemos considerá-los como sobreviventes de um contexto inóspito. Enfrentaram e ainda vivenciam vulnerabilidades diversas: afetivas, sociais, de gênero, racismo, econômicas entre outras, passando por chances elevadas de risco de morte. Desta forma, os entrevistados contrariam a história que, infelizmente, ocorre com a maioria, que torna a reincidir e é recolhida no sistema prisional (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, 2018).

A partir do contato com os egressos, compreendeu-se que as transformações em suas vidas ocorreram de forma processual e continuam acontecendo até os dias atuais. A decisão de não se envolverem mais com a violência é sustentada mais facilmente por uns, enquanto outros reafirmam a opção, na medida em que o tempo passa. Entre os entrevistados, Mariana e Lucas relatam que se envolveram em delitos, após o cumprimento de MSE na FASE. A jovem conta que reincidiu na prática de um delito relacionado à Lei Maria da Penha, um mês após sair do CASEF, e passou um final de semana no sistema prisional. Após o episódio, sua mudança ocorreu:

Então, aquele tempo lá, não adiantava, podia me trancar, falava que eu tinha que mudar. Que mudar? Isso não adianta, isso tem que ir pela pessoa. E aquele momento eu não queria. Aí, foi que eu fiquei um mês na rua, e aí aconteceu de novo. Aí, eu resolvi mudar. Foi do outro dia. Tipo, eu fiquei só um final de semana, ainda bem, né? No outro dia que eu saí pra rua, eu resolvi mudar e nunca mais. (Mariana).

A egressa entende que a pessoa não pode ser forçada a mudar e que irá optar, de forma livre, pela mudança. Embora Mariana enfatize que há um processo subjetivo envolvido, em vários momentos também destaca a importância de diversos outros fatores para sua transformação. Com o apoio de pessoas e experiências, é possível que ela se sinta livre para querer mudar. Já Lucas refere que passou por um longo processo, até a mudança. Depois que cumpriu a medida socioeducativa, chegou a trabalhar, mas voltou a se envolver em assaltos, até passar pela situação que o deixou na cadeira de rodas. Naquele momento, contou com a ajuda da esposa para enfrentar a difícil situação que sua lesão provocou. O casal procurou auxílio de

psicólogos da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) para lidar melhor com o contexto.

Mas, depois que eu fui pra cadeira de rodas, ela começou a conversar, a gente começou a ir em psicólogo junto. Daí, foi entrando na caixola. Mas eu ressalvo que, se eu quisesse, eu teria aprontado, mesmo na cadeira de rodas, de ter ido atrás do crime, porque eu conheço gente que tá, né? Mesmo lesionado. Mas não vale a pena. (Lucas).

Lucas deixa claro que não foi o fato de ter tido a lesão que fez com que ele mudasse, mas, sim, sua esposa e naquele momento inicial o acompanhamento psicológico. Rolim (2018) discute o fenômeno da desistência criminal que, para a criminologia, consiste em afastar-se de dinâmicas ilegais e dispor-se a um recomeço. As correlações entre desistência criminal e emprego são muito fortes, tal como a escolaridade, o casamento e a maternidade/paternidade.

Jovchelovitch (2013) pesquisa como é possível que pessoas e comunidades encontrem soluções inovadoras para superar condições sociais de privação e violência. Assim, a autora propõe a noção de andaimes psicossociais que

[...] são ações e estruturas que apoiam o desenvolvimento individual e social. Um resultado central encontrado na pesquisa, esses andaimes referem-se ao papel fundamental do apoio de pessoas e de instituições na constituição saudável do sujeito humano, nas origens da ação conjunta e da intencionalidade compartilhada, bem como na construção e na sustentação comunitárias (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 191).

As situações trazidas pelos jovens sempre remetem ao apoio de pessoas e instituições públicas ou não, como família, educativas, trabalhadores da rede, amigos, empregadores, religiões, entre outros. Estas interagem com eles e promovem a sustentação de suas decisões de afastamento das situações de violência. “É por meio de encontros com outras pessoas, que apoiam e oferecem andaimes para o Eu em risco, que os indivíduos constroem conjuntamente sua capacidade para a ação criativa e tomam decisões que os levam a desenvolver ações positivas”. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 197).

Assim, percebe-se que existem casos de jovens que receberam apoio dos “andaimes” e que acabaram tornando-se “andaimes” para outras pessoas, como no caso de Álvaro. O jovem auxilia para que o irmão, que recentemente cumpriu MSE no CASE NH, permaneça afastado das situações de violência, levando-o para trabalhar com ele na empresa que trabalha, no município de Taquara. Este é um movimento que se fortalece na medida em que vai se tornando coletivo.

As questões referentes aos vínculos familiares e à forma como podem se tornar fatores protetivos ao envolvimento com a violência foram analisadas no capítulo 7 deste estudo. Por isso, no presente item dar-se-á ênfase aos demais fatores, como estudo, religiosidade e trabalho, vivenciados no período pós-institucionalização e que foram capazes de proteger os jovens de novos envolvimento com delitos. Além dos fatores de proteção, também são exploradas as situações que permanecem apresentando alguma forma de risco ao envolvimento dos jovens com a violência.

8. 1 PERSPECTIVAS SOBRE A RELIGIOSIDADE

Maísa refere o quanto foi difícil para ela manter-se longe do envolvimento com a violência. Conta que viveu momentos de crise, quando terminou o relacionamento com o pai de sua filha. A jovem diz que estava quase recaído no mesmo erro que a trouxe para cumprir MSE no CASEF, quando foi impedida pelos próprios familiares:

Isso foi quando a gente terminou, quando a gente terminou mesmo, quando a gente deu o ponto final. Ali que, aí eu descobri que ele tava com outra pessoa. E, aí, eu tentei fazer tudo de novo, sabe? Eu invadi a casa dele, falei um monte de coisa pra mãe dele também, Aí, eu fiquei acampada lá até ele chegar, só que, aí, a mãe dele ligou pra minha mãe. Aí, foi a minha mãe, a minha tia, meu pai, quem mais? E meu irmão, de carro, lá na casa da mãe dele e conseguiram me pegar. Aí, eles começaram: ‘não vale a pena’. Aí, eles começaram a entrar na minha mente: ‘ah, não vale a pena, que não sei o quê, se sujar’. (Maísa).

Maísa também refere que buscou na sua religião, especialmente na sua Mãe de Santo, apoio para a tomada de decisão de não se envolver mais em delitos:

Aí, como eu sou de religião, né, eu fui na minha mãe de santo e ela falou que já, que se eles deixassem acontecer, o pior ia vim, né, ou um dos dois ia tá morto ou os dois ia tá preso. Aí, ela me olhou e perguntou: ‘ué, o que que tu quer da tua vida? Tu quer continuar nessa tua vidinha aí de: ah, deixa acontecer e é isso mesmo, ou tu quer mudar? Se quiser mudar, a gente te ajuda, se não a gente vai te largar de mão’. (Maísa).

Essa orientação foi muito importante naquele momento da vida de Maísa, sendo uma referência para ela. De acordo com o relato da jovem, a Mãe de Santo colocou um limite que a fez “botar a cabeça no lugar”: “*daí, a gente vai te largar de mão e tu vai pegar a tua filha e vai*

viver a tua vida. *Aí, eu fiquei assim: 'Bah! Se eles tão falando isso é porque deu pra mim, né, vou mudar'. Aí foi onde eu parei, pensei, botei minha cabeça no lugar e mudei realmente''.*

Álvaro também destaca a religiosidade como forma de conseguir consolidar suas mudanças. Assim, refere:

O que me levou muito também a mudar foi a minha ida pra igreja, sabe? Assim, então, tipo assim, Deus, na verdade, me ajudou muito assim, Deus me deu uma força e tanto assim, porque a minha fé é em Deus. Assim, tipo, foi o que me ajudou, né?, a mudar mais, a largar o mundo das drogas, o mundo dos vícios das drogas, porque não é fácil, né? E isso me ajudou bastante a abandonar essas coisas erradas assim. Eu tive bastante experiência agora esses últimos tempos, foi o que me ajudou assim, a largar tudo errado, a largar as coisas erradas da vida e a FASE também foi uma experiência pra mim. Tu passar lá por dentro, tu sabe como é que é, né? Tu sabe como é viver trancado, a gente perde muitas coisas, muitas coisas por tá na vida errada. Até mesmo no meio da sociedade, tu é excluído, por quê? Porque tu segue uma vida errada que não é vida na verdade, é uma vida de, é uma escravidão na real, né? Pra mim, é uma escravidão a vida do crime, a vida das drogas. Então, hoje, assim, poder, eu sempre comento: 'bah! Graças a Deus, Deus mudou a minha vida, né?' E sempre vai mudar, né? (Álvaro).

Álvaro ressalta a experiência da medida de internação como um período de privações pelo qual ele não quer mais passar; também refere o quanto se sentia excluído por se envolver com delitos e drogas. Assim, o jovem associa as perdas que a privação da liberdade e o envolvimento em delitos trazem como motivadoras para sua mudança. Percebe-se que, a partir da religiosidade, foi possível que o egresso fortalecesse seus laços com outras relações sociais, servindo como apoio em momentos difíceis.

A religiosidade e a fé funcionam como meios de apoio e de salvação aos desafios impostos por ambientes permeados por privações e vulnerabilidades (JOVCHELOVITCH, 2013). A dimensão da religiosidade também se mostrou como um fator protetivo, quando realizada através de pessoas de referência, conforme relata Álvaro, quando menciona o período recente em que se mudou para o Estado de Santa Catarina, onde buscava criar e fortalecer vínculos sociais.

Em Santa Catarina, Álvaro conheceu uma família bastante ligada à igreja com a qual estabeleceu vínculos fortes:

Lá, eu aprendi muita coisa e conheci muitos lugares lá, também. Foi uma experiência, conheci pessoas novas, eu sempre gosto de conhecer

peessoa novas assim, sabe? Conhecer pessoas novas, conversar, porque tu consegue chegar em mais lugares assim, conhecendo mais pessoas. Lá eu conheci uma família lá, que é a família da Irmã Tânia, foram as pessoas que me ajudaram muito, me aconselharam muito, foram muito em cima de mim, inclusive ela, me botava na mesa com a família dela, tipo, eu convivia assim mais com eles, era tipo família, inclusive, até antes de eu ir embora, ela, nos últimos dias sempre dizia: ‘tu é que nem um filho pra mim, aonde tu ir teu sangue vai correr dentro de mim, porque tu é que nem filho pra mim e eu quero que tu tenha eu que nem uma mãe pra ti’. (Álvaro).

A religiosidade auxiliou na ampliação das redes de sociabilidade dos jovens, servindo de apoio para que eles pudessem se inserir em outros círculos sociais e interagir com “pessoas novas”, em “muitos lugares”. A chance de ter outras experiências possibilita ter contato com a alteridade e, em consequência disso, perceber as próprias mudanças. Há a possibilidade também de sentir-se uma “pessoa nova” para alguém e perceber-se em outros “lugares”. Segundo o relato de Álvaro, isso faz parte do processo de mudança.

8.2 PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO

Sobre as instituições trabalho e escola, sabe-se que não seria qualquer relação que promoveria a desistência criminal, mas sim as relações dotadas de qualidades específicas e, especialmente, de vínculos fortes. Não obstante, relações diretas são encontradas, quando se pesquisa sobre trabalho, educação e a redução de situações de violência. Cerqueira e Moura (2014, 2015) investigam “o efeito causal das oportunidades no mercado de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros” e verificam que a maior oportunidade educacional é um elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio. Assim, para cada 1% a mais de jovens, entre 15 e 17 anos, nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídio dos municípios. As oportunidades laborais também são eficazes formas de prevenção de crimes. Cerqueira e Moura (2019, p. 31) afirmam que, na verdade, o estudo e o trabalho atuam também de forma imbricada, já que a “manutenção do jovem na escola contribui para aumentar a empregabilidade e a qualidade do emprego para ele no futuro”.

Buscando refletir sobre a escolarização como forma de proteção e apoio ao processo de transformação dos jovens, é importante analisar como se deu a continuidade do ensino formal, após o jovem cumprir a medida socioeducativa. No quadro 9 (próxima página), pode-se visualizar se os jovens seguiram estudando, após o cumprimento da MSE e qual a escolaridade deles hoje.

Quadro 9 – Situação escolar atual dos participantes da pesquisa

Nome	Estudou após a medida socioeducativa?	Está estudando atualmente?	Escolaridade atual
Henrique	Não	Não	3°. Ano do EM
Álvaro	Sim	Não	8°. Ano do EF
Maísa	Sim	Sim	2°. Ano do EM
Melissa	Sim	Não	1°. Ano do EM
Mariana	Não	Não	2°. Ano de EM
Fábio	Sim	Não	5°. Ano do EF
Wilian	Sim	Não	Ensino Médio Completo
Alex	Sim	Sim	3°. Ano do EM
Vinícius	Não	Não	1°. Ano do EM
Júlio	Sim	Sim	2°. Ano do EM
José	Sim	Sim	Ensino Superior Completo em Gestão Pública e Pós-Graduação em andamento em Gestão de Operações Logísticas
Tiago	Sim	Não	Superior Incompleto Análise de Desenvolvimento de Sistemas
André	Não	Não	E M Completo
Rafael	Sim	Sim	3°. Ano do EM
Jonatan	Não	Não	1°. Ano do EM
Renato	Não	Não	3°. Ano do EM
Lucas	Sim	Sim	Tecnólogo de Gestão de Produção, em andamento
Paulo	Sim	Não	Ensino Médio Completo

Fonte: entrevistas.

Percebe-se que a maioria dos jovens entrevistados, ou seja 66,7%, estudou depois do cumprimento da medida socioeducativa. Muitas vezes, isso não ocorreu imediatamente após a saída da instituição, tendo sido motivado por suas redes de relações ou também pela demanda de projetos de trabalho. Entre os entrevistados, 33,3 % estavam estudando no momento da entrevista. Contudo, Maísa, Rafael e Alex alegaram que a escola estava parada devido à pandemia do Coronavírus. Mesmo assim, apenas 27,8 % dos jovens completaram o Ensino Médio.

José foi o único que concluiu o Ensino Superior; Lucas está cursando. O jovem teve essa oportunidade porque está trabalhando em uma Universidade que oferece bolsa de estudos para o seu quadro de funcionários. Tiago conseguiu vaga no Ensino Superior em uma instituição pública, através de sua nota no ENEM. Contudo, precisou suspender o curso devido à necessidade de trabalhar para garantir o próprio sustento.

Apenas 2 jovens, ou seja, 11, 1 % ainda não concluiu o Ensino Fundamental. Assim, a maioria dos jovens, 55,6 %, encontra-se no Ensino Médio. Alex, em 2021, conseguiu uma bolsa de estudos na rede Marista, para a conclusão do Ensino Médio. Melissa concluiu o Ensino Fundamental na Escola Estadual anexa ao CASEF. Após sua saída da Unidade de Internação, estudou por pouco tempo, sendo que, no momento da entrevista, não estava estudando. A egressa relata ter interrompido os estudos pela dificuldade de acesso à escola no município de Sapucaia do Sul, local no qual reside atualmente. Segundo a jovem, teria que pegar quatro ônibus e gastar muito com a locomoção diária, se quisesse frequentar o colégio.

Sobre as escolas no centro da cidade, que estariam um pouco mais acessíveis para ela, a jovem refere:

Só que aquele colégio ali, eu não quis ficar ali por causa que todo mundo passa, tipo, muito rápido, eles não chegam a aprender nada, porque ali, se passou ou não passou, tanto faz, entendeu? Os professores... E daí, já vi várias, vários alunos que já estudaram ali me comentaram que tem vezes que eles vão e ficam todos os períodos sem fazer nada, ou não vai o professor ou o professor ficou mal, ou alguma coisa e, pra mim, eu vou preferir ficar em casa, então. Se eu não vou aprender no colégio, então eu fico em casa que, pra mim, não vai fazer diferença (Melissa).

Além da problemática de acesso à escola, Melissa também atribui a opção por não estudar às dificuldades que a instituição tem passado, não conseguindo oferecer a presença necessária de professores e a efetiva aprendizagem. Diante das questões que a entrevistada enfrenta no cotidiano, tendo o filho pequeno para cuidar, percebe-se que ela necessita de suportes institucional e educativo mais significativos, para assim sustentar o vínculo com a escola.

Júlio está estudando atualmente. Para isso, conta com o apoio da mãe, que auxilia nos cuidados com seu filho, para que ele possa frequentar às aulas. O entrevistado e sua família mudaram da cidade de Porto Alegre para a pequena cidade de Ivoti, de colonização predominantemente germânica, após o jovem cumprir medida socioeducativa. Júlio relembra das dificuldades, quando saiu do CASE NH, relacionadas à sua aceitação em Ivoti e na escola local. Conseguir vaga, devido ao preconceito da comunidade escolar por ele ter estudado na escola Bento Gonçalves - anexa ao CASE NH, não foi uma tarefa fácil.

Porque, quando a gente foi, eu fui estudar na Ildo Meneghetti. Daí, a gente chegou, tava tudo MB as nota lá, né, da FASE. Só que elas não deram nenhuma importância para contar a minha nota, e, sim, para

onde eu estudava, sabe? Aí, apareceu a Bento Gonçalves, eu acho, coisa assim, e perguntaram: ‘tá, mas aonde é esse colégio?’; ‘Ah, em Novo Hamburgo’. Aí, ligaram para lá. A gente teve que falar com a Dona Maria, para ela não comentar que era na FASE, senão, aqui, eles não iam nos aceitar. (Júlio).

O entrevistado relata que teve que esconder o fato de que havia frequentado uma escola na Unidade de Internação, para conseguir estudar no município de Ivoti. Assim, quase teve seu direito à educação negado, devido ao preconceito da instituição. Quando Júlio relatou essa situação durante a entrevista, que fora realizada na casa da família, sua mãe interveio na conversa, com a intenção de falar sobre o preconceito que sentiram nos colégios pelo fato de o filho estar sendo transferido da escola da FASE: “*e, na verdade, conseguiu a escola quando ele tava lá ainda, já tinha matriculado, já tinha feito, encaminhado tudo, já tinha preparado tudo, o que ele tá se referindo mais é o preconceito mesmo, conseguir agente conseguiu, mas quando começaram a ver*” (mãe de Júlio). A mãe de Júlio explica um movimento que também é relatado pelos jovens egressos que conseguem vaga na escola: há somente a garantia do procedimento legal. A instituição não acolhe de fato o aluno em uma relação de ensino-aprendizagem efetiva, devido ao preconceito.

A mãe do jovem complementa sua narrativa ao dizer que, de modo geral, a cidade não os acolheu bem. Foram tratados com preconceito por não pertencerem ao local e por terem a pele negra. Tais fatores foram empecilhos, inclusive, para que a família alugasse um imóvel em Ivoti. Júlio revela que, na cidade, queriam saber os motivos pelos quais haviam se mudado de Porto Alegre para Ivoti. O jovem sentia que era tratado com preconceito, o que dificultou a sua adaptação: “*onde é, né? ‘Já que são de Porto Alegre, por que tão morando aqui?’ Por que isso? Por que aquilo? Então, são muitas perguntas, mas, tirando isso.*”

Os momentos iniciais de maior tensão, aos quais a família apoiou-se mutuamente para superar, foram abandonados, e a mãe do egresso elogia o funcionamento da rede pública de ensino da cidade. A família sente que recebe o suporte da rede pública, que é destinado não somente a Júlio, mas também ao seu irmão e ao filho do jovem. A rede oferta transporte e alimentação, sendo que Júlio é buscado e trazido em casa pelo ônibus escola à noite e isso o ajuda bastante.

A mãe do entrevistado descreve a relação de proximidade da escola com a família:

Aqui é bom nessas escolas, por isso: eles avisam a mãe. Esses dias, ele chegou e, ‘ué, chegou mais cedo filho?’. Era porque tinha futebol e ele saiu no recreio, né. Aí, ele: ‘é, acabou hoje, o professor faltou’. Aí, eu

falei: 'ah, que coincidência, tem jogo do inter hoje, né?'. Aí, ele falou: 'é, bem capaz'. Aí, eu: 'diretora já me ligou'. 'Ah, mãe, já ia te falar'.

A mãe explica que a diretora avisa quando o filho sai mais cedo da escola, razão pela qual o egresso sempre precisa falar a verdade para ela. Atualmente, passados 7 anos que saíram de Porto Alegre, o entrevistado e a família sentem-se mais acolhidos pela comunidade, sendo que Júlio reside com seu filho, trabalha com vínculo formal, faz parte de um time de futebol local e participa semanalmente de torneios (suspensos pela pandemia). A família refere não existir violência onde residem, sendo um ambiente calmo e tranquilo para Júlio poder recomeçar junto com os familiares. A rede de saúde do município também oferece todos os cuidados e o suporte que a família necessita.

O caso de José, no que tange ao acompanhamento e apoio familiar para continuidade dos estudos, foi semelhante ao de Júlio. Após o cumprimento da medida, recebeu ajuda para seguir com a formação no Ensino Superior. Já a Pós-Graduação, teve autonomia para realizar o que planejava e gostaria de estudar.

Lá voltei a estudar, na rua já não tava estudando. Continuei estudando daí, lá, lá na Fase, acho que fiz o primeiro e o segundo grau, eu acho, Ensino Médio. Daí, eu fiz o terceiro no Cristo Rei, perto do Casemi. Ali, aí, eu ganhei a liberdade em agosto, mas continuei estudando. Aí, meu cunhado me pegou: 'o, cara, vamos fazer faculdade, eu te levo lá em Porto Alegre, a gente vai lá'. Eu disse: 'bah, tá, vamos, né?' Tava me levando, tava me dando o carro, eu disse, 'vamos'. Aí, ele fez todos os correrios de me levar, levar documento e, daí, acabei fazendo o curso por ele ter me ajudado e a pós, agora, foi mais pela minha preferência. Mas foi importante o momento que eu passei, no acompanhamento, né, foi bom. (José).

Na mesma direção, Tiago, após o cumprimento da medida socioeducativa, manteve seu histórico de gostar de ler e de estudar. Assim, construiu um projeto em outra cidade, mudando-se sozinho para São Vicente do Sul:

Eu terminei meu Ensino Médio, eu fiz o ENEM, passei numa faculdade daqui. Daí, eu fazia Análise e Desenvolvimento de Sistemas aqui no IFF Sul de São Vicente. Daí, quando eu passei, eu não tinha o que me prendia em São Leopoldo, entende? Eu tinha conseguido o direito à pensão do meu pai e o auxílio-reclusão da minha mãe. Daí, saiu o resultado: eu passei aqui e vim pra cá; mas vim totalmente cego (risos), vim com uma mochila e uma mala só e aluguei casa aqui, mas, daí, eu tinha o apoio da pensão. (Tiago).

Tiago considera que teve um apoio muito importante com a pensão pela morte do pai e o auxílio-reclusão da mãe. A segurança financeira o possibilitou ingressar no Ensino Superior. Entretanto, quando fez 21 anos, não teve mais o direito de usufruir de ambas as fontes de renda, tendo que parar de estudar para garantir o próprio sustento. O egresso relata que não estava fácil conseguir emprego naquela cidade, especialmente por conta da pandemia do Coronavírus. No momento da entrevista, o jovem ainda não tinha recebido nenhuma parcela do auxílio emergencial, que estava em análise pelo governo, revelando estar com dificuldade para prover seu sustento, dependendo financeiramente da namorada, estagiária da prefeitura. Buscando mudar sua situação, Tiago, de forma amadora, aprende o ofício de tatuador. Ele revela interesse pela profissão e deseja investir nela, pois gosta de desenhar.

O egresso não continuou o Ensino Superior por falta de estrutura econômica que viabilizasse a condução de seu projeto. No momento da entrevista, é evidente que as dificuldades enfrentadas pelo jovem ainda eram significativas e que ele estava tentando se manter, resistindo e lutando com os recursos e apoios afetivos, sociais, culturais e econômicos disponíveis, adquiridos ao longo de sua trajetória e vivenciados em suas relações.

A realidade de dificuldades foi constatada durante várias entrevistas. Muitas vulnerabilidades persistiam na vida dos jovens que, talvez naquele momento, estivessem mais capazes de enfrentá-las, devido ao acúmulo de experiências e aprendizagens em suas trajetórias, sem recair no envolvimento com situações de violência.

Com relação à continuidade da escolarização, ainda se destaca a experiência de Renato, que não estudou após sair da instituição, mas conta que está pensando em voltar a estudar devido ao seu trabalho atual com produção de cerveja. O jovem enxerga o conhecimento como um caminho possível para que galgue a promoção para mestre cervejeiro: *“e me desliguei um pouco dos estudos, mas agora que eu entrei nesse processo de fazer cerveja, eu vou ter que voltar, me atualizar um pouco mais, porque envolve muita química e biologia. É uma alquimia, né? Então, você tem que tá um pouco mais ligado, porque eu tô bem desligado”* (Renato).

A partir dos relatos dos jovens, percebe-se que vivenciam diversos obstáculos para continuar a formação escolar, tais como: falta de apoio financeiro, tendo que se sustentar e trabalhar; descrença na contribuição do ensino para suas vidas, neste momento; e suspensão das aulas em virtude da pandemia COVID-19. Os egressos que conseguiram dar continuidade aos estudos, tiveram apoio de políticas públicas, dos familiares ou do trabalho, setores que estimularam, e até financiaram, a continuidade dos jovens no processo de formação. Apesar das dificuldades, que envolvem do momento em que estavam em evasão escolar até o momento da entrevista, verifica-se que ocorreu um resgate positivo da formação escolar. Os jovens

avanzaram na escolarização e mantêm um vínculo mais sólido e mais positivo com as instituições de ensino.

Ao analisar-se a relação do jovem com a educação, compreende-se que é possível que ela se constitua como um fator de proteção para o não envolvimento de adolescentes com a violência, a partir do sentido que eles atribuem ao processo de ensino. Sendo assim, não se trata de um simples alcance de metas e de obtenção de diploma, mas de um percurso com o qual o jovem estabelece relações que contribuem para o surgimento de novas formas de interação social.

O investimento dos alunos e o seu envolvimento com as disciplinas são diferenciados, dependendo da forma como cada um elabora o seu estatuto como aluno, mas também com a capacidade de atribuir sentido ao que é ensinado, condição essencial para a aprendizagem (DAYRELL, 2007, p. 1122).

Percebe-se que o direito à educação, assegurado nas instituições de ensino de dentro e de fora das unidades de internação, apresenta, ainda, muitas fragilidades em relação ao acesso e à efetivação de suas propostas. Mesmo assim ele é capaz de oferecer proteção, na medida em que apresenta sentido para a vida dos jovens egressos de medida socioeducativa que buscam uma forma de pertencimento social sem o envolvimento com atos infracionais.

Verifica-se, nos relatos dos entrevistados, o fator protetivo operar para além da necessidade de obtenção de um certificado, muitas vezes exigido para se conseguir uma vaga de emprego. Os egressos afirmam que a base para a própria relação com os processos educacionais é o vínculo estabelecido com as pessoas e com a possibilidade de que a aprendizagem proporcione sentido para os seus projetos de vida.

Outras experiências, educativas também, deram sentido ao projeto de vida dos jovens, sem mais o envolvimento com a violência. Lucas relata que, após permanecer em cadeia de rodas, decidiu voltar a estudar e a envolver-se com o esporte:

Terminei o Fundamental. Depois, fui terminar o Médio e, aí, fiquei um tempo no esporte, né? Do esporte, eu fui pra canoagem. Daí, eu fiquei um tempão. Daí, não trabalhei, fiquei só no esporte, dependendo só de patrocínio e Bolsa Atleta, que o governo dava incentivo pra manter os treinos e viagens. (Lucas).

Lucas refere o quanto foi importante a experiência no esporte, apresentada a ele por um primo. A vivência, segundo afirma, promoveu aprendizagens que leva até hoje para sua vida.

Eu entrei através de um primo meu, foi em 2011. Anos depois, trabalhei um pouco, depois trabalhei como ambulante. Antes disso, também. Entrei na canoagem em 2011, a gente saiu em 2015. Foi através de um primo meu, que ele remava, eu achava legal, achava bonito e acabei entrando. Me apresentaram o esporte, né? Esses quatros anos, campeonato gaúcho, campeonato brasileiro. Fui o primeiro cadeirante a ser medalhista brasileiro de canoagem. (Lucas).

Lucas relata, com satisfação e orgulho, seu processo de superação:

Daí, eu viajei por todo lugar: Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, mas ia de ônibus, né? Não tinha dinheiro pra ir de avião. Só pra Curitiba que eu fui de avião. Mas o esporte, ele mexe contigo, o comportamento. Tua cabeça muda bastante. Tem que ter foco, tem que ter muito foco. Se tu quer um objetivo, se tu quer alcançar teu objetivo, tu tem que ter foco. (Lucas).

Nesse percurso, relata ter construído uma rede de apoio que é significativa para ele, até hoje:

E eu pegava os, sempre teve técnico bom comigo, sabe? Que eu levo pra vida toda, e até hoje eu converso e tenho contato com eles. Tanto é que o meu melhor técnico que eu tive em 2012 em diante, hoje ele é técnico da seleção, né? Então, até hoje eu mantenho contato com ele, ele me convida pra voltar, falo que eu não quero porque eu sou vadio, tô com preguiça. Mas não, eu acho que, pode ser desculpa ou não, mas eu tenho meu trabalho, tenho os estudos, não tenho como eu botar outra coisa no papel. Eu acho que eu não consigo hoje, né? (Lucas).

Ampliar as suas redes de relações também foi muito importante, conforme narra:

Porque, depois que eu fiquei na cadeira, eu conheci outras pessoas, outros tipos de pensamentos, outras amizades e foi entrando um pouco. Eu fui mudando, não fui necessariamente ficando só ali no bairro, comecei a sair. Fui pra fora do Estado, fui pra Rio de Janeiro, São Paulo, em viagens e tudo. Outras realidades, né? Não tem pensamento só dali da vila, só do crime e de droga. (Lucas).

A mudança na vida de Lucas é muito significativa, assim como a sua capacidade de resistir e de lutar, apesar dos limites impostos. O egresso entende que, hoje, na verdade, a lesão o ajudou bastante:

Não é algo ruim que aconteceu na minha vida, eu não acho ruim, porque muitos me perguntam: 'ah, tu não te arrepende?' Eu falo que

não. Não adianta eu me arrepender se não dá pra voltar atrás. Eu acho, eu tenho quase certeza, que eu não sei se eu taria aqui hoje se eu tivesse caminhando. Quem sabe, eu taria ainda com coisa errada, ou morto, né? Não sei, realmente eu não sei; mas a lesão ajudou bastante, há males que vem para o bem, né? (Lucas).

A narrativa de Lucas traz elementos que estão presentes nas trajetórias de outros jovens participantes do estudo. Ele dá ênfase ao círculo social do esporte, que permitiu sua entrada em diferentes situações de convívio. Por meio delas, acumulou experiências absolutamente novas, para muito além da realidade de seu bairro, que era permeado pelo tráfico de drogas e tudo o que o envolve. A partir do apoio da esposa, da AACD, do primo, da Bolsa Atleta e dos técnicos de canoagem, o egresso chegou aos dias de hoje, nos quais continua em movimento, trabalhando e cursando o Ensino Superior. Conforme Schutz e Luckmann (2009), no curso das relações vividas por mim junto com os outros, verifico, modifico e adquiero novas experiências e todo o meu acervo de conhecimento está sujeito a mudanças, sendo que estas são, às vezes, insignificantes e, outras vezes, decisivas.

As novas experiências foram possíveis em momentos nos quais os egressos se sentiram fortalecidos para aventurarem-se em diferentes redes de sociabilidade. Nesse processo, a forma como os jovens são acolhidos e recebidos por outras pessoas, redes e círculos sociais interfere no movimento, na transformação e na sustentação de suas ações. Sendo assim, a sociabilidade, como princípio de abertura e de transcendência social que permite conhecer e assimilar aquilo que é desconhecido, não está ao alcance imediato, sendo intrínseca a ela a capacidade de fundar vínculos além do contexto de identificação iminente e direto (GADEA, 2015). A reciprocidade entre o jovem e os outros é fator fundamental para o despertar de sua alteridade. Portanto, é necessária ao estabelecimento de relações de sociabilidade que são promovidas a partir da capacidade de o egresso se propor nos diferentes espaços de interação.

8. 3 PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO

As relações de trabalho apresentam-se como fatores protetivos ao não envolvimento dos jovens com a violência, conforme constatado nas entrevistas e na análise dos dados coletados para esta pesquisa. No âmbito do trabalho, estão presentes as dimensões material e econômica, porém, quando se consegue promover a valorização social do jovem e ampliar a sua rede de sociabilidade, evoca-se, ainda, a dimensão afetiva.

A maioria dos jovens entrevistados já tinha tido experiências de trabalho, quando muito jovens, em situações precárias (“bicos” ou trabalhos pesados, na construção civil), sem vínculo

formal, antes do cumprimento de medida socioeducativa. As situações de trabalhos precários e exploração contribuíram com fator de risco ao envolvimento deles com a violência. Por outro lado, os jovens que tiveram experiências através das quais sentiam-se valorizados, agregaram conhecimento para o desenvolvimento do futuro percurso profissional. Além disso, foram importantes os cursos profissionalizantes, a escolarização e todos os processos de aprendizagem vivenciados antes, durante e após o cumprimento da medida socioeducativa.

A busca precoce por emprego ocorreu devido às necessidades econômicas familiares, como a dificuldade para o sustento. Após o cumprimento da medida, os egressos relatam ter experimentado diferentes tipos de trabalho e de emprego. Segue abaixo quadro no qual é possível verificar a situação de trabalho dos jovens no momento da entrevista.

Quadro 10 – Situação de trabalho dos participantes da pesquisa

Nome	Situação de trabalho no momento da entrevista
Henrique	Desempregado devido à pandemia
Álvaro	Empresa do ramo de calçados – moldador de plástico por injeção
Maísa	Não estava trabalhando
Melissa	Não estava trabalhando
Mariana	Tatuadora
Fábio	Desempregado devido à pandemia
Wilian	Administração e corte de cabelo e barba em barbearia
Alex	Vendedor ambulante de lanches/salgados
Vinícius	Sócio de microempresa de Artesão Metalúrgico
Júlio	Auxiliar de produção em empresa de calçado
José	Laminador de espumas em indústria de estofados
Tiago	Tatuador
André	Canal no Youtube e Streaming
Rafael	Gerente de garçons e microempreendedor de tele-entrega de Drinks
Jonatan	Ajudante de motorista
Renato	Produção de cerveja em cervejaria
Lucas	Auxiliar Administrativo em Universidade
Paulo	Vigilante – presidente do Sindicato dos Vigilantes

Fonte: entrevistas.

Analisando as informações de trabalho dos jovens, percebe-se que, entre os entrevistados, 22,2 % não estava trabalhando no momento da entrevista. Dentre eles, Fábio e Henrique referem que gostariam de estar trabalhando e que a situação deles tinha tornando-se mais complicada devido à pandemia do Coronavírus. Henrique conta com o auxílio de seus familiares para o sustento da companheira, do filho e de si mesmo. Fábio não recebe apoio familiar e sente falta de estar trabalhando; ele tem filha pequena e companheira, preocupando-se com o sustento de ambas. O jovem trabalhava, até o início da pandemia, em um restaurante localizado em um clube de Porto Alegre, cujas atividades encerraram com a chegada da COVID-19. Havia sido indicado para o emprego pela coordenadora do Ceconp.

Fábio gosta de trabalhar no ramo de alimentação, interesse despertado a partir do curso de Aprendizagem de auxiliar de alimentação que realizou no Ceconp. Quando demitido, o egresso foi para Santa Catarina tentar trabalhar. Entre os participantes deste estudo, ele é o que tem menor escolaridade e muito pouca experiência laboral, reduzindo suas possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. No caso específico de Fábio, a dimensão subjetiva merece destaque, pois torna-se inseguro com o início de um novo trabalho. De acordo com o jovem, estava em busca de melhorar esse aspecto de sua personalidade, buscando apoio em suas redes de proteção ou “andaimes”. Fábio relata sobre as dificuldades que teve, quando iniciou o trabalho em Santa Catarina, na Seasa, longe de sua esposa, de sua filha e de sua comunidade:

No caso, esse meu serviço que eu perdi agora, eu acho que foi por causa do ataque epilético. No primeiro dia do serviço, eu tive um ataque epilético. Eles deixaram eu ficar trinta dias, depois de trinta dias eles deram quebra de contrato. E o meu pai também sofreu muito por causa disso, ele teve muitos poucos serviços de carteira assinada. Foi mais ou menos assim. (Fábio).

No dia da entrevista, havia duas semanas que ele havia retornado para Porto Alegre. Estava buscando trabalho em local mais próximo, na área da alimentação:

É nesse ramo que eu quero seguir. Daí, mais pra frente, quero fazer outro curso pra mim ser chefe de culinária, essas coisas assim, essas coisas que eu fico treinando em casa. Que eu pego o livro, pego da internet pra ver as receitas, faço em casa. Essas coisas assim, e também eu quero montar uma lancheria pra mim, por enquanto, né? (...) Esses bagulhos assim que eu noto, pra tentar mudar, melhorar a minha vida e a vida da minha filha, né? Que eu quero dar pra ela, as coisas que eu passei eu não quero que ela passe, no caso. (Fábio)

A fragilidade do jovem em relação às experiências de trabalho é atribuída por ele ao seu histórico familiar e ao seu quadro de epilepsia. Contudo, aos poucos, mostra estar superando suas dificuldades, com o apoio de seus familiares e, especialmente, da coordenadora do Ceconp, que o estava auxiliando a fazer a Carteira de Trabalho Digital e a encaminhar currículos para empresas. Pouco tempo após a entrevista, Fábio conseguiu trabalho como merendeiro em uma escola que havia voltado a funcionar, no final de 2020. Além disso, recebeu proposta de trabalho para atuar em restaurante de clube, em Porto Alegre - mesmo local em que trabalhava antes da pandemia.

Maísa e Melissa não referiram estar procurando trabalho. Percebe-se que isso ocorre, especialmente, pelo fato de terem filhos pequenos para cuidar. Melissa reside com o companheiro, que mantém a casa financeiramente, através do trabalho na construção civil. A jovem compareceu à entrevista com a sogra, deixando transparecer que está vivendo em um ambiente acolhedor e que nele consegue prover os cuidados com o filho. Maísa, após sair do CASEF, participou do programa POD, por um ano. Assim, provia o seu sustento, através do salário que recebia do Curso de Aprendizagem em Ocupações Administrativas. No momento da entrevista, seu tempo de permanência no programa havia terminado e não contava mais com aquele salário. A jovem reside a filha, a avó e o pai, que auxilia no sustento da criança.

A situação em que as jovens são mães e não estão trabalhando pode ser analisada a partir da diferença entre os gêneros feminino e masculino. Da mesma forma, a questão de gênero interfere nas relações de cuidado com os filhos e na continuidade dos estudos. Os egressos do gênero masculino não deixam de trabalhar para cuidar dos filhos, assim como elas fazem. A responsabilidade de cuidado com os filhos é cobrada das mulheres, configurando-se como mais uma dificuldade para inserção no mercado de trabalho. O estudo de Fachinetti (2011, p.122) sobre a unidade feminina na FASE corrobora com essa percepção, na medida em que demonstra que o atendimento para este público privilegia “um modelo que seja socialmente aceito, que direciona a mulher para o âmbito doméstico e privado da vida”. Assim, a diferenciação entre os gêneros faz com que as mulheres sintam mais dificuldades em superar os desafios da sobrevivência diária, devido à dependência na relação de sustento financeiro que estabelecem com os outros por não estarem trabalhando.

Constata-se que, 77,8% dos jovens entrevistados estavam trabalhando no momento da entrevista. Entre eles, metade tem vínculo formal de trabalho, o restante não estava amparado pelas leis trabalhistas. No registro de dados, foi mais frequente o vínculo formal de trabalho entre os entrevistados mais velhos, que estavam há mais tempo no mercado de trabalho. Todos os trabalhos exercidos pelos jovens não exigem qualificação de Ensino Superior e refletem uma

realidade de baixa renda. Entretanto, percebe-se que muitos jovens têm superado uma série de adversidades, tornando possível, mesmo em meio dificuldades, o crescimento profissional, especialmente se tiverem o apoio de pessoas e de instituições, em suas trajetórias.

Aparentemente, Paulo, Lucas, Renato e José estão bastante satisfeitos com seus trabalhos, mantidos em meio à pandemia. A satisfação provém das relações estabelecidas nos locais de trabalho, nos quais eles encontram pessoas de referência provenientes de diversos círculos sociais, são referências para outras pessoas e ampliam as possibilidades de realizarem projetos de vida pessoal e profissional. Jonatan, Álvaro e Júlio parecem limitados, ligando-se ao trabalho devido à necessidade de sustentarem-se.

Nos relatos dos egressos, a rede de apoio materializa-se para além das relações familiares. A coordenadora do Ceconp apareceu como pessoa que estava auxiliando muito a Fábio e a Alex, a fim de que continuassem a estudar e a trabalhar, inclusive no período de pandemia. Trata-se de uma relação de apoio fora da institucionalidade, já que os jovens não cumprem mais medida na instituição e as ações da coordenadora não fazem parte de nenhum programa em específico.

Sobre a ação de funcionários da FASE como forma de apoio, Paulo revela que a diretora do CASE PC, cargo de confiança na época em que ele cumpriu medida na instituição, é alguém com quem estabeleceu laços afetivos que perduram até os dias atuais. A ex-diretora não era funcionária da FASE e permaneceu trabalhando lá por curto período. Contudo, ela é militante e trabalhadora na defesa dos direitos da criança e do adolescente do município, até hoje. Paulo relata que um momento significativo em sua vida, aos 21 anos de idade, ocorreu quando a ex-diretora pagou o curso de vigilante para ele. A profissão de vigilante é a que o jovem mantém até os dias atuais e aquela que o conduziu à presidência do Sindicato dos Vigilantes.

A Fernanda, eu me lembro, na época ela era consultora da Unesco, eu acho, ela trabalhou em Brasília. Eu trabalhava num posto de gasolina, de combustível, de frentista, ela veio um dia: 'bah, Paulo, porque tu não faz um curso de segurança?' 'Bah, porque eu não tenho grana, né, pra fazer, não sobra e tal'. Daí, ela: 'não, vai lá ver'. Eu fui lá e tal. Daí, eu fui lá e ela me pagou os cursos, né? Me pagou os cursos, né. Daí, eu perguntei: 'pô, o que tu tá fazendo aí?' Aí, ela falou: 'Ah, eu tô lá e tal, minha vida lá é humilde, eu ganho uma grana boa pra caramba e Deus me dá uma grana dessas pra eu poder ajudar as pessoas, eu tô te ajudando, né?' Daí, ali foi que eu fui né, arrumar um emprego e tal, e tô onde estou. (Paulo).

A história de Wilian mostra um percurso de transformação no qual o trabalho teve um efeito importante. O egresso conta que, após sair da Unidade de internação, continuou

realizando, através do POD, o curso de Aprendizagem de Ocupações Administrativas. Trabalhou em um frigorífico e atualmente trabalha em uma barbearia. O frigorífico foi necessário para que ele conseguisse auxiliar no sustento da família que estava formando, com esposa, enteado e filha. Porém, não era o trabalho que gostaria de seguir. Em seu relato, destaca as experiências dos cursos de qualificação profissional que realizou enquanto cumpria a MSE de internação e depois que saiu na instituição. Wilian revela que aprendeu a cortar cabelo na Unidade de Internação, quando cortava o cabelo dos demais jovens. No entanto, não conseguiu realizar o curso enquanto cumpria medida socioeducativa, apesar de ter solicitado vaga para ele.

Segundo o egresso, as oportunidades de qualificação profissional são muito importantes, mas devem estar alinhadas às necessidades dos jovens, o que nem sempre ocorre. Atualmente, Wilian valoriza bastante a oportunidade de ter realizado o curso de corte de cabelo e de barba junto à empresa em que trabalha. Conforme explica, o curso de seu interesse foi pago por ele, com o salário que recebia do trabalho no frigorífico e com a ajuda de sua família. Durante a formação, conheceu a família do proprietário da barbearia em que trabalha, recebendo o convite para atuar como administrador e barbeiro do estabelecimento. O jovem afirma que está usando todos os conhecimentos adquiridos durante o período de internação no trabalho atual, pois, além de cortar cabelo e barba, administra o local utilizando o computador e os conhecimentos adquiridos no curso de Ocupações Administrativas.

Eu considero que eu mudei depois que eu peguei meu primeiro emprego de carteira assinada, dentro de firma, que daí eu olhava assim e ficava pensando, no meio de setecentas pessoas: 'bah, ninguém imagina que eu já fui o que eu fui'. E, daí, eu fiquei pensando: 'bah, acho que tem como eu recomeçar'. (Wilian).

Wilian permite que transpareça o quanto o trabalho lhe gratifica e atua como fator protetivo ao envolvimento com a violência, demonstrando a dimensão que a atividade adquire: trata-se de um fator de mudança, que é traduzido como um recomeço. O entrevistado demonstra construção de alteridade diante do novo círculo social (trabalho no frigorífico), que propiciou a oportunidade de diferenciar-se de seu passado.

Sendo assim, observa-se que o percurso do jovem possibilitou a ampliação do estoque de conhecimento, permitindo-lhe escolher o projeto de recomeçar. Schutz (1979) refere sobre a possibilidade de escolha entre projetos e que esse processo pode ocorrer através de ações, colocando-as em prática; e também através da passagem por diferentes estados subjetivos sucessivos, nos quais os projetos são analisados previamente, até que se possa amadurecer e

refletir sobre qual deles seguir. No processo de reflexão sobre os projetos, alarga-se a experiência e não se é mais a mesma pessoa de quando se pensou neles originalmente. O percurso também modifica os projetos (SCHUTZ, 1979).

Wilian demonstra a gratificação que está tendo com o projeto de trabalhar na barbearia:

E, daí, eu tenho pra mim, eu sou alguém, eu saio pra rua quando eu escuto: 'daí, Barber Shop'; 'Daí, Wilian'; já sinto um orgulho, sabe? Minha mulher fala: 'com quem é que tu é casada?' 'Sou casada com o Wilian, da Barber Shop'. Ai, todo mundo: 'ah, o Wilian da Barber Shop'. Todo mundo já conhece, tanto o público masculino e o feminino. Isso aí é muito show. (Wilian)

Percebe-se que mais do que o sustento material e econômico, o trabalho confere-lhe um lugar na sociedade diferente daquele que o trouxe para cumprir a MSE de internação. Wilian relata que, atualmente, corta o cabelo de pessoas de diferentes profissões e situação econômica, e isto faz ele refletir bastante. Revela o quanto é significativo cortar o cabelo de policiais, tê-los como clientes. A mudança na relação com os policiais denota a possibilidade de ampliação de suas relações de sociabilidades e de transformações que, para ele, são surpreendentes, pois, no passado, costumava ser perseguido, preso e acusado pela polícia. Wilian refere que se mudou da cidade de origem em virtude da relação conturbada com os policiais:

É, eu, foi uma coisa que foi com tiro na polícia e coisa. Daí, ficou como, como se eu, sei lá, os brigadianos ficaram com uma coisa assim. Hoje em dia, eu encontrei brigadiano em Novo Hamburgo que já me prendeu, e daí veio me perguntar, e eu falava: 'ô, meu, eu nem lembro de ti, pra tu ter uma noção'. Eu digo pra eles, daí eles: 'não, mas eu lembro de ti, mas tu tá mudado, tu tá mais gordo'. E eu falava: 'sim, sim, bah! Já tenho família agora, tudo'. Ele falava: 'bah, que bom, meu, que bom'. Entendeu? É uma coisa que, tipo, agora, eu vou pra Novo Hamburgo, eu levo os brigadianos como se fossem.. Eu fico pensando assim: 'bah, quando vê, daqui uns dias, eu tô cortando o cabelo desse cara aí, é mais cliente pra mim'; eu fico pensando assim. E é o corte que mais paga a barbearia. Passo só máquina na zero, tudo brigadiano, só passa a máquina na zero, passa ali e lava, bota ali e seca e manda, manda andar, sabe? 'Bah, esse cara aí'... E eu tenho o número de brigadiano, aqui no meu celular, tenho número de brigadiano que é super amigo nosso, que vem aqui, sabe? É uma coisa muito show, muito diferente, assim, é outra vida, bah! Outra vida.

Percebe-se o quanto é significativa, no relato de Wilian, a satisfação pela mudança de sua relação com a polícia e, especialmente, o quanto ele se sente tratado com dignidade e afeto por parte deles, que o reconhecem como um bom profissional:

Tem policial que vem aqui e senta pra cortar o cabelo e a gente se arria: 'não, vamos marcar um futebol com vocês'. A gente brinca, né: 'que, aí, dá pra lanhar vocês no futebol'. E eles brincam com nós e dão conselho e levam nós super bem. Eu atendo o sargento do esquadrão antibomba de Porto Alegre, que é coisa nível, nossa, e ele senta aqui na minha cadeira e corta cabelo comigo, sabe? A gente até, a gente brinca, tudo, é outra vida pra mim, assim, sabe? É outra história que eu tô gerando, só que eu não comento, né? Não comento nada que eu já fui, mas eu levo, tipo, comento: 'bah, teu colega veio aí e, bah'. Aí, puxo um assunto do colega dele que também é brigadiano, sabe? Algo assim. Advogados, eu atendo também, e é um público que tudo querem me ajudar. Atendo dono de revenda que, às vezes, olham pra mim e: 'ô, tu quer? Te vendo um Civic'. Daí, tipo, se fosse na vida que eu tinha antes, eles iam dizer: 'bah, nem vou oferecer pra esse cara, não vai me pagar, esse cara vai me roubar o carro'; e, hoje em dia, os cara me oferecem. (Wilian).

O trabalho transforma as relações intersubjetivas do entrevistado e a forma como ele é visto pelos outros fortalece sua trajetória, afastando-o das situações de violência. Wilian, assim, sente-se pertencendo e construindo um novo percurso:

[...] o trabalho, quando entendido como princípio educativo, diferente do trabalho enquanto entrega de mão-de-obra, tem como referência o desenvolvimento pessoal para o exercício da cidadania, integrado ao desenvolvimento profissional que possibilite a compreensão e a atuação no mundo, para que haja a reinserção social, criando então uma possibilidade concreta de mudança de contexto social (BASTOS; AMORIN, 2017, p. 13).

Wilian trabalha sem vínculo empregatício, mas tem participação nos lucros da barbearia, que aumentam na medida em que o tempo passa. O entrevistado afirma que, quando está em casa, é procurado para cortar cabelo por vizinhos, o que acaba complementado a renda familiar, assim como o trabalho de sua esposa, em frigorífico. Segundo o egresso, a família de seu empregador o ajuda e quer que ele progrida administrando outras barbearias. Contudo, Wilian não tem nenhuma segurança social, caso perca o emprego. Tal relação de trabalho é observada como tendência no contexto dos jovens, pois ela foi constatada também entre outros jovens, que preferem enfrentar a precariedade nos vínculos trabalhistas se isso significar maior autonomia e satisfação pessoal. “Os lugares de trabalho permitem o intercâmbio, a informação, a comunicação e a partilha de conhecimento e de criatividade. Os dias, noites e períodos se tornam mais irregulares, bem como amizades são vivenciadas nas relações sobrepostas do trabalho e do lazer” (MARCON, 2018, p. 349).

Tiago e Mariana, que atuam como tatuadores, também vivenciam a falta de segurança social. Ambos, diferentemente de Wilian, não tiveram o apoio de outros profissionais para

ingressar na profissão. Tiago relata que gosta de tatuagem, mas que busca por um trabalho mais estável para conseguir sustentar-se melhor, no entanto, não está conseguindo encontrar uma oportunidade. Mariana conta que trabalhou, por um período, em uma empresa fumageira, mas não se adaptou ao trabalho, desligando-se do local e vindo a abrir seu estúdio de tatuagem.

Ambos os jovens se apoiam em suas famílias, na internet e nas redes sociais para formação e divulgação de seus trabalhos como tatuadores. Os entrevistados mantêm perfis nas redes sociais como forma de divulgar as tatuagens que realizam nos clientes, para atrair clientela. Tiago estava, à época da entrevista, tendo dificuldades com o trabalho de tatuador. Considera a cidade em que reside como interiorana para a profissão. Além disso, relata que sente preconceito por ser de fora da cidade, que sofre bastante com a concorrência e com a pandemia. Já Mariana, está satisfeita com seu estúdio de tatuagem, montado de forma anexa à residência da família. A egressa revela estar com bastante procura e que, inclusive, consegue pagar as prestações do carro próprio com os rendimentos do trabalho como tatuadora.

Mariana relata um pouco de seu processo de aprendizagem com o uso das tecnologias de informação.

Sendo que, quando eu resolvi mudar, tem tatuadores aqui em Venâncio, né, que eu pedi ajuda, pra me indicar, pra, tipo, me mostrar como é que fazia as coisas, entende? E nenhum ficou à disposição, nenhum ficou à disposição. O que que aconteceu? Tipo assim, tudo o que eu sei hoje em dia, entende? Eu fiquei vendo vídeo no Youtube dia e noite. Então, tipo, dá pra dizer que, quem eu sou hoje, foi graças a mim, sabe? Não por ninguém, porque eu sou aquele tipo de pessoa assim: se tu não quiser me ajudar e tu dizer que eu não posso, eu vou lá e te mostro que eu posso. É bem isso. (Mariana).

Percebe-se que as plataformas digitais e as redes sociais estavam dando apoio aos projetos profissionais dos jovens. Trata-se, portanto, de atribuir à “cultura digital” um papel fundamental para ganhos individuais e coletivos dos jovens, nas sociedades da comunicação contemporâneas. Muito à contramão do que alguns pensam, a Internet, no lugar de diminuir a sociabilidade, a aumenta (GADEA, 2015, p. 121).

A Internet tem auxiliado André, que perdeu o trabalho de *Oficce Boy*, no início da pandemia. Ele tem sobrevivido através de vídeos e lives de conteúdos e apresentações musicais, na plataforma do *Youtube*:

Faço lives todos os dias, praticamente. Então, tô nessa, nessa luta de tentar crescer na internet. É difícil? Com certeza! É, muita gente acha que o YouTube é fácil, que tu vai lá colocar um vídeo e vai ganhar milhões. Não é

assim, é difícil crescer na plataforma, é difícil ter aceitação das pessoas, porque as pessoas tem que gostar do que você está passando pra elas, e o ônibus tá passando. Ô, beleza, não é chegar lá e: 'Ah, vou colocar um vídeo, vou ganhar milhões de visualizações'. Meu primeiro vídeo teve cento e dez visualizações, porque eu compartilhei pra todo mundo que eu conhecia. O segundo teve vinte, o terceiro teve quinze, e foi baixando. Tenho um, acho que até hoje, ele tem vinte ou trinta visualizações. Hoje em dia, eu tô com dois mil inscritos, a minha média tá sendo de setecentas ou oitocentas views. Alguns que pegaram três ou quatro mil. Então, depende do conteúdo que eu tô passando e da pessoa se interessar. (André).

No caso de Mariana, Tiago e Wilian, alguns elementos são importantes para que se compreenda a relação que une sustento e prazer, pois, ainda que submetendo-se a situações de incerteza e insegurança, exercem suas profissões com satisfação: “tais atividades se tornaram uma forma alternativa de ganhar a vida diante do desemprego, do subemprego, e da oferta de más condições de trabalho, bem como são uma forma de resistir a um conceito de trabalho que se oponha ao prazer e a satisfação pessoal” (MARCON, 2018, p. 344).

Fica evidente que os participantes do estudo “buscam ganhar a vida a partir de atividades que lhes deem satisfação pessoal e lhes permitam criar e ir construindo o futuro de forma autônoma, mesmo enfrentando o dilema da precariedade, pela falta de garantia sociais e estigmatização” (MARCON, 2018, p. 344). Nesse sentido, Vinícius afirma sentir muita gratificação com seu trabalho atual como serralheiro e artesão metalúrgico. O egresso é proprietário de uma empresa, em sociedade com outro profissional da área. O jovem conta que aprendeu a profissão com um instrutor voluntário no Ceconp e que continuou realizando vários cursos com o mesmo instrutor, depois que saiu da Fase. Vinícius enfatiza que retornou ao Ceconp para dar cursos de forma voluntária, para jovens que cumprem medida socioeducativa:

É, daí eu fui lá e comecei a dar curso com ele também. Daí, só que eu, quando a gente começou a trabalhar na rua, aí eu comecei a juntar uma grana pra mim montar minha casinha, ali, né? Aí, ele pegou e começou a me ensinar tudo o que ele sabia, desde montar um quadro, a montar, que ele trabalha muito com obras de arte, né? Ele faz bastante obra de arte em ferro. Na verdade, o foco dele, em si, é a obra de arte em ferro, não é serralheria, né? Trabalha muito pouco com serralheria, e ele já trabalha há vinte e poucos anos com isso, né? Daí, ele me ensinou. Ele dá curso na rua também, sobre artesão metalúrgico, né? Aí, todo curso que ele dava, eu também tava ali, acompanhando. Então, eu já fiz mais de cinco cursos dele e, hoje, bah! Hoje, eu sei trabalhar muito bem sozinho. Tipo, o Jorge, na verdade, nossa parceria é assim: ele sai pra vender e eu fabrico, então ele nem bota a mão na peça, sabe? Quem fabrica as peças todas sou eu, e já, e é tudo meio fácil depois que o cara pega a manha, né? (Vinícius).

Vinícius também refere sobre a relação de afeto que estabeleceu com Roberto, o artesão metalúrgico que o ensinou a profissão e apresentou-lhe o seu atual sócio na empresa:

Então, bah, eu, eu sou muito satisfeito com tudo isso que eu tenho, sabe? Bah, eu agradeço sempre, bah! O Roberto, bah, o Roberto é, não tem, bah, não tem o que falar dele. Bah, literalmente, um paizão, literalmente. Sem ele, sem ele ter me ajudado, não, não sei o que seria de mim hoje, mudou total minha vida. Bah, total mesmo, tenho muito orgulho dele. (Vinícius).

Vinícius não mantém vínculo empregatício na empresa em que está constituindo sociedade. A entrevista com ele foi realizada em seu trabalho, o que permitiu à pesquisadora conhecer o ambiente e as lindas peças de metal produzidas pelo egresso. O apoio que Vinícius recebe do sócio e instrutor artesão metalúrgico são bastante evidentes e o deixam orgulhoso e tranquilo com o que conquistou até o momento. Observa-se que a empresa tem bastante perspectiva de crescimento e possibilita com que ele garanta o sustento de si mesmo e de sua família, ao mesmo tempo em que preserva autonomia. O jovem desfruta de satisfação pessoal e valorização social, sentimentos evidentes nos projetos que alimenta para o futuro, que incluem melhora de suas condições materiais de vida e a ampliação da empresa.

Por fim, é importante destacar a experiência de Alex, que perdeu o emprego no início da pandemia. O egresso trabalhava em uma lanchonete, em um clube de Porto Alegre, quando o clube foi fechado em função da pandemia. Como Alex é residente da Vila Cruzeiro, que fica próxima ao Ceconp, solicitou à equipe do Ceconp que lhe emprestasse o forno industrial para poder fabricar calzones e trabalhar como empreendedor, vendedor ambulante, durante o período de desemprego. Assim, Alex comparecia ao Ceconp diariamente. Fazia os calzones e os vendia para a comunidade. Naquele período, ele não pode dar continuidade ao seu processo de escolarização, também em virtude da pandemia. Segundo conta, a escola suspendeu as atividades. Mesmo diante das dificuldades, Alex valoriza tudo que alcançou até então:

Fui ganhando a confiança do meu chefe, fui ganhando a confiança do pessoal ali do clube, ali. Que eu achava tão engraçado que um dia eu tava lá no banheiro, me arrumando de branquinho assim, um senhor ali, veterano, vivido, bem estruturado de vida, com certeza, ele pegou e: 'ah, o que que tu é? Não sei o quê?'. 'Eu sou cozinheiro, trabalho ali no restaurante, é, trabalho ali'. E ele foi lá. Nós tava no banheiro, entrei, fizeram a higienização, lavei a mão, fui pras panelas. Daí, ele foi lá e pediu uma alimentação: 'Ô, eu quero uma alimentação, mas eu quero do meu cozinheiro'. Bem assim ele falou (risos), e eu tô lá na janelinha, olhei assim: "Ô, meu cozinheiro, eu quero um negócio das

tuas mãos, não sei quê'. Bah, e tá, pediu um lanche ali, eu fiz aqui, ele: 'bah!' Todo dia ele queria comer aquele lanche daquele jeito que eu fazia (risos). E, tipo assim, cara, é inevitável isso aí, é muito bom, porque tu é reconhecido e isso aí, tipo assim, outra, outro gênero, outro gênero, outra história de vida, outras coisas. Ele tá comendo aquilo ali da mão de um jovem, da mão dum guri aqui, bah, tem uma bagagem, bah, como é que é? Uma bagagem nas costas muito forte e eu achei tri importante isso, o pessoal me olhando assim: 'bah, cozinheiro'. (Alex).

No depoimento de Alex fica evidente que, além de alcançar o sustento material, o trabalho em sua vida significa construir uma nova história, ter outras relações de sociabilidade, conhecer outras perspectivas de vida, interagir com outros círculos sociais; isso possibilita seu afastamento das situações de violência. Além disso, o egresso ressalta a importância de aprender a cozinhar como algo novo em sua vida, que agregou muito ao seu estoque de conhecimento anterior:

A cozinha veio na minha vida, assim, na hora mais certa, porque hoje em dia eu vejo assim: eu sou referência pra comunidade onde que eu moro aqui. Porque, hoje em dia, assim, várias pessoas da minha comunidade já me viram fazendo coisa errada, assim, algum certo tempo da minha vida, e, hoje em dia, eles me ver assim, um guri todo tipo assim, com a roupa de cozinheiro ali, todo equipadinho, foquinha na cabeça, com o carrinho pra lá e pra cá oferecendo o meu, o meu trabalho que é dos calzones, que é um negócio que eu aprendi nesse decorrer da cozinha. (Alex).

O processo de colocar-se como referência positiva para a comunidade e para outros jovens que praticam delitos, procurando auxiliá-los com conversas, cursos e palestras, também foi encontrado em diversos relatos, entre os jovens egressos. Além de um ato de retribuição (MAUSS, 2017) ao que se recebeu, percebe-se que há uma reafirmação das transformações do jovem, através dessa experiência. Há um reconhecimento do passado que vivenciaram. Porém, com uma diferenciação e com um afastamento cada vez maior daquele tipo de sociabilidade violenta.

O relato de Alex demonstra um pouco do processo de identificação com o passado e, ao mesmo tempo, um distanciamento.

Tô com meu carrinho, se parou pra conversar comigo eu paro, dou atenção, sabe? Daí a moça pegou e falou assim: 'o que que tu tem pra vender aí?'; e eu falei: 'ah, eu tenho os calzones'. Aí, ela já foi direta: 'Ah, e tu aprendeu ali na FASE ali, né? Eles ensinam ali pros gurus, né?'. Daí, eu peguei, peguei voltei, ela falou... nem, nem falou que queria comprar e me deu essa daí. Eu peguei e voltei: 'não, perai moça,

não é da FASE. A FASE tá ali.’ Eu peguei e só fiz um, eu fiz, fiz parte da FASE, mas eu tirei algo bom pra mim, eu peguei e fiz um curso de culinária assim, assim, assado’, expliquei pra ela. E, não é a FASE que tá aqui vendendo comigo, é eu que tá aqui. Ela só foi um, um negócio da minha vida que eu passei ali e aconteceu e que eu tirei algo bom, tirei um algo bom, uma semente boa. Peguei, aprendi um cursinho de culinária, tô aí me destacando, bah! (Alex).

Alex expõe que se diferencia da FASE e que é ele mesmo quem define a própria história. A dimensão da temporalidade também está presente no processo no qual o jovem considera o passado, vive o presente e consegue projetar o futuro, tendo uma rota a seguir. Nesse processo, o egresso dá consistência aos seus planos e consegue resistir a processos de estigmatização:

Ela quis dizer assim: ‘ah, ele aprendeu na FASE’, desvalorizando. Daí, eu mostrei pra ela que não, que não é assim o negócio. Se... eu podia só passar por aqui e deu. Aqui, quem fez a diferença fui eu. Daí, ela ficou, aí, ela comprou de mim ainda os calzones e, ah, ‘não sei o quê’, já queria até que eu fizesse encomenda pra uns aniversários do filho dela: ‘ah, tua massa é maravilhosa, imagina tua pizza, não quer’... Eu tava sem telefone no momento, ‘ah, não tem um contato pra eu entrar em contato contigo? Quero fazer o aniversário do meu filho e eu gostei da tua massa, daí tu poderia fazer uns salgados’. Eu: ‘não, com certeza, sim’, entendeu? Ela veio errada, de errada eu fiz ela sair certa. (risos) E isso aí é bom, isso aí é bom. (Alex).

Alex reconhece as aprendizagens que foi adquirindo com as experiências e a interação com os outros. Porém, faz questão de singularizar a sua história afirmando que ele é quem fez a diferença. A possibilidade de asserção em relação a sua alteridade o auxilia a ir lidando com os obstáculos que surgem em seu cotidiano sem ser tomado por eles.

Até chegar no momento atual, cada jovem construiu um percurso particular, de acordo com suas vivências passadas e com o campo de possibilidades ao seu alcance. O campo de possibilidades foi constituído por pessoas e instituições que foram se articulando entre si e com as histórias dos jovens. Ao longo da trajetória, eles tiveram muitos direitos violados e muitas foram as políticas públicas que, estando fragilizadas e dissociadas de suas realidades, não conseguiram auxiliá-los. A escola é um exemplo disso. Contudo, é também importante ressaltar que se trata de uma realidade paradoxal, pois existiram momentos em que as instituições cumpriram o seu papel, assegurando direitos e sendo fundamentais para a mudança dos jovens.

Entre os entrevistados, as situações mais preocupantes e de risco parecem ser as ligadas aos jovens que estão desempregados ou ocupando trabalhos precarizados. Na situação das meninas Máisa e Melissa, apesar de afirmarem que estão bem, há uma situação de dependência

em relação a outros, que parece mais difícil de ser rompida. A relação de dependência torna seus projetos instáveis, pois estão atrelados, ainda de forma significativa, a como os outros (companheiro e/ou família) poderão auxiliá-las. Henrique também se encontra na mesma situação, e se ressentido por ter dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho, dependendo financeiramente da esposa e de seus familiares. A fragilidade presente na trajetória dos jovens, para ser transformada, necessita de ações de pessoas e de instituições que ofereçam apoio direcionado às necessidades de cada um deles, permitindo a ampliação de seus círculos sociais e de suas redes de sociabilidade.

Com relação às políticas públicas, percebe-se que os jovens respondem de forma muito consistente aos investimentos que são direcionados a eles, quando são articulados com a suas realidades e projetos. Além disso, muitas foram as políticas de garantias dos mais diversos direitos que auxiliaram os egressos e que não foram referidas diretamente no estudo, dando-se destaque às mais recorrentes. Pode-se ressaltar as políticas de habitação, auxílio desemprego, inclusão de pessoas com deficiência entre muitas outras que foram sustentando e fortalecendo a possibilidade do afastamento dos jovens da violência. Esta importância das políticas públicas em suas trajetórias permite a compreensão de que se fossem fortalecidas e mais direcionadas a realidades dos jovens poderiam prevenir de forma mais efetiva situações de violência e evitando a reincidência de muitos outros jovens. Ainda refletindo sobre as políticas públicas, verificou-se que foi fundamental o apoio que os jovens receberam de pessoas que foram além de seu papel na institucionalidade e que investiram neles de várias formas, estabelecendo vínculos fortes, acreditando no seu papel na causa social de assegurar direitos, não os desamparando em momentos de crise.

Além das políticas públicas, observam-se como de fundamental importância as ações com origem na sociedade, formada por diferentes pessoas e instituições, que foram ao encontro dos jovens, oferecendo-lhes formas para que se integrassem em diferentes círculos sociais. Percebe-se, ainda, que a cultura digital associada às relações de apoio também é capaz de ampliar as redes de sociabilidade. Com base nas trajetórias narradas pelos jovens, constata-se que o processo de transformação ocorre gradualmente, sendo vivido, por cada um, de maneira singular. As vivências particularizam-se a partir de história, cultura, relações interpessoais e possibilidades de encontros que possam vir a surgir para cada egresso.

Para alguns entrevistados, a religiosidade é importante forma de apoio em momentos de desamparo, oferecendo conforto e indicando um caminho ou uma rota a seguir. Já a educação, é mais bem aproveitada quando oferecida com o apoio da família e de políticas públicas de

transporte escolar, por exemplo, e/ou quando a escola se mostra próxima das famílias e dos jovens.

A educação oferece conhecimentos e auxilia nas mudanças dos egressos, na medida em que não significa apenas uma realidade abstrata, associando-se com as necessidades da realidade do cotidiano dos jovens e oferecendo um sentido afim com seus projetos de vida. O trabalho é, por vezes, realizado com baixos salários e de forma precária. Este é um fator preocupante, uma vez que faz emergir relações de insegurança e de privações. Por outro lado, o trabalho mostra-se como uma forma importantíssima de o jovem conseguir viabilizar novos projetos, especialmente quando garante o seu sustento, traz possibilidade de crescimento associado a novos projetos, o insere em outros círculos sociais e traz satisfação pessoal. Trabalhar mostrou-se importante para os egressos porque a atividade reconstrói e ressignifica simbolicamente os seus lugares no espaço público.

Considerando as trajetórias múltiplas e diversas que os jovens apresentam, entende-se que é importante que a garantia de direitos e as ações de apoio não sejam oferecidas a eles de forma massificada, sem considerar suas singularidades, vontades e satisfação pessoal. Somente assim pode-se fazer frente à difícil realidade que os egressos encaram em suas vidas e em suas comunidades, nas quais a violência torna-se a forma mais atraente de vivenciar sociabilidades, sustentar-se economicamente e inserir-se em um círculo social específico.

Os jovens sempre reconhecem a importância da rede de apoio formada por pessoas e instituições, entretanto as suas transformações são percebidas por eles de forma singular, de autoria própria, como uma forma de afirmação de alteridade e de diferenciação em relação aos outros e ao próprio passado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou como fatores protetivos e de risco influenciaram na trajetória de jovens egressos de MSE privadas de liberdade que deixaram de praticar delitos. Os participantes são egressos da FASE que cumpriram medida socioeducativa nas unidades de Porto Alegre e do Vale do Rio dos Sinos.

As razões para o envolvimento de jovens com delitos são multifatoriais e para além de quais fatores os colocam em risco e quais os protegem, é importante compreender como eles atuaram no sentido de contribuir com o não envolvimento de jovens com a violência.

Logo, pode-se afirmar que a exposição ao risco é evidente no momento em que os jovens relatam sobre as suas trajetórias, quando se envolveram com os delitos. Nessas situações, como fator de risco proeminente estão as diferentes vulnerabilidades sociais enfrentadas por eles, deixando frágil a possibilidade de que elaborem projetos para o futuro, pois têm necessidades que precisam ser atendidas de forma imediata. Os delitos, para alguns, foram realizados como meio para garantir a sobrevivência física e material deles e de suas famílias.

Verifica-se que, quanto mais restritas são as relações sociais dos jovens, e se, no grupo limitado ao qual se vinculam não há apoio necessário para que eles possam transpor suas dificuldades, maior é o grau de insegurança manifestado por eles, prejudicando as chances de irem além, em busca interações como forma de solucionar os próprios conflitos. Um grupo que se mostrou de bastante risco foi aquele com o qual os jovens costumavam praticar atos infracionais. Frente a grupos sociais reduzidos, conforme registrados nos relatos que compõe este estudo, os egressos permaneciam com poucas interações e possibilidades de abrirem-se a alteridades, diminuindo as chances de refletirem sobre seus comportamentos e os comportamentos de seus grupos. A análise dos dados indica, ainda, que o fato de os jovens manterem familiares e amigos que estiveram ou estão encarcerados mostra-se como mais um fator de risco, pois restringe o círculo social deles às vivências de encarceramento.

Com relação ao gênero, a pesquisa demonstra que quando há a prática do ato infracional, enquanto os homens se uniam a grupos para se sentirem incluídos, afirmando a masculinidade, as mulheres tornavam-se mais vulneráveis, pois não correspondem ao estereótipo de passividade e delicadeza atribuído socialmente a elas. Contudo, a marca da desigualdade e da discriminação não se mostra apenas nas questões de gênero, mas também nas raciais. O preconceito apresenta-se como um fator de risco para os jovens negros, que sentem que não têm as mesmas oportunidades que os demais. Eles sofrem, portanto, com mais inseguranças e maiores chances de sofrerem violência.

Os participantes do estudo relatam que residir em áreas periféricas da cidade pode se tornar um risco para o envolvimento com a violência, pois sentem-se sem poder contar com as políticas de proteção do Estado para resolverem seus conflitos. Eles têm a sensação de que foram abandonados pelo Estado, deixados à deriva sem a oferta de políticas de bem-estar social. Os jovens enxergam penalização como a principal presença da atuação do Estado na periferia. Neste contexto, os adolescentes recorrem à violência por terem que resolver de forma solitária situações graves, que incluiriam ameaças de morte a si mesmo e às próprias famílias.

Este estudo revela que, para as famílias que passam por vulnerabilidades semelhantes às dos jovens, não foi possível, por vezes, mostrar-se como uma referência de rotina, de acolhimento das necessidades e das falhas, de apoio para resolução de conflitos, de compreensão das diferenças e de aceitação da expressão de sexualidade. Por essa razão, os adolescentes permaneciam bastante tempo fora de casa, na rua, longe das famílias, buscando alívio para os próprios conflitos. Entretanto, o jovem não encontra a proteção e o acolhimento almejado fora de casa. O ambiente da rua mostrou-se, muitas vezes, hostil, deixando-o exposto a situações de violência que podem surgir de forma sistemática e estrutural, fazendo com que o jovem busque por segurança participando de “embolamentos”, nos quais a prática de delitos é recorrente.

Assim, ele vai entrando cada vez mais no “mundo do crime”, e com isso reforça o estigma contra ele e a “sujeição criminal” (MISSE, 2010), que reforça o suposto lugar social a que pertence, obstaculizando a criação de outras possibilidades de interação social que não sejam pela via da violência. Dessa maneira, as vulnerabilidades traduzem-se em violações de direitos que demonstram um descaso da sociedade e do Estado para com os jovens, uma vez que reduzem as possibilidades de terem outros projetos de vida. A evasão escolar e a desistência das escolas em relação a eles são um exemplo do desinvestimento social nos jovens. Logo, o envolvimento em delitos, nessas circunstâncias, revela-se como uma forma de reivindicar o reconhecimento das próprias necessidades e ter os próprios direitos assegurados.

Com relação à MSE, percebe-se que, para alguns egressos, essa experiência já está bem distante, devido ao tempo transcorrido desde a saída da instituição ou por terem permanecido nela por curto período. Para outros, a experiência é bastante presente. Alguns manifestam vontade de retornar à instituição para rever pessoas e auxiliar outros jovens a deixar o envolvimento com a violência. As entrevistas deixam transparecer que as lembranças e os afetos em relação ao tempo de cumprimento de MSE são percebidos pelos jovens de forma ambivalente, ou seja: em alguns momentos, referem os sofrimentos que passaram naquele momento e, em outros, afirmam que foi uma lição necessária para suas vidas. O aprendizado

ocorreu a partir das vivências proporcionadas, seja nas interações com outros jovens, funcionários, na escola, nas oficinas, nos cursos profissionalizantes ou nos estágios.

As lembranças de maior sofrimento estão relacionadas à privação da liberdade e a momentos em que não se sentiram tratados com dignidade no ambiente institucional, especialmente devido a cobrança de regras e de rotinas de forma rígida, sem levar em conta o contexto no qual os conflitos ocorreram e nem os sentimentos e necessidades envolvidos. Os entrevistados perceberam essas situações como sendo violentas contra eles. As memórias indicam que os sentimentos de injustiça na cobrança das regras e da dissociação de suas realidades pode gerar conflitos e fragilizar vínculos e laços sociais importantes de serem estabelecidos entre os funcionários e os jovens, para a mitigação das situações de violência.

Apesar disso, os jovens entendem a importância das regras e de sua transmissão, quando associadas às funções socializadoras. Mesmo com as dificuldades vivenciadas na instituição, eles resistiram aos movimentos de desconsideração de suas necessidades e buscaram soluções e apoios que os auxiliassem a garantir direitos em situações específicas. Para os egressos, constituiu-se como aprendizagem significativa na instituição a possibilidade de serem escutados e acolhidos, quando estavam passando por um conflito. A partir do diálogo e do estabelecimento dos vínculos, as regras eram assimiladas pelos jovens que passavam a apreendê-las como sendo importantes e fazendo sentido para eles.

As boas recordações envolvem as relações em que os egressos se sentiram cuidados, auxiliados e valorizados por funcionários, professores e outros adolescentes, pessoas que, com seus gestos, lhes auxiliaram a seguir um projeto de futuro sem o envolvimento com a violência. O momento de parada para reflexão foi importante e possível na medida em que os jovens sentiram apoio para realizá-lo. Eles correspondem com mudanças visíveis e atitudes, quando se sentem cuidados e quando recebem afeto e apoio para desenvolver aprendizagens. Estas podem traduzir-se em proteção para ampliação de suas interações sociais em outros círculos, diferenciando-se daqueles em que as ações envolviam a prática de delitos.

A possibilidade de estabelecer relações de sociabilidade no contexto da instituição mostrou-se como importante. Assim, a privação da liberdade deve ser capaz de servir como forma de ampliar as relações de sociabilidade e de círculos sociais, pois estes são caminhos para que tensões sejam aliviadas e por meio deles o jovem se fortalece para avançar e estabelecer outros vínculos e laços sociais. Nesse processo, o jovem consegue formar melhor a ideia de quem ele é e diferenciar-se dos outros. Participando de diferentes círculos, ele consegue situar-se melhor em relação a sua trajetória singular e específica, percebe que não está destinado a pertencer ao círculo com o qual costumava praticar violência, por falta de opção. Nas trocas

cotidianas, o estar junto, de forma até lúdica, fortalece relações, criando afetos recíprocos. Quando a “ajuda” e o “apoio” aconteciam a partir das interações realizadas, os funcionários conseguiram colocar-se como rede aos jovens, acessando-os e sendo acessado por eles, como pessoas e não como representante institucional seguindo normas protocolares.

O trabalho articulado em rede, entre as políticas públicas, durante a MSE, mostrou-se bastante efetivo para garantir direitos e propor ações vinculadas à realidade dos jovens, possibilitando o trânsito deles por diferentes instituições e serviços. Percebe-se que a gestão da política da MSE, e outras destinadas aos jovens, afeta a sua execução, podendo auxiliar ou prejudicar o acesso, especialmente quando existem apenas como programa específico de governo e não como uma política pública de fato. São ainda escassas as oportunidades de cursos de qualificação profissional oferecidos, a partir de políticas públicas, para o público em MSE. Porém, as possibilidades existentes proporcionam, conforme relato dos egressos, transformações aos que tiveram acesso a elas.

Sobre o cumprimento da MSE, chama a atenção que, por vezes, o jovem acaba tendo alguns direitos assegurados somente quando ingressa nas unidades da FASE. Percebe-se que os jovens passam a ter a alimentação assegurada, quando ingressam na instituição, assim como também uma rotina que propicia a manutenção de cuidados básicos com a saúde. Garantir a escolarização, durante a MSE, constitui-se como um fator de proteção. O resgate do vínculo com a escola, a não ampliação da defasagem, o estabelecimento de novas relações em outro círculo social e a possibilidade da aprendizagem contribuem com os projetos futuros dos jovens ao mesmo tempo em que atuam como fatores protetivos. A possibilidade de escolha entre diferentes cursos, de poder pensar sobre si para decidir qual direção deseja seguir, mostrou-se como um fator protetivo, na medida em que o jovem se percebe como protagonista no processo. Para a maioria deles, foi criado, na MSE, um processo de poder projetar planos envolvendo especialmente família e o trabalho, que foi transposto para fora da instituição e alcançou o espaço público. As novas vivências em diferentes tempos e espaços contribuem para a construção de referências e de novos sentidos para as suas ações.

A partir da resposta dos egressos às interações sociais que remetem ao apoio e à proteção, tendo direitos garantidos e assegurados, percebe-se que muitas situações de violência poderiam ter sido evitadas, caso essas oportunidades tivessem sido viabilizadas antes da MSE. As situações de violação de direitos também podem ser evitadas com a articulação em rede. O fato de os jovens perceberem os delitos nos quais se envolveram localizados em uma situação específica do passado permite com que, atualmente, consigam compreender e diferenciar a violência de suas realidades atuais, sendo esta reflexão uma forma de proteger-se de novos

envolvimentos. Da mesma forma, manter laços sociais fortes com pessoas que reprovam aquele comportamento, especialmente as que foram consideradas como seus “outros significativos”, mostra-se como uma forma de proteção, pois continuar com as ações violentas poderia significar o rompimento definitivo desses vínculos.

A família surge como o maior, mas não único, representante dos vínculos que foram se transformando e se estabelecendo, após o período da MSE. As experiências dos jovens com a violência originaram situações difíceis e complexas com as quais eles e as famílias tiveram que lidar. No percurso, eles desenvolveram capacidades de transformação, adaptação e compreensão diante das necessidades que surgiram. Trata-se de um movimento de reciprocidade entre o egresso e a família, que foi se fortalecendo e estabelecendo novos laços ao longo do tempo.

A família é, portanto, um elo forte de referência afetiva, sendo constituída a partir de laços biológicos com os pais, os irmãos, os avós e os filhos. Os laços não biológicos geralmente são provenientes de relações familiares constituídas ao longo da vida, geralmente com companheiro ou companheira, podendo também ser amigos, cunhados, sogros ou até empregadores. A família é referência afetiva morando junto, estando separada ou com familiares presos. Familiares falecidos também são tidos como referência afetiva, devido ao que significaram para os jovens enquanto estavam vivos. Cada um, a partir de sua trajetória, constitui referências afetivas de forma singular, sendo estas muito valorizadas por eles. As experiências dos egressos com a violência originaram situações difíceis e complexas com as quais eles e as famílias tiveram que lidar, passando por períodos de turbulência.

A capacidade de transformação e de fortalecimento da família para ocupar e estabelecer o seu lugar de proteção e referência também é evidente neste estudo. A partir de trocas e de compartilhamento das dificuldades da família com uma rede de apoio, é possível que compreendam suas fragilidades, construindo a historicidade de situações traumáticas, reconhecendo o sofrimento e a dor vivenciada por eles. Assim, a família pode ocupar o seu lugar de fornecer sentido, acolher e ser um espaço permanente de elaboração de experiências vividas. Percebe-se que os jovens constituem seus projetos a partir da perspectiva de suas famílias de origem, e das que foram formando com o passar do tempo, e que já são resultado de ações projetadas anteriormente.

O período pós-institucionalização acentua a percepção dos jovens com relação à formação da própria família, enxergando especialmente nos filhos, mas não apenas neles, uma razão para o afastamento de situações de violência. O movimento de reciprocidade entre o jovem e a família é fortalecido. Nele a relação de cuidar e de ser cuidado, ou seja, de receber e

de retribuir o que lhe foi dado, tem mostrando-se como uma proteção significativa para eles. A família constitui-se, portanto, como rede de apoio e fator protetivo importante para que os egressos não se envolvam com a violência.

As entrevistas realizadas com os egressos revelam que os conflitos e as violações de direitos os seguem ao longo da vida. Entretanto, mostram-se como protetoras algumas experiências que, aos poucos, vão lhes auxiliando e sendo agregadas ao seu estoque de conhecimento anterior, fornecendo recursos para que evitem as situações de violência. Os recursos podem vir com as experiências, aprendizagens e redes de apoio que são formadas ao longo das trajetórias. A complexidade das situações que os jovens enfrentam sendo egressos da FASE, sofrendo com estigmas que os forçam a permanecer no lugar que lhes é destinado, ou seja, da morte ou da reincidência, permite considerá-los sobreviventes por terem conseguido contrariar as estatísticas, na medida em construíram uma nova história. Para romper com as determinações sociais, eles encontraram redes de apoio fundamentais. Entre as mais proeminentes no período pós-institucionalização, além da já referida família, estão a religiosidade, a educação e, especialmente, o trabalho.

A religiosidade auxilia na ampliação das redes de sociabilidade, servindo de apoio para que os jovens frequentem outros círculos sociais, tenham novas experiências e exercitem a alteridade, se percebendo de forma diferente também. Já a educação, oferece conhecimentos e auxilia em suas mudanças, e pôde ser acessada pelos jovens quando associada a outras políticas públicas e apoios entre eles da rede familiar para que consigam avançar e sustentar a continuidade do processo. Quando relacionada às necessidades cotidianas, especialmente às que tange o trabalho dos jovens, a educação dá sentido para a melhoria das condições de vida.

Na vida dos participantes da pesquisa, entre os fatores de risco que ainda permanecem, estão as situações de desemprego e/ou de vínculo com trabalhos precários (realidade mais evidente com a pandemia do Coronavírus). O trabalho é identificado, nesta pesquisa, como importante fator de proteção. Trata-se de uma forma de garantir o sustento, trazendo a possibilidade de crescimento associada a novos projetos e à satisfação pessoal. Assim, o trabalho redimensiona e ressignifica simbolicamente o lugar ocupado pelo jovem no espaço público.

A reciprocidade entre o jovem e os outros é fator fundamental para o despertar da alteridade, sendo necessário, para isso, o estabelecimento de relações de sociabilidade. Para o processo de manterem-se afastados das situações de violência, é fundamental o apoio que os egressos recebem de pessoas que foram além do papel institucional, neles investindo de várias formas, estabelecendo vínculos significativos e percebendo a própria importância na trajetória

de socialização do jovem. Para além das políticas públicas, o apoio da sociedade formada por pessoas e instituições, que proporcionam a participação dos entrevistados em diversos círculos sociais, promove a abertura do campo de possibilidades dos jovens, para que diversifiquem os projetos que envolvem família, lazer, educação, trabalho entre outros.

Por fim, os estudos reunidos nesta tese indicam que o processo de transformação dos jovens egressos de MSE ocorre gradualmente, com o passar do tempo, e cada um vive um percurso único, de acordo com sua história, cultura, relações interpessoais e campo de possibilidades. Os participantes desta pesquisa relacionam as mudanças em suas trajetórias à rede de apoio formada tanto por pessoas como por instituições. Logo, ao mesmo tempo em que a transformação é compartilhada, ela é também constituída da responsabilidade própria como forma de afirmação de alteridade e de diferenciação de si em relação ao passado.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Suelen Pinheiro Freire. **Embolamentos: Sociabilidades juvenis delitivas em contextos de periferia**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. (UNISINOS), São Leopoldo, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8801/Su%C3%A9len%20Pinheiro%20Freire%20Acosta_.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 05 abr 2021.
- ABRAMOVAY, Miriam et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADORNO, Sergio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. Rev. Bras. **Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 2, n.2, 2010, p. 1 – 11.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **A Racionalidade Prática do Isolamento Institucional: Um estudo da medida socioeducativa de internação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia)- Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tdc-25102016-125922/publico/2016_BrunaGisiMartinsDeAlmeida_VCorr.pdf Acesso em 04 abr 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- ALVES, Paulo César. A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n.1, p. 15-31, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n1/02.pdf> Acesso em: 16 jun. 2019.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos de Souza. Criando Caim e Abel: Pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. V. 4 n. (3), P. 131-144, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100011&script=sci_abstract&tlang=pt Acesso em: 25 mai. 2019.
- ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz. 1999.
- BARBIANI, Rosangela. Violência e Violação de Direitos Humanos: medidas socioeducativas no município de São Leopoldo na ótica dos determinantes sociais de saúde. **Relatório de pesquisa apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Leopoldo**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, São Leopoldo, 2014.
- BASTOS, Stephanie Freires; AMORIN, Mario Lopes. A qualificação profissional como possibilidade de ressocialização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. **Revista Labor Edição Especial**. Fortaleza/CE, v. 02, n 18, p. 06-16, Nov de 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33500/73398> Acesso em: 05 abr 2021.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa; REIS, Lilian Perdigão; RABINOVICH, Elaine Pereira. Nacer Não é Igual para Todos: reflexões sobre o singular e o plural do parto em diferentes gerações. In: TRAD, Leny A. Bomfim. **Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz. 2010. p. 201-226.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER; Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2009

BRANCHER, Leoberto.; AGUINSKY, Beatriz. Juventude, crime & justiça: uma promessa impagável. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA. (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**. São Paulo: Ilanud, 2006. p. 469-494.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Lei Nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm#:~:text=L10097&text=LEI%20No%2010.097%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das,o%20de%20maio%20de%201943. Acesso em: 05 abr 2021.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo –SINASE. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. Sistema Nacional Socioeducativo. Lei Federal 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília: Presidência da República. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Sócio – Educativo do Rio Grande do Sul. Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul /PEMSEIS. Porto Alegre: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: FASE, 2014. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/> Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Levantamento Anual SINASE 2016. Brasília, DF: MDH, 2018. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf Acesso em: 05 jan. 2019.

BRUSIUS, Analice; ROSA, Fátima Sabrina da; ACOSTA, Suélen Pinheiro Freire. Bondes e embolamentos: sociabilidades delitivas juvenis na região metropolitana de Porto Alegre. **Sociabilidades urbanas** – Revista de Antropologia e Sociologia, João Pessoa. v.3, n.8, p. 15-26, julho de 2019. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V3N8%202019%20D1%20Artigo%20Acosta%20el%20al.pdf> Acesso em: 04 abr 2021.

BRUSIUS, Analice.; MACHADO, Magale Camargo. A psicologia na Socioeducação de Adolescentes. In: LAGO, V. VASCONCELOS, S.J.L.(Org). **A Psicologia Jurídica e suas Interfaces: um panorama atual**. Editora UFSM. Santa Maria, 2016.

CAILLÉ, Alain. Dádiva, Care e Saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 36, mai/ago p. 42-59, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v16n36/1517-4522-soc-16-36-0042.pdf> Acesso em: 05 abr 2021.

CAMARGO, Paulo Henrique. Seus e Donas. In: Lazzarotto at al. **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. P. 45-46 Disponível em:

CAMPOS, André Gambier; PHINTENER, Marcelo de Jesus. Tempos Sociais de Jovens no Brasil Urbano. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**, Brasília Ipea, 2016. p. 123-149

CARDOSO, Priscila Carla; FONSECA, Débora Cristina. Adolescentes Autores de Ato Infracional: Dificuldades e acesso e permanência na escola. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, V.31, p. 1-14, Sep 02, 2019 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v31/1807-0310-psoc-31-e190283.pdf> Acesso em 04 abr 2021.

CARVALHO, Julia Dutra de. Egresso (a) In: Lazzarotto at al. **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 97-98

CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (CASE) NOVO HAMBURGO.

Encontro de MC's do Case NH e da CSE premia adolescentes com gravação profissional. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/encontro-de-mcs-do-case-nh-e-da-cse-premia-adolescentes-com-gravacao-profissional/> Acesso em 20 de junho de 2019.

CERASO, Stephanie. Survivors' Tales: Cultural Trauma, Postmemory, and the Role of the of the Reader in Art Spiegelman's Visual Narratives. **EnterText**, 6.3p.204-228. Disponível em: <https://www.brunel.ac.uk/creative-writing/research/entertext/documents/entertext063/ET63CerasoED.pdf> Acesso em: 26 mai 2019.

CERQUEIRA, Daniel.; MOURA, R. L.. (2014) **Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil**. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desafios_completoweb.pdf Acesso em: 01/06/17.

CERQUEIRA, Daniel; Coelho, Danilo Santa Cruz. **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1588-td2267.pdf> Acesso em: 04 abr 2021.

CERQUEIRA et al. **Atlas da Violência 2020**. Brasília; IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acesso em: 04 abr 2021.

CODOÑER, Javier Ros. La família como relación social. **Correlatos**: Investigación multi e interdisciplinaria sobre família. Puebla, Año 1, num, 1 enero-junio 2018. Disponível em: https://www.upaep.mx/templates/cefas/docs/01_familia_como_relacion_social.pdf Acesso em: 04 abr 2021.

CORDEIRO, Jair Silveira. “**Mais um dia no sistema**”: código de conduta próprio e normas institucionais no cotidiano de adolescentes privados de liberdade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1957/1/000425379-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em: 05 abr 2021.

CORDEIRO, Jair Silveira. “**Tá, então tá. Vou falar a verdade**”. Relações de Poder e Produção da Verdade no Sistema de Justiça Juvenil de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6871/2/TES_JAIR_SILVEIRA_CORDEIRO_COMPLETO.pdf Acesso em: 05 abr 2021.

COSTA, Claudia Regina B. S. F. ASSIS, Simone Gonçalves. Fatores Protetivos a Adolescentes em Conflito com a Lei no Contexto Socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte. V. 18 n. (3), P. 74-81; set/dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a11v18n3.pdf> Acesso em: 26 mai. 2019.

CRAIDY, Carmem Maria. Educação. In: Lazzarotto et al. **Medida Socioeducativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. P. 94-95

CRAIDY, Carmem Maria. Educação- Escolarização. In: Perondi et al. **Juventude: entre A & Z**. Porto Alegre: Cirkula, 2020. P. 32-135

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1997.

DAYRELL, Juarez. A Escola Faz Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf> Acesso em: 26 out. 2020.

DAYELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: Fávero et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-voll6juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 26 mai. 2019.

DIOGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência**; Gangues, galeras e movimentos Hip Hop, São Paulo: Annablume, 1998.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

EMICIDA, Mãe. In: **Letras**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/mae/> Acesso em: 04 abr. 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.122, de 09 de janeiro de 2009. Porto Alegre: Assembleia Legislativa: 2009. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.122.pdf> Acesso em: Acesso em: 01 jan. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.228, de 15 de abril de 2013. Porto Alegre: Assembleia Legislativa: 2009. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.122.pdf> Acesso em: Acesso em: 01 jan. 2019,

EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. **Barreiras da sobrevivência**: angústias e dilemas de jovens autores de atos infracionais pós-institucionalização. Natal, RN: EDUFRRN, 2011.

FACHINETTO, Rochele Fellini. A “Casa de Bonecas”: um estudo de caso sobre as adolescentes privadas de liberdade no Rio Grande do Sul. In: SANTOS, José L. V.; TEIXEIRA, Alex T.; RUSSO, Mauricio. Introdução. IN: SANTOS, José L. V.; TEIXEIRA, Alex T.; RUSSO, Maurício(Org.). **Violência e Cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FEIXA; Carles. NOFRE, Jordi. Culturas Juveniles. **Sociopedia.isa**. P.1-20, Madrid, 2012. Disponível em: <http://www.sagepub.net/isa/resources/pdf/Youth%20Cultures%20-%20Spanish.pdf> Acesso em: 05 jan.2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FINAMORI, Sabrina; FERREIRA, Flavio. Gênero, Cuidado e Famílias: Tramas e Intersecções. Mediações – Revista de Ciências Sociais. Londrina. V. 23 n. 3 p. 11-42 set-dez, 2018. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/35651/pdf_1 Acesso em: 05 abr 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa Etnográfica e Educação. In: **XXI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação-ANPED**, Caxambu, 1998. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBD_E10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf. Acesso em 25 fev 2011.

FREITAS, Jéssica; FERRAZ, Larissa. Escola. In: Lazzarotto at al. **Medida Socioeducativa**: entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 101-103.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. **Encontro de mc's do case nh e da cse premia adolescentes com gravação profissional**. Porto Alegre, ago. 2017.

Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/encontro-de-mcs-do-case-nh-e-da-cse-premia-adolescentes-com-gravacao-profissional/> Acesso em: 16 jun. 2019.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. **Relatório trimestral**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/populacao-diaria/> Acesso em: 16 jun. 2019.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. Assessoria de Informação e Gestão. **Levantamento Mensal**. Porto Alegre, 2021.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. Assessoria de Informação e Gestão. **FASE - Estrutura e Atendimento**. Perfil dos(as) Socioeducandos (as). Porto Alegre, 2021.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. **UNIDADES. Ceconp**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/unidades/> Acesso em: 04 abr. 2021.

GADEA, Carlos. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 92, p. 75-98, mar 2011.

GADEA, Carlos. **Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre: contextos, situações e perspectivas**. Porto Alegre: Circula, 2015.

GALDEANO, Ana Paula. **Crianças e Adolescentes com Familiares Encarcerados**. Levantamento de Impactos Sociais, Econômicos e Afetivos. São Paulo: CEBRAP, 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, Martin. W. e Gaskell, George. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático** (p.64-93). Petrópolis: Vozes, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In.: Bauer, Martin. W. e Gaskell, George. (Org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. (p. 244-270). Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFMANN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Da queda ao recomeço: a construção de uma nova história. **Gazeta da Socioeducação**, Porto Alegre, ano III, 15.ed., nov. de 2018. p. 4-5.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, ANO 7, N. 1, 1º. Semestre, p.

17-27, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a03.pdf> Acesso em: 4 de abr 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03032011-122251/publico/2010_DanielVelosoHirata.pdf Acesso em: 04 abr 2021

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Cuidado e Cuidadoras**: As várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. Columbia University. **Poetics Today** 29:1. p. 103-128, 2008. Disponível em: https://urokiistorii.ru/sites/default/files/hirsch_generation_of_postmemory.pdf Acesso em: 26 mai 2019.

HOLANDA, Jorge Garcia. Se virando no sistema da rua: Moradores de rua, conceitos e práticas. Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-44, jan.-abr. 2019 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30941> Acesso em: 4 de abr 2021.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXOCOGRAFIA. Pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Moderna, 2015.

IRION, Adriana; COSTA, José Luís. Meninos Condenados. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 21, jan. 2012a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2012/01/de-162-jovens-internos-da-ex-febem-ha-10-anos-48-morreram-3639101.html> Acesso em: 01 jan. 2019.

IRION, Adriana; COSTA, José Luís. Meninos Condenados. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 25, jan. 2012b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/01/natanael-e-rafael-dois-exemplos-de-esperanca-apos-a-febem-3642477.html> Acesso em: 01 jan. 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; HERNANDEZ, Priego. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro, UNESCO, Brasília, 2013.

KOERISH, Bruna Rossi; COSTA, Bruno Peixoto; KIGESKY, Kerolen Daiana de Oliveira. Futuro. In: Perondi at al. **Juventude**: entre A & Z. Porto Alegre: Cirkula, 2020. P. 207-210

LECCARDI, C. **Para um novo significado do futuro**: mudança social, jovens e tempo. Tempo Social, v. 17, n. 2, pp. 35-57, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MAGNANI, José, G. C. Os Circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**. São Paulo, v. 17, n.2, p. 173-205, nov, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a08v17n2.pdf> Acesso em: 05 jan. 2019.

MARCON, Frank. **Juventudes, Precariedades e Estetização**: Mobilidades, Formas de Trabalho e Estilos de Vida. MARCON, Frank; NORONHA, Danielle Parfentieff de. **Juventudes & Movimentos**. Aracajú: Criação, 2018. P. 335- 353 Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2018/11/juventudes-e-movimentossite.pdf> Acesso em: 05 abr 2021.

MARQUES, Ivan. et al. **Aí, Eu Voltei para o Corre**: Estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo. São Paulo: *Instituto Sou da Paz*, 2018.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social**. São Paulo, 11 (1): 157 -175, mai. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12298> Acesso em: 16 jun. 2019.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. bras. saúde matern. infant.**, Recife, 1(2) p. 91-102, maio-ago, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf> Acesso em: 05 abr 2021.

MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. **Lua Nova**, n. 79, pp. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf> Acesso em: 04 abr 2021.

MORAES FILHO, Evaristo. de (Org.). **Georg Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

MUSSKOPF et al. **Desvelando percepções de uma realidade**- extermínio de adolescentes e jovens. São Leopoldo: CEBI, 2014.

OLIVEIRA, Vítor H. N. et al. Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, n.70, p. 311-325, jul/ago, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n70/0104-4060-er-34-70-311.pdf> Acesso em: 05 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenindo a Violência Juvenil**: Um panorama das evidências. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/181008/9789241509251por.pdf;jsessionid=EE0FC607BC798654831F05D79D3FC0FC?sequence=5> Acesso em: 25 mai. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em aberto**, Brasília, ano 14, n.61, p. 53-59, 1994.

PAIVA, Valdemir; Priori, Claudia. Mulheres no ‘mundo’ da violência e do crime: Algo fora de lugar? (Comarca de Guarapuava/PR, 1965-1980). **Dilemas**: revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro, Vol. 12, no 2, Mai-Ago, p. 427-449, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/15873/20921> Acesso em: 04 abr 2021.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: Fávero et al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-

[vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](#) Acesso em: 27 mai. 2019.

PICÓ, Josep; SERRA, Inmaculada. **La Escuela de Chicago de Sociologia**. Madrid: Siglo, 2010.

PIMENTA, Melissa de M. Masculinidades e Sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas**: revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro. v.7, no.03, pp. 701-730, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7239/5821> Acesso em: 27 mai. 2019.

PRADO, Sofhia. Porque até pra ser errado tem que ser certo': Reflexões sobre moralidades no crime. **Dilemas**: revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro. Vol. 13, no, JAN-ABR 2020 – pp. 233-254, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/20791/20885> Acesso em: 04 abr. 2021.

RACIONAIS Mc's. Diário de um detento. In: Letras. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63369/> Acesso em: 04 abr. 2021.

RANIERE, Édio. **A invenção das medidas socioeducativas**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequence> Acesso em: 17 jun. 2019.

ROLIM, Marcos. **A Formação de Jovens Violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema. Curitiba: Appris, 2016.

ROLIM, Marcos. Desistência do Crime. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. V. 33, N. 3, p. 828 – 847, Set/Dez. 2018 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v33n3/0102-6992-se-33-03-00829.pdf> Acesso em: 05 abr. 2021.

RUTTER, Michael. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**. Jul. 57(3), 316-331, 1987.

SANTOS, Mariana Chies Santiago. **Resistentes, Conformados e Oscilantes**: Um estudo acerca das resistências produzidas pelos adolescentes privados de liberdade no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS), Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188296/001083243.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 04 abr 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Memória Coletiva, Trauma e Cultura: Um debate. **Revista USP**, São Paulo, n. 98 p. 51-68, 2013 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69270/71727> Acesso em: 27 mai 2019

SANTOS, Lenir; ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. Redes no SUS: marco legal. In: SILVA, Silvio Fernandes da (org.). **Redes de atenção à saúde**: desafios da regionalização no SUS. Campinas: Saberes, 2013.

SANTOS, José L. V.; TEIXEIRA, Alex T.; RUSSO, Maurício. Introdução. IN: SANTOS, José L. V.; TEIXEIRA, Alex T.; RUSSO, Maurício (Orgs). **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SARAIVA, João Batista Costa. Garantias processuais do adolescente autor de ato infracional. In: ILANUD; ABMP, SEDH; UNFPA (orgs.). **Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 175-206.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, 15(3), p. 11-28, 2004.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO, Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Avaliação de Impacto POD socioeducativo**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA; Jean Sales; TIETBOEHL, Lucia Karam. Brete. In: Lazzarotto et al. **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. p. 45-46

SILVA, Luiz, Antônio Machado da. **Fazendo a Cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SILVA, Vinicius M. **Mortalidade dos egressos da FASE-RS: 2002-2012**. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149958> Acesso em: 7 jan. 2019.

SCHUTZ, Alfred. Fundamentos da Fenomenologia. IN: WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred. O mundo da vida. IN: WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred. Ação no mundo da vida. IN: WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. de (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. de (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **La aplicación de los grupos y la formación de la individualidad**. IN: Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización, Alianza, Madrid, 1986.

SIMMEL, Georg. O Conceito de Tragédia na Cultura. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SOARES, Luís E. Identidade em Obras I: Adolescência. IN: ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luís Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 161-178, 1993 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84954/87682> Acesso em: 04 abr 2021

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A teia do bandido: um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais**. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Rio de Janeiro, 2013

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Medida Socioeducativa. In: Lazzarotto at al. **Medida Socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. P. 97-98

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**: revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro. V. 2 - no 5-6 - jul/ago/set-out/nov/dez, p. 97-126, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192/5771> Acesso em: 04 abr. 2021.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais. IN: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade**: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

THOMAS, Willian I. **La definición de la situación. Cuadernos de Información y Comunicación**. 10 s/l, 2005.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na Pesquisa Social. **Ciências Sociais**, São Leopoldo, UNISINOS, v.42, n.2, p. 85-93, 2006.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: **Individualismo e Cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VIGNOLI, Rodrigues Jorge. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referência conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve da pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 22, v. 44, p. 203-220, ago/dez, 2014. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637> Acesso em: 26 ago. 2019.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WAISELFISZ, Júlio. J. **Mapa da Violência: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em: 01 jan. 2019.

WIVIEORKA, M. Em que mundo viveremos? São Paulo: **Perspectiva** 2006.

APÊNDICE A – TÓPICOS- GUIA DA ENTREVISTA INDIVIDUAL

Data da Coleta de Dados: _____

Orientações iniciais: é realizada a apresentação da pesquisadora e a orientação de como será a entrevista; é solicitada autorização para gravação; são esclarecidas questões referentes ao tempo disponível, à leitura e aos esclarecimentos sobre o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, bem como a assinatura do documento.

- 1- Idade:
- 2- Data do ingresso e desligamento da FASE:
- 3- Escolaridade:
- 4- Configuração familiar:
- 5- Com quem reside atualmente:
- 6- Profissão:
- 7- Renda:
- 8- Gênero:
- 9- Cor da pele:
- 10- Você poderia contar o que aconteceu, seu envolvimento em delito, quando você foi cumprir medida socioeducativa na FASE?
- 11- Como estava sua vida naquele período?
- 12- Como foi o período de internação? Quais as suas principais lembranças?
- 13- Quando você estava na FASE, você fazia planos para quando você voltasse a viver em liberdade? Como eram esses planos?
- 14- Quando você saiu da FASE, você mudou o seu local de residência?
- 15 - Quando você saiu da FASE, você mudou as pessoas com as quais você se relacionava? Em caso afirmativo ou negativo, como isso aconteceu?
- 16- Você acha que mudou a forma de te relacionar com as pessoas comparando com a forma de se relacionar antes da internação?
- 17- Como era a sua rotina de vida antes e após sua saída da FASE? Mudou alguma coisa entre antes e após a internação?
- 18- Você acha que a FASE auxiliou para que você não se envolvesse mais em delitos, após ter sido desligado da instituição? Em caso positivo, como você acha que ela contribuiu para isto?
- 19- O que você considera que foi o mais importante para você não ter mais praticado delitos? Como estes fatores de auxiliaram?
- 20- Você considera que a escola o ajudou a não voltar a praticar delitos? Como?
- 21- Você considera que a sua família o ajudou a não voltar a praticar delitos? Como?
- 22- Você considera que o trabalho o ajudou a não voltar a praticar delitos? Como?
- 23- Você acha que a religião foi importante?
- 24- Qual outra política pública você considera que tenha sido importante?
- 25- Quais relações de apoio ou grupos de apoio que você considera que tenham sido importantes?
- 26- Você sentiu preconceito por ter cumprido medida socioeducativa?
- 27- Você já sentiu preconceito por ser negro?

28 - Você acha que a sua história (trajetória) ajudou para que você não praticasse mais delitos? Como?

29- Você considera que a sua forma de pensar sobre a sua vida, sobre a sua história mudou após você ter cumprido medida socioeducativa? Como?

30- O que você acha que seria a principal diferença entre você e outros jovens que voltaram a praticar delitos? Por que eles continuaram e você não?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “UM DIA APÓS O OUTRO, E O QUE EU QUERO É MUDAR: UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS (AS) DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, da pesquisadora Analice Brusius, discente do curso de Pós-Graduação de doutorado de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, orientada pelo Professor Dr. Carlos Gadea. A pesquisa tem como objetivo constatar como fatores protetivos e de risco influenciaram na trajetória de jovens egressos de medidas socioeducativas privativas de liberdade que deixaram de praticar delitos. Este estudo justifica-se porque é importante obter informações sobre o que ocorreu com os jovens que cumpriram medida socioeducativa privativa de liberdade para qualificar e fornecer sentido para as ações das políticas públicas de atendimento ao adolescente.

Para isso, você participará de uma entrevista semiestruturada que ocorrerá no local que você se sentir mais à vontade para respondê-la como sua casa, local de trabalho ou outro local. A entrevista terá a duração média de uma hora e será gravada com a finalidade de manter a fidedignidade das respostas no momento da transcrição. As gravações serão utilizadas apenas para fins de estudos científicos, sendo mantido o sigilo e garantido a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Os dados serão armazenados em arquivo e somente terão acesso e eles a pesquisadora e seu orientador. Os dados obtidos através dessa pesquisa serão destruídos após o período de cinco anos.

Sua identidade será preservada, ou seja, não serão divulgados os nomes ou outras informações que possam identificar os envolvidos. Os riscos relacionados a sua participação são mínimos como, por exemplo, um sentimento desagradável ou de desconforto e neste caso você pode solicitar a interrupção da entrevista. Da mesma forma, você poderá desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízo nenhum e sem a necessidade de comunicar-se com a pesquisadora.

Você poderá solicitar informações sobre o andamento da pesquisa e/ou o seu resultado pelo e-mail analicebrusius@gmail.com ou telefone 996827066 da pesquisadora responsável Me. Analice Brusius.

Pesquisadora

Declaro que li o TCLE, entendi os objetivos e condições de minha participação e concordo em participar.

Participante da pesquisa

Porto Alegre, _____ 2019